

Sociedade e Estado

Volume 31 – Número 3

Copyright © 2016
by Departamento de Sociologia da UnB.
É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Reitor: Ivan Marques de Toledo Camargo
Vice-reitor: Sônia Nair Bão

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
Diretor: Luís Roberto Cardoso de Oliveira
Vice-diretora: Christiane Girard F. Nunes
Chefe do Departamento de Sociologia: Lourdes M. Bandeira
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia: Fabrício Monteiro Neves

Editora responsável: Lourdes M. Bandeira
Editores-adjuntos: Ana Cristina M. Collares e Joaze Bernardino-Costa

Preparação dos originais e apoio administrativo:
Aline Brandão e Enderson Paulo dos Reis

Produção editorial:
Edição, revisão e diagramação: Paralelo 15
www.editoraparalelo15.com.br / editor@editoraparalelo15.com.br

Endereço para correspondência
Departamento de Sociologia (SOL/UnB) — Instituto de Ciências Sociais
novo prédio ICS — Campus Darcy Ribeiro — Universidade de Brasília
CEP 70910-900 — Brasília- DF
Tel.: 55 61 3107-1537
Homepage: <https://www.sol.unb.br>
E-mail: revistasol@unb.br
facebook.com/Sociedade e Estado

Indexadores e bases de dados:
CLASE- citas latino-americanas de sociologia y economia; DATAINDICE- Banco de Dados Bibliográficos do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro-IUPERJ; EBSCO Publishing; IBICT- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; LATINDEX – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal; SciELO- Scientific Electronic Library Online; SCOPUS (Elsevier); SEER - Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas.

Versões on-line: <http://www.scielo.br>
SEER- Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
<http://periodicos.bce.unb.br/>

Sociedade e Estado/Departamento de Sociologia/Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da Universidade de
Brasília v. 1 n. 1 (1986-) — Brasília: O Departamento, 1996.
Semestral. Quadrimestral a partir de 2005.
ISSN 0102-6992 (impresso)- ISSN 1980-5462 (eletrônico)
1. Sociologia. 1. Universidade de Brasília — Departamento de Sociologia.

CDU 301:321(05)

Sociedade e Estado

Volume 31 – Número 3

Comitê Editorial:

Carlos Benedito Martins (UnB), Edson Silva de Farias (UnB), Maria Stela Grossi Porto (UnB), Mariza Veloso Motta Santos (UnB) e Sadi Dal Rosso (UnB).

Conselho editorial:

Abílio Afonso Baeta Neves (UFRGS),
Afrânio R. Garcia (EHESS/França),
Alfred Stepan (University of Columbia/EUA),
Ariosvaldo da Silva Diniz (UFPB),
Arthur Trindade Maranhão Costa (UnB),
Bárbara Freitag Rouanet (UnB),
Christiane Girard (UnB),
Edna M. Ramos de Castro (UFPA),
Elisa Reis (UFRJ),
Francine Descarries (UQAM/CAN),
Frédéric Vandenberghe (IESP/UERJ),
Gabriel Cohn (USP),
Hélgio Trindade (UFRJ),
Ilse Scherer-Waren (UFSC),
Lúcia Lippi de Oliveira (FGV),
Magda Neves (UFMG),
Maria Lúcia Maciel (UFRJ),
Josefa Salete Cavalcanti (UFPE),
Mike Featherstone (Nottingham Trent University/ING),
Pedro Célio Alves Borges (UFGO),
Sérgio Adorno (USP),
Tom Dwyer (UNICAMP),
Wanderley Guilherme dos Santos (UFRJ).

Pareceristas do Volume:

Clóvis Carvalho Britto, Eduardo Dimitrov, Thais Alves Marinho, Michel Nicolau Netto, Nuno Oliveira, Camila Penna de Castro, Eurico Cursino, Michelangelo Trigueiro, Maria do Rosário de Fátima Andrade Leão, Rogério Gimenez Giugliano, Andrea Bittencourt P. Chaves, Fernando Salla, Raoni Guerra, Marko Monteiro, Hildete Melo, Lourdes M. Bandeira.

Apoio:



Sumário

Editorial	577
<i>Lourdes M. Bandeira, Ana Cristina M. Collares & Tânia Mara C. Almeida</i>	
Dossiê	
O protocolo de pesquisa sobre circulação transoceânica da cultura e do conhecimento	
O protocolo de pesquisa da circulação na sociologia da cultura, no Brasil	583
<i>Edson Farias</i>	
História cultural e história literária	615
<i>Jean-Yves Mollier</i>	
O popular no Brasil numa fábula de costume francesa: estéticas e mediações transatlânticas	631
<i>Andréa Borges Leão & Edson Farias</i>	
As viagens da favela e a vida social dos suvenires	651
<i>Bianca Freire-Medeiros & Palloma Valle Menezes</i>	
Edição e tradução, entre a cultura e a política: Argentina e Brasil na Feira do Livro de Frankfurt	671
<i>José de Souza Muniz Jr. & Daniela Szpilbarg</i>	
Interdependências e interpenetrações civilizatórias: os aromas e sua magia	693
<i>Salette Nery</i>	

Artigos

Qual capacidade crítica? 719
Relendo Luc Boltanski à luz de Margaret Archer
Luiz Augusto Campos

Antes de Habermas, para além de Habermas: 741
uma abordagem pragmatista da democracia deliberativa
Ricardo Fabrino Mendonça

O sertão semiárido. 769
Uma relação de sociedade e natureza
numa dinâmica de organização social do espaço
Mylene Nogueira Teixeira

Uma leitura de *Golden Gulag*: 799
rediscutindo a economia política da pena e uma aproximação
com o debate sobre a expansão prisional no estado de São Paulo
Rodolfo Arruda Leite de Barros

Mecanismos de homogeneização 821
da atividade científica: o caso da ciência das mudanças climáticas
Tiago Ribeiro Duarte

Judicialização e estratégias de controle da violência doméstica: 845
a suspensão condicional do processo no
Distrito Federal entre 2010 e 2011
Daniel Schroeter Simião & Luís Roberto Cardoso de Oliveira

Resenha

Palavras acerca de proteção e produção 877
(José Augusto Leitão Drummond. *Proteção e produção:
biodiversidade e agricultura no Brasil*.
Rio de Janeiro: Garamond, 2014).
Juliana Capra Maia

Resumos de teses e dissertações 885

Normas para publicação 897

Editorial

Lourdes M. Bandeira,
Ana Cristina M. Collares
& Tânia Mara C. Almeida*

* Professoras do
Departamento
de Sociologia da
Universidade de
Brasília.

Temos o prazer de apresentar mais um volume da revista *Sociedade e Estado*, no caso o volume 3 do número 31, ano em que completamos 30 anos de existência. Nesse marco, anunciamos também que este volume será o último a ser apresentado na forma impressa. No entanto, informamos que haverá a publicação de um número extra, comemorativo aos 30 anos da revista, cuja publicação ocorrerá no início de 2017. A partir de 2017, nossa revista será disponibilizada aos leitores apenas em formato eletrônico. Além dos artigos disponibilizados nos sítios de indexação, continuaremos mantendo todas as características da publicação impressa nos números disponibilizados no nosso sítio na internet, no endereço <<http://periodicos.unb.br/index.php/estado>>.

O último número de 2016 abre com um interessante dossiê sobre o protocolo de pesquisa referente aos estudos sobre a circulação de culturas e conhecimentos, entrecruzando-se e interpenetrando-se nas diversas idas e vindas de sua movimentação. O dossiê é organizado pelo professor Edson Farias e, em suas palavras, enquanto um problema sociológico,

a circulação cultural e do conhecimento diz respeito aos empréstimos, às transferências, às mimetizações e às recepções cruzadas entre diferentes matrizes socio-simbólicas, saberes, técnicas, ideários, instituições, formatos, mídias e posições de autoria, bem como à formação de esferas públicas, mitologias, afetividades, mercados e identidades intelectuais confrontadas a contextos de produção assimétricos, como o europeu, o africano, o norte e o sul-americano, além do brasileiro.

Assim, os diversos artigos que compõem o dossiê examinam a interpenetração das culturas mediante a circulação de objetos de consumo, conhecimentos, imagens, histórias, circulação essa que transforma e hibridiza os elementos em seu percurso, criando novas identidades e novas definições de si e do outro naqueles com os quais entra em contato. Nessa perspectiva, a coletânea de textos que fazem parte do dossiê descreve, desde os sentidos implicados em histórias, fábulas e lendas que circulam entre o Brasil e a França, até a importância dos aromas e do perfume na construção história da identidade brasileira, ou mesmo a criação de pinturas das fa-

velas cariocas, pensadas como *souvenirs* para os visitantes, mas que criam e recriam a identidade desses lugares.

Em uma perspectiva diferente, nos artigos de fluxo contínuo, Luiz Augusto Campos discute a possibilidade de realizar a análise sociológica através da perspectiva do “sujeito reflexivo” a partir de Luc Boltanski, saindo do pressuposto de que os sujeitos sociais são conscientes e capazes de julgar e criticar o mundo no qual atuam. O autor confronta essa perspectiva com a de “competência reflexiva” de Margaret Archer, a qual implicaria em uma expansão da perspectiva de Boltanski além de uma aplicação mais prática da mesma. Ainda na reflexão sobre a capacidade dos sujeitos de agirem individualmente e na comunidade, Ricardo Fabrino Mendonça discute a democracia deliberativa sob uma perspectiva pragmática, que poderia trazer elementos de compreensão “para além de Habermas”.

Já em uma aplicação mais direta da análise da agência na sociologia, Tiago Ribeiro Duarte discute os padrões de colaboração e de fluxos de informação entre cientistas no campo específico do estudo das mudanças climáticas, uma discussão extremamente heterogênea que reúne cientistas de um sem número de disciplinas diferentes. A respeito da influência do clima na transformação do espaço, Mylene Nogueira Teixeira, em “O sertão semiárido. Uma relação de sociedade e natureza numa dinâmica de organização social do espaço” discute o (des)equilíbrio entre sociedade e natureza nos processos de transformação do espaço. Utiliza para isso a análise das transformações do sertão semiárido brasileiro, inicialmente regida pela natureza inóspita e as desvantagens climáticas do local, e em um segundo momento pela valorização do bioma da região. Em todo caso – para a autora –, nos dois processos a transformação foi marcada pela violência. No primeiro momento o extermínio da população nativa, no segundo a exploração de forma não sustentável das reservas naturais.

Dois outros artigos deste número discutem a problemática da violência ou do desvio sob diferentes perspectivas. No primeiro, Rodolfo Arruda Leite de Barros faz uma leitura analítica da obra *Golden Gulag*, de Ruth W. Gilmore, sobre a expansão prisional ocorrida no estado da Califórnia, Estados Unidos. Através da leitura desse livro, que rediscute a chamada economia política da pena, Barros procura retirar elementos e traçar paralelos que permitam compreender melhor a expansão prisional do estado de São Paulo em terras brasileiras. No segundo artigo, Daniel Schroeter Simião e Luís Roberto Cardoso de Oliveira discutem o tratamento judicial e as estratégias de controle da violência doméstica no Distrito Federal entre 2010 e 2011, buscando compreender os condicionantes das práticas de atendimento à mulher vítima da violência doméstica para além da Lei n.º 11340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, especialmente no que se refere à “suspensão condicional do processo”.

Este é um dispositivo usual de encaminhamento dos processos que consiste em suspender o processo legal “desde que o marido, companheiro ou ex-companheiro se comprometesse a mudar seu comportamento em relação à mulher”.

O número conclui, como de costume, com uma resenha, nesse caso elaborada por Juliana Capra Maia sobre o livro *Proteção e produção: biodiversidade e agricultura no Brasil*, de José Augusto Leitão Drummond (2014), e com os resumos de teses e dissertações realizada pelo Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB.

Dossiê:

O protocolo de pesquisa sobre circulação transoceânica da cultura e do conhecimento

O protocolo de pesquisa da circulação na sociologia da cultura, no Brasil*

Recebido: 29.06.16

Aprovado: 24.09.16

Edson Farias**

Resumo: Localiza-se o protocolo de pesquisa da circulação cultural e dos conhecimentos nas pautas da sociologia da cultura no Brasil. Sob o ponto de vista processual, toma-se por objeto de conhecimento e reflexão as figurações discursivo-epistêmicas e institucionais referidas à diferenciação da sociologia da cultura no interior do campo das ciências sociais brasileiras. São traçados itinerários de linhagens intelectuais, na medida mesma em que descreveremos elementos a nosso ver heurísticos dos seus respectivos quadros de ferramentas conceituais. São analisados três estágios: (1) a abordagem sociológica centrada no problema modernista sobre a figura pública do intelectual encerrado nas condições de uma sociedade de capitalismo dependente periférico; (2) a reorientação analítica na qual o prisma da indústria cultural alcança significativa importância nas formulações sobre a produção simbólica, em especial no que toca às concepções de modernidade brasileira; (3) as possibilidades abertas pela lente da mundialização são retomadas com a finalidade de traçar um quadro não exaustivo do que estamos entendendo como possibilidades do protocolo da circulação cultural e do conhecimento.

Palavras-chave: protocolo, circulação, cultura, conhecimento, sociologia da cultura, Brasil.

A proposta deste dossiê é apresentar possibilidades de exploração teórica, analítica e empírica do protocolo de pesquisas relativo ao problema da circulação das culturas e dos conhecimentos, no contexto das várias direções dos trânsitos e circuitos transoceânicos. Enquanto problema sociológico, a circulação cultural e do conhecimento diz respeito aos empréstimos, às transferências, às imitações e às recepções cruzadas entre diferentes matrizes sociossimbólicas, saberes, técnicas, ideários, instituições, formatos, mídias e posições de autoria, bem como à formação de esferas públicas, mitologias, afetividades, mercados e identidades intelectuais confrontadas a contextos de produção assimétricos, como o europeu, o africano, o norte e o sul-americano, além do brasileiro. Na medida em que as entendemos como estruturantes de práticas, representações e modos de expressão e comunicação, as circulações culturais do conhecimento são abordadas nos textos que compõem este dossiê como figurações de interdependências sócio-humanas. Ou seja, os artigos examinam os intercâmbios de atores sociais, as transferências e apropriações cruzadas de conhecimentos e bens simbólicos produzidos nas conexões entre as culturas locais, nacionais e transnacionais, constituindo espaços translocalizados de interdependências sociofuncionais. Desse modo, interessa retomar as discussões em torno da formação dos domínios da cultura mais amplos enquanto produção, visibilidade, consagração e consumo de bens simbólicos, privilegiando

* Uma versão preliminar deste texto foi apresentada durante a Mesa Redonda “Cultura e conhecimento: trânsitos transoceânicos”, no Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia – Porto Alegre, 20 a 23 de julho de 2015. Este texto divulga resultados do projeto de pesquisa “Estilemas artísticos no ofício de carnavalesco na cultura popular urbana do espetáculo no Rio de Janeiro”, que conta com financiamento do CNPq, na modalidade de bolsa de produtividade em pesquisa (2014-2017).

** Pesquisador CNPq; professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (PPGSOL/UnB) e do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPMLS/UESB); pesquisador do Grupo de Cultura, Memória e Desenvolvimento (CMD/UnB); editor da revista *Arquivos do CMD*.

os trânsitos em que processos de interpenetrações civilizatórias contracenam com a questão nacional, a mundialização da cultura, as múltiplas modernidades e os pós-colonialismos.

Ao longo deste ensaio introdutório do dossiê, tentamos localizar o protocolo de pesquisa da circulação cultural e dos conhecimentos nas pautas da sociologia da cultura no Brasil. É preciso lembrar de estar entretido o percurso sociologia da cultura em processos transoceânicos de circulação de culturas acadêmicas pelos quais se propagaram matrizes disciplinares dos conhecimentos socioantropológicos; a princípio, as últimas estiveram concentradas nos domínios geopolíticos do Ocidente europeu e dos Estados Unidos (Wallerstein, 2000; 2007). Assim, a iniciativa de natureza processual toma por objeto de conhecimento e reflexão as figurações discursivo-epistêmicas e institucionais referidas à diferenciação da sociologia da cultura no interior do campo das ciências sociais brasileiras, o qual obtém contornos no andamento da montagem do sistema universitário público em um país periférico economicamente e também nas trocas científicas e culturais. Nesse sentido, procuraremos traçar alguns itinerários de linhagens intelectuais, na medida mesma em que descreveremos elementos a nosso ver heurísticos de suas respectivas ferramentas conceituais. A exposição parte do registro de como as mudanças socioestruturais internalizadas na montagem das unidades universitárias e no fomento do tipo de autonomia relativa da esfera cultural, no país, facultaram uma abordagem sociológica centrada no problema modernista sobre a figura pública do intelectual encerrado nas condições de uma sociedade de capitalismo dependente periférico. Na sequência, a argumentação focaliza a reorientação de interesse analítico, ocorrida por volta da década de 1980, quando o prisma da indústria cultural alcança significativa importância nas formulações sobre a produção simbólica, em especial no que toca às concepções de modernidade brasileiras, desde então situadas no escopo das dinâmicas de uma sociedade de consumo mundial. Justamente, as possibilidades abertas pela lente da mundialização são apreendidas, na última seção do texto, mas com a finalidade de traçar um quadro não exaustivo do que estamos entendendo como possibilidades do protocolo da circulação cultural do conhecimento.

Sociologia, cultura e nação

No instante em que nos propusemos focalizar a dinâmica de diferenciação intelectual e institucional da sociologia da cultura no Brasil, é preciso pontuar serem as contribuições de Gilberto Freyre (1987) e Sérgio Buarque de Holanda (2005) cruciais, uma vez que as duas respectivas obras mais celebradas de um e de outro autor – *Casa Grande & Senzala* e *Raízes do Brasil* – inauguraram o uso da abordagem socioantropológica para a compreensão da cultura e da sociedade brasileiras. Desde então, a questão cultural contracenou com a transição histórica da

estrutura rural-agrária para a urbano-industrial e igualmente para o regime republicano, alterando os pilares institucionais do país. Se essa passagem se tornou objeto prioritário de conhecimento e reflexão do pensamento social, no caudal desse deslocamento paradigmático as barreiras à constituição de uma sociedade civil e de saudável ambiente democrático se fizeram oportunas para que o tema da esfera cultural ocupasse a função de eixo na relação entre cultura e política, nação e ciências sociais brasileiras¹. Portanto, a formação de uma esfera cultural esteve no anverso da nacionalização das ciências sociais no Brasil, logo, a mesma adequação respondeu às expectativas e aos dilemas sobre a modernização da sociedade nacional e sua inclusão no círculo da modernidade urbano-industrial, em sua versão capitalista (Oliven, 2001: 3-10; Villas Bôas, 2006:14-18).

A montagem de unidades de ensino superior, em especial das universidades públicas, constitui-se em um signo da cumplicidade estabelecida entre as questões da modernização da sociedade e das possibilidades de autonomização da esfera cultural no país. Mais especificamente, o processo de institucionalização da sociologia no Brasil foi caudatário da mesma montagem desse equipamento cultural de produção e difusão de conhecimentos. Estamos denominando de processo de institucionalização tanto a dinâmica sócio-histórica na qual se deu (e ainda ocorre) a concatenação de fatores que jogaram (e jogam) estratégico papel na formação de um sistema social dotado de quadro de valores e eixos normativos que prescrevem os meios e os critérios de seleção e recrutamento de pessoas para atuarem na função de sociólogo(a), quanto o controle exercido sobre o comportamento público daqueles que desempenham esse papel social, incidindo particularmente sobre suas expressões (textos, falas com elevado grau de formalidade e, ainda, posicionamentos com possíveis repercussões na opinião pública). Enfim, aqui, falar em processo de institucionalização é fazer referência ao encadeamento histórico em que, definida como organização estatutária, a sociologia atualiza continuamente sua diferencialidade em relação a outros sistemas sociais de produção de saberes, em especial no campo do conhecimento aninhado nas instituições universitárias e institutos de pesquisa.

Ora, a autonomia relativa da dimensão sociocultural no espaço intelectual brasileiro, em relação às determinações ambientais e orgânicas, apenas se efetiva por volta da década de 1940, com o advento e fixação dos cursos universitários na área de ciências sociais. Desde então, fez-se possível obter um corpo de intelectuais tecnicamente formados; corpo funcional este cuja socialização implicou a internalização dos quadros categoriais próprios às disciplinas socioantropológicas e também no treinamento relativo aos procedimentos que, na contramão do autodidatismo, fomentou a associação do recurso à pesquisa empírica com a elaboração monográfica, primando pela observância de princípios teóricos e analíticos. Ao mesmo

1. Sobre o desenho dessas alianças entre ciências sociais e nação, mas pela perspectiva da discussão em torno do popular no Brasil, consultar Mariza Peirano (2000: 219-232). Para uma reflexão contemporânea a respeito dos rumos tomados pelo mesmo dueto, ver Gilberto Velho (2008).

tempo, mantiveram-se algumas das características daquelas produções anteriores à implantação dos cursos superiores em ciências sociais. Com isso, prosseguiu um estilo de pensamento no qual a adoção da reconstrução sócio-histórica e da tendência às mesclas disciplinares continuamente estiveram a serviço de uma “teoria geral do Brasil”. Para fazer uso da síntese proposta por Antonio Candido, identifica-se nas problemáticas tratadas naquele período a permanência dos desafios postos à questão nacional pelos legados do passado colonial rural e escravocrata do país (Candido, 2006: 283; Liedke Filho, 2005: 376-437).

A essa figuração de relativa autonomia epistemológica e intelectual das ciências sociais corresponde uma fase tardia do desenvolvimento intelectual erudito no Brasil. Segundo intérpretes como Fernando Azevedo (1994), o domínio das prerrogativas da contrarreforma e da razão colonial da coroa portuguesa obstaculizou o desenvolvimento do ensino superior no país, ainda que, com o advento da autonomia política, são instaladas instituições afins. Contudo, prevaleceu o esquema das escolas corporativas e/ou relacionadas aos clientelismos políticos, unificando oligarquias regionais aos ciclos do poder monárquico. Nas primeiras décadas do regime republicano, muito embora os limites de um campo científico-intelectual ganhassem contornos mais nítidos, em bem pouco foram alteradas as condições legadas pelo período imperial. Mantinham-se cruzamentos evidentes entre as ênfases e demandas imediatas da política em seus vários níveis e os reclames da prática intelectual-científica, a qual permanecia subsumida aos desígnios das primeiras.

Intercaladas com essas imbricações, precipitaram-se, ao longo do século XIX, reordenações consideráveis do ponto de vista da emergência de um arranjo urbano-mercantil e incipientemente industrial no Brasil. Porém, algo assim não teve reflexos imediatos no plano intelectual, com vista a proporcionar uma esfera capacitada a operar movida pelo princípio “criativo-inovador”, de acordo com denominação de Florestan Fernandes (1977: 17). Para este autor, o domínio intelectual permaneceu atrelado à exigência de corroborar as demandas de suas clientelas, agora preparando elites, recrutadas entre as camadas oligárquicas, para assumir postos de comando na ordem institucional do Estado central ou nas províncias. A chamada era dos bacharéis teria contracenado com a insuficiência de uma produção intelectual autóctone, liberada das demandas imediatistas e externas e, com isto, capacitada a proporcionar subsídios teórico-empíricos a respeito de diferentes aspectos da condição nacional. Algo que teria acentuado a dependência em relação às matrizes de conhecimento europeias, deixando em contradição o imperativo de adequação pragmática que pesava sobre o trabalho intelectual.

Ainda segundo Florestan Fernandes, apenas com o século XX abrem-se melhores possibilidades à atmosfera cultural urbana, já não imediatamente subserviente à or-

dem senhorial, a qual fora maculada pela abolição do trabalho escravo. Ainda assim, o legado de quatro séculos se fez um volumoso e pesado fardo, a saber: limitações do sistema escolar e editorial, escassez de quadros mentais especializados tanto na produção como no consumo de bens simbólicos, a incidirem sobre o despertar preguiçoso do campo científico-intelectual brasileiro. Neste sentido, as décadas de 30, 40 e 50 do século XX ganham importância heurística na compreensão de como o florescimento de um saber sociológico acadêmico no Brasil guarda os êxitos e percalços no movimento de sedimentação do campo racional-científico no país e que traduz, por sua vez, um desenvolvimento das relações sociais que assentava a estrutura urbano-industrial e de serviços ascendente, mas em condições peculiares à historicidade da formação nacional brasileira. Desde agora, a instalação dos equipamentos culturais universitários é exemplar e deve nos conduzir na compreensão do processo, exatamente porque, enquanto instituição legitimada por abrigar e fomentar o conhecimento autonomizado, a universidade brasileira revela peculiaridades do encadeamento de interdependências nacionais que a projeta e constrange em seus limites institucionais.

Sob o emboalo da ascensão crescente e numérica da camada intelectual, acompanhada da premissa deste grupo em se efetivar como classe cultural dirigente (Pécaut, 1990), para muitos intérpretes, deflagrou-se um movimento visando à implantação de universidades no país. Os quadros do movimento da Nova Escola e de grupos hasteando a bandeira do fomento à ciência no Brasil reforçaram tal objetivo, manifesto com a fundação da Academia Brasileira de Ciência, em 1910 (Herschmann & Pereira, 1994: 43-65; Nunes, 1994: 180-223). Houvera, a respeito, uma coalizão ecumênica, reunindo intelectuais reformadores de distintos matizes político-ideológicos. Nos anos 1930, estes últimos fizeram fileira a favor de uma pressão sobre as autoridades governamentais em nome da educação universitária. Mas esta pressão estava condicionada por algo bem concreto: seria por ação dos representantes estatais e, mais que isso, por dentro do corpo institucional do Estado, que se facultaria a gênese da universidade brasileira, à luz do modelo humboltiano, empenhado na formação da personalidade intelectual e moral dos estudantes. A partir deste instante, alguns comprometimentos que irão imolar estas instituições despontam no Brasil, principalmente na maneira como as pugnas políticas atravessaram, muitas das vezes de modo brutal, o andamento interno das universidades, tornando-as reféns dos interesses próprios à esfera da política em suas facetas local, regional e nacional. Como propõe Fernando Limongi (1989: 227-228), a criação ou reestruturação das universidades brasileiras estiveram imersas em um processo de *State bildung*.

Deste modo, podemos interpretar o *ethos* compartilhado entre a sequência geracional no campo das humanidades que irá frequentar as primeiras unidades univer-

sitárias do país, porém não o reduzindo à mera reiteração de um comportamento colonial provinciano, disposto apenas em obter o verniz de uma cultura letrada de alhures, sem fins práticos de produção de conhecimentos, ou seja, em nada inovando nas concepções de mundo. Para além desta vertente explicativa, é possível considerar o quanto a fundamentação desta tradição humanista preenchia as aspirações de ocidentalização de contingentes de uma elite periférica em um país de recente passado patriarcal-escravocrata. Implicava, ainda, considerando a posição dessas extrações de classe, posicionar-se acima dos confins de suas limitações e mesmo das precariedades estruturais nos serviços de cultura/educação. A presença da missão de professores franceses contratada para compor o quadro docente da Universidade de São Paulo (USP), em 1933 (e a prerrogativa que a acompanhou), respondeu aos anseios desses grupos se verem profundamente penetrados por um horizonte de valores e, desde daí, familiarizar os nativos (suas elites) numa cultura intelectual à medida que as cadeias de interdependências sociofuncionais se configuravam preponderantemente urbanas. Se a aspiração era de moldar impulsos específicos de civilidade, uma das facetas que adquire relevo é o problema em torno da figura do intelectual humanista, o homem de cultura, em uma sociedade nacional periférica. E, segundo as coordenadas da mesma dinâmica, ganha fôlego a problemática em torno da autonomia da esfera cultural no país (Arruda, 1994)².

2. O problema da autonomia da esfera cultural desponta no mesmo compasso em que, no início do século XX, com o advento da chamada “República das Letras”, fizeram-se recíprocos os interesses econômicos de agentes de um mercado editorial dando seus primeiros passos com as investidas a favor da profissionalização e da autonomia da carreira de escritor. Ambos advogam o relevo dado à civilidade nacionalista como valor a ser reverenciado e construído pela cidadania do recém-instaurado regime republicano na formação de um público leitor e cliente (Leão, 2012: 22).

O modernismo estético no Brasil pavimentou sobretudo esse caminho que conduziu aos princípios motores de formulação da universidade pública, no instante em que se quis sintonizar o nacional e o cosmopolita – como o fez também Gilberto Freyre, mas na tentativa de tornar o regional o intermediário entre um e outro polo (Araújo, 1994). Se a experiência de fundação da USP é heurística, certamente, entre todos os seus congêneres estrangeiros, o sociólogo francês Roger Bastide foi quem melhor entabulou alternativas consideradas satisfatórias no atendimento de todas essas motivações autóctones. Muitos seriam os fatores que poderiam ser mobilizados para elucidar tal sintonia de interesses e empatia; por enquanto interessa apenas ressaltar a intensa interlocução que ele estabelecerá com os distintos representantes do meio cultural brasileiro, sobretudo com aqueles afinados direta ou indiretamente com a linhagem modernista. A interface estabelecida com o crítico de arte Sérgio Millet e com o poeta Mário de Andrade viabilizara a Bastide se acomodar no ninho cultural-artístico e intelectual de São Paulo, e daí, para outras partes do país, estabelecendo diálogos com o mesmo Gilberto Freyre. Membro tardio da mesma missão francesa vinculada à USP, Bastide frequenta as páginas dos jornais com seus artigos, participa de periódicos de instituições de cultura, enfim nacionaliza seus instrumentais e, simultaneamente, fornece um olhar burilado para os exercícios acadêmicos socioantropológicos de reconhecimento do Brasil. Com Mário de Andrade, sem dúvida, Bastide estabelece a interlocução mais profícua. A índole compulsiva do poeta modernista de passar o país a limpo, “redescobri-lo”,

encontrou no sociólogo um ponto de ancoragem, afinal o último imergiu na “coisa brasileira”, estando movido por encontrar nela uma intermediação entre a África e a Europa. Da mesma maneira, Mário ofereceu a Bastide a entrada na busca de um Brasil “autêntico”, autenticidade inerente às suas mesclas etnoraciais. Coubera ao sociólogo francês categorizar o barroco e a cultura popular folclórica como os expoentes desta mestiçagem singular de uma antropologia brasileira (Bastide, 1969). O interesse por essa síntese cultural-mnemônica abriu-lhe o acesso ao estudo dos contatos civilizacionais (Bastide, 1971). Ao mesmo tempo, como exaltou o próprio Mário de Andrade, Bastide muito contribuirá para “nacionalizar” a universidade brasileira, facultando aos jovens nativos insumos de reencontro com sua própria pátria (Peixoto, 2000: 79-82).

O empenho de nacionalização foi fundamental à proximidade entre Roger Bastide e o então jovem estudante Florestan Fernandes. E não terá sido por coincidência que o ponto de encontro fora o debate acerca das reposições mnemônicas de símbolos e práticas culturais tradicionais mediante os estudos sociológicos a respeito do folclore. Não recriarei aqui o percurso da aproximação entre ambos, interessa-me observar apenas que os estudos sobre as peças folclóricas levam Florestan Fernandes a um acirrado debate confrontando as correntes folcloristas, no sentido de deslocá-las do interior do campo sociológico – por se tratarem, para ele, de trabalhos estenográficos, descontextualizando social e historicamente as práticas culturais, em função de seus fins formais, estéticos e morfológicos (Fernandes, 1978; Cavalcanti, Lins e Barros, Araújo, Mello e Souza & Vilhena, 1992: 101-112). Mas, por outro lado, o mesmo autor observa no fenômeno do folclore na cidade de São Paulo um *locus* heurístico para observar a “revolução urbana” que se processava e minimizava a intervenção das forças tradicionais coletivas paulistanas. Desse modo, a seu ver, a ruína do folclore teria impactos nos modos de incorporação das pessoas rústicas ao contexto urbano-industrial, pois elas estariam alienadas desse amortecedor simbólico frente às prerrogativas do contrato jurídico, da competição mercadológica, do individualismo (Fernandes, 1978). Neste instante, os termos centrais de sua problematização interpretativa do Brasil estavam sendo lançados: a passagem da sociedade tradicional de castas à formação da sociedade nacional de classe, porém, ele tinha lucidez quanto ao mútuo atravessamento entre os tempos históricos, que a própria presença do folclore em São Paulo denotava (Peixoto, 2000: 172-174).

O encontro e as vicissitudes geradas desde então foram decisivas aos destinos seguidos pela diferenciação da sociologia da cultura no país. Vejamos. Quando, no início dos anos 1950, por efeito dos contatos entre Alfredo Métraux e Roger Bastide, uma vertente das pesquisas sobre a situação racial do Brasil, patrocinada pela Unesco, é centrada em São Paulo, Florestan compusera a coordenação da equipe com o mestre francês (Bastide & Fernandes, 1971). Entretanto, nesse momento,

3. É importante sublinhar não ter sido este o único viés existente na discussão sobre a cultura na sociologia realizada no Brasil, nem mesmo no interior da USP. O legado de Roger Bastide (1971), em *Sociologia da arte*, será retomado por Gilda Mello e Souza, que, inicialmente, se volta para o tema da moda, para daí se lançar na direção de uma sociologia da arte. Já o trabalho de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1972a, 1973, 1976, 1978), outra discípula de Bastide, ateuve-se a fenômenos como religiosidade popular, cultura e vida campesina, caciquismo político, entre outros temas referentes à postergação de costumes e hábitos a princípio apreendidos como inadequados frente ao desenvolvimento socioeconômico que circunstanciou a implantação e consolidação da ordem burguesa industrial no país.

4. Posicionamento que se torna manifesto com a publicação do livro *A integração do negro na sociedade de classes* (Fernandes, 1975).

5. Na leitura desse livro, terá especial importância a concepção de ideologia em György Lukács, por estar esta relacionada ao tema do processo

a visão de ambos sobre sociedade e cultura tomou rumos distintos. Em lugar da ênfase nos encontros civilizatórios, do ponto de vista da reposição de memórias coletivas nas recriações culturais de grupos subalternos da população brasileira³, a perspectiva de Florestan volta-se para a questão da formação da sociedade de classes no Brasil, em uma condição dependente na sistemática do capitalismo⁴ – veremos, este ângulo deterá primazia no posterior desenvolvimento da sociologia da cultura no Brasil. Principalmente, a partir de 1954, ano em que, com o seu retorno à França, Roger Bastide indica Florestan para substituí-lo à frente da cadeira de “Sociologia I”, no curso de ciências sociais da USP. Deste momento em diante, um esquema analítico próprio se forja com as confluências entre as concepções de totalidade em Marcel Mauss, o modelo do estrutural-funcionalismo e a concepção dialético-materialista, em Marx. Modelo este posteriormente reforçado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), a despeito de Florestan, com a realização dos seminários sobre Marx, os quais incluíram a leitura de *História e consciência de classe*, de György Lukács (2003)⁵. Um dos desdobramentos decisivos desses eventos fora a incorporação do nexo categorial entre classes sociais e ideologia no rol de problemas a serem enfrentados nas discussões a respeito da modernização do país, incluindo a questão cultural.

É por essa abertura que a teoria crítica da sociedade, notadamente as formulações dos autores da Escola de Frankfurt sobre cultura de massas e capitalismo monopolista são inseridas no repertório temático e conceitual de pesquisas e estudos orientados para a produção da comunicação social, em especial com a envergadura que adquiria, no país, o sistema comercial de TV e a publicidade. O relevo posto se voltava para a prevalência dos protocolos da produção simbólica industrial, a propagação de padrões comportamentais e os efeitos de ideologização de consciências e seus impactos na cultura brasileira – aspectos estes tomados por objetos de diferentes espectros de intelectuais e artistas, desde a década de 1960, à luz do emprego da categoria de indústria cultural. Ex-estudante de Florestan Fernandes, no momento em que assume o cargo de professor no Departamento de Sociologia da mesma USP, em meados da década de 1960, Gabriel Cohn irá oferecer a disciplina “Ideologia e classes sociais”. Leitor e intérprete da sociologia alemã, Cohn (1977) incorpora, via Hegel, a discussão sobre opinião pública e toma por referencial o conceito de indústria cultural referido à questão frankfurtiana da dialética do esclarecimento (Adorno & Horkheimer, 1987) para tratar os vínculos entre sistemas simbólicos e sistemas sociais (Rocha, 2010; Rüdiger, 2012). Deste modo, o legado frankfurtiano se torna chave para o desenvolvimento da sociologia da comunicação de massas no país. A partir de seus trabalhos, seguiram-se contribuições sobre TV – Miceli (1972) e Marcondes Filho (1976) –, publicidade – Arruda (1985) e Rocha (2010) – e indústria editorial (Caldas, 1976).

Contudo, a correlação entre cultura, ideologia e capitalismo será reformulada, ao longo dos anos de 1990 e 2000, pelos adendos que deslocaram a tônica analítica até então depositada na cultura de massas. O debate a respeito das mídias paulatinamente abandona o campo das ciências sociais para se alocar em pesquisas na área da comunicação social (Rocha, 2009). Em seu lugar, cada vez importou discutir o tema da esfera cultural à luz dos limites da autonomia do intelectual: o alcance de seu engajamento com as grandes questões nacionais pautou a agenda sociológica. Assim, no que toca à sociologia da cultura realizada no país, no decorrer das últimas décadas, prevaleceu a atenção conferida ao âmbito erudito-letrado das artes. Mas isto nos rastros da contribuição de Antonio Candido (1997), para quem a ideia de “sistema literário nacional” atenta aos esforços de uma intelectualidade movida pela busca de forjar, no ajuste entre “localismo e cosmopolitismo”, um espaço de criação em meio aos descompassos da situação colonial e, posteriormente, da dependência no sistema internacional (Arantes, 1997; Arruda, 2004: 110). A esfera ou o sistema de cultura brasileiro é abordado sob o interesse de perscrutar o lugar e o papel dos intelectuais na produção de sentido na sociedade de classes, na qual o Estado se impõe como fator decisivo da dominação burguesa. Com ênfase analítica nos conteúdos, evoca-se a crítica ideológica, para isto considerando os antecedentes estruturais, mas também os efeitos decorrentes da percepção e da consciência dos agentes. Predominam aí vertentes cruzando as concepções gramscianas sobre a relação entre os intelectuais e a organização da cultura na construção de hegemônias, com aportes referidos à estética de György Lukács e/ou à teoria crítica da sociedade, mesmo com a sociologia do espírito de Karl Mannheim, estendendo-se à sociologia dos intelectuais⁶. Em quase todas as abordagens, fazem-se notar desdobramentos da contribuição do mesmo Antonio Candido (1997) para a sociologia e a crítica literária da literatura brasileira⁷.

Embora persiga as trilhas das mesmas discussões sobre a relação entre Estado e cultura no Brasil (Miceli, 1984), sem dúvida, a atenção dada por Sérgio Miceli (2001, 2003) à primeira geração de modernistas brasileiros consolidou uma pauta de pesquisas (inspirada em Bourdieu) voltada para a formação das elites culturais brasileiras, sua produção intelectual e artística e, ainda, aos vínculos com os grupos políticos dirigentes. Deste modo, partindo da montagem institucional do campo das ciências sociais no Brasil (1989), estendeu-se o olhar à constituição do sistema cultural e ao mercado de bens simbólicos restritos no país. Literatura, artes plásticas, teatro, círculos intelectuais, entre outros, são então retomados sob o prisma da dinâmica de constituição de uma ordem classificatória dos bens culturais dominantes, a qual estaria na contrapartida da reposição de agências humanas dispostas, em seus operadores práticos corporais (*habitus*) de classe, as elaborações que estendem essa ordem e afirmam, deste modo, um monopólio do sentido legítimo em meio aos processos de simbolização/significação constituindo, um campo de poder⁸.

de racionalização capitalista e ao dueto que este faz com a tese sobre a incapacidade da consciência burguesa em atingir o núcleo central das contradições encerrado na infraestrutura econômica da sociedade de classes. A seu ver, a característica formal da racionalização capitalista, de acordo com o vetor de sistematização dos vários planos da existência humana, à lei da troca de equivalentes enquanto abstrações desprovidas das condições de mediação entre teores particulares e determinações que as universalizam, consistiria no anverso da despersonalização das subjetividades, na medida em que a objetivação ocorre sob a forma de mercadoria, tornando-se coisa incapaz de propiciar identidade do agente produtor com sua externalidade, eximindo-o no momento de negociá-la, tal como acontece na relação entre operários que vendem sua força de trabalho e donos dos meios de produção sob o contrato jurídico de trabalho.

6. Entre outros, são exemplares desta tendência: Heloisa Pontes (1998), Leopoldo Waizbort (2000), **Arruda (2001)**, Elide Rugai Bastos (2006), Marcelo Ridenti

(2000) e André Botelho (2005).

7. A partir da concepção de “sentido de formação” proposta por Paulo Eduardo Arantes (1997) para as obras de Antonio Candido e Gilda Mello e Souza (1987), podemos considerar os desdobramentos analíticos que aparecem em Roberto Schwarz (1997; 2000; 2000a) e em Leopoldo Waizbort (2014). Para um comentário acerca da fecundidade sociológica da obra de Antonio Candido, ver Jackson (2002).

8. Ilustrativos desse protocolo e da agenda de pesquisas, ver Ana Paula Simone (2002) e Fernando Pinheiro Filho (2008).

9. A centralidade do modelo de ensino superior paulista estava estribada nos efeitos da concentração em suas principais instituições de melhores infraestruturas/ equipamentos e de recursos humanos/ financeiros. Para ilustrar, devemos recordar que, entre os anos de 1970 e 1980, 56% dos titulados, em nível de mestrado e doutorado, saíram dos bancos da USP.

10. É sintomático que, em meados dos anos 1990, se desfaça o Grupo de Trabalho sobre

Outra Modernidade revelada pelo popular de massa

O período que compreende uma segunda fase na institucionalização das ciências sociais no Brasil pode ser demarcado com o advento da reforma universitária promovida pelo governo militar ditatorial, em 1968, estendendo-se à implantação do sistema federal de pós-graduação, durante a primeira metade dos anos de 1970. Um e outro marco teve como um de seus efeitos a criação da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), em 1987. Neste intervalo, calcada na execução dos primeiros planos nacionais de pós-graduação (Santos & Azevedo, 2009: 536-540; Reis, Reis, & Velho, 1997), a sistematização do ensino e da pesquisa deixou impactos fortes, não apenas na produção de conhecimentos, no rastro da nacionalização seletiva do mesmo padrão fomentado na sociabilidade acadêmica paulista⁹. De um lado, assinalam como as alterações favoreceram o incremento da profissionalização da mão de obra formada; de outro, na medida em que ganhou fôlego tanto um arranjo sistêmico universitário como um mercado concorrencial de trabalho e de bens culturais restritos e científicos de extensão nacional, houve pressão no sentido do desmonte do insulamento regional em que se encontravam (e ainda hoje, em parte, se encontram) os nichos de ensino e pesquisa no país. A envergadura deste nacionalmente amplo espaço social de posições acadêmico-científicas imbricadas umas às outras pressionou a vigência de grupos intelectuais marcados pelo autocentramento e por personalismos característicos da universidade nas primeiras décadas de sua existência.

É neste caudal tardio da institucionalização das ciências sociais que, desde os anos de 1990, outras possibilidades temáticas e analíticas têm se acrescentado à agenda de pesquisas, estudos e discussões sociológicas a respeito da esfera cultural, mas pela perspectiva da cultura contemporânea, e estas sinalizam abordagens do nexo entre Modernidade e padrão de socialidade e condutas modernas em direções até então pouco exploradas ou mesmo inexploradas na sociologia produzida no Brasil¹⁰. Enquanto entre as décadas de 1930 e 1970 se assiste não só a ampliação do parque gráfico-editorial, repercutindo a multiplicação de instâncias como jornais, revistas e outros meios impressos, também emergem e se consolidam a radiofonia, a indústria e o mercado fonográfico, o cinema e a televisão. Paulatinamente sistematizadas em escala nacional, embora em níveis distintos entre si, ao padrão da acumulação capitalista, todas essas instituições de comunicação aprofundam o processo de industrialização do simbólico no país e, com ela, da racionalização administrativa e econômica que afetarà os rumos das muitas linhas de condutas inscritas na esfera cultural, em seus diferentes campos – artísticos, jornalísticos, publicitário etc. (Ribeiro, 2004: 267-364).

Sem dúvida a obra de Renato Ortiz é paradigmática no acompanhamento sociológico dessas alterações socioestruturais. Façamos um sumário resgate do trajeto

do autor na direção deste arcabouço teórico. Orientando de Bastide, ele partiu do tema da religiosidade popular, em *A morte branca do feiticeiro negro* (Ortiz, 1990), ingressando, também, na discussão sobre cultura e identidade nacionais (Ortiz, 1984), ao enfatizar a articulação analítica entre secularização e racionalização com as condições das sociedades nas quais se processava. À época, Ortiz dialogava com outros momentos da sociologia brasileira, em especial com o interesse da Escola Paulista de conceituar a transição da estrutura tradicional agrário-escravocrata para a moderna urbano-industrial vertical-competitiva, no escopo do capitalismo dependente brasileiro (Fernandes, 2006). Mudança sócio-histórica que cobrava alternativas sociológicas ao tratar do problema da modernização da sociedade nacional, em especial quando os objetos de conhecimento fossem as manifestações da cultura popular. A seu ver, caberia escapar de soluções conceituais, a exemplo de termos como “residual”, “atrasado”, entre outros afins. Nesse sentido, ainda, deixava evidente seu desconforto com as elucidações do tema das fronteiras nas dinâmicas das interpenetrações civilizatórias, recorrendo à premissa de tomar as transformações observadas nas mesmas manifestações da cultura popular tão somente enquanto máscaras que manteriam intacto o essencial ou, ao contrário drástico, mutilações dessas mesmas essências.

Estribado nesta perspectiva, ele retoma a questão em torno do tão aspirado quanto polêmico “Brasil moderno”, em *A moderna tradição brasileira* (Ortiz, 1988). A pergunta-chave no texto é: de que Brasil se trata no momento em que a Modernidade não mais compreende uma utopia, uma aspiração desenvolvimentista e mesmo emancipatória; e, sim, diz respeito a uma realidade marcada pela centralidade assumida pela indústria cultural e pelo mercado de bens simbólicos ampliados na regulação da memória coletiva e na transmissão dos saberes. Permanecia a preocupação do autor com a questão cultural no tocante ao tema da Modernidade, sobretudo com a face desta como cultura histórica, um padrão e um estilo de vida. Contudo, ao focar o tema do internacional-popular, as discussões em torno da cultura brasileira e da identidade nacional estão subordinadas ao nexo de sentido entre essa tradição da Modernidade e a solda e regulação das relações sociais que se desenhava tendo por referência maior o consumo mercantilizado, em escala planetária. Segundo alega Renato Ortiz, o percurso que o conduziu ao tema da mundialização da cultura se deu a partir de um *insight*, no período em que realizara uma pesquisa sobre a telenovela no Brasil (Ortiz, Ramos & Borelli, 1989). O *insight* correspondeu à percepção de que, no momento da exportação, a telenovela é recomposta, enxuta dos seus “excessos” brasileiros. Recorda que lhe veio a pergunta sobre o que tratava aquele produto cultural no momento em que era “enxugado”. Concluiu, então, consistir em um tipo de “montagem ficcional que seguia padrões técnicos mundiais”. Ora, o que se tornava um problema sociológico era apreender e objetivar tais padrões técnicos mundiais¹¹.

Cultura Brasileira nos Encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs). Em seu lugar, de um lado, surgiu o GT sobre Pensamento Social Brasileiro, compatibilizando vertentes da história das ideias, sociologia dos intelectuais e sociologia da arte, especialmente da arte erudita. De outro, mas apenas na primeira década do século XXI, vêm surgindo propostas de GTs direcionadas para o debate sobre sociologia da cultura em sintonia com os temas do consumo, da moda, da tecnologia e da gestão cultural.

11. Nas palavras do autor: “[...] Mas outro problema que me chamou muito a atenção dizia respeito à construção industrial, à fabricação industrial da telenovela, sobretudo quando era exportada. Era uma telenovela que procura atender um gosto, que na época eu chamei de ‘internacional-popular’. De outra maneira, a telenovela fabricada no Brasil é uma, a telenovela exportada é outra. Qual a diferença existente entre elas? Na época eu achei que a diferença que existe entre elas é que a exportada já não era mais brasileira. Se ela já não era mais brasileira, o que ela era? Era um tipo de

montagem ficcional que seguia padrões técnicos mundiais. A pergunta era: o que são padrões técnicos mundiais? Daí que eu comecei a minha temática da globalização. Eu entrei no processo de análise da globalização de uma maneira muito diversa do que os autores na época entraram. Não foi um estudo da política, muito menos do mercado, eu entrei através do universo da cultura. Isso provavelmente deve ter me dado um caminho diferenciado nesse contexto. Esse caminho está nos livros que escrevi, nas preocupações que tive e tenho” (Farias & Rodrigues, 2005: 181).

Deste modo, um pouco mais tarde, em 1991, Ortiz se volta para a historicidade da França do século XIX, em busca dessa matriz civilizatória da Modernidade. Não se tratava de ir à procura de origens, mas de levar a sério a provocação benjaminiana de ter sido Paris a “capital do século XIX” (Benjamin, 2006). Assim, voltar à França do mesmo século era acentuar a natureza heurística daquela experiência histórica na evolução da Modernidade, na qual muitos de seus traços subjetivos e institucionais estavam despontando com vigor, mas, ao mesmo tempo, contidos em seu alcance espaço-temporal. Algo assim permite ao autor, em *Cultura e Modernidade* (Ortiz, 1991), fazer uma história sociocultural dos contornos de uma modernidade ao que parece movida pela vocação de se impor como civilização mundial – para remontar à ideia de Edgar Morin (1990). É, exatamente, a realização desta vocação o objeto do livro lançado em 1994 – *Mundialização e cultura*. De posse da proposição de que as características históricas da Modernidade não coincidem com as premissas ontológicas da universalidade defendidas pelos iluministas do século XVIII francês, Ortiz aposta na tese de que a “Modernidade-Mundo” consiste em um *pattern* capaz de envolver historicamente o planeta. Propõe tratar-se de uma civilização, mas materializada como correlação de forças hegemônicas em um contexto centrífugo e desigual de relações sociais com instituições de caráter flexível. Arranjo institucional este que promove a característica móvel de uma economia subjetiva, à qual se manifestaria apta em se adequar às circunstâncias no curso do movimento refratário às centralidades e à rigidez das fronteiras representativas das sociedades nacionais. Ao recorrer a Durkheim e a Mauss (1981), quando ambos apreendem as categorias do entendimento de tempo e espaço na contrapartida de condições coletivas, Ortiz (1999) propõe – em *Um outro território* – as noções de “transversalidade” e “atravessamento” com a finalidade de conceber a Modernidade-Mundo como intrínseca a um modo de vida. Mas, alerta: este modo de vida se realiza em um espaço “transglóssico”, ou seja, constitui-se mediante o entrelaçamento de diferentes espacialidades decorrentes de várias histórias.

Assim, em *O próximo e o distante: Japão e Modernidade-Mundo*, uma vez mais o tema das fronteiras e das categorias do entendimento estão relacionados ao problema das interpenetrações civilizatórias e, evidentemente, à expansão planetária da Modernidade. Ao conferir centralidade ao já comentado conceito de atravessamento, a atenção do autor volta-se para a tentativa de articular planos mais gerais com aqueles, diria, microsociológicos da vida cotidiana japonesa. Algo que o leva a valorizar a relação entre os horizontes hermenêuticos (o mundo dos significados) e o dia a dia com sua materialidade prosaica. São concatenados dados sociométricos sobre consumos e produção, além de taxas de natalidade e jornada de trabalho, entre outros, com uma arqueologia histórica da sociedade nacional daquele país. As dimensões analíticas quantitativas e qualitativas ao se interpenetrarem, complementam-se. A observação dos aportes estruturais e das tendências mais gerais en-

contra respaldo no posicionamento mais imediato dos agentes sociais. Ilustrativa é a maneira como percorre a unidade social do lar e sua economia semiótica para flangar o ritual alimentar. Ritualidade tomada como heurística para observar como estão agregados em um mesmo *continuum* determinações e escolhas que emolduram um ritmo existencial e coletivo, articulando os hábitos à mesa, o teor dos alimentos, a ergonomia dos móveis e a postura durante as refeições¹². Revela-se a interseção dos corpos com os processos sociocivilizadores na constituição da sociedade; as figurações desta são descortinadas no engendramento mútuo das fronteiras com as intimidades, na combinatória entre a modulação do impulso e a propensão do querer, enfim, entre vontade e condicionamento.

Na esteira da inferência Ortiz, é possível conceber que, em vez de atuar de fora, a indústria cultural pode ser reconhecida como mecanismo poderoso que se naturaliza, associada com a onda de um processo civilizatório mundial, com as condutas inerentes às formações subjetivas e aos dispositivos de comunicação coletiva, ou seja, os meios de aprendizagem e os meios de exteriorização simbólica das subjetividades. Desde aí se vai decidindo as novas orientações de práticas individuais à contraluz de seus enquadramentos institucionais e das molduras socioestruturais. Certamente, levando-se em conta o diagnóstico subjacente às formulações do autor sobre a modernização cultural no Brasil e o deslocamento para a questão da Modernidade-Mundo, o que se vem desenhando é um quadro histórico-empírico a ser vasculhado e conceituado pela sociologia da cultura. Para isto, é de se considerar a distância em relação ao ponto de vista modernista calcado na centralidade da cultura brasileira. Deste modo, desenvolve-se um conjunto de trabalhos voltado às artes eruditas e ao plano popular. Nas abordagens, inclui-se o mercado como fator decisivo na regulação da produção e do consumo de bens simbólicos¹³.

Ao mesmo tempo, frente aos desafios de apreender a diferenciação da esfera cultural em suas redefinições, mostra-se reveladora a intervenção teórico-analítica no debate da cultura em que, seguindo os rastros de Raymond Williams (1992), a materialidade do bem cultural, seu aspecto institucional e a formação de estruturas de sensibilidades são inseridos no escopo do problema ideológico. Desta maneira, os estudos e as pesquisas se ocupam da historicidade dos modos de vida e dos modos de produção simbólicos, visando às experiências fomentadas em totalidades sócio-históricas e sistemas significativos urbano-industriais. Um traço importante dessa última perspectiva é a interface estabelecida com os chamados estudos culturais britânicos e estadunidenses, com recurso às contribuições de autores como Frederic Jameson e Homi Bhabha, por exemplo, no movimento em que se abre à compreensão de literatura e de cultura de um modo geral para além da prerrogativa unicista e purista da arte simbólica, mas atentando à hibridéz das formas e formatos culturais no contexto da globalização (Cevasco, 2003). Especialmente ilustrativas

12. É válido transcrever a seguinte passagem do livro: "A modernidade japonesa já não consegue mais se estruturar de forma dual. Se até então os produtos nativos predominavam enquanto bens de consumo, tem-se agora uma profunda transformação dos hábitos cotidianos. Temperos como margarina, maionese, curry e óleo de cozinha definitivamente deslocam a preferência do óleo de soja. A evolução do mercado de bebidas alcoólicas reforça essa tendência. Em 1950: saquê, 26,8%; saquê sintético, 16,7%; shochu, 25,4%; cerveja, 65,5%; uísque, 4,5%; outros, 3%. O mesmo ocorre com as bebidas não alcoólicas: os chás e os sucos tradicionais são depreciados em relação ao café, refrigerantes, sucos industrializados, iogurte etc. Essas mudanças não decorrem apenas de uma reformulação das preferências individuais, é a própria indústria alimentícia que se reestrutura: fabricação industrial de alimentos e bebidas, redes de distribuição nacional, cadeias de supermercados e de lojas de conveniências etc. Para se ter uma ideia, já em 1978 o faturamento da indústria alimentícia

era de 11,8% do total da indústria de manufaturados, número superior aos 8,9% de ferro e aço, 8,2% de máquinas, 8,1% de produtos químicos. Mercado diligentemente trabalhado pelos publicitários e homens de *marketing*. O que antes parecia confinar-se ao domínio público (roupas, estilos, arquitetônicos, comidas etc.), agora penetra o âmago da privacidade dos lares. Neste contexto a tradição é redefinida. Seu refúgio, a casa, passa a ser povoada por objetos da modernidade. Como se os hábitos se estivessem desenraizados, sendo pouco a pouco substituídos por outros” (Ortiz, 2000: 91-92).

13. No tocante a tais reorientações são ilustrativos os trabalhos de Maria Celeste Mira (1995; 2001), Maria Lúcia Bueno (1999), Márcia Dias (2000), Edson Farias (2006, 2011), Michel Nicolau Netto (2009, 2014), Elder Alves (2011), Miqueli Michetti (2015).

dessas novas orientações analíticas, na contrapartida do revolvimento empírico relativo aos elementos de uma modernidade planetarizada, são as direções tomadas pelos estudos culturais voltados à problemática das realidades sociais classificadas pela categoria de cultura popular na América Latina, desde a década de 1980. A partir de então ganha relevância a linha de raciocínio que faz confluir as possibilidades analíticas contidas na categoria de “cultura popular de massa” e a noção de globalização, no que esta última condensa dos processos de aceleração dos fluxos informacionais, de capitais, de mercadorias e de pessoas.

Ao escrever no final dos anos 1980, em sintonia com produções afins na Europa e nos Estados Unidos, Néstor Garcia Canclíni (1990: 230) trata do contexto latino-americano, destacando os novos processos de produção industrial, eletrônica e informática que estavam reordenando muito do que era identificado como popular. Segundo Canclíni, tais reajustes se manifestavam em outros formatos de mediação, os quais aparecem, às vezes, sob o invólucro de novos tipos de bens simbólicos; processos transnacionais de circulação em larga escala, os quais não correspondem apenas às inovações tecnológicas e de formato, pois são aplicáveis a quaisquer bens simbólicos, seja “tradicional” ou “moderno”, ao lado de novos tipos de recepção e apropriação. Os mesmos fatores elencados permaneceriam, no lado oposto, ocupado pela base teórica a partir da qual, em grande medida, foram concebidas as análises e inferências no tocante à cultura no continente, ou seja, do modelo analítico e interpretativo que parte do reconhecimento e da reiteração de claras fronteiras entre os níveis culturais inscritos no processo formativo dos Estados nacionais latino-americanos. Tal modelagem se mostraria insuficiente para elucidar – retomando, uma vez mais, Canclíni – as hibridações das tradições coloniais ibero-americanas com as memórias recicladas das experiências de diferentes grupos étnicos (ameríndios e africanos, principalmente), quando estes se tornam fios urdidos nas e constitutivos das extensas malhas urbano-industriais e de serviços latino-americanas, por estarem os últimos conformados aos cruzamentos dos planos locais, nacionais e transnacionais que potencializam todo um desdobramento de novos ritmos e concatenações espaço-temporais. A rotação no mundo social teria, entre as suas traduções eruditas, a pouca validade analítica da cisão entre cultura popular e cultura de massa. No mesmo diapasão, um argumento posto com repercussões analíticas importantes foi o de que as implicações contidas na universalização dos mecanismos da Modernidade levam a um novo arranjo de distinções na esfera cultural, no que concerne às concepções da cultura popular. Por isso, também escrevendo na década de 1980, Jesús Martins-Barbero (1987: 248) descreditava a função heurística à perspectiva essencialista sobre a cultura popular, a meio caminho entre “resistência” e “manipulação”, à qual orbitaria em torno da ideia de grupos razoavelmente homogêneos. Para o autor, essa representação conceitual perde sentido com o advento das massas urbanas, assimétricas

e heterogêneas nos planos sociológicos e simbólicos, decisivamente atravessadas pelo comércio transnacional de signos.

Tal percepção das transformações históricas e sociológicas permitiu a fusão conceitual originando a categoria de “cultura popular de massa”, cuja novidade fundamental diz respeito à incorporação da noção de “gênero”, entendido como mediador entre as lógicas da produção e recepção das matrizes e do vivido, das fórmulas universais e dos contextos particulares. Para um dos artífices dessa virada teórica no Brasil, tal base analítica possibilitou cotejar as tradições seculares, ou não, do popular em seu relacionamento com a produção industrializada e com os esquemas da racionalização técnico-burocrática, ou mesmo com uma tradição de desencantamento própria da Modernidade. Deste modo, com forte respaldo também nos estudos culturais ingleses e estadunidenses, José Mário Ortiz Ramos considera o jogo entre as estratégias de dominação e o domínio das táticas dos dominados, os “usos da cultura”, como propõe Michel de Certeau (1994). Com efeito, passam ao primeiro plano as táticas realizadas no consumo e como estas contracenam com as negociações e estratégias empregadas na produção, nas quais as modalidades a serem utilizadas para o reconhecimento cognitivo, moral e afetivo dos bens simbólicos pelas audiências circulam por instâncias diversas, como as matrizes culturais vinculadas às tradições dos diversos gêneros de cultura. Vê-se que o arremate teórico amplia o raio de alcance sobre as práticas culturais, pois requisita atentar para diálogos intertextuais e multiculturalidade. Ao mesmo tempo, incita ver os trânsitos e recrutamentos de quadros intelectuais emergentes aos polos da cultura industrializada. Deste modo, dispõe uma pauta de pesquisa e reflexões orientada pela expansão do mercado de bens simbólicos, o qual se torna indissociável do fomento de tecnologias de comunicação.

São bem ilustrativas dos desdobramentos atuais da proposta de cultura popular de massas as pesquisas conduzidas por Maria Celeste Mira sobre a reposição da chamada cultura popular tradicional, folclórica, no universo metropolitano, particularmente, na cidade de São Paulo. Embora já não mais referidos diretamente ao núcleo da produção simbólica industrial (Mira, 2003: 13-38), os trabalhos da autora permanecem ocupados da questão do popular, e agora chamam a atenção para as versões recentes no escopo da cultura de consumo, fortemente urbano e segmentado. Assim, por exemplo, focaliza (Mira, 2009: 563-597) o envolvimento de ONGs no encontro entre as camadas médias urbanas e as expressões das culturas tradicionais. Ao contar com o ativismo dos estudantes universitários, esses órgãos estabelecem uma extensa rede de interações através dos longos e complexos perímetros urbanos das grandes cidades, ao modo de São Paulo, favorecendo assim que estilo e formas de conhecimento locais de fazer as coisas, em suas especificidades, integrem mercados de bens étnicos. Para tanto, dispõe do suporte de elites intelectuais

tualizadas e de porções significativas das classes médias, que consagram o “folclore” como arte. Incluído no cenário do consumo das diferenças culturais, o popular é apropriado para as suas “possibilidades estilísticas” seja

na moda, na decoração, no *design*, na fotografia, na música, na dança, no teatro e outras formas de expressão física no visual, na área editorial, em ofertas de lazer e turismo, gastronomia, comércio, partes e pontos de encontro da cidade (Mira, 2006: 364).

Circulações culturais nas interpenetrações civilizatórias

Na área de sociologia, funcionam no país atualmente 53 unidades de pós-graduação, fortemente alocadas em 46 universidades públicas, sendo 33 do sistema federal de ensino, cada vez mais interdependente aos critérios, fluxos e sanções acadêmicas internacionais. Nesse panorama institucional da sociologia no Brasil dos últimos 20 anos, fenece o papel estratégico do projeto nacional-desenvolvimentista que, por animar distintos círculos intelectuais entre as décadas de 1930 e 1980, conferiu certa unidade de horizontes aos interesses nas ciências sociais. Em seu lugar, o aumento significativo nas divisões internas ao espaço institucional socioantropológico evidencia o leque amplo de problemáticas e temas pesquisados, ao mesmo tempo, faz-se revelador da diversidade de modelos teóricos e esquemas analíticos, junto às técnicas de pesquisa empregadas. Ao lado de outras, ascendem problematizações macrossociológicas em torno da globalização/mundialização, das modernidades múltiplas, das convergências no Sul global, do multiculturalismo, dos trânsitos e circulações intraplanetárias, do capitalismo informacional. O extenso e variado leque de problemáticas, temas abordados, procedimentos de análises e interpretação acompanha a consolidação de um complexo e diversificado sistema de pós-graduação em sociologia no país (Romêo, Romêo & Jorge, 2004; Martins, 2005: 13-32).

A sociologia da cultura interage nesse cenário epistêmico-institucional no instante em que as suas divisões são ampliadas. Nelas, cada vez mais diversificada e volumosa a produção intelectual, em termos de temáticas e modos de abordagem, entrevê-se o quanto a questão cultural se faz estratégica na medida mesma em que sua transversalidade transpõe os planos políticos, econômicos, tecnológicos e das moralidades, interliga as facetas macro e microssociais, faz duetos com as dinâmicas sociotécnicas e joga papel fundamental nas conciliações e repulsas que, hoje, põem em sintonia proposições identitárias, lutas por reconhecimento e definição/redefinição de sentidos de justiça. Contudo, o mesmo *status* galgado pela dimensão dos sistemas simbólicos levanta problematizações à diferencialidade da

esfera cultural enquanto domínio reservado à catalisação dos sentidos, os quais são devolvidos aos cotidianos sob a forma de bens de significação. As elevadas proporções da autonomia e profissionalização de alguns dos campos que a compõem estão à contrapartida de interrogações acerca do seu fechamento operacional justificado, em grande medida, na narrativa da autossuficiência do espírito. Algo assim ocorre em meio às convergências entre mídias ancoradas nas sempre mais complexas ecologias sociotécnicas informacionais, mas embutidas na horizontalidade dos regimes de propriedade de conglomerados empresariais transnacionais (Farias, 2016).

Em meio a esses condicionantes, a esfera da cultura se constitui em espaço social estratégico em que, no mundo contemporâneo, as vicissitudes da mundialização de instituições e estilos de vida e transnacionalização econômica e tecnoinformacional cruzam com a relevância política, epistêmica e econômica dos bens de significação. Estes últimos insumos são decisivos para as trocas públicas de sentido que fomentam distintos perfis de individualização e, com isso, coparticipam de modos de reflexividade pessoal e institucionais. Se a multiplicação das práticas artístico-culturais tem eco na intensa propagação da discursividade sociológica sobre a cultura, esta é investida das consequências da escala cada vez maior na identificação da natureza também semiótica do social¹⁴. Logo, ao acolher a sugestão sobre a “visão da própria linguagem” em Giorgio Agamben (2015: 32), o triângulo composto por significação, conhecimento e memória afeta de modo incisivo a cognição sociológica na medida em que um relevo maior é dado à seguinte premissa: de fato, o imediato para os humanos que se mediatizam entre si e com todo resto é a mediação exercida pela linguagem que, no arranjo histórico existencial humano, compreende a mediação de toda coisa e de todo conhecimento. Se essa triangulação traz os bens culturais ao centro dos interesses analíticos e de reflexão, algo assim ocorre concomitantemente aos efeitos no imaginário das ciências sociais desse alargamento sem precedentes das interdependências sociofuncionais no planeta, acompanhadas de suas tantas manifestações expressivo-compreensivas na esfera cultural, nos rastros da disseminação das instituições políticas, jurídicas, econômicas e culturais de alcance transnacionais. Desde já, abre-se uma brecha para pesquisas e reflexões voltadas às maneiras como história e linguagens têm contribuído no delineamento de sentidos de mundo e de mundos de sentidos (Sapiro, 2010: 419-439; Heilbron & Sapiro, 2002: 3-5; Mollier, 2015: 7-22).

Sem dúvida, tornam-se alvo de interesse as tessituras das representações que orientam comportamentos e dos símbolos mediante os quais comunicações são entabuladas no dia a dia. Por isso mesmo, igualmente, requisita-se o emaranhado dos fatores que fomentam e promovem a circulação da cultura e dos conhecimentos, insumos que, reiteramos, viabilizam tanto as estruturas individuais de ação quanto

14. Não restam dúvidas sobre o destacado papel do estruturalismo antropológico no instante em que identifica as sociedades também como produtoras de sentido. Sem dispensar suas imprecisões, para Zygmunt Bauman (2012), a contribuição inequívoca de Claude Lévi-Strauss ao pensamento é, justamente, a importância de sua intervenção na maneira de enquadrar o ato de produção de significação, isto é, na medida em que se esforça por separar o tema da ordem/ordenamento da performance individual e também do ator coletivo. Observa o autor polonês: prevalece a concepção de que a significação se relaciona à organização cultural de todo o universo humano e, desde aí, fomenta os atos dos indivíduos e a comunicação dos grupos (Bauman, 2012: 230-231).

as trocas públicas de sentidos. Sob os rastros das reflexividades acionadas, a própria condição canônica da nação é revista: menos que uma unidade de determinação epistêmica e sociossimbólica; e mais um entre muitos dos efeitos do tramado enlaçando produção, intermediação e recepção de bens culturais, à maneira do literário (Leão, 2012a). O que pode, a um só tempo, animar retornos a problemas como o das “ideias fora do lugar” e, igualmente, aliar os debates pós-coloniais às versões que problematizam a Modernidade, tomando-a do ponto de vista das multiplicidades de suas versões sem aderir à premissa de uma única matriz geopolítica e cultural dessa civilização mundial (ver, em especial, Gilroy, 2003).

Por certo a materialidade (envolvendo maquinários, instrumentos e outros aportes tecnológicos) abarca, além de fazeres e saberes, normas e moralidades, esses tramados de interdependências sociofuncionais da cultura estendidos em rotas transcontinentais e transoceânicas, compostos por ofícios de diversas ordens identificados ou não ao artístico-cultural (escritores, atrizes/atores, tipógrafos, pintores/as, tradutores/as, *designers*, cenógrafos/as, publicitários/as, guias turísticos etc.). Ao cingir o leque amplo e complexo de intermediários (a exemplo de editores, empresários teatrais, entre outros), as tramas dessas interdependências são as contrapartidas das teias de significados e dos processos contínuos e múltiplos de escritura e de significação que fazem proíficas identidades/diferenciações (regionais, nacionais, étnicas, de gênero, etário-geracionais, sexuais, e ainda, religiosas, político-ideológicas) e, a um só tempo, subsidiam os contornos de uma mesma civilização mundial. Desse modo, retém-se o problema teórico em torno da condição na qual circulações culturais dizem respeito a versões de dinâmicas sócio-históricas de interpenetrações civilizatórias, mas no que toca a processos de formação de padrões de economias emocionais em referência a estruturas sociais.

A associação de todos esses aspectos evidencia a incontornável disposição interdisciplinar do protocolo sobre a circulação cultural e do conhecimento. De um lado, evoca o auxílio mútuo entre as historiografias ocupadas, respectivamente, com as representações e os meios/modos pelos quais tais representações se materializam. De outro, requer exercícios analíticos da antropologia, da teoria literária e da crítica cultural relativos às produções e aos usos sociais dos significados. Isto, enfocando-se os regimes de autoria e de recepção na medida mesma em que se atenta aos planos das ritualizações e das performances, mas sem negligenciar os esquemas retóricos e os dispositivos semióticos próprios às específicas convenções e estéticas. Situada nesse espaço epistêmico interdisciplinar – da sociologia da cultura – à luz da pauta sociogenética do desenvolvimento humano (Dux, 2012: 19-29, 157-357; Weller, 2011), entre as muitas possibilidades de abordagem, sobressai o empenho em articular a montagem de modelos orientados às dinâmicas sócio-históricas de longa duração de interdependências e interpenetrações sociofuncionais, tendo por

objeto a reciprocidade entre estruturas sociais e economias subjetivas (Elias, 2009: 19-46). Os esforços se movem para entender como os processos cultural-comunicativos subsidiam os aprendizados cognitivos, expressivos e morais de pessoas situadas em circunstâncias de trocas públicas de sentido. Assim, sem abrir mão de uma sociologia das condições sociais das obras, tal arranjo teórico-analítico coparticipa das iniciativas no sentido de objetivar em que medida circulações da cultura e do conhecimento fomentam estruturas mentais de ação com as quais são definidos tipos de subjetivação e, com isto, as unidades psíquicas se orientam em relação a si mesmas, aos outros e ao mundo, no tocante à delimitação de meios e fins, objetos e limites espaço-temporais. E, deste modo, são modalizados agenciamentos individuais e institucionais em formas socioculturais nas rotinas diárias.

Um caminho ainda à espera de mais pesquisas e de aprofundamentos em termos de sistematizações teórico-analíticas, à luz da perspectiva sociogenética e psicogenética, diz respeito às dinâmicas sócio-históricas pelas quais os sentidos e *ethos* artísticos se expandem em escala planetária. Algo que insere tanto inovações como instaura dilemas emergentes em torno da pluralização dos mundos, objetos e agenciamentos artísticos, no compasso mesmo das escalas sempre maiores adquiridas pelas complexas divisões funcionais de circuitos e mercados de produção e consumo de bens simbólicos. Abrem-se margens, no plano próprio à cognição sociológica, para tomar por objeto de conhecimento suas diferenciações e as caracterizações mesmas entre essas formas sociais, que gravitam em torno das expressividades artísticas. Reconhece-se, porém, estarem estas últimas coadunadas, como linhas recursivas de conduta, com instâncias de visibilidade e consagração de fazeres e artefatos, conceituadas como coisas da arte à luz de prerrogativas de veracidade expressiva, muitas das vezes, irreduzíveis entre si. O que impõe atentar à sintonia histórica estabelecida entre a diversificação ampliada dos domínios artísticos e o arranjo socioestrutural em que economia e cultura se tornam afins. No escopo das mesmas dinâmicas, o anverso é constituído pelos modos de individualização de personalidades artísticas, para isto se considerando as circulações culturais no prosseguimento de interpenetrações civilizatórias, no que toca a processos de formação de padrões de economias emocionais que denominamos subjetivação artística (Farias, 2012: 597-610). Sobressaem as maneiras como se fatoram em expressões esteticamente perfiladas as sínteses de percursos pessoais e institucionais (anelando obras, ideários, técnicas e performances artísticas com seus cenários, mecanismos de intermediação, suportes sociotecnológicos e expectativas com públicos e financiadores) nas mediações sócio-históricas que envolveram e envolvem as afinidades eletivas estabelecidas entre o *ethos* e a moralidade próprias à cultura artística do Ocidente com suas instâncias e formatos (literatura, poesia, teatro, dança, música, entre outras) e as modalizações simbólicas de práticas submetidas às idas e vindas das expansões coloniais e imperiais em suas distintas fases. Desde

aí se abrem tópicos na abordagem de uma miríade de estéticas, regimes de autoria e políticas de representação – a exemplo de culturas de diásporas e retraditionalizações (Farias, 2014: 265-290).

Ao se falar do protocolo de pesquisa sobre circulação cultural e do conhecimento, é importante sublinhar: tem-se em mente uma convenção quanto aos procedimentos relativos à pesquisa, ao estudo e à reflexão que, na recursividade de seu emprego, definem um padrão analítico, respaldado em um repertório de modalidades de mapeamento e controle de *corpus* histórico-empíricos. Porém, isto não lhe confere o *status* de *a priori*, quer dizer, de uma lógica que, em sua imparcialidade, antecipa-se-ia, condicionando as devidas parciais das diferentes cognições. Aqui, o interesse é bem o oposto: importa verificar como, no movimento de composição de formações discursivas teóricas, analíticas e empíricas nas ciências sociais, é tecida a recursividade denominada de protocolo da circulação cultural e do conhecimento. Portanto, este último não consiste em leis gerais que determinam a gênese de diferentes formações discursivas, tampouco o entendemos como princípio normativo norteador dos diversos usos dessas mesmas formações. Enfim, aqui, o apelo à noção de protocolo cumpre a função analítica tão somente de obter, diante da insistência de certos modos de pensar e fazer, uma classificação à medida que nomeia o exercício de tipificação de um quadro de referências teóricas, procedimentos, temas, problemáticas, recortes de objeto etc.



Nesse sentido, o artigo “História cultural e história literária”, de Jean-Yves Mollier, ocupa posição estratégica no conjunto deste dossiê. Sua proposta de história intelectual se consubstancia na reconstrução do percurso no qual história cultural e história literária não apenas se encontraram, mas se tornaram complementares na França, expõe o encadeamento complexo do modo de cognição da circulação cultural e do conhecimento. A inspiração na proposta de estudos culturais executada pelo antropólogo britânico Richard Hoggart, nas décadas de 1930 e 1950, voltado ao lazer e ao consumo cultural das classes trabalhadoras na Inglaterra, segundo Mollier, teria orientado a abertura em que o interesse do(a) historiador(a) cultural nos modos como as pessoas representam, inclusive a si mesma, tornou-se cúmplice dos esforços visando ampliar os horizontes dos estudos literários – caminho acenado por Roland Barthes em *O grau zero da literatura*. Isto em razão da recusa, por parte de Hoggart, de se ancorar no sistema de classificação canônico divisando obras “maiores” ou “menores”, nobres ou vulgares. Da mesma maneira, na sucessão dos muitos e diversos entre si empreendimentos voltados a mapear a tão ampla como variada produção literária francesa, deixou-se de ratificar hierarquias pelas quais nomes e obras consagradas, em favor dos circuitos de produção e usos cultu-

rais em que impressos de diferentes naturezas foram lidos. Ao associar como pano de fundo o incremento da urbanização e da industrialização, ao longo dos séculos XIX e XX, às pesquisas sobre recepção foram somadas aquelas cujos objetos atentam aos locais de acesso e leitura, mas também aos domínios envolvendo editores, livreiros, sem perder de vista as transformações gráficas e os formatos, aos quais estão implicadas as alterações tecnológicas e os corpos técnicos. Portanto, o cuidado com a cultura material da literatura fez dueto com o estudo das redefinições nos regimes de autoria e igualmente nas modalizações formais dos textos. Ao mesmo tempo, as abordagens interdisciplinares (históricas, socioantropológicas, da teoria literária, entre outras) esforçaram-se no sentido de articulação das dimensões sociais e culturais do fazer literário, da difusão e da recepção.

“O popular no Brasil numa fábula de costume francesa: estéticas e mediações transatlânticas”, de Andréa Borges Leão e Edson Farias, persegue um dos fios dessa história dos impressos na França, do século XIX. A linha condutora do argumento é a do gênero literário das fábulas de costumes, com a qual fez fortuna casas editoriais parisienses e glória nomes como o de Balzac. Voltado para o público juvenil, a fábula *Scènes de la vie privées et publique des animaux – études des mœurs contemporaines* foi editada em 1840, por Pierre-Jules Hetzel. Entre os capítulos desta obra consta “Topaze, peintre de portraits”, escrito por Louis Viardot. Este texto relata as peripécias do macaco sul-americano Topaze que, escravizado na Amazônia, é levado para as terras francesas onde, a princípio, tenta o ofício artístico de pintor; malograda a tentativa, migra para a atividade de fotógrafo. Na sequência, volta à rota transatlântica que o devolve ao Brasil, agora na figura de mais um ilustrado viajante francês, portador do artifício da duplicação técnica de tudo quanto focasse. Entabulado o diálogo com a sociologia dos processos civilizadores de Norbert Elias, o ensaio de Andréa Leão e Edson Farias interpreta as aventuras e desventuras de Topaze à luz da dinâmica histórica na qual se tece a ambiguidade estrutural das figuras sócio-históricas do popular no movimento em que as circulações culturais e do conhecimento prosseguem interpenetrações civilizatórias. Com isto, no mesmo cenário instaurado pela expansão imperialista europeia ocidental, as mazelas da subalternidade referidas ao racismo, à ilegitimidade das justificativas artísticas e à heteronomia dos posicionamentos dos ofícios e da reivindicação de autoria contracenam com o delineamento de estéticas populares nas quais o valor conferido ao inautêntico enlaçado às maquinacões sociotécnicas, a um só tempo, desafia as divisões civilizadas e instituem imagens mundiais dos bárbaros modernos.

No relato pelo qual Malinowski nos oferece uma visão das trocas promovidas entre os trombriandeses, o artefato do colar que se reveza entre mãos, durante o ritual do Kula, expõe e realiza a trama de reciprocidades, portanto, fazendo as materialidades coesas ao plano moral. A narrativa assinada por Bianca Freire-Medeiros e Palloma

Menezes, em “As viagens da favela e a vida social dos suvenires”, dispensa o estatuto funcionalista da integração cultural, mas mantém a questão em torno do vínculo entre objetos e moralidades. Inspirado no protocolo de pesquisa de Arjun Appadurai, o artigo persegue o itinerário das “coisas” em busca dos significados praticados em meio aos fazeres que articulados, direta ou diretamente, com finalidades mercadológicas e/ou propósitos relacionados à razão estatal, traçam os sentidos das favelas turísticas no Rio de Janeiro contemporâneo. Do quadro dos suvenires possíveis, optou-se pelas pinturas em que são retratadas localidades como a Rocinha e o Morro Santa Marta, ambas situadas na Zona Sul, a mais concorrida e detentora de visibilidade nessa cidade impulsionada pela economia de serviços culturais e de lazer. A tensão estruturante do entrosamento do símbolo com a mercadoria é apreendida na contradição experienciada por um dos artífices desta arte popular. Ainda que disposto a retratar a ecologia sociocultural de sua “comunidade” no que a especifica, vê-se compelido a observar as convenções canônicas desse gênero artístico com sua tônica na tipicidade, logo, favorecendo o genérico em detrimento do emprego da forma estética como figuração das múltiplas forças atuantes na definição original de um lugar. O gesto do artista local miniaturiza os dilemas vividos, atualmente, por essas localidades que, reposicionadas como signos carioca-brasileiros no mapa da geopolítica turística e do entretenimento global, concretizam a conflitante dualidade de atender memórias e imaginários que conduzem os viajantes consumidores de paisagens vindos de diferentes partes do planeta e veem-se atravessadas por toda sorte de adversidades socioeconômicas e políticas.

José Muniz Jr. e Daniela Szpilberg enveredam, no artigo “Edição e tradução, entre a cultura e a política: Argentina e Brasil na Feira do Livro de Frankfurt”, pelo problema sociológico da difusão das obras literárias no contexto dos tantos circuitos que, atualmente, constituem o mercado global do livro. Verdadeiros “nós” em que as muitas linhas de forças socioculturais se encontram nos referidos circuitos, algumas feiras internacionais se efetivam sempre mais como centros de visibilidade e consagração desses bens. Assim, frente à envergadura de uma entre as facetas da esfera pública planetária, para além do reduto em que se triangulam autores(as), consumidores(as) e empresas editoriais, as feiras hoje abarcam o plano geopolítico. Ou seja, em razão do potencial nela reunido de projeção, reconhecimento e prestígio, tais eventos são engendrados pelos interesses de governos nacionais com a finalidade de posicionarem as imagens dos seus respectivos países nessa vitrine transnacional. Fazendo uso criativo do modelo bourdieusiano de sociologia dos campos culturais, mas já na chave da transnacionalização adotada por Gisèle Sapiro, o texto de Muniz Jr. e Szpilberg focaliza a presença argentina e brasileira na mais prestigiada entre as feiras de livro, a de Frankfurt, justamente considerando os percursos de montagem da imagem de ambos os países e alguns dos efeitos das mesmas exposições das duas proposições identitárias. Partindo-se da condição periférica de uma e outra so-

cidade-nação e do fato de seus idiomas oficiais (espanhol e português) ocuparem posição subalterna no regime linguístico que coordena os fluxos globais dos bens de significação literários, dominado pelo inglês, os autores traçam um amplo e rico painel das negociações em torno da execução da política de internacionalização das suas específicas literaturas. Contradições (à maneira da memória militar da ditadura na Argentina ou da questão etnorracial no Brasil, por exemplo) impelem conflitos no entrosamento entre intelectuais e cada uma das razões de Estado, na medida em que esta se orienta por oferecer uma visão positiva de suas nações.

O foco adotado por Maria Salete Nery para abordar os processos de interdependências sociofuncionais e interpenetrações civilizatórias nas circulações transoceânicas da cultura e do conhecimento é, no mínimo, inusitado. “Interdependências e interpenetrações civilizatórias: os aromas e sua magia”, como já sugere o título, toma por fio condutor a relação sócio-histórica estabelecida entre cheiros, tramas de significados e situações de significações na consagração do uso cultural referido a um bem – o perfume. O ponto de partida não poderia ser mais perspicaz: as estatísticas que posicionam o Brasil, hoje, como o principal consumidor de perfume e, no plano doméstico, identificam semelhante posto ocupado pela região Nordeste. Adotada a perspectiva da análise figural de longa duração, a autora se volta à reconstrução da dinâmica sócio-histórica em que o espaço colonial brasileiro se fez heurístico dos encontros civilizatórios entre europeus, nativos americanos e africanos, mas em uma formação social cuja estrutura fundiária-ruralista e escravista dispensava aos brancos posição de comando e soberania na hierarquia dos valores, logo, dispondo à subalternidade indígena e negra mundos próprios de sentidos. Maria Salete Nery se move, então, no delicado campo das interações interetnorraciais místico-religiosas, observando como a classificação e designação dos odores contracenavam com o quadro de poder simbólico europeu católico. Estendido o mesmo quadro ao período que se segue à estada da corte portuguesa e, mais propriamente, às fases que marcam o Estado imperial no Brasil, a análise se defronta com os dilemas e as saídas que se encontram para as disputas relacionadas aos efeitos dos cheiros envolvidos com as práticas mágico-curativas e de médicos. São dessas disputas que a autora extrai elementos para descrever e interpretar a especialização dos odores na forma perfume, posteriormente industrializada e com destacado papel no afeto dos segmentos populares brasileiros, em particular dos nordestinos.

Abstract: The research protocol for cultural and knowledge circulation is allotted into the sociology of culture agendas in Brazil. Under processual point of view, the discursive-epistemic and institutional figurations related to the differentiation of the sociology of culture within the field of Brazilian social sciences are taken as object of knowledge and considerations. Itineraries through the intellectual affiliation alleys are drawn while describing what is here assumed as heuristic elements of their respective conceptual tools framework. Three stages are analyzed: (1) the sociological

approach focused in the modernist problem of the public image of the intellectual confined under the circumstances of a peripheral dependent capitalist society; (2) the analytical reorientation in which the perspectives of the cultural industry achieves significant importance in the formulations on the symbolic production, particularly with regard to conceptions of Brazilian modernity; (3) the possibilities considered through the lens of mundialization are recovered in order to draw an non-exhaustive picture of what we understand as possibilities of the cultural circulation and knowledge protocols.

Keywords: protocol, circulation, culture, knowledge, sociology of culture, Brazil

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. W.; HORKHEIMER, Max. *A dialética do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1987.

AGAMBEN, Giorgio. *A potência do pensamento: ensaios e conferências*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

ALVES, Elder P. Maia. *A economia simbólica da cultura popular sertanejo-nordestina*. Maceió: Editora Ufal, 2011.

ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentido da formação: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquem. *Guerra e Paz: Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos trinta*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A pós-graduação em sociologia no Brasil: ensaios e reflexão. In: MARTINS, Carlos Benedito (Org.). *Para onde vai a pós-graduação em ciências sociais no Brasil*. Bauru: EdUSC, 2005.

———. Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação. *Tempo Social*, v. 16, n. 1, p. 107-118, 2004.

———. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. São Paulo: EdUSC, 2001.

———. A trajetória da pesquisa na sociologia. *Estudos Avançados*, v. 8 n. 22, São Paulo, Set./Dez. 1994.

———. *A embalagem do sistema: a publicidade no capitalismo brasileiro*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1985.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento; GARCIA, Sylvia Gemignani. *Florestan Fernandes: mestre da sociologia moderna*. Brasília: Paralelo 15; Capes, 2003.

AZEVEDO, Fernando. Introdução. In: AZEVEDO, Fernando (Org.). *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994, 2 vols.

———. A antropologia e a sociologia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando. *A cidade e o campo na civilização industrial e outros estudos*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962.

———. A sociologia na América Latina e particularmente no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando. *Princípios de sociologia*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1957.

BASTIDE, Roger. *As Américas negras*. São Paulo: Difel/EdUSP, 1974.

———. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1972.

———. *Arte e sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; EdUSP, 1971.

———. *Brasil: terras de contrastes*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

BASTOS, Elide Rugai. *As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo: Global, 2006.

BASTOS, Elide Rugai; BOTELHO, André. Por uma sociologia dos intelectuais. *Dados*, v. 53, n. 4, p. 889-919, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte; São Paulo: Editora UFMG; Imprensa Oficial, 2006.

BERGAMO, Alexandre. *A reconfiguração do público. História da televisão no Brasil: do início aos dias de hoje*. São Paulo: Contexto, 2010.

BOTELHO, André. *O Brasil e os dias: Estado-nação, modernismo e rotina intelectual*. Bauru: EdUSC, 2005.

BUENO, Maria Lúcia. *Artes plásticas no século XX: Modernidade e globalização*. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

CALDAS, Waldenyr. *Acorde na Aurora*. Dissertação (Mestrado em Ciência Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.

CANCLÍNI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas*. México, DF: Grijalbo, 1990.

———. Ni folklórico ni massivo: ¿qué es lo popular? *Revista Dia-logos (De la Comunicación)*, n. 17, Lima, 1987.

CANDIDO, Antonio. A sociologia no Brasil. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 18, n. 1, 2006.

———. *Os parceiros do rio Bonito*. 8. ed. São Paulo: Editora 34, 1997 [1964].

———. *Formação da literatura Brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997, 2 vols.

CAVALCANTI, M. L. V. de Castro; LINS e BARROS, Myriam; ARAÚJO, Silvana; MELLO e SOUZA, Marina; VILHENA, Luís Rodolfo. *Os estudos de folclore no Brasil*. CNFCP – Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, *Folclore e cultura popular: as várias faces de um debate*. Série “Encontros e Estudos”, p. 101-112. Rio de Janeiro: Funarte; CNFCP, 1992.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições: sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.

COHN, Gabriel. *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

DIAS, Márcia Tosta. *Os donos da voz: indústria fonográfica brasileira e mundialização da cultura*. São Paulo: Boitempo, 2000.

DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação. In: MAUSS, Marcel: *Ensaio de sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

DUX, Günter. *Teoria histórico-genético de la cultura: la lógica processual en el cambio cultural*. Bogotá: Aurora, 2012.

ELIAS, Norbert. Sobre os seres humanos e suas emoções: um ensaio sob a perspectiva da sociologia dos processos. In: GEBARA, Ademir; WOUTERS, Cas (Orgs.). *O controle das emoções*. João Pessoa: Editora UFPB, 2009.

FARIAS, Edson. Uma agenda da sociologia da esfera cultural contemporânea. *CADERNOS CRH*, v. 78, 2016.

———. Dilema da identidade: os rataplãs do Olodum, políticas de significado e o campo etnopolular no Brasil. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 50, n. 3, p. 265-280, São Leopoldo, Set./Dez. 2014.

———. Personalidade artística nos negócios mundanos: a celebração do “gosto do povo” em Joãosinho Trinta. *Sociedade & Estado*, v. 27, n. 3, p. 594-627, Set./Dez. 2012.

———. *Ócio e negócio: festas populares e entretenimento turismo no Brasil*. Curitiba: Appril, 2011.

———. *O carnaval e a cidade: o carnaval-espetáculo carioca*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2006.

FARIAS, Edson; RODRIGUES, Fernando. Renato Ortiz – Uma encruzilhada: a autonomia da reflexão nas ciências sociais e a importância do debate sobre mundialização da cultura. *Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, Ano IX, Brasília: ICS/UnB, 2005.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.

———. *O folclore em questão*. São Paulo: Hucitec, 1978.

———. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1977.

———. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1975.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987 [1933].

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro como contracultura da Modernidade*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

GROSSI, Maria Stela. Panorama recente da pesquisa em sociologia no país. In: HEILBRON, Johan; SAPIRO, Gisèle. La traduction littéraire, un objet sociologique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 4, p. 3-5, 2002.

HEILBRON, Johan; SAPIRO, Gisèle. La traduction littéraire, un objet sociologique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 4, p. 3-5, 2002.

HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Alberto Messeder (Orgs.). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Edição comemorativa dos 70 anos. São Paulo: Companhia das letras, 2006 [1936].

LEÃO, Andréa Borges. *Brasil em imaginação: livros, impressos e leituras infantis (1890-1915)*. Fortaleza: Inesp/UFC, 2012.

———. Vamos ao Brasil com Jules Verne? Processos editoriais e civilização nas *Viagens extraordinárias*. *Sociedade e Estado*, v. 27, n. 3, p. 494-517, 2012a.

- LÉVY-BHURL, Lucien. *A mentalidade primitiva*. São Paulo: Paulus, 2008.
- LIEDKE FILHO, Enno D. A sociologia no Brasil: histórias, teorias e desafios. *Sociologias*, Ano 7, n. 14, p. 376-437, Porto Alegre, Jul./Dez. 2005.
- LIMONGI, Fernando. A escola livre de sociologia e política em São Paulo. In: MICELI, Sérgio. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética história*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Elementos para uma estética sociológica*. Dissertação (Mestrado em Ciência Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.
- MARTÍN-BARBEIRO, Jesús. *De los medios a las mediaciones*. Mexico (DF): Gustavo Gilli, 1987.
- MARTINS, Carlos Benedito (Org.): *Para onde vai a pós-graduação em ciências sociais no Brasil*. Bauru: EdUSC, 2005.
- MEUCCI, Simone. *A institucionalização da sociologia no brasil: primeiros manuais e cursos*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2011.
- MICELI, Sérgio. *Nacional estrangeiro: histórica social e cultural do modernismo artístico em São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- (Org.). *O que ler na ciência social brasileira 1970-2002*. São Paulo: Sumaré; Anpocs; Capes, 2002.
- . *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)* (v. 1 – antropologia; v. 2 – sociologia; v. 3 – ciência política). São Paulo: Sumaré; Anpocs; Capes, 1999.
- . *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989.
- . Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil (1930-1964). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 2, n. 5, São Paulo, 1987.
- . Entre no ar em Berlíndia (a indústria cultural hoje). *Cadernos IFCH/Unicamp*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1984.
- . *A noite da madrinha*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- MICHETTI, Miqueli. *Moda brasileira e mundialização*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2015.

MIRA, Maria Celeste. Sociabilidade juvenil e práticas culturais tradicionais na cidade de São Paulo. *Sociedade e Estado*, v. 24, n. 2, p. 563-597, 2009.

———. Ongueiros, festeiros e simpatizantes: o circuito urbano da “cultura popular” em São Paulo. In: FRÚGOLI JR., Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Fernanda Arêas (Orgs.). *As cidades e seus agentes: práticas e representações*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas; EdUSP, 2006.

———. O masculino e o feminino nas narrativas da cultura de massas ou o deslocamento do olhar. *Cadernos Pagu*, v. 21, p. 13-38, 2003.

———. *O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX*. São Paulo: Olho d’Água, 2001.

———. *Circo eletrônico: Silvio Santos e o SBT*. São Paulo: Olho d’Água, 1995.

MOLLIER, Jean-Yves. O livro à conquista do mundo (séculos XV - XXI). *Revista Graphos*, v. 17, n. 1, p. 7-22, João Pessoa, UFPB/PPGL, 2015.

MORIN, Edgar. *Culturas de massas no século XX: o “espírito do tempo”*. V. I – “A neurose”. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

NICOLAU NETTO, Michel. *O discurso da diversidade e a world music*. São Paulo: Anablume; Fapesp, 2014.

———. *Música brasileira e identidade nacional na mundialização*. São Paulo: Anablume; Fapesp, 2009.

NUNES, Clarice. A escola reinventa a cidade. In: HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Alberto Messeder (Orgs.). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

OLIVEIRA, J. A. M. de, et alii. Manifesto de Fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1933). In: FÁVERO, M. de L. de (Org.). *A universidade & poder*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

OLIVEN, Ruben G. Cultura e Modernidade no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 2, p. 3-10, 2001.

ORTIZ, Renato. Introdução. In: ORTIZ, Renato. (Org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d’Água, 2003.

———. *O próximo e o distante: Japão e Modernidade-Mundo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

———. *Um outro território*. São Paulo: Olho d’Água, 1999.

- . *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- . *Cultura e Modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- . *A morte branca do feiticeiro negro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- . *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- . *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ORTIZ, Renato; RAMOS, José Mário; BORELLI, Silvia Helena. *Telenovela: história e produção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PÉCAUT, Daniel. *Intelectuais e a política no Brasil – entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PEIRANO, Mariza. A antropologia como ciência social no Brasil. *Etnográfica*, v. 4, n. 2, p. 219-232, 2000.
- PEIXOTO, Fernanda A. *Diálogos brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo: EdUSP, 2000.
- PINHEIRO FILHO, Fernando Antonio. *Lasar Segall: arte em sociedade*. São Paulo: Cosac Naify; Museu Lasar Segall, 2008.
- PONTES, Heloisa. *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo, 1940-1968*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- QUEIROZ, Maria Isaura. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. São Paulo: EdUSP, 1978.
- . *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Alfa Omega, 1976.
- . *O campesinato brasileiro. Ensaio sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- . Pesquisas sociológicas sobre o subdesenvolvimento: reflexões metodológicas. *Cadernos Ceru*, n. 5, p. 41-73, 1972a [1963].
- . Desenvolvimento, no Brasil, das pesquisas empíricas de sociologia: ontem e hoje. *Ciência e Cultura*, v. 24, n. 6, p. 511-525, 1972.
- RAMOS, José Mário Ortiz. *Televisão, publicidade e cultura de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- REIS, Elisa Pereira; REIS, Fábio Wanderley; VELHO, Gilberto. As ciências sociais nos últimos 20 anos: três perspectivas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 35, 1997.

RIBEIRO, Lavina M. *Imprensa e espaço público: a institucionalização do jornalismo no Brasil, 1808-1964*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota. *A nova retórica do capital: a publicidade brasileira em tempos neoliberais*. São Paulo: EdUSP, 2010.

———. . As pesquisas em comunicação de massa no Brasil e os estudos culturais latino-americanos: de Theodor Adorno a Jesus Martin-Barbero. In: MARTINS, Paulo Henrique; MEDEIROS, Rogério de Souza (Orgs.). *América Latina e Brasil em perspectiva*. Recife: Editora UFPE, 2009.

ROMÊO, José R. M.; ROMÊO, Christiane I. M.; JORGE, Vladimyr L. Estudos de pós-graduação no Brasil. Brasília: Unesco; lesalc; IES, 2004.

RÜDIGER, Francisco. Comunicação e indústria cultural: a fortuna da teoria crítica nos estudos de mídia brasileiros. *Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 21, n. 2, 2012.

SANTOS, Ana Lúcia F.; AZEVEDO, Janete M. L. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 42, Set./Dez. 2009.

SAPIRO, Gisèle. Globalization and cultural diversity in the book market: the case of literary translations in the US and in France. *Poetics*, n. 38, p. 419-439, 2010.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

———. . *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000a.

———. . *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. *Di Cavalcanti, ilustrador: trajetória de um jovem artista gráfico na imprensa (1914-1922)*. São Paulo: Sumaré, 2002.

SOUZA, Gilda de Mello. *O espírito das roupas: a moda no século dezenove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

VELHO, Gilberto. Antropologia e o Brasil, hoje. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, Fev. 2008.

VILLAS BÔAS, Gláucia. *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

WALZBORT, Leopoldo. *A passagem do três ao um: crítica literária, sociologia e filologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

———. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: Editora 34, 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Abrir las ciencias sociales: informe de la comisión Gulbenikian para la reestructuración de las ciencias sociales*. México (DF); Buenos Ayres; Barcelona: Siglo XXI, 2007.

———. From sociology to historical social science: prospects and obstacles. *The British Journal of Sociology*, v. 51, n. 1, Jan./Mar. 2000.

WELLER, Vera. El problema del desarrollo en la psicología hasta 1940 en relación com el pensamiento de Norbert Elias. In: WELLER, Vera *et alii* (Orgs.). *Norbert Elias y el problema del desarrollo humano*. Bogotá: Aurora, 2011.

WERNECK VIANNA, Luís; CARVALHO, Maria Alice; MELO, Manuel Palácios da Cunha. As ciências sociais no Brasil: a formação de um sistema nacional de ensino e pesquisa. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, v. 40, p. 27-63, 1995.

WERNECK VIANNA, Luís; BURGOS, Marcelo Baumann. Doutores e teses em ciências sociais. *Dados*, v. 41, n. 3, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011>. Acessado em: Set. 2014.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

História cultural e história literária*

Jean-Yves Mollier**

Segundo as definições geralmente aceitas, na medida em que a história cultural pretende ser a “história cultural das representações”¹, das maneiras pelas quais os homens se representam e representam o mundo que os rodeia, o encontro com a história literária foi inevitável, tal como o esforço para com ela estabelecer um diálogo mais ou menos construtivo. Desde o seu primeiro balbuciar em outra parte, esse modo de caracterizar o imaginário de grupos humanos estabeleceu um íntimo comércio com a literatura canônica, uma vez que um de seus fundadores, o britânico Richard Hoggart, ensinava essa disciplina na Universidade de Birmingham². Ao estender suas pesquisas sobre as leituras da classe operária inglesa nos anos 1930-1950, consagrou parte de suas atividades ou ao romance policial ou ao romance sentimental, dois gêneros particularmente apreciados por seus contemporâneos, ainda que interditados de seus direitos e de suas citações nas dissertações dos estudantes de Oxbridge de então³. Se o discurso era o de uma cultura popular dominada, que recusava se derramar na nostalgia populista que sobrecarregava diversas evocações do passado, a proposta de Hoggart era a de levar a sério o tempo livre dos mineiros, dos metalúrgicos ou dos estivadores e não manifestar julgamentos estéticos ou éticos frente a esses passatempos, tratando-os com o mesmo respeito de uma ópera, de um teatro clássico ou de poemas elisabetanos. Nesse sentido, ele traçou um estimulante programa de investigação que levaria ao estrangulamento de teorias que esterilizavam a abordagem, notadamente aquela, demasiada mecanicista, da alienação, que tratava essas ocupações como um novo *ópio do povo*⁴.

No momento em que *The uses of literacy* foi traduzido para o francês⁵, e sem ter uma conexão direta entre esse livro e os que aqui seguem, Pierre Abraham e Roland Desné – o primeiro, representante do espírito da Frente Popular (*Front Populaire*)⁶ e o segundo da geração marxista das universidades do pós-guerra – se lançaram no monumental empreendimento daquilo que deveria se transformar na *Histoire littéraire de la France*. Doze grandes volumes, publicados entre 1974 e 1980, uma continuação da série dos *Manuels d’histoire littéraire de la France* realizada em 1967 (Abraham & Desné, 1974-1980). Ao se oporem às concepções da história literária que tinham dominado a universidade francesa, de Brunetière a Lanson, passando por Doumic, Faguet e outros mais, os dois mestres, deliberadamente, inscreviam seu projeto sob uma nova perspectiva: a de redigir, não só a

* Tradução de Loraine Maciel. Texto traduzido do original “Histoire culturelle et histoire littéraire”, *Revue d’Histoire Littéraire de la France*, v. 103, n. 3, p. 597-612, 2003. Direitos gentilmente cedidos por Presses Universitaires de France.

** Professor da Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines.

1. Como é a definição mais ou menos consensual proposta por Pascal Ory; ver o verbete “Histoire culturelle” que redigimos no *Dictionnaire du littéraire*, direção de Paul Aron, Denis Saint-Jacques e Alain Viala (2002: 266-267), no qual evocamos ensaios sobre a conceituação da história cultural propostos por Alain Corbin, Pascal Ory e, notadamente, Jean-François Sirinelli.

2. Richard Hoggart, primeiro ensinou na Universidade de Hull, depois em Leicester, antes de ser nomeado, em 1962, em Birmingham.

3. Richard Hoggart (1991); Armand Mattelard & Erik Neveu (1986: 13-58), para uma análise concisa do nascimento e do desenvolvimento do

cultural studies no mundo.

4. Richard Hoggart, *The uses of literacy: aspects of working-class life, with special references to publications and entertainments*, London, Chatto and Windus, 1957. O título original demonstra mais a ambição do autor que o título traduzido na versão francesa.

5. Ao se diferenciar totalmente dos defensores da Escola de Frankfurt – notadamente de Adorno e de Horkheimer – a proposta de Richard Hoggart era a de uma concepção dinâmica das leituras populares. Sua noção de “leitura oblíqua” anuncia, em certa medida, a visão da “caça” do leitor, conceito que será desenvolvido por Michel de Certeau (1980) em *L’invention du quotidien*.

6. Irmão do escritor Jean-Richard Bloch, politécnico, aviador, Pierre Abraham escrevia nos periódicos *Europe*, *Vendredi* e *Ce Soir* antes da guerra e colaborou com a *Encyclopédie française* de Lucien Febvre.

7. De Pierre Orecchioni (1974) citaremos ainda “Presse, livre et littérature au XX^{ème} siècle”, e de Claude Duchet, em associação com Pierre Barbéris

enésima história dos escritores franceses sabiamente dispostos em sua época e que consideravam expressar tanto o espírito quanto o mais alto grau de cultura, mas uma história literária, ou seja, um ensaio para inscrever a ficção e a literalidade num mundo que os viu nascer e se formar. É por isso que cada volume dessa coleção se debruça, em princípio, sobre capítulos concernentes ao estado da França do ponto de vista da escola, da alfabetização, do comércio do livro, da livraria ou da imprensa, isso para não citar outros aspectos da história e da civilização material. Encontramos, assim, no volume VII (1794-1830), páginas importantes de Pierre Orecchioni sobre as salas públicas de leitura e seu papel durante a Restauração ou então, no volume VIII (1830-1848), parágrafos de Claude Duchet que permitem ao leitor desde o conhecimento das contribuições da sociologia crítica à compreensão dos textos⁷. Mesmo não sendo inteiramente completa e nem sempre respondendo às vozes dos projetistas, essa *Histoire littéraire de la France* rompia com periodizações seculares (totalmente incoerentes para um historiador) e, de modo amplo, anunciava o estado de espírito que deveria governar, para além do Atlântico, o começo de *La vie littéraire au Québec* (Lemire & Saint Jacques, 1991-2002), um vasto conjunto que dispensa às instituições de leitura, aos suportes e vetores mais diversos dos textos impressos, assim como ao sistema editorial, toda a importância que exigem.

Paralelamente à elaboração desses programas de pesquisa e à revelação de seus resultados, as longas horas passadas por um professor galês, Martin Lyons, da universidade de New South Wales, Austrália, diante da riquíssima série F18 dos Arquivos Nacionais da França terminavam, em 1985, com a publicação de um capítulo consagrado aos *best-sellers* do século XIX, no volume III de *Histoire de l'édition française*⁸ e, em 1987, com a edição de um singular volume intitulado *Le triomphe du livre* (Lyons, 1987). As duas publicações colocavam em questão, de modo radical, a visão literária desse período. Ao definir o romantismo como “a fugitiva crista de uma onda num oceano de classicismo e catolicismo” e afirmar que esse termo – romantismo – “não parece ser um termo adequado para resumir os gostos da época” (Lyons, 1985: 436), os historiadores culturais são convidados a se debruçarem, sem prejuízos nem repugnâncias, sobre as obras realmente aclamadas pelos franceses da época. Recorda a glória de Béranger (número um no *hit parade* dos anos 1826-1830, com uma tiragem global de suas *Chansons* estimada em 150 mil exemplares), e também de Lamennais, de Pelico, Daniel Defoe, Eugène Sue, de Dumas pai e Walter Scott e, ainda, de Lamartine e de Chateaubriand, que, pelo que sabemos, pleiteava uma abordagem complexa desses fenômenos. Por terem consolidados os seus lugares na escola, os clássicos do século XVII conquistaram o quinhão do leão e apenas o *Catéchisme* de Fleury e a *Petite histoire de France* de Madame de Saint-Ouen puderam rivalizar com as *Fables* de La Fontaine (Lyons, 1985: 18). Se a existência de salas públicas de leitura, decisiva para a leitura do grande público, e a do folhetim

da imprensa cotidiana, a partir de 1836, exigem a nuance dos resultados brutos obtidos pelo minucioso exame dos registros de tiragem dos tipógrafos franceses, não obstante eles oferecerem à literatura nacional do século XIX uma imagem quase inversa daquela veiculada depois de séculos nos manuais escolares de Lagarde e Michard, ou aqueles de Castex e Surer (duas séries que contribuíram amplamente para a formação da sensibilidade e do julgamento estético de inúmeros grupos de colegiais no século XX). Se não lemos Martyn Lyons e aqueles que seguiram sua pesquisa, poucas são as possibilidades de termos ouvido falar dos incontestáveis sucessos durante a Monarquia de Julho de *Chaste et Flétrie* de Charles Mérouvel ou de *Deux orphelines* de Adolphe d'Ennery, duas grandes tiragens da Belle Époque (Mollier, 1997: 247-264).

Ao seguir os passos de Martin Lyons (a sociologia da leitura), não podemos deixar de evocar, por fim, os trabalhos de um outro britânico, Donald F. McKenzie (1991), cujos estudos relativos à bibliografia material obrigaram a completa revisão das teorias sobre o caráter autossuficiente dos textos que obtiveram sucesso na época em que Roland Barthes ensinava no Collège de France⁹. A partir de suas obras teatrais, que denominamos “elisabetanas” além-mar, McKenzie efetivamente mostra – e demonstra – que a mudança de apresentação dessas edições do século XIX transforma radicalmente sua receptividade e as torna de alguma maneira “populares”. A partir desse exemplo e compreendendo sua reflexão acerca dos textos impressos, Roger Chartier (1995: 279), Henri-Jean Martin e nós mesmos (1984) em *Michel et Calmann Lévy ou la naissance de l'édition moderne: 1836-1891*, e, na sequência, com *L'Argent et les lettres* (Mollier, 1988), defendemos obstinadamente uma permanente reinscrição da poesia, do romance, do drama, da comédia, do ensaio e de gêneros menos nobres – o panfleto, a sátira etc. – num regime de historicidade que lhes confira sentido e permita-nos compreender as causas do sucesso quase imediato de escritores como Alexandre Dumas, que terá sua canonização praticamente proibida pela escola secundária – a escola primária sempre foi mais generosa em relação a esses literatos – e, mais tarde, o reconhecimento pela universidade com programas de agregação de letras, desempenhando seu papel de comendador da Legião de Honra ou o do *Who's who* pela visualização suntuosa das recompensas simbólicas (Viala, 2000: 27-44).

Sem a pretensão de homenagear aqui todos os que apresentaram argumentos para defender a aplicação de métodos das ciências humanas à literatura, sonhando, particularmente, com o *Roman du quotidien* de Anne-Marie Thiesse (2000) ou com *Mesure(s) du livre* de Alain Vaillant (1989), assim como os trabalhos pioneiros de René Guise (1975) e de Roger Bellet (1987) sobre a imprensa¹⁰, propõe-se aqui a utilização de todas essas sondagens no universo do literário para incitar a escrita da história desses fenômenos que levam em consideração tanto sua produção como sua difu-

(1972-1977), volumes IV: “1789-1848” e V: “1848-1913” do *Manuel d'histoire littéraire de la France*.

8. Chartier & Martin, 1990-1991: 490-537.

9. Ver Roland Barthes (1973) sobre esse ponto.

10. Ver a tese inédita, orientada por Jean Mourot, de René Guise (1975), e também Roger Bellet (1987).

são e receptividade. Em resumo este texto em alguns grandes questionamentos, podemos fixar-nos em responder as seguintes perguntas: o que é lido no período de referência, por exemplo, o século XIX, ou seja, a sequência de tempo iniciada pela Revolução Francesa e encerrada com a Primeira Guerra Mundial, seja entre os anos 1789 e 1914 ou 1789 e 1918? Onde tomamos consciência dos textos lidos? Na escola, na rua, nas salas públicas de leitura, nas bibliotecas, nas livrarias, nos shoppings? Ou, talvez, na imprensa, nos jornais cotidianos, nas revistas, nos periódicos? Como nos apropriamos das obras difundidas? Sozinhos, em grupo, em família, no cabaré, no teatro, nos cafés-concertos, nos espetáculos musicais, nas ruas, na intimidade de nossas casas? Por que lemos tal tipo de literatura ou gênero e não outro, a poesia, o melodrama, o romance, o ensaio, o pasquim etc.? Que lugar essas distrações, esses passatempos ou essas ocupações ocupam na vida cotidiana? Eles são fonte de distinção ou, ao contrário, de descrédito? E ao agregar a tudo isso o exame das condições jurídicas que acompanham a publicação dos textos impressos, do mais vulgar ao mais nobre, pode-se pinçar as dificuldades que desviam a história literária de seu curso habitual.

Por um reexame do espaço de produção e difusão das obras literárias

Antes mesmo de adentrar esta investigação fundamental, que para um historiador cultural consiste em aceitar como “literária” toda obra (até mesmo a mais humilde e a mais “vulgar”), desde que contenha “literariedade”¹¹, ou seja, qualquer coisa que faz com que cada um, ao lê-la ou ao entendê-la, sabe que está imergindo nesse tipo de universo¹², é conveniente retornar um instante às periodizações em vigor nas coleções escolares e universitárias das histórias literárias. Se admitirmos que as temporalidades variam de um espaço a outro e que a escala das mudanças adaptadas às necessidades da história política não está necessariamente vinculada à história econômica, não saberemos aceitar os cortes seculares que são impostos, de modo acadêmico e canônico, no domínio das letras. Que Victor Hugo tenha afirmado que seu século “tinha apenas dois anos” quando ele nasceu, não é suficiente para convencer o leitor de hoje que é imperativamente necessário estabelecer o começo do século XIX em 1º de janeiro de 1801. A *Histoire littéraire de la France*, como, antes dela, o *Manuel d’histoire littéraire*, sugeriram outras sequências temporais: 1794-1830, 1830-1848, 1848-1914 etc. Parece ser preciso seguir esse caminho, recusando os ditos exigentes das instituições – Ministério da Educação Nacional, Conselho Nacional de Programas, Inspeção Geral, editores escolares, associações de usuários, famílias sempre um pouco perturbadas pelas inovações etc. –, combatendo tudo aquilo que contribui para a reprodução do sistema em vigor e propondo uma temporalidade racional, conscientemente trabalhada em função da natureza do objeto, como tentou fazer *La vie littéraire au Québec*¹³.

11. No original, consta “littérarité”. Porém, em português, a semântica do congênera análogo desta palavra – “literalidade” – é: “1. qualidade do que é literal; 2. interpretação literal; exatidão”. Optamos, então, por traduzir por literariedade, tomando de empréstimo o termo a Roman Jakobson, ao afirmar retomar a noção dos formalistas russos de que “o objeto da ciência da literatura não é a literatura, mas a literariedade” (Jakobson, 1971: 15). De acordo com esta noção, a literatura porta propriedades específicas na organização da linguagem e estas consistem no uso das palavras não em conformidade com os empregos destas na vida cotidiana. (Nota dos organizadores)

12. Para as discussões, inúmeras, a respeito desse tema, utilizaremos o recente *Dictionnaire du littéraire*, organizado por Paul Aron, Denis Saint-Jacques e Alain Viala (2002).

13. Observar os cortes adotados pela equipe quebequense sobre esse ponto.

Esse esforço para restabelecer um pouco de ordem e reintroduzir a coerência no mundo dos fatos literários pressupõe que não nos contentemos em retirar de cada época as grandes correntes que são impostas depois delas, mas, ao contrário, esforcemo-nos primeiramente em desenterrar, tendo como objetivo um inventário, a quase totalidade das obras. Num país como a França, no depósito legal, a *Bibliographie de la France* (considerando seus defeitos e lacunas), o *Catalogue de la librairie française* e outros instrumentos de trabalho mais conhecidos pelos especialistas permitem a reconstrução de uma primeira ideia da produção a partir de 1811. As categorias de classificação das resenhas dos livros endereçados ao depósito legal, como o *Journal de l'imprimerie et de la librairie* ou a *Bibliographie de la France*, frequentemente irritam o pesquisador contemporâneo, porque elas não são homogêneas e geralmente parecem irracionais. Porém, com suas imperfeições e graças a elas, nos é revelado alguma coisa das representações em curso em determinadas épocas. Desse modo, o aparecimento da categoria “Edições populares, canções, livros de propaganda” (“subsérie XIX/2” no jargão do periódico) em 1880 e seu desaparecimento em 1907 nos relata, à sua maneira, um fenômeno inexistente nas histórias oficiais: a existência de uma “livraria de calçada” (Mollier, 1997: 233-242), encarregada de veicular e difundir as produções de um gênero particular. Muito próxima da escrita dos textos dos tempos de juventude de Louis XIV, de algum modo essas *Mazarinades*¹⁴ (Jouhaud, 1987) hoje estudadas tais como são, ou os textos antimonarquistas que circularam entre 1788 e 1792 (e que contribuíram para o desbaratamento da autoridade da família real, arruinando o seu poder simbólico¹⁵), essa “literatura de calçada” do final do século XIX trata de gêneros literários hoje esquecidos – os convites humorísticos, os testamentos cômicos, por exemplo (Mollier, 1998: 75-91) – mas que moldaram esteticamente, segundo seus próprios códigos, as batalhas políticas do momento e exerceram uma função catártica próxima daquela que Aristóteles atribuía ao teatro.

Se essas edições populares, essas canções de atualidade ou de variedade, ou como ainda não eram chamadas, essas brochuras pró ou contra o ministro da Guerra Georges Boulanger, em acordo ou em desacordo com a sentença proferida pela Corte Marcial contra Alfred Dreyfus parecem muito distantes do campo literário propriamente dito, o que dizer dos milhares de vaudevilles e melodramas que encantaram nossos ancestrais, fizeram rir ou chorar as multidões e inflamaram o entusiasmo de importantes massas de franceses do século XIX? Sabemos muito bem que *L'Auberge des Adrets*, apresentada em 1827, *Robert Macaire*, em 1834, *Le chiffonnier de Paris*, em 1847, e *Les deux orphelins*, em 1874, foram sucessos consideráveis, incontestáveis dos palcos parisienses; mas quem, nos dias de hoje, realmente as viu encenadas? Como compreender o fracasso do drama romântico, das *Burgraves*, por exemplo, se não conhecemos os elementos de inteligibilidade sobre o que foi uma representação na capital da França, no século de Victor Hugo? Se não temos mais

14. Sátiras escritas contra o cardeal Mazarin, primeiro-ministro sucessor de Richelieu, durante a Guerra dos Trinta Anos. (Nota dos organizadores)

15. Ver Antoine de Baecque (1993).

na memória o fato de que uma peça raramente era encenada de forma isolada, era geralmente acompanhada de muitas outras (Gengembre, 1999), corremos o risco de perder de vista as condições concretas do espetáculo na época em questão e aplicar-lhe os critérios do tempo em que vivemos, sem os ingressos que permitiam o retorno dos espectadores em caso de saída das salas de espetáculo, sem a claque contratada para aplaudir os artistas (dois ingredientes típicos da época de Rachel e de mademoiselle Georges). Sem querer reabilitar absolutamente a produção dos d'Ennery (ou Dennery), dos Dumanoir, Clairville, Anicet Bourgeois, Bayard, Mélesville, Varin e outros renomados ou ditos figurinistas menos conhecidos que Félix Pyat e Eugène Scribe (os quais tiveram as honrarias de uma bibliografia universitária¹⁶), podemos extrair da releitura de suas obras alguns dados que permitem iluminar o teatro de Balzac, Flaubert ou ainda de Zola. Ao levar em consideração a grande circulação dos textos, de sua porosidade, ou melhor, seu caráter esponjoso, se nos é permitido em âmbito literário utilizar tal termo reservado em princípio a outro universo, o da imitação que tem um grande papel no círculo dos dramaturgos e o da imposição perceptiva do teatro no modelo de sucesso ou consagração do homem das letras no século XIX, procuraremos sem dúvida alguns meios suplementares a fim de melhor interpretar a obstinação de Balzac, Flaubert e Zola de quererem cada qual ser reconhecido como autor de teatro, uma vez que a posteridade geralmente os restringiu à categoria de romancistas.

16. Ver Guy Sabatier (1996), Jean-Claude Yon (2000).

17. Jogo de palavras com "honnête", honesto, e "Ohnet", nome do romancista. (Nota do tradutora)

No domínio do romance de folhetim, muito já foi escrito e Lisa Dumasy (1999) recentemente republicou os dossiês mais pertinentes sobre a querela dos anos 1840, que teve como desdobramento o voto de um imposto sobre os romances, o famoso "Projeto de Lei Riancey", de 16 de julho de 1850, e que 150 anos depois (Mollier, 2002: 115) aparece como o extremo da estupidez. Contudo, chegaremos a citar bem ou mal alguns dos principais nomes dos folhetinistas imprescindíveis da época: de Dumas pai à Souvestre e Allain, passando por Féval, Soulié, Sue, Ponson du Terrail e Leroux ou Lerouge (Dumasy-Queffelec, 1989; Kalifa, 1995). Quem ainda lê Léon Sazie, pai de Zigomar, Michel Zévaco, aquele dos Pardaillan, Xavier de Montépin (um pouco em destaque pela televisão), Charles Mérouvel, Jules Mary, Paul d'Ivoi, Georges Ohnet ou Dubut de Laforest? Todos eles foram lidos, admirados e, por que não o dizer, bajulados em seus tempos e as tiragens de seus romances ultrapassaram as melhores vendas de escritores mais lidos hoje, como Honoré de Balzac ou Émile Zola. Georges Ohnet, motejado por ser considerado pai da "literatura honesta" ("littérature 'Ohnete'")¹⁷, conheceu um sucesso imediato e prodigioso com a publicação de *Serge Panine* e *Le maître de forge* em 1881-1883 – tiragem de 300 mil exemplares para o primeiro título, editado por Paul Ollendorff, depois de recusado pelo filho mais velho de Calmann Lévy, para grande prejuízo do genitor (Mollier, 1984: 435). Quanto a Charles Mérouvel, é a ele que Arthème Fayard – segundo da família Fayard – pede para inaugurar a revolucionária coleção "O livro popular", em

1905 – romances inéditos com um número de páginas variando entre 600 e 800, ao preço de 13 tostões ou 65 centavos de franco. As tiragens nunca inferiores a 80 mil exemplares fizeram as edições francesas ingressassem na “era das tiragens dos cem mil exemplares” bem antes de Bernard Grasset pretender imprimir uma tal dinâmica ao setor editorial (Mollier, 2002: 73). Não se trata aqui de imitar os defensores americanos da corrente revisionista, que consiste, em algumas universidades, em retirar os escritores consagrados da lista dos autores estudados e substituí-los por figuras outrora em evidência, embora não mais debatidas, grupos minoritários, em nome de uma concepção particular de igualdade entre os homens, contribuindo para a leitura dos romancistas do século XIX imergindo-os completamente no seu tempo (o que, em tal nível de análise, exige se desembaraçar de todo julgamento sobre o valor das obras analisadas). Se Balzac, ele mesmo, cedeu ao demônio da escritura folhetinesca e se Zola redigiu *Les mystères de Marseille* (Mitterand, 1999: 531-532) em algum momento de sua carreira, é conveniente levar a sério esse período de sua produção. É preciso, para tanto, penetrar nas leituras realizadas pelo próprio Zola e, sem sombra de dúvida, o mergulho nas páginas de *Les houilleurs de polignies*, de Élie Berthet, será precioso para aqueles que desejam compreender melhor a gênese de *Germinal* (Cooper-Richet, 2002: 175-176). Zola leu, anotou e comentou o romance sobre os mineiros escrito por seu futuro colega da Société des Gens de Lettres enquanto preparava e redigia, para a Editora Hachette, o *Bulletin du Libraire et de l'Amateur de Livres*, que essa grande empresa remetia a seus clientes (Mollier, 1999: 382-385).

Para resumir nosso ponto de vista sobre o espaço literário de uma época – o século XIX francês e, evidentemente, todas as traduções que foram difundidas no país durante esse período –, é preciso um considerável esforço de historização da literatura. Para isso, deve-se seguir a linha traçada pelo *Manuel d'histoire littéraire* e logo depois pela *Histoire littéraire de la France*, assim como por *La vie littéraire au Québec* ou ainda, mais recentemente, a *Édition littéraire au Québec au XX^{ème} Siècle* (Michon, 1999), porém, essa responsabilidade, indispensável, não seria suficiente para abarcar toda a complexidade de um espaço de produção e difusão da literatura. Ao lado de capítulos consagrados à alfabetização, à escolarização, à edição escolar e universitária, aos manuais de todas as disciplinas em circulação nesse espaço (Mollier, 2001: 51-70), à imprensa em sua diversidade, às instituições de leitura as mais variadas – salas de leitura, bibliotecas das cidades ou de paróquias, de ateliês, de empresas ou associações (Richter, 1995) – à livraria, com vendas de livros novos ou sebos, ainda é necessário tentar compreender o que foi o universo ficcional dos homens e das mulheres que degustavam as aventuras imaginadas por Fenimore Cooper, Gustave Aimard ou o capitão Mayne Reid ou, em outro gênero, Delly, Maryzan e Max du Veuzit (Constans, 1999). Dois exemplos podem servir de referência ou de limite nessa empreitada (ou navegação): aquele tomado de empréstimo a

18. Ver Marie-Ève Therenty e Alain Vaillant (2001), para a França; Cambron e Lüsebrink (2000), que efetuam um trabalho similar no âmbito quebequense.

Marc Angenot, quando decidiu ler toda a produção francesa impressa no ano de 1889 – em realidade um quinto de toda a produção daquele ano, o que já é enorme, uma vez que o *corpus* inclui todas as disciplinas, não só a literatura (Angenot, 1989) – e aquele da equipe dirigida por Alain Vaillant, na Universidade de Montpellier III. Para entender melhor a revolução realizada pelo jornal *La Presse*, em 1836, esses pesquisadores leram a totalidade dos artigos publicados nesse ano no jornal de Girardin e não apenas os folhetins dramáticos e literários¹⁸ e, com isso, conseguiram desvencilhar a especificidade do fato literário, omnipresente na redação das notícias, tanto políticas como criminais. Ao que parece, por esse ponto de vista, é nessa tensão para compreender o passado que a história literária, intimamente associada à história cultural, pode começar a se renovar, sem que, para tanto, renuncie a suas próprias ambições.

Por uma história da legitimidade e da consagração literária

Se o estudo sobre a receptividade das obras permanece o ponto mais delicado e difícil a ser discutido, não obstante os trabalhos louváveis em matéria de divulgação dos horizontes de expectativas contemporâneos (Jaus, 1975; Iser, 1980), ou os que questionam os cânones oficiais da literatura no Quebec (Saint-Jacques, 1991-2002), a sociologia da leitura e a história da edição podem contribuir com suas especificidades. Ao seguir o caminho traçado por Donald F. McKenzie (1991) – que suscita reflexos de hostilidade ou de incompreensão em muitos professores de letras – pode-se estudar a receptividade de uma obra por meio de públicos variados. O exemplo do teatro elisabetano, em princípio reservado aos círculos aristocráticos e depois pouco a pouco popularizado por intervenção de edições totalmente diferentes das precedentes (por seu formato e seu aparelho textual) não é único. Roger Chartier (1987) opôs-se à visão teorizada por Robert Mandrou sobre a cultura popular e a cultura erudita ao reutilizar o *corpus* das obras da Biblioteca Azul de Troyes (Bollème, 1971), a fim de mostrar que os tipógrafos desta cidade, mesmo com poucos recursos, reciclaram a literatura aristocrática – ou “erudita” – no intuito de disseminá-la ao público ordinário nos séculos XVII e XVIII, e demonstrou que de nada serve a distinção radical entre dois tipos de cultura, uma vez que os mesmos textos circularam em todas as categorias sociais do período em análise. Se ele tem razão – ao insistir sobre a necessidade de levar em consideração as diversas leituras de uma mesma obra –, também podemos nos servir de suas pesquisas na tentativa de tornar perceptíveis e sensíveis os mecanismos de legitimação e de deslegitimação, tornando visível a pura e simples rejeição de produtos da imaginação humana. Ao mesmo tempo em que os romances de cavalaria perderam sua glória quando Cervantes escreveu *Dom Quixote de La Mancha*, ou as aventuras picarescas saíram de moda quando se transformaram em simples livretos azuis da Biblioteca de Troyes,

o mesmo aconteceu com autores mais recentes, que viram a desordenada variação de julgamentos de natureza estética pronunciados sobre suas criações na medida em que, elas mesmas, engrandeciam o círculo de amadores ou, melhor dizendo, davam aos *happy few* do início auditórios mais cheios e mais ruidosos, com pouca vigilância e menos reprimidos quanto ao seu modo de expressão, portanto, mais “vulgares”.

As desventuras de Pierre Loti, ao final de sua vida, e ainda, imediatamente após a sua morte, nos parecem reveladoras dos riscos impostos pelas edições de grande tiragem para quem as escolhe ou aceita como modo de divulgação de seu pensamento. Antes de Loti, Alexandre Dumas pai recebeu olhares fulminantes relacionados ao estigma da “literatura industrial”. Em seguida, o folhetinista mais célebre de seu século, Émile Zola (Parinet, 1992), viu-se difamado (sem dúvida por ter defendido a estética naturalista e igualmente devido à venda, com grandes esforços publicitários, de *L'Assommoir* em edição ilustrada pelos bulevares da cidade). Este “saltimbanco” – para falar como os irmãos Goncourt denunciando Flaubert quando o escritor espalhou o boato de que Michel Lévy pagou 30 mil francos por *Salammbô* ao invés de 10 mil, na tentativa de aliciar e fisgar o público de “crédulos” (Goncourt & Goncourt, 1991: 867) – certamente não agradou aos que ainda pensavam de acordo com sua época ou com o poeta, que deveria permanecer maldito para merecer sua consagração futura. Pierre Loti, inicialmente, foi apreciado por um público burguês, para o qual, afinal de contas, os amores contados em *Aziyadé* foram cuidadosamente corrigidos pelas edições Calmann Lévy, a fim de atenuar o conteúdo homossexual que emanava do manuscrito original (Mollier, 1988: 472-475)¹⁹. Transformado em escritor reconhecido, após a publicação do casamento de Loti em *Le mariage de Loti* – tranquilizador enquadramento do herói! –, do *Roman d'un Spahi*, e depois de *Mon frère Yves* e de seus grandes sucessos, foi conduzido à Academia, introduzido no corpo editorial de *Le Figaro* e de *La Nouvelle Revue* de Juliette Adam, na velha *Revue de Deux Mondes*, bem como na rival *fin-de-siècle*, *La Revue de Paris*, ressuscitada em 1894, o que lhe dava o direito de sonhar com um melhor conceito sobre sua obra do que aquele que lhe fora reservado pela a posteridade.

Após a morte de Anatole France, os surrealistas publicaram um virulento panfleto destinado a denunciar um impostor, aquele que eles designaram de modo impessoal como *Um cadáver*. Nessa mesma ocasião, André Breton tratou Loti como “idiota”, Barrès como “traidor” e France como “agente da polícia” (Bandier, 1999: 133). Diante desta condenação simbólica e pública de velhos ídolos da juventude, o oficial de marinha Julien Viaud foi o mais maltratado e o mais adornado por adjetivos que o fizeram parecer um imbecil ingênuo. Teria sido melhor ser designado como inimigo de classe, como foi Barrès e France – o primeiro era ainda reverenciado por seu estilo e o segundo, Prêmio Nobel de literatura, acabava de ter direito a funerais com

19. Por meio de carta (ver Mollier, 1988: 472-475), Émile Aucante solicita a Julien Viaud modificações no texto de *Aziyadé* no sentido de amenizar o seu conteúdo; solicitamos a Bruno Vercier uma análise mais literária desse romance de Pierre Loti (1989).

honras de Estado –, razão principal da provocação desse pequeno grupo formado por Aragon, Breton, Éluard, Drieu La Rochelle, Soupault e Delteil, que redigiram o ato de acusação endereçado ao “Tribunal da História” (Bandier, 1999: p. 129-134). Sem dúvida, esses defensores de uma autêntica revolução na literatura, reproduziam contra Pierre Loti os principais elementos do dossiê instruído pela esnobe estética burguesa, uma vez que o escritor desertou, no começo do século XX, o refinado círculo de seus primeiros leitores, seu público “natural”, para ser difundido em coleções populares e baratas destinadas a leitores ordinários e “vulgares”. Realmente era isso que os editores comerciais precisavam – “atirar pesado”! –, como promotores de grandes atacadões literários, verdadeiros “Boucicaut do livro”²⁰, Ernest Flammarion, principalmente, assim como Arthème Fayard – ousando, em 1904-1905, lançar suas coleções a 0,95 francos (ou € 2,90 atuais) cada exemplar da “Moderne Bibliothèque” ilustrada e a 0,65 francos (€ 2) os livros da coleção “Le Livre Populaire”. Assaltados por essa ofensiva sem precedentes, que remontava aos anos 1852-1855 (Mollier, 1999: 301-304), os profissionais menos populistas tiveram dificuldades para se alinhar aos concorrentes, bem como aos filhos de Calmann Lévy, uma vez que esses eram amigos dos príncipes de Orléans e se resignaram a lançar, por sua vez, uma coleção a 0,95 francos o exemplar em 1906 – a “Nouvelle Collection Illustrée” –, o que prejudicaria as condições de lançamento da obra de Pierre Loti (Mollier, 1988).

20. O autor emprega a expressão “Boucicaut du livre”, alusão a Aristide Boucicaut (1810-1877), fundador da então primeira grande loja de departamentos de Paris, *Au Bon Marché*, em meados do século XIX, durante as grandes transformações ocorridas na capital francesa durante o Segundo Império. (Nota dos organizadores)

21. Todos esses dados estão disponíveis no registro de tiragens das edições Calmann-Lévy.

22. Ver Jean-Yves Mollier (1980: 137-142) para observar o detalhamento das tiragens da obra de Zola.

As estatísticas de vendas do romance, referentes ao ano de 1892, mostram que as sucessivas tiragens de *Aziyadé*, depois de 14 anos de exploração ininterrupta, não totalizavam os 10 mil exemplares, que *Le roman d’un spahi* atingiu a marca dos 18 mil, enquanto *Mon frère Yves* alcançava 25 mil e *Le pêcheur d’Islande* totalizou 58 mil, com sucessivas reedições (Mollier, 1988: p. 475)²¹. Esses dados fazem de Pierre Loti um grande escritor da *Belle Époque*; suas obras foram publicadas na coleção de “capa amarela”, com a qual os autores debutantes sonhavam – a “Bibliothèque Contemporaine” – com exemplares comercializados por 3,50 francos, em contraposição à “Collection Michel Lévy”, a 1 franco o exemplar da edição reservada às vendas antecipadas. Ao aceitar, com muita relutância, fazer parte da “Nouvelle Collection Illustrée”, em 1906, Pierre Loti verá seus romances mudar de universo e subitamente cair no gosto do grande público. Assim, *Le mariage de Loti* terá uma tiragem superior a 300 mil exemplares, em 1919, e *Le pêcheur d’Islande* de 500 mil, para este mesmo período (Mollier, 1988: 478), o que levou o escritor à categoria dos autores mais vendidos de sua época. Ao compará-lo com Émile Zola (que se vangloriava de ser lido por todas as camadas da população), nenhum dos volumes da coleção “Rougon-Macquart” do autor de *Germinal* ultrapassou a marca dos 200 mil exemplares até o momento de sua morte (1902), nem mesmo *La débacle*²². Zola terá de esperar a publicação de sua obra na coleção “Livres de Poche”, depois de 1953, para obter tiragens comparáveis às de *Le Pêcheur d’Islande* e, com isso, ultrapassar Pierre Loti, em 1960-1965, e ganhar o título de autor mais vendido dessa grande coleção (Pagnier, 2000).

Não podemos deixar de questionar a relação que existe entre a entrada de Pierre Loti no regime da difusão em massa de suas obras e a abertura do processo de difamação do qual foi vítima. A mudança de ângulo de ataque empreendida pela crítica literária não se estabeleceu no campo – demasiadamente trivial, material, por conseguinte materialista – das tiragens espetaculares ou das vendas, mas colocaria em evidência um autor que tudo leva a crer que não teria sido maltratado, estigmatizado e levado à execração pública se permanecesse sendo editado nas coleções do início da carreira. Como foi preciso esperar a última década do século XX para que Loti conhecesse os favores da crítica universitária e fosse reconhecido pela “Bibliothèque de la Pléiade”²³, importa propormos análises de receptividade, uma vez mais, com o estudo minucioso do paratexto e o contexto editorial que enquadram suas obras. Nesse campo, as conclusões de um estudo em termos horizontais de receptividade dos leitores correm o risco de se chocarem com as realidades mais prosaicas que sublinhamos anteriormente. Por outro lado, para outras épocas e para outros escritores, ambas as abordagens podem revelar-se complementares ao considerarmos o suporte físico, as coleções, as capas, o formato, a tipografia, o caráter elitista ou, ao contrário, popular do exemplar; a expectativa de um leitor das séries “Harlequin” não é idêntica – será preciso lembrar? – à do consumidor dos volumes impressos em papel-bíblia pela “Bibliothèque de la Pléiade”²⁴.

Por uma abordagem social e cultural da literatura

Ao recusar *a priori* os julgamentos, partindo da vivência dos homens, das mulheres e das crianças (pois esses grupos produziram naturalmente literaturas particulares no século XIX) e tendo como intenção levar em conta tudo aquilo que foi lido em uma época (não somente como compreendia Gustave Lanson²⁵), o historiador cultural não é capaz de exaurir a questão que trata do “valor” dos textos. Mesmo não estando preparado para resolver esta dificuldade, que muitas vezes se entremeia pelos atalhos de um enigma, ele tenta exumar os materiais que, ao historicizar a obra consagrada, não a reduzirão ao seu contexto nem à suas condições de produção e difusão, mas se esforçam em “recontextualizá-la”²⁶. Por esta perspectiva, o trabalho do historiador cultural coincide com o dos literatos que, depois de muito tempo, tentam saber quais foram as leituras de um escritor e conhecer a composição de sua biblioteca a fim de melhor identificar as narrativas em abismo em seus escritos. Da mesma forma, a história da edição ofereceu à genética textual múltiplos materiais que estavam adormecidos nos arquivos das editoras, mas que se revelam preciosos para melhor apreciar o texto definitivo que é proposto por um escritor, por vezes censurado, após discussões e controvérsias, às vezes exaltadas, com o diretor da coleção ou com o próprio editor. O exemplo de Tocqueville, ao aceitar, após hesitação, a modificação, por sugestão de Michel Lévy, do título de seu manuscrito em 1856 – *A Revolução Francesa por O Antigo Regime e a Revolução* (Mollier, 1984:

23. Alain Quéla-Villéger (1998) trabalhou na obra e Bruno Vercier, no plano universitário, reeditou com apoio da Editora Flammarion as grandes obras de Pierre Loti, anunciando os volumes que apareceriam na “Pléiade”.

24. Os estudos universitários são realizados em coleções como a “Harlequin”. Sobre a matéria, ver Julia Bettinotti (1986).

25. O esforço de Gustave Lanson foi louvável, mas visava essencialmente ao estudo dos escritores “menores” ao lado dos “gigantes”.

26. No original, “remette en ‘situation’”; e o Jean-Yves Mollier adverte: “aqui não há relação com a coletânea de críticas de Jean-Paul Sartre publicada sob o título *Situations*”.

247-277) –, é suficiente para lembrar a importância desses depósitos de ossos literários que esperam os geneticistas ou os arqueólogos das letras.

27. Alguns historiadores recusam-se em trabalhar com esses literatos, por medo de verem sua disciplina posta no campo exterior ao das ciências sociais; por sua vez, os literatos permanecem reticentes a empreender o comércio, sob pretexto de preservação da “pureza” das obras, que são irredutíveis à sua historicidade.

28. Nas Américas, autores como Chester Himes et Dashiell Hammet, depois de vomitados pelos leitores “cultos”, são hoje estudados nas universidades e classificados no gênero banguê-banguê ou literatura de ficção científica. Na França, inúmeras são as reticências, mesmo se os atuais manuais escolares não negligenciam esses universos ficcionais (tentam, ao contrário, depois de 20 anos, utilizá-los para conduzir, insensivelmente, os alunos para outros horizontes).

29. Sobre o tema, ver Hans-Jürgen Lüsebin, York-Gothart Mix, Jean-Yves Mollier & Patricia Sorel (2003).

Para além dessas cooperações evidentes entre pesquisadores e disciplinas vizinhas²⁷, nossa defesa pela causa da exumação de toda a literatura de uma época leva a estudar todos os gêneros então apreciados pelos contemporâneos e a conferir à literatura em série todo o espaço que ela merece. A consideração do romance policial – de Balzac, com *Une ténébreuse affaire* ou de Gaboriau, com *L'affaire Le-rouge* e, segundo a genealogia que preferirmos, até *Meurtres pour mémoire* de Didier Daeninckx ou *Total Kheops* de Jean-Claude Izzo (para chegar até os dias atuais) – passa pela necessidade de estudar, tanto no colégio como na universidade, os autores que renovaram este tipo de escrita, com o exame da importância dos *faits divers* numa sociedade determinada. Desde *La Gazette des Tribunaux* (1825), cuja leitura influenciou Stendhal na escrita de *Le rouge et le noir* e Flaubert em *Madame Bovary*, ao jornal *Détective*, dos anos 1930, passando por *Le Petit Journal* ou *Le Petit Parisien* da *Belle Époque*, essa imprensa judiciária ou simplesmente inspirada pelo crime, importa compreender que a leitura preparou os espíritos dos indivíduos para definir um espaço de receptividade da literatura policial. Da mesma maneira, o horizonte de expectativas das leitoras – e dos leitores – dos romances sentimentais – vistos como romances de “metrô” hoje em dia – deve ser examinado de perto se desejarmos compreender o sucesso de livros assinados por Dely, Magali, Guy des Cars ou, mais tarde, por Barbara Cartland. A literatura banguê-banguê, de guerra, de espionagem, de ficção científica ou de terror, demanda idêntico trabalho de investigação, mesmo se o caráter repetitivo de *OSS 117* e outros “romances policiais” levam o pesquisador a se desviar dessas regiões tórridas pelas quais apenas o pai do detetive *San Antonio* parece poder passear sem se expor a um veredicto insolente, porque certos intelectuais bem midiaticizados afirmaram apreciar a invenção linguística que caracteriza ou caracterizava a prosa deste arguto investidor²⁸.

Conviria a este programa acrescentar o estudo dos espetáculos, das trovas e das canções que canalizaram públicos consideráveis às salas de espetáculos ou às ruas do século XIX, assim como incluir a leitura dos almanaques (que sabemos bem qual foi seu papel na hora de popularizar a ciência, as novelas, a política ou a ficção²⁹) e todos os suportes que serviram para difundir a literatura de uma maneira mais completa. É evidente que os jornais e as revistas, assim como os periódicos desempenham um papel específico na difusão da ficção ou da crítica literária, mas o objetivo não é apontar uma impossibilidade ou uma provável exaustão e sim tentar reinscrever o fenômeno ou o fato literário no universo onde nasceu. Tudo isso é social, evidentemente, mas também cultural, uma vez que concerne aos gostos, às distrações, ao tempo livre, às leituras, às audições ou às representações; esta abordagem da literatura poderia desaguar, se uma equipe pluridisciplinar tomasse

a decisão de escrever um painel a retratar algo como a *Vie littéraire en France*, da Renascença aos nossos dias, dando conta, de passagem, dessa “exceção bem francesa” a destacar, ainda hoje, o importante lugar do livro e da escrita na sociedade³⁰.

Referências

- ANGENOT, Marc. *Un état du discours social*. Québec: Le Préambule, 1989.
- ABRAHAM, Pierre; DESNÉ, Roland (Dir.). *Histoire littéraire de la France*. Paris: Livre-Club Diderot, 1974-1980, 12 vol.
- BAECQUE, Antoine de. *Le corps de l'histoire. Métaphores et politique. 1770-1800*. Paris: Calmann-Lévy, 1993.
- BANDIER, Norbert. *Sociologie du surréalisme. 1924-1929*. Paris: La Dispute, 1999.
- BARTHES, Roland. *Le plaisir du texte*. Paris: Éditions du Seuil, 1973.
- BELLET, Roger. *Presse et journalisme sous le Second Empire*. Collection “Kiosque”. Paris: Armand Colin, 1987.
- BETTIONOTTI, Julia. *La corrida de l'amour: le roman Harlequin*. Montréal: XYZ, 1986.
- BOLLÈME, Geneviève. *La littérature populaire en France du XVII^{ème} au XVIII^{ème} siècle*. Collection “Archives”. Paris: Gallimard-Julliard, 1971.
- BOTREL, Jean-François; MOLLIER, Jean-Yves. *Louis Hachette (1800-1864). Le fondateur d'un empire*. Paris: Fayard, 1999.
- CAMBRON, Micheline; LÜSEBRINK, Hans-Jürgen (Dir.). *Presse et littérature. La circulation des discours dans l'espace public. Études Françaises*, v. 36, n. 3, 2000.
- CHARTIER, Roger. *Lecteurs dans la longue durée: du codex à l'écran*. In: CHARTIER, Roger. *Histoires de la lecture. Un bilan des recherches*. Paris: Éditions de l'Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine (Imec); Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1995.
- . *Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Régime*. Paris: Éditions du Seuil, 1987.
- CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean (Orgs.). *Histoire de l'édition française*. Paris: Fayard; Cercle de la librairie, 1990-1991. 3 vols.
- CERTEAU, Michel de. *L'Invention du quotidien*. T. I: “Arts de faire”; Paris: Union Générale d'Éditions, 1980.

30. Priscilla Ferguson (1991) tentou analisar esse fenômeno cultural em *La France, nation littéraire*. É preciso começar um programa de pesquisa comparada a fim de explicar por que o livro ainda ocupa um lugar tão importante na classe política francesa, o que se revela singular no mundo de hoje.

CONSTANS, Ellen. *Parlez-moi d'amour! Le roman sentimental. Des romans grecs aux romans de l'an 2000*. Limoges: Pulim, 1999.

COOPER-RICHET, Diana. *Le peuple de la nuit*. Paris: Plon, 2002.

DUCHET, Claude; BARBÉRIS, Pierre. *Manuel d'histoire littéraire de la France*. T. IV: 1789-1848; T. V: 1848-1913. Paris: Éditions Sociales, 1972-1977.

DUMASY, Lise. *La querelle du roman-feuilleton. Littérature, presse et politique, un débat précurseur (1836-1848)*. Grenoble: Ellug, 1999.

DUMASY-QUEFFELEC, Lise. *Le roman-feuilleton français au XIX^{ème} siècle*. Collection "Que sais-je?", n. 2 466. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

FERGUSON, Priscilla. *La France, nation littéraire*. Bruxelles: Labor, 1991 [1989].

GENGEMBRE, Gérard. *Le théâtre français au XIX^{ème} siècle*. Collection "U". Paris: Armand Colin, 1999.

GONCOURT, Edmond de; GONCOURT, Jules de. *Journal. Mémoires de la vie littéraire*. Collection "Bouquins". Paris: Laffont, 1991 [1887-1896], 3 vols.

GUISE, René. *Le phénomène du roman-feuilleton, 1828-1848: la crise de croissance du roman*. Thèse (Doctorat Ès-Lettres) – Université de Nancy II, Nancy, 1975.

HOGGART, Richard. *33 Newport Street. Autobiographie d'un intellectuel issu des classes populaires anglaises*. Paris: Hautes Études; Gallimard; Le Seuil, 1991.

———. *La culture du pauvre*. Paris: Éditions de Minuit, 1970.

———. *The uses of literacy: aspects of working-class life, with special reference to publications and entertainments*. London: Chatto and Windus, 1957.

ISER, Wolfgang. *Der implizierte Leser, Kommunikationsformen des Romans von Bunyan bis Beckett*. München: Wilhelm Fink, 1980.

JAKOBSON, Roman. Do realismo artístico. In: EIKHENBAUM, Boris: *Teoria da literatura: formalistas russos*. Porto Alegre: Globo, 1971.

JAUSS, Hans-Robert. Der Leser als Instanz einer neuen Geschichte der Literatur. *Poetica*, n. 7, p. 325-344, 1975.

JOUHAUD, Christian. *Les mazarinades*. Paris: Aubier, 1987.

KALIFA, Dominique. *L'Encre et le sang: récits de crimes et société à la Belle Époque*. Paris: Fayard, 1995.

LEMIRE, Maurice; SAINT-JACQUES, Denis (Orgs.). *La vie littéraire au Québec*. Québec: Presses de l'Université Laval, 1991-2002. 5 vols.

LYONS, Martyn. *Le triomphe du livre*. Paris: Promodis, 1987.

LOTI, Pierre. *Aziyadé*. Paris: Flammarion, 1989.

LÜSEBINK, Hans-Jürgen; MIX, York-Gothart; MOLLIER, Jean-Yves; SOREL, Patricia. *Les lectures du peuple en Europe et dans les Amériques du XVII^{ème} au XX^{ème} Siècle*. Bruxelles: Complexe, 2003.

MARTIN, Henri-Jean. *Histoire et pouvoirs de l'écrit*. Paris: Perrin, 1988.

MATTELARD, Armand; NEVEU, Érik. Cultural studies' stories. La domestication d'une pensée sauvage? *Réseaux*, n. 80, p. 13-58, Nov.-Déc. 1986.

MCKENZIE, Donald. *La bibliographie et la sociologie des textes*. Paris: Éditions du Cercle, 1991.

MITTERAND, Henri. *Émile Zola*. T. I: "Sous le regard d'Olympia (1840-1871)". Paris: Fayard, 1999.

MICHON, Jacques (Org.). *L'édition littéraire au Québec au XX^{ème} Siècle*. T. I: "1900-1939". Montréal: Fides, 1999.

MOLLIER, Jean-Yves. Le parfum de la Belle Époque. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). *La culture de masse en France*, p. 75-115. Paris: Fayard 2002.

———. Histoire culturelle. In: ARON, Paul; SAINT-JACQUES, Denis; VIALA, Alain (Orgs.). *Dictionnaire du littéraire*. Paris. Presses Universitaires de France, 2002.

———. *Le manuel scolaire et la bibliothèque du peuple. La lecture et ses publics à l'époque contemporaine. Essais d'histoire culturelle*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

———. *Fondements scolaires de la légitimité culturelle. L'école de la III^{ème} République. Que vaut la littérature?* In: SAINT-JACQUES, Denis (Org.). *Que vaut la littérature?*, p. 247-264. Québec: Nota Bene, 2000.

———. *Louis Hachette (1800-1864). Le fondateur d'un empire*. Paris: Fayard, 1999.

———. Zola et la rue. *Les Cahiers Naturalistes*, n. 72, p. 75-91, 1998.

———. La librairie du trottoir à la Belle Époque. In: MOLLIER, Jean-Yves (Org.). *Le commerce de la librairie en France au XIX^{ème} siècle. 1789-1914*, p. 233-242. Paris: Éditions de l'Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine (Imec); Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1997.

———. *L'Argent et les lettres. Histoire du capitalisme d'édition. 1880-1920*. Paris: Fayard, 1988.

MOLLIER, Jean-Yves; LÉVY, Michel. *Michel et Calmann Lévy ou la naissance de l'édition moderne: 1836-1891*. Paris: Calmann-Lévy, 1984.

ORECCIONI, Pierre. Presse, livre et littérature au XIX^{ème} siècle. *Revue Française d'Histoire du Livre*, n. 7, p. 33-44, 1974.

PAGNIER, Aurélie. Le livre de poche: histoire des premières années d'une collection (1953-1961). Paris: IEP, 2000.

PARINET, Elisabeth. *La Librairie Flammarion. 1875-1914*. Paris: Éditions de l'Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine (Imec), 1992.

QUÉLA-VILLÉGER, Alain. *Pierre Loti, le pèlerin de la planète*. Bordeaux: Aubéron, 1998.

RICHTER, Noë. *Introduction à l'histoire de la lecture publique et à la bibliothéconomie populaire*. Bernay: A l'Enseigne de la Queue du Chat, 1995.

SABATIER, Guy. *Idéologie et mimésis sous la Monarchie de Juillet: le mélodrame de la République Sociale et le théâtre de Félix Pyat*. Thèse (Doctorat en Esthétique) – Université Paris VIII, Paris, 1996.

SAINT-JACQUES, Denis (Org.). *Que vaut la littérature?* Québec: Nota Bene, 1991-2002.

THERENTY, Marie-Ève; VAILLANT, Alain (Orgs.). *1836: l'an I de l'ère médiatique*. Paris: Éditions du Nouveau Monde, 2001.

THIESSE, Anne Marie. *Le Roman du quotidien*. Collection "Points". Paris: Éditions du Seuil, 2000 [1984].

VAILLANT, Alain. (Org.). *Mesure(s) du livre*. Paris: Éditions de la Bibliothèque Nationale de France, 1989.

VALLÈS, Jules. *Journalisme et révolution*. Tusson: Du Lérot, 1987, 2 vol.

VIALA, Alain. L'agrégation littéraire. In: SAINT-JACQUES, Denis (Org.). *Que vaut la littérature?*, p. 27-44. Québec: Nota Bene, 2000.

YON, Jean-Claude. *Eugène Scribe: la fortune et la liberté*. Paris: Librairie Nizet, 2000.

O popular no Brasil numa fábula de costume francesa: estéticas e mediações transatlânticas

Recebido: 29.06.16

Aprovado: 27.07.16

Andréa Borges Leão
& Edson Farias*

* Andréa Borges Leão é pesquisadora do CNPq, professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC); Edson Farias é Pesquisador do CNPq, professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (PPGSOL/UnB) e do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPMLS/Uesb), pesquisador do Grupo de Cultura, Memória e Desenvolvimento (CMD/UnB), editor da revista *Arquivos do CMD*.

Resumo: O ensaio procura elucidar um possível delineamento literário do popular, enquanto tema e estética, voltando os olhos para trás e percorrendo os processos de circulação transatlântica da cultura, na perspectiva sociológico-processual. Para tanto, situa a descrição e interpretação da fábula de Topaze nas figurações sociais e nos cenários de interpenetrações civilizatórias entre a França e o Brasil do século XIX, que possibilitaram a publicação e leitura das *Scènes de la vie privées et publique des animaux*. O par estrutural animalidade-humanidade, em meio ao espanto diante das inovações tecnológicas, diz respeito aos padrões de autorregulação e autocontrole dos afetos no mundo moderno, sintetizando experiências baseadas em trocas civilizatórias sempre instáveis e que, por isso, não deixam de enfrentar impulsos de descivilização.

Palavras-chave: popular no Brasil, circulação transatlântica da cultura, estéticas e mediações, interpenetrações civilizatórias, sociologia processual.

Rotas transatlânticas do popular

No prefácio do livro *Brésil littéraire. Histoire de la littérature brésilienne*, o autor, o romanista austríaco Ferdinand Wolf, observa que a vida social no Império do Brasil atraía a atenção dos europeus. Na segunda metade do século XIX, naturalistas, etnógrafos e historiadores elegem a natureza e a sociedade do país como objetos de estudos dos quais resultam importantes obras descritivas e analíticas.

Publicada em francês, a língua intermediária entre as nações banhadas pelo Oceano Atlântico, em 1863, em Berlim, a antologia de Ferdinand Wolf se pretendia a primeira a tratar de uma história da literatura no Brasil. O romanista comenta a presença de obras de escritores brasileiros nas bibliotecas de Lisboa e Coimbra, mas também a formação de uma coleção na Biblioteca Imperial de Viena, onde era funcionário¹. Wolf chega a falar da influência do Império Tropical na vida intelectual europeia. Pouco importa se sua avaliação é desmedida, porque conhecia o Brasil somente por leituras. Ou se 37 anos antes Ferdinand Denis já tivesse publicado, em Paris, o *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du résumé de l'histoire littéraire du Brésil*, no qual também se ocupava do desenvolvimento de uma incipiente vida literária brasileira.

1. A respeito dos dados biográficos de Ferdinand Wolf, consultar o artigo de Carlos Augusto de Melo (2008).

O que mais chama a atenção é que Ferdinand Wolf torna visível a atuação de uma rede intelectual de mediadores entre o Brasil e os países europeus. Uma rede de circulação vinculada ao mundo oficial – não por acaso dedica sua antologia ao imperador Pedro II –, mas também formada por viajantes e divulgadores de conhecimentos, como os escritores, tradutores e livreiros-editores. As tramas densamente entrelaçadas desta rede estendiam-se entre espaços e sistemas de trocas culturais diferenciados, alargando públicos de leitores e novos e rentáveis mercados, estimulando interpenetrações civilizatórias no que toca a processos de formação dos padrões de economia emocional. No Rio de Janeiro, os escritores Domingos Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto-Alegre e Ernesto França igualmente se empenhavam em contribuir com as bibliotecas alemãs, enviando livros.

É possível que cada uma das coleções europeias de livros brasileiros tivesse sua própria comunidade de leitores, científicas e mundanas. Wolf conta a história do geólogo Ferdinand de Hochstetter, passageiro da fragata Novara, que regressava a Viena de uma expedição que aportara no Brasil. Hochstetter tinha sido contratado pela Biblioteca Imperial para comprar livros durante a estadia no Rio de Janeiro. Outro importante artífice da circulação cultural foi o diplomata alemão Jean-Jacques de Tschudi. De volta a Berlim, colocou sua rica biblioteca à disposição das pesquisas para a antologia *Brésil littéraire*, conta o autor.

Da parte dos exploradores e cientistas que visitavam o Brasil, a publicação dos resultados das viagens ensejava debates críticos acalorados nos países de origem², e não apenas nas instituições e associações científicas que, via de regra, patrocinavam as viagens. Uma vasta e não menos difusa opinião pública ia sendo formada com a leitura dos relatos nos jornais e revistas já de grande circulação, ampliando o debate crítico sobre os problemas enfrentados no mundo colonial. Os artigos de Ferdinand Denis, Auguste de Saint-Hilaire e Adolphe d'Assier nos periódicos franceses *Revue des Deux Mondes* e *Journal des Débats* são ilustrativos do quanto as questões construídas no Brasil alcançavam dimensões transatlânticas. Ao abrirem debates sobre os temas polêmicos da campanha abolicionista e da imigração de trabalhadores europeus para a América do Sul, entre as teses da influência moral dos homens brancos sobre os de outras raças, os artigos atraíam a curiosidade de leitores médios, virtuais imigrantes, desejosos de se informar sobre as atualidades nas antigas colônias portuguesas e espanholas. Com o incremento do comércio de livros, as publicações em fascículos das viagens e o advento da leitura massiva dos jornais de vulgarização científica, os problemas que concerniam ao Brasil universalizam-se numa cultura política ampliada.

Por volta de 1840, as livrarias francesas abrem filiais no Rio de Janeiro. Os novos comerciantes oferecem coleções de clássicos europeus e, com elas, mitos de fundação

2. Sobre a participação dos intelectuais brasileiros nas revistas francesas, consultar Katia Camargo (2012).

da nacionalidade, sortimentos de romances, compêndios escolares, além de traduções portuguesas dos livros de viagens³. Como não havia passado literário a partir do qual inventar uma identidade nacional, a difusão da literatura estrangeira teve um lugar e um papel a cumprir na estruturação das letras brasileiras. Não se pode afirmar que este cenário fosse marcado tão somente pela influência de uma matriz cultural europeia já consolidada sobre outra em formação. O ângulo do sentido único da dependência cultural dos países periféricos em relação aos países centrais leva a pistas falsas quando se trata de estudar os contatos e as influências além das geografias nacionais, como relações identitárias em movimento. Tudo indica que o projeto de criar novos mercados para o livro francês na América do Sul, ainda que alicerçado no desequilíbrio das trocas entre um país hegemônico e ex-colônias periféricas, acabou por desenvolver espaços transnacionais de cultura. Para que a formação de espaços nacionais fosse possível, a partir da invenção de tradições literárias, foi decisivo o trabalho dos mediadores que operavam a exportação e importação de livros entre línguas geográfica e culturalmente diversas, somado aos fluxos das traduções. Vista por este ângulo, a atuação dos livreiros estrangeiros no Brasil revela a complexidade das trocas, dos empréstimos e das apropriações que estruturavam o mundo da cultura. Se o Brasil despertava curiosidades e desejos de conhecimento por suas questões sociais e políticas emergentes, as transferências literárias com a França jamais ocorreriam em pé de igualdade, visto que as relações de força eram linguisticamente favoráveis à França (Sapiro, 2008). Enquanto a cidade de Paris procurava sua afirmação como potência simbólica, a nação francesa pretendia ser um império cultural, lembra Mollier (2001).

Assim, dinâmicas históricas de interpenetrações civilizatórias iam acompanhando o tramado da circulação cultural e alimentando os circuitos europeus de difusão de livros e impressos para a América do Sul. Todo esse cenário encontra expressão em projetos de escrita sobre os povos coloniais. As estratégias do editor Pierre-Jules Hetzel para a publicação da coletânea juvenil *Scènes de la vie privées et publique des animaux – études des mœurs contemporaines*⁴ ilustram, em detalhes, os fluxos nos espaços transnacionais da cultura.

Neste ensaio, organizamos uma discussão sobre as estéticas e mediações do popular na fábula de costumes “Topaze, peintre de portraits”, um dos capítulos das *Scènes*, escrito por Louis Viardot. O enredo, ambientado entre a França e o Brasil, desenha os horizontes do popular no deslocamento transatlântico de um macaco ex-escravo, que faz o trajeto Floresta Amazônica → Paris → Floresta Amazônica. “Topaze, peintre de portraits” é uma sátira construída no deslocamento do herói e na mobilidade do livro. No primeiro tempo, procuramos mostrar como as alegorias do popular nas aventuras de um macaco metamorfoseado no duplo artista-fotógrafo conduzem às classificações do olhar francês sobre indivíduos que circulam por zonas de não

3. Sobre livrarias francesas que se instalaram no Rio de Janeiro, ver Márcia Abreu (2012).

4. “Topaze, peintre de portraits”, de Louis Viardot (1840), integra a coletânea organizada por Pierre-Jules Hetzel *Scènes de la vie privées et publique des animaux – études des mœurs contemporaines*.

reconhecimento no mundo colonial. Ou melhor, a figura do artista europeu racia-
lizado no personagem macaco apresenta ao leitor não apenas o exotismo de uma
espécie de zoo humano, mas coloca em debate quais indivíduos seriam passíveis
de moralização. Por um lado, se a selvageria animal poderia vir associada à trans-
gressão humana da arte, por outro, as aventuras do macaco-homem mostrariam
as dificuldades dos europeus em ajustar-se às modernas inovações tecnológicas. A
hipótese que norteia o argumento é a de que, na cartografia imaginária das viagens,
o resultado da inevitável mestiçagem entre índios, negros e colonos brasileiros inicia
a composição de um vasto acervo da alegoria plebeia nos trópicos, lúdica e telúrica,
dona de exacerbada vitalidade.

No segundo tempo, a fábula de Topaze é situada nos debates travados na rede tran-
satlântica de interdependências sociofuncionais em torno das questões do duplo,
da autenticidade e da singularidade individual. Tais problemas são levantados na
medida em que a semântica do popular contracena com a intervenção da técnica,
atravessando valores conferidos às concepções de arte e de ciência no quadro
da matriz europeia de valores institucionalizados da civilização burguesa industrial.
Interessa a figuração social de uma antropologia popular na qual os limites do hu-
manismo europeu são violados no perfil desmesurado de bárbaros cujo teor de vio-
lência embute as marcas corporais dos estigmas de raça na incompletude tornada
estilo.

A apropriação editorial da fábula, no século XIX, como gênero já praticado por Jean
de La Fontaine na corte de Luís XIV, torna-se oportuna para um debate que entre-
cruza raça e moral. Na fábula, as relações com os sentimentos nos padrões indivi-
duais de autocontrole são tratadas como fatos morais. Ao falar sobre as diferenças
naturais do reino animal, as fábulas problematizam as diferenças individuais nas
disposições sociais. A expectativa dos editores especializados em livros juvenis era a
de que os leitores reconhecessem seus retratos no espelho das narrativas.

Sob o ângulo da teoria da civilização, de Norbert Elias (1993), procuramos eluci-
dar um possível delineamento literário do popular, enquanto tema e estética da
transgressão, voltando os olhos para trás e percorrendo os processos de circulação
transatlântica da cultura. O par estrutural animalidade-humanidade, em meio ao
espanto diante das inovações tecnológicas, dizia respeito aos padrões modernos de
autorregulação e autocontrole dos afetos, sintetizando experiências baseadas em
trocas civilizatórias sempre instáveis e que, por isso, civilização e descivilização se
fazem contínuos cúmplices socioestruturais.

Circulação da cultura. Domínios e práticas do popular

O enfoque da fábula coloca, no primeiro plano, a problemática da circulação, ao mesmo tempo em que descortina e confere sentido ao modo como as descrições do exótico se articulam às representações do popular. A seguir, apresentamos uma nota metodológica sobre a figuração do popular na circulação da cultura.

Em primeiro lugar, a edição francesa do chamado livro pitoresco, como suporte de paisagens e modos de vida originais, ressignificava as fisionomias e os costumes dos habitantes de zonas distantes do globo, conferindo-lhes capital de visibilidade. Desse modo, a mestiçagem racial como produto brasileiro é assimilada pela indústria editorial do entretenimento que toma corpo em Paris⁵ na segunda metade do século XIX, em consequência da instrução universal e da alfabetização em massa. Muito provavelmente, a leitura do livro pitoresco contribuiu para as representações que os franceses tinham de si ao se apropriarem de textos sobre as alteridades tropicais.

5. A respeito da indústria editorial do entretenimento e do nascimento de uma cultura de massa na França do século XIX, consultar Jean-Yves Mollier (2008).

Em narrativas como a de *Topaze*, o popular circunscreve um conjunto de práticas que compreendem os domínios do socialmente não reconhecido e ainda marcado por uma ambiguidade ontológica. Ou melhor, a temática do popular acaba demarcando uma cartografia do ilegítimo articulada tanto à circulação da cultura quanto às modalidades de apropriação. Objetos marginais podem adquirir nobreza e consagração, a depender dos mecanismos classificatórios e dos usos que deles façam indivíduos e grupos mais ou menos legítimos. É submetido aos regimes de historicidade que o termo popular ganha ou perde força. Roger Chartier (1995) aborda um importante aspecto da circulação cultural ao situar o popular nos processos de difusão e apropriação de livros e impressos, relativamente independentes das intenções iniciais dos produtores e dos locais de produção. O historiador discute como livros cujos textos foram classificados como eruditos tornam-se populares a depender de intervenções editoriais – o recurso às ilustrações que acompanham as narrativas, a diminuição dos capítulos e parágrafos e o tipo das fontes empregadas na impressão com a finalidade de facilitar o entendimento. É preciso levar sempre em conta que o erudito e o popular são categorias definidas nos vários espaços e direções das trocas entre bens, ideias e agentes mediadores e, por isso, modulações da cromática cultural brasileira foram tão bem interpretadas nos debates ocorridos na França. Ao se deslocar entre os polos restritos e ampliados da produção simbólica, o popular qualifica um tipo de relação socialmente produzida, “um modo de utilizar objetos ou normas que circulam na sociedade” (Chartier 1995: 184), e que, lembrando Norbert Elias (2008), segue enlaçando os indivíduos em figuras de dependências recíprocas.

No debate que anima o século XIX em torno do pitoresco e do exótico, o popular entra como expressão das tradições culturais, instaurando áreas específicas de conhecimento, observa Renato Ortiz (1992). O tema é caracterizado por grupos de escritores românticos nacionalistas, que o inventam, sob o prisma da pureza e da autenticidade, e de intelectuais folcloristas, que o dotam de valor científico. A legitimidade conceitual adquirida pela ideia de cultura popular (ou tradicional) com a disciplina do folclore enquanto acervo de tradições resulta do esforço em sistematizar e controlar a dispersão de significados e práticas de resistência às culturas clássicas. É por esta via que indivíduos recriados como selvagens e naturais são apreendidos como populares e ilegítimos, ao mesmo tempo em que os relatos de seus modos de vida tornam-se modelos e contramodelos comportamentais, cognitivos e estéticos. Se um viajante estrangeiro olhava para um índio ou um negro africano do Brasil, transcrevia nos relatos os signos de suas representações estéticas. Como diz Michel de Certeau (2000), no sistema ocidental moderno, a relação com as alteridades tropicais é uma operação escriturária. Para além da tradução, o procedimento cognitivo implica renomear os significantes no movimento em que os codifica numa cosmologia cuja certeza de universalidade lhes confere visibilidade, mas os posiciona num patamar inferior de glória, qualificando-os como locais, regionais, extraordinários ou vulgares, até mesmo como menores e/ou marginais.

6. Consultar a publicação dos resultados do projeto de cooperação internacional "A circulação transatlântica dos impressos – a globalização da cultura no século XIX", coordenado por Márcia Abreu, do Instituto de Estudos da Linguagem, da Unicamp, e Jean-Yves Mollier, do Centre d'Histoire Culturelle des Sociétés Contemporaines, Université de Versailles – Saint Quentin en Yvelines: <<http://www.circulacaodosimpressos.iel.unicamp.br>>.

7. Este título consta na lista de obras do catálogo de vendas da Livraria de Baptiste-Louis Garnier para o ano de 1858, como parte da coleção juvenil da editora parisiense.

Editar o pitoresco. A comédia humana dos animais

Um interessante aspecto da circulação sugere que os livros franceses que se apoderavam ou recriavam ficcionalmente a vida social brasileira eram lidos simultaneamente na França e no Brasil⁶. É provável que tenha sido o caso dos volumes da *Scènes de la vie privées et publique des animaux – études des mœurs contemporaines*, postos à venda na Livraria de Baptiste-Louis Garnier, no Rio de Janeiro, como anuncia o catálogo para o ano de 1858⁷, ilustrando o que Nathalie Heinich (2011) considera popular por difusão massiva.

Em Paris, Pierre-Jules Hetzel, editor responsável pela publicação, debutou no comércio de livros em 1835. De acordo com Jean-Yves Mollier (1988), Hetzel, natural de Chartres, ao contrário de seus concorrentes irmãos Calmann-Levy, irmãos Garnier e Louis Hachette, não representa o modelo do homem de negócios do capitalismo editorial. Basta lembrar que Hachette conquistou o monopólio da venda de livros nos quiosques das estações de trem parisienses, inaugurando as chamadas bibliotecas ferroviárias destinadas a quem queria se distrair enquanto viajava (Mollier, 1999). Hachette constrói uma ruptura no mundo do livro por meio de um projeto liberal que impõe tanto a universalização da instrução como a livre concorrência. Baseadas nas estratégias de investimento multimídia em vários domínios,

como jornais e casas de espetáculo, acumulando capital com o negócio dos impresos, mas também em aquisições imobiliárias, as dinastias familiares do capitalismo editorial estavam empenhadas em defender a ordem estabelecida, pouco se arriscando a fazer crítica social com o negócio do livro. Em nada se assemelhavam a Hetzel, exilado na Bélgica após o golpe de Estado de Luiz Napoleão Bonaparte, em 1851. Republicano convicto e romântico no gosto, Hetzel foi perdendo autores para outros editores – a exemplo de Honoré de Balzac e Victor Hugo. Fazia a figura do empreendedor do passado, complementa Mollier (1988), incapaz de construir uma sólida empresa econômica e expandir os negócios para além do mercado Europeu. Suas edições jamais veriam a luz dos trópicos sem o trabalho de exportação levado a cabo pelo clã Garnier, cujo irmão mais novo, Baptiste-Louis, fez do Rio de Janeiro entreposto comercial do livro europeu na América do Sul. No momento em que a mundialização da cultura tomava impulso sob a vocação expansionista do comércio francês, Hetzel exilava-se na Bélgica. Preferiu investir na ornamentação dos textos e capas dos volumes, contratando artistas famosos.

Aplicada a noção do popular ao mundo das edições, pode-se afirmar que Pierre-Jules Hetzel foi um grande editor de romances populares⁸. Émile Erckmann e Alexandre Chatrian, ao lado de Victor Hugo, Jules Verne, Charles Nodier e Alexandre Dumas, são exemplos da disposição em oferecer livros baratos em fascículos a um público ampliado beneficiário das reformas educacionais, bem como às famílias da burguesia liberal do Império, ressalta Roger Ballet (1980). A popularidade da editora Hetzel vem definitivamente em 1864 com a “Bibliothèque Illustrée des Familles” e o periódico *Magasin d’Éducation et de Récréation*, em colaboração com Jean Macé. Esses dois empreendimentos editoriais abriram caminho para a coleção que deu estabilidade à editora, gravando-a nos anais da literatura universal de vulgarização científica, os *Voyages extraordinaires* da obra de Jules Verne. Além do mais, o editor beneficiava-se do fato de o livro já ser produto popular na França, o que o levou a estimular um consumo de massa a viabilizar conexões transatlânticas. Como bem observa Gisèle Sapiro (2008: 38), a partir de dados da *Bibliographie de la France*, entre o Primeiro e o Segundo Império, as tiragens de títulos quadruplicaram, passando de 3.000, em 1814, a mais de 13.800 títulos, em 1866.

Para o biógrafo do editor Hetzel, Jean-Paul Gourévitch (2005), nos anos de 1840, o tema dos animais falantes não era bem uma inovação na literatura francesa. O projeto de publicação das *Scènes de la vie privées et publique des animaux*, ao seguir a tradição de estudo dos costumes em fábula, satisfazia uma linha editorial propícia à indústria do entretenimento – educar e divertir –, e atendia às expectativas de um público massivo já concebido como “o povo”. Logo no prólogo do livro, Hetzel, com o pseudônimo de P. J. Stahl, assume a voz do narrador e imagina a figuração social de um grupo de animais domésticos e selvagens, herbívoros e carnívoros,

8. A revista *Rocambole* consagra a edição dos n. 68-69, do outono-inverno de 2014, a um dossiê inteiramente dedicado ao editor, “Hetzel, éditeur populaire”, sob a direção de Daniel Compère e Robert Soubret.

saídos de suas tocas do Jardin des Plantes, em Paris. Numa noite de primavera e enquanto a cidade dormia, reunidos em assembleia geral e transnacional – havia representantes de Viena, Berlim e de Nova Orleans –, atuando como homens, os bichos formam uma interdependência afetiva, nos termos de Norbert Elias (2008). A palavra de um determina a resposta do outro, o que era necessário ao equilíbrio das tensões ocasionadas pelo debate sobre seus direitos em face da espécie humana. Exatamente no dia do aniversário da morte de La Fontaine, os bichos decidem revoltar-se contra a brutalidade civilizatória dos homens e proclamar suas independências, escrevendo uma história popular (no sentido mais democrático possível), nacional e ilustrada da comunidade dos animais (Gourévitch, 2005: 40). Afinal, o grupo se questionava sobre a razão de os selvagens estarem sempre prontos para a guerra e os domésticos conformarem-se com o *status quo*. Uma convenção foi estabelecida pela assembleia: na escrita de suas vidas, a ação de cada animal traria características da própria espécie. Um macaco tropical nacionalizado francês tomou a palavra, discorreria sobre a macaquice, uma representação da aparência nas artes da imitação. A narrativa de Topaze falaria das tensões entre a originalidade da arte e a reprodução na fotografia.

Scènes de la vie privée et publique des animaux, obra coletiva assinada por autores célebres como Balzac, Charles Nodier e George Sand, e por outros menos conhecidos nos dias atuais, a exemplo do estudioso da pintura e tradutor de literatura espanhola Louis Viardot⁹. A obra foi publicada por Pierre-Jules Hetzel e Paulin, de 20 de novembro de 1840 a 17 de dezembro de 1842, em dois volumes ilustrados por Jean-Jacques Grandville. A intenção moralizadora e pedagógica do projeto é evidente, razão pela qual a obra foi inserida no catálogo juvenil. No prefácio do livro, Sthall diz que os animais, após a escrita dos contos em nome da espécie, decidiram ir a uma livraria conhecida no mundo pitoresco. Afinal, Hetzel e Paulin eram livreiros sem preconceitos em publicar um livro escrito por eles. A segunda edição sai com o título *Les animaux peints par eux-mêmes*, reforçando as semelhanças entre os homens e os animais. Se o leitor aceitasse o pacto proposto, poderia entrar na pele de um sagaz coelho, de um crocodilo, de um galante gato inglês ou de uma manhosa gata francesa, um cavalo puro sangue também inglês, um rato filósofo, um leão da África. O macaco do Brasil provocaria risos, mas também uma boa dose de reflexão sobre as diversidades, as desigualdades e a dominação entre os humanos.

A importância das *Scènes* pode ser medida por duas publicações similares e quase simultâneas. Para Ségolène Le Men (2002: 74), foram dois projetos em sintonia com a publicação juvenil de Hetzel: *Les français peints par eux-mêmes – Encyclopédie morale du XIX^{ème} siècle* (1840-1842, editado em Paris por Curmer) e *La comédie humaine* (1842-1848, inicialmente coeditado por Hetzel, Paulin e Jacques-Julien Dubochet). Tanto o primeiro – obra-prima do livro romântico ilustrado – quanto o

9. Colaboraram na coletânea *Scènes de la vie privée et publique des animaux*, Honoré de Balzac, Louis Baudé, Émile de la Bédollière, Pierre Bernard, Gustave Droz, Benjamin Franklin, Jules Janin, Édouard Lemoine, Alfred de Musset, Paul de Musset, Mme. Ménessier-Nodier, Charles Nodier, Georges Sand, P. J. Stahl (pseudônimo de Pierre-Jules Hetzel) e Louis Viardot.

segundo – verdadeira enciclopédia moral moderna – tornaram célebre Balzac. O escritor investiu tempo e dinheiro na chamada edição do pitoresco e na imprensa satírica. Na concepção de publicar a grande comédia humana na perspectiva dos animais, seguindo o gênero da obra que consagraria Balzac, o exótico como expressão do popular se impunha na pele do herói Topaze, que se viu aprendiz de artista em Paris, mas que acabaria reproduzindo retratos na floresta amazônica, como um estrangeiro em face de seus iguais.

O homem tropical como um macaco revela a presença de teorias racistas na edição juvenil francesa. Desde a segunda metade do século XVIII, o pensamento naturalista europeu vinha tentando formular explicações sobre as diferenças entre os povos, ora baseadas nos estágios de civilização ou barbárie, ora por meio de uma gama de causalidades que iam da geografia e do clima à cor da pele etiquetada como raça. Estas teorias – dentre as quais se destaca, no universo simbólico juvenil, a do cientista natural do Jardin des Plantes Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon, autor de compêndios de histórias gerais dos homens e dos animais – referendam o lugar de inferioridade ocupado pelos negros nas sociedades coloniais. Uma das expressões mais fortes das avaliações negativas dos naturalistas a respeito dos negros – mostra Eneida Sela (2008), em seu livro sobre o imaginário científico dos viajantes europeus – associava-os aos macacos. Assim, uma ideia de zoo humano é construída como recurso ao enquadramento dos africanos em etapas evolutivas de padrões morais. É interessante notar como mais uma questão classificatória se sobrepõe à da raça moralizada no projeto de Hetzel e Viardot. Nas cenas de costumes da vida parisiense, a figura surpreendente do macaco-homem e da prática da “macaqueação”, usando a expressão de Maria Lúcia Pallares-Burke Garcia (1996), é a contraimagem do artista romântico europeu. Ou melhor, o macaco-homem é o inverso da personalidade única do artista que reivindicava autoridade como gênio criador. O escritor Louis Viardot e o gravurista Jean-Jacques Grandville, aproveitando-se das sutilezas do pensamento racial, criaram à francesa¹⁰ Topaze, com humor e perspicácia sem torná-lo caricato. Por isso, é objetivo das *Scènes*, lembra Pallares-Burke Garcia,

apresentar um quadro satírico, leve e claro da sociedade, no qual os leitores reconheceriam a si próprios e aos outros nas paixões, nos vícios e nas ambições dos animais (Pallares-Burke Garcia, 1996: 19),

fazendo coincidir o subtítulo da obra – *études des mœurs contemporaines* – e a trama de cada um dos contos. Não se pode perder de vista que o autor das aventuras de Topaze foi tradutor de romances espanhóis picarescos do século XVIII, enormes sucessos nos folhetins no século XIX, e que certamente interferiram na construção da imagem do popular no Brasil.

10. No texto, não há referências ao autor espanhol traduzido por Louis Viardot.

A ficção juvenil do século XIX, seguindo a tradição dos fabulistas do Antigo Regime, tinha o propósito de colocar a moralidade em ação, desencadeando no leitor o autocontrole das pulsões e dos afetos (Elias, 2010), talvez justificando o final trágico de Topaze: sua imersão nas profundezas do rio Amazonas, vencido pela desolação. Ao mesmo tempo, Topaze se via açoitado pelos efeitos de instabilidade ontológica gerados pela circulação e duplicação. Ainda que racializado na condição colonial dos trópicos americanos, o macaco não se reconhecia em suas origens; ao lhe ser vetado o *status* de artista, submergiu na banalização de sua obra, na medida em que se constituía numa multiplicação progressiva, apagando-lhe qualquer vestígio de originalidade. Este é o dilema que põe à prova a perspicácia do herói na fábula: pulsa-lhe a ambígua posição entretida na mutualidade dos sentimentos primitivos, bárbaros e civilizados.

Estéticas e mediações do popular: Topaze, pintor de retratos

Quais seriam a lição moral e a crítica social previstas por autor e editor em *Topaze, peintre de portraits*? Por que motivo um macaco metamorfoseado no duplo artista-fotógrafo provocaria o riso? A cena tropical onde se ambientam os embates entre a singularidade da pintura e a arte massificada da fotografia desenha um mapa do popular como cultura do ilegítimo. Embora Topaze tenha se tornado figura pública após deixar o estado natural, em Paris, adquiriu celebridade entre seus semelhantes sem, contudo, ser identificado como artista. O destino de Topaze foi o de ser um inautêntico, aos olhos dos homens da Europa e aos dos bichos da floresta que o viram nascer.

O narrador de sua aventura – Sapaju, macaco negro que se apresenta ao leitor como discípulo, confidente e historiador do mestre –, não o descreve simplesmente como vítima. Topaze partiu do Brasil macaco-criança e voltou macaco-homem instruído e civilizado. Não lamentava a partida do Brasil. Tinha sido posto à venda pelos índios caçadores no Rio Grande, como escravo, junto a uma carga de papagaios, colibris e peles de búfalo, com destino ao porto do Havre, na França.

Durante a travessia do Atlântico, em meio às traquinagens, mordendo os marinheiros e saltando no mastro como se estivesse numa árvore, é batizado pelo capitão do navio, que conhecia bem Voltaire, com o nome Topaze, inspirado no criado do jovem sonhador Rustan, personagem do conto *Le blanc et le noir*, mas também por causa de seu rosto marrom e peludo. Esta primeira descrição da cor da pele morena ou parda do macaco remete a uma simbolização da mestiçagem como produto brasileiro. Ou melhor, a uma apropriação erudita da cromática cultural no Brasil. Este ato de nomeação traz em si todo o processo de racialização de povos africanos e ameríndios subal-

ternizados, durante o período colonial nas Américas. A propósito, as representações de uma natureza racializada serão exploradas e expostas tanto no delineamento da silhueta de Topaze como no esclarecimento de suas atitudes e de seus gestos.

No início, Topaze é representado como um ser primitivo na escala da evolução animal. Egocêntrico, o que realça de seu comportamento aos olhos europeus é a gaiatice de uma criança levada, diz o narrador. Embora construído a partir de valores de pureza e autenticidade, sua alegria plebeia também evoca sedução e despudor. Uma vez em Paris – continua Sapaju –, Topaze adquire a aparência dos heróis picarescos das novelas exemplares e dos romances espanhóis dos séculos XVI e XVIII, um Lazarille des Tormès (1554) e um Gil Blas (1715), grandes sucessos nos folhetins. Provavelmente, os atributos físicos e o caráter dos personagens espanhóis, plebeus de peles morenas alimentassem a imaginação de Louis Viardot sobre o Brasil. Viardot traduziu outras novelas espanholas para o francês, ao lado do *Dom Quixote de La Mancha*, romance de Miguel de Cervantes. Foi importante tradutor da literatura russa contemporânea, talvez outra fonte mais de inspiração para a imaginação do Brasil.

Educado por uma distinta senhora como um príncipe mimado que sabia fazer rir, Topaze cresceu num *boudoir* da rua Neuve-Saint-Georges. Um belo dia, tomado do acesso de humor maligno – incontrolável vício selvagem –, morde o rosto do barão protetor de sua protetora – continua o narrador. Pode-se imaginar como besta feroz um macaco de maus modos que morde. Cabe uma questão: como ficaria o jovem europeu diante de um espetáculo de ferocidade? Participaria, horrorizar-se-ia ou se encantaria? A solução para a desfeita foi a dama enviá-lo secretamente para o ateliê de um pintor onde costumava posar como modelo. Neste trecho, o narrador chama a atenção para a formação das vocações artísticas. Uma vez no ateliê, Topaze simplesmente decide ser pintor. Preso aos efeitos da representação como teatralidade – incontrolável vício parisiense, pode-se dizer –, ele sempre sonhara com a condição bela, livre e gloriosa da arte. Essas idealizações não eram arbitrárias, correspondiam às representações de uma nobreza vocacional dos artistas, típicas do século XIX, como observa Nathalie Heinich (1996). Com o humor de uma crítica social e, ao mesmo tempo, articulando a gravura à indicação de uso moral da fábula, Grandville desenha Topaze como um moderno e atual pintor renascentista, vestido com capa de gola alta e chapéu de abas largas na cabeça, dando-lhe o ar de um retrato de Van Dyck (Figura 1).

Topaze desafia a natureza humanizando-se na arte civilizada. Frequenta escolas, torna-se aprendiz de pintor. Mas, como o gesto criador não é um gesto reprodutor, observa ainda Heinich (1996) sobre os regimes românticos de singularidade, faltavam a ele o talento inato, o traço genuíno e uma musa, ainda que de inspiração



Figura 1

artificial. Sobrava-lhe de original apenas a brutalidade. Quando o mestre deixava o ateliê, com a mão ligeira – diz o narrador –, o macaco cobria a pintura com camadas de tintas, aplicava cores sobre cores, refazendo a obra já feita. Orgulhoso e glorioso, Topaze olhava à distância e dizia, “eu também sou pintor”. No momento em que se viu na contingência de passar da imitação ao original, tropeçou no traço. Uma tela em branco colocou-o à prova, adeus talento. Foi então que o mestre e os discípulos aconselharam-no a buscar outro meio de vida. O narrador tenta convencê-lo a seguir o exemplo dos judeus da Idade Média, que estudavam medicina com os árabes a fim de aplicá-la entre os cristãos. O mesmo se passaria com um animal ao transmitir os conhecimentos da arte dos homens aos outros animais. Topaze adoece de desolação, sua destreza na superposição de imagens fora mal interpretada como trabalho inautêntico.

Por esta época, um pintor de interiores afeito à decoração e demais artes utilitárias de ofício, de nome Daguerre, descobria uma arte, a fotografia, exercida por um aparelho batizado com o nome do inventor, o daguerreótipo. Outra vez, Topaze deixa fluir sua ferocidade roubando a bolsa de um cliente do mestre a fim de comprar um aparelho de retratos. Aqui aparece uma crítica social revestida de moralidade. Sapaju justifica a ação do herói lembrando os tempos dos padres jesuítas, evangelizadores de uma América coberta de ouro e pedras preciosas: os fins justificavam os meios. Com o dinheiro roubado, o artista fica no meio do caminho do objetivo

grandioso que se impusera. No estado de cultura e após o aprendizado da cópia no ateliê que o leva a assimilar a civilização, mas não o talento, acaba aprendendo o ofício da fotografia. Uma hipótese permite interpretar este trecho. Em contato com a nova técnica moderna de reprodução das imagens, o herói tropical realiza a transição da animalidade à humanidade, tornando-se figura pública de uma missão civilizatória. Já não era mais um prisioneiro de guerra vendido como escravo, livre como um bruto civilizado retorna ao Brasil com o prestigioso título de viajante, ou melhor, de viajante artista parisiense.

De volta à selva amazônica, sua situação se inverte. A primeira iniciativa é comprar um servidor, que seria o narrador de suas aventuras no Jardin des Plantes, a quem chama Ebène. Outra lição é dada ao leitor: imitando os homens que encontram nas diferenças de pele uma razão para a existência de mestres e escravos, ele constrói uma rica cabana ornada com flores de lótus, no centro de uma clareira como se fosse uma praça. Topaze passa a desempenhar o papel de mediador na circulação transatlântica e a despertar nos animais da floresta a mesma curiosidade da leitura francesa do modelo tropical. O que pode significar uma crítica moral às modernas celebridades na pintura e às ligações emocionais que suas presenças ensejam. Topaze deveria produzir autenticidade na reprodução. Sua aura de artista resulta das ambivalências que envolvem a popularidade conquistada como fotógrafo e a estranheza causada no olhar dos outros bichos. A segunda iniciativa é pendurar uma placa no novo ateliê de fotografia com a indicação “Topaze, pintor de retratos em Paris”. Uma descrição humorística e didática do pitoresco de macacos escravizados e de pássaros cortesãos deslumbrados com a França confronta os conceitos de raça e civilização aos regimes da singularidade artística e às identidades culturais periféricas, mostrando que Viardot e Grandville viam o jogo da colonização como dependência de uns em relação aos outros, incluindo os ilegítimos na ordem escravocrata. Tudo leva a crer que ao personagem Topaze foi atribuída uma tarefa civilizadora de regulação social.

Neste jogo em que duplos se referenciam entre si, a ideia de raça aparece claramente quando o artista fotógrafo recebe a visita de um grupo de macacos curiosos, “ladinos e invejosos” que acabam roubando a sua máquina de retratos, embora sem saber fazer funcioná-la (Figura 2). Felizmente, não eram iguais os contrafatores de livros belgas – acredita o narrador – que tudo copiavam. Lição para o leitor: seria bem mais fácil reimprimir um livro francês na Bélgica do que fabricar um aparelho na selva. A moral da cópia é a de que os inimigos – adverte Sapaju – podem estar entre os nossos iguais, quem sabe, na corporação dos livreiros franceses. Hetzel foi um ferrenho adversário das contrafações.

Os bichos na floresta ilustram o lado sensual do país amazônico. São descritos como animais vivendo numa idade de ouro, bons selvagens aninhados em um continente



Figura 2

edênico. Sem noções de propriedade e herança, seus corpos não possuem almas de tão acostumados ao trabalho mecânico, o que poderia realçar os efeitos de encantamento e de imitação de Topaze, artista físico e não mais pintor. A partir daí, vemos a composição narrativa de uma estética do popular, com a descrição da beleza física bem como dos ornamentos dos animais. Numa vida de floresta hierarquizada, aventurando-se no terreno das ambiguidades, a cultura popular mostra os possíveis descaminhos e manobras no mapa civilizatório.

Neste ponto, outra questão se impõe: ao considerar as relações de poder na figuração animal, quem teria mais nobreza e distinção cultural sobre o outro? Os pássaros ajudam a divulgar o trabalho de Topaze e um grupo de macacos espertos tenta roubá-lo, copiar a sua máquina, mas consegue fabricar tão somente uma caixa vazia sem o mecanismo interno. Um dia, um animal de peso, um urso, resolve colocar o seu talento à prova. Embora sua imagem tenha diminuído na reprodução infiel da fotografia, o pesado urso¹¹ se mirou esbelto e gracioso. Presenteou a urso, que pendurou a imagem do amado no pescoço. Logo, o pássaro real veio com a corte de súditos. Pousados nas costas de Topaze, faziam críticas e indicavam os defeitos a fim de lisonjear o galante príncipe (Figura 3).

O pavão, outro retratado, admirava-se como num espelho. Acabou presenteando-se com a própria imagem, tal o milagre operado no laboratório do artista de Paris. Até

11. Note-se a curiosa presença do animal urso, que não existe nas florestas tropicais.



Figura 3

uma trupe de jovens leões, filhos de poderosas famílias coloniais, apareceu para testar os cliques. Um artista moderno deveria unir-se aos imperativos da autenticidade, o que explica as estratégias do macaco em produzir originalidade na reprodução da fotografia.

Topaze conquistara tanto reconhecimento e riqueza, apesar das pequenas contrariedades, em sua missão moralizadora que pensou em aposentar-se. Até que, um dia, o sultão Poussah, um elefante, desferiu-lhe o golpe final encomendando-lhe um retrato. O sultão agia do mesmo modo – conta o narrador – que Francisco I ao convocar da Vinci. Poussah, infelizmente, não se reconheceu na miniatura da imagem retratada. Mirou-se e viu a insignificância de um rato, apesar de Topaze tê-lo clicado com profunda atenção. Para o soberano, tal pequenez – comenta Maria Lúcia Pallares-Burke Garcia – só poderia ser obra de intermediário de país civilizado “interessado em difundir inovações e maravilhas e em subverter a obediência à autoridade natural constituída” (Pallares-Burke Garcia, 1996: 22). Furioso e convencido de que a invenção aportara do Velho Mundo para corromper os bichos, Poussah destrói a máquina do fotógrafo com uma fatídica patada, como que se indagando: quem seria capaz de recolonizar a floresta amazônica? Bravo! grita a galeria presente. Arruinado, Topaze, um pintor de retratos, sai correndo e se atira abraçado à sua máquina no rio Amazonas (Figura 4).



Figura 4

Última palavra

A invenção literária da Amazônia do Brasil como país imaginado, com florestas, rios, cortes e cidades, também é a invenção de sentimentos e expectativas em jovens leitores que, como os europeus das coleções de livros brasileiros em Viena, talvez já formassem, em 1840, uma comunidade própria de interpretação. Não por acaso, os franceses bem informados tinham os olhos voltados para o Brasil. Um olhar admirado que se estendia sobre uma cultura distante mas observava sob o prisma classificatório de tipos humanos e da elaboração de uma ciência dos costumes. Na fábula de Topaze, um jogo de repulsas e mútuas atrações é revelado em imagens acionadas do reino animal. O macaco-homem desafia a natureza humanizando-se na arte civilizada, ele mesmo que já havia sido animalizado como raça inferior pela condição colonial. Topaze é uma ilustração individual das vicissitudes geradas pelos padrões sociais de regulação que acompanhavam um cenário de inovações tecnológicas na sociedade europeia da primeira metade do século XIX.

A catalogação sob o prisma popular seguia o receituário naturalista da raça e deveria atizar a curiosidade do público com toques de exotismo e boas doses de humor. As convenções editoriais, que visavam formar um leitorado comum nos dois lados do Atlântico, aliadas às astúcias da fábula como gênero de forte apelo pedagógico,

que prendiam o leitor por meio de identificações, garantiram o sucesso das viagens literárias como a de Topaze. Índios, negros e mestiços, ícones da admiração ocidental esteticamente recriados, conquistam popularidade e valor na medida em que são difundidos pela vulgarização da ciência e pelos livros de entretenimento destinados a educar e divertir. Só assim, tornados objetos de consumo em larga escala, celebridades do exótico, estes ícones ampliariam seus conhecimentos e reconhecimentos em comunidades de leitura mais alargadas.

No limite, a fábula de Topaze formaliza o problema da triangulação transatlântica entre África, América e Europa nas circulações culturais, pressionando novas interpenetrações civilizatórias já intensificadas desde as grandes navegações. E rotas e itinerários pelos quais padrões de dominação racial se impuseram e hierarquias envolvendo corpos, ideias, práticas, fazeres e saberes foram sedimentadas. Assim, classificados como primitivos, os traços fenotípicos dos negros e mestiços contracenaram com os estigmas da inferioridade cognitiva e moral. De acordo com a mesma taxionomia, as imagens do popular adquiriram relevo como signos de uma naturalidade próxima a de bárbaros impulsionados pela destemperança dos impulsos vitais. Seriam, portanto, expressões da ausência daquela veracidade afetiva, mas submetida à capacidade de autocontrole moral-cognitivo. Atravessadas em sua formação por essa lacuna, as economias emocionais dos seus agentes estariam à mercê das promiscuidades. Movido por esses vícios naturais, o macaco-homem Topaze se deixa levar pelos encantamentos diabólicos da técnica, com seu sedutor poder maquinal de duplicação. Por fim, na fábula, a incompletude intrínseca à gramática do popular abarca os elementos próprios da estrutura social urbano-industrial e consolida o dueto entre o duplo e a ambiguidade tornada parte da modernidade cultural em que se complicam as divisões entre natureza e cultura. Última palavra: na fábula do herói tropical e francês, a solidez da glória humanista enfrenta a instabilidade dos incivilizados, ou melhor, depara-se com a descivilização a se insinuar como estilo, como forma artística própria à antropologia dos bárbaros populares.

*Abstract: The essay seeks to elucidate a possible literary design having common people's lives and values as theme and aesthetic, reviewing the transatlantic processes of culture circulation, in a sociological-procedural perspective. To this end, it locates the description and interpretation of the fable of Topaze in the nineteenth century's social figurations and cenarios of civilizatory interpenetration between France and Brazil, which made possible the publication and readings of *Scènes de la vie privées et publique des animaux*. Amidist an atmosphere of astonishment before the technological innovations, the structural pair animality-humanity synthesizes the modern world self-regulatory and emotional control standards in the context of unstable civilizatory exchanges.*

Keywords: Popular in Brazil, transatlantic circulation of culture, aesthetic and mediations, interpenetrations civilizing, procedural sociology.

Referências

- ABREU, Márcia. Libraires et éditeurs français à Rio de Janeiro: les cas de Paul Martin et Pierre Constant Dalbin. In: COOPER-RICHET, Diana; MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). *Le commerce transatlantique de librairie, un des fondements de la mondialisation culturelle*, p. 17-30. Campinas: Unicamp; Publicações IEL, 2012.
- BALLET, Roger. De Hetzel éditeur à P.-J. Stahl journaliste. *Europe*, p. 13-30, v. 619-620, 1980.
- CATALOGUE DE LA LIBRAIRIE DE BAPTISTE-LOUIS GARNIER. *Livres classiques, d'instruction publique, d'éducation, et livres illustrés pour la jeunesse (en français, allemand, anglais, espagnol, grec, italien et latin)*, v. XIV, 1858.
- CAMARGO, Katia Ali Franco. Le Brésil créé par les publicistes français aux XIX siècle: la *Revue des Deux Mondes*. In: COOPER-RICHET, Diana; MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). *Le commerce transatlantique de librairie, un des fondements de la mondialisation culturelle*, p. 103-120. Campinas: Unicamp; Publicações IEL, 2012.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. São Paulo: Forense Universitária, 2000.
- CHARTIER, Roger. Cultura popular. Revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, v. 8, p. 179-192, 1995.
- ELIAS, Norbert. *Au-delà de Freud. Sociologie, psychologie, psychanalyse*. Paris: Éditions de la Découverte, 2010.
- . *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- . *O processo civilizador. Uma história dos costumes*. v. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- GOURÉVITCH, Jean-Paul. *Hetzel. Le bon génie des livres*. Paris: Éditions du Rocher; Le Serpent à Plumes, 2005.
- HEINICH, Nathalie. La consommation de la célébrité. *L'Année Sociologique*, v. 61, n. 1, p. 103-123, 2011.
- . *Être artiste. Les transformations du statut des peintres et des sculpteurs (50 questions)*. Paris: Klincksieck, 1996.
- LE MEN, Ségolène. La "littérature panoramique" dans la genèse de "La Comédie Humaine": Balzac et "les Français peints par eux-mêmes". *L'Année balzacienne*, v. 3, p. 73-100, 2002.

MELO, Carlos Augusto de. A história da literatura brasileira “vista de fora” – a contribuição do estrangeiro Ferdinand Wolf (1796-1866)”. *Ipotesi*, v. 12, n. 1, p. 75-87, 2008.

MOLLIER, Jean-Yves. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo. Ensaio sobre história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

———. La construction de système éditorial français et son expansion dans le monde du XVIII^{ème} au XX^{ème} siècle. In: MOLLIER, Jean-Yves. *Les mutations du livre et de l'édition dans le monde du XVIII^{ème} siècle à l'an 2000*. Paris; Québec: L'Harmattan; Presses de l'Université Laval, 2001.

———. *Louis Hachette (1800-1864). Le fondateur d'un empire*. Paris: Fayard, 1999.

———. *L'Argent et les lettres. Histoire du capitalisme d'édition. 1880-1920*. Paris: Fayard, 1988.

ORTIZ, Renato. *Românticos e folcloristas. Cultura popular*. São Paulo: Olho d'Água, 1992.

PALLARES-BURKE GARCIA, Maria Lúcia. *Nísia Floresta, o Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAPIRO, Gisèle. Mesure du littéraire. Approches sociologiques et historiques. *Histoire et Mesure*, Année XXIII, n. 2, p. 35-68, 2008.

SELA, Eneida Maria Mercadante. *Modos de ser, modos de ver: viajantes europeus e escravos africanos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

WOLF, Ferdinand. *Brésil littéraire. Histoire de la littérature brésilienne. Suivie d'un choix de morceaux tirés des meilleurs auteurs brésiliens*. Berlin: A. Ashere & Co, 1863.

VIADORT, Louis. *Topaze, peintre de portraits*. In: HETZEL, Pierre-Jules (Éd.). *Scènes de la vie privées et publique des animaux – études des mœurs contemporaines*. Paris: Hetzel et Paulin, 1840.

As viagens da favela e a vida social dos souvenirs

Recebido: 29.06.16

Aprovado: 27.09.16

Bianca Freire-Medeiros
& Palloma Valle Menezes*

Resumo: Este artigo resgata e examina a biografia da favela turística a partir de sua cultura material. Souvenirs produzidos e comercializados em duas favelas cariocas (Rocinha e Santa Marta) constituem o ponto de observação privilegiado para o entendimento das espirais de sentido que se erguem na confluência entre imaginação e materialidade, arte e topografia. Partimos das cores que nascem nas telas pintadas para consumo dos turistas e se reproduzem nas paredes das favelas, tomando-as fruto de políticas baseadas em novos regimes de visibilidade e controle da pobreza. As considerações finais refletem sobre a morte dos (anti)souvenirs ou o que parece ser um esgotamento das possibilidades de representação da favela como marca capaz de agregar valor a diferentes produtos no mercado global.

Palavras-chave: souvenir, favela, turismo, cultura material, megaeventos.

Introdução

Não há registro oficial que defina com precisão o início dos passeios pagos pelas favelas cariocas, mas vários relatos convergem para um evento comum: a conferência internacional 1992 Earth Summit ou, como ficou conhecido entre nós, a Eco-92 (Freire-Medeiros, 2009; 2013; Frenzel, 2016). Ao congregarmos mais de 30 mil visitantes, incluindo cerca de 100 chefes de estado e 10 mil jornalistas, o evento era a oportunidade de redesenharmos a imagem, então desabonada pela sucessão de episódios de violência que ocupavam o noticiário internacional, do Rio de Janeiro como destino turístico. Diante da missão de reverter as estatísticas negativas – dados da Embratur atestam que em 1991 haviam chegado ao Rio de Janeiro pouco mais de 400 mil estrangeiros, ou seja, metade do número contabilizado em 1988 (ver Teixeira, 2015) –, os esforços institucionais voltavam-se sobretudo para que fosse garantida uma atmosfera de ordem e segurança. A população de rua foi removida das áreas turísticas e as favelas aí localizadas foram camufladas por tanques de guerra e soldados em verde musgo.

Para desilusão dos agentes públicos, esses elementos de uma cenografia da exclusão acabaram por atrair o olhar curioso dos visitantes. Agências de notícias nacionais e estrangeiras passaram não apenas a acusar o governo brasileiro de maquiar a cidade para o evento, mas também a incentivar que os bastidores viessem à cena.

* Bianca Freire-Medeiros é professora do Departamento de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, coordenadora do UrbanData-Brasil e Tinker Visiting Professor na Universidade do Texas em Austin. <freiremed@hotmail.com>. Palloma Valle Menezes é doutora em sociologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pela Vrije Universiteit, Amsterdam. Atualmente é pós-doutoranda do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). <pallomamenezes@gmail.com>.

Lideranças de diversos movimentos sociais brasileiros e de organizações internacionais – como o Greenpeace – decidiram organizar uma visita à Rocinha, território encravado entre dois bairros de altíssimo poder aquisitivo na prestigiosa Zona Sul carioca. Aquela que viria a se tornar nosso paradigma de favela turística recebeu delegados do evento, militantes de ONGs e cerca de 200 jornalistas na intenção de revelar as condições precárias em que os residentes se viam submetidos e que desmentiam o discurso oficial que propagava uma cidade quase onírica em sua combinação singular entre beleza natural e cordialidade humana. Alguns operadores de turismo viram ali uma oportunidade para promover um novo destino que, pouco a pouco, foi deixando as margens dos roteiros turísticos para se tornar completamente integrado à imagem da cidade. Atualmente, há uma diversidade de “favela tours” à disposição dos interessados em conhecer o que o mercado turístico chama de “o verdadeiro Rio de Janeiro”, assim como são evidentes a ampliação do leque de equipamentos turísticos (albergues, restaurantes, lojas de souvenirs etc.) e o crescente engajamento dos próprios favelados no desenvolvimento de atividades turísticas em seus locais de moradia (Moraes, no prelo).

Não seria exagero dizer, portanto, que a favela turística se favoreceu na origem da mobilidade transcontinental de pessoas e ideias, de imagens e informações que, durante grandes eventos como a Eco-92, ganha magnitude potencializada. Porém, para que fosse possível ultrapassar a condição episódica e consolidá-la na rotina do mercado da pobreza turística, que àquela época começava a despontar em diversas localidades do Sul Global (ver Freire-Medeiros, 2009; 2013; Frenzel, Koens & Steinbrink, 2012), os promotores do turismo em favela precisaram garantir também o trânsito de objetos sem os quais os destinos de viagem dificilmente vingam: os souvenirs. É dessas “coisas” que funcionam como marcadores tangíveis de uma experiência cultural peculiar – aquela que envolve a conversão da experiência da pobreza em mercadoria turística – que trata este artigo. Nossa hipótese geral é que os souvenirs produzidos no contexto da favela turística oferecem um ponto de observação privilegiado de onde podemos compreender os paradoxos dos fluxos transnacionais que se dirigem a determinadas favelas e que de lá se projetam nas mais diversas direções.

As “coisas” da favela turística

O estudo da cultura material, dos objetos e sua materialidade, das condições de produção e consumo, há muito frequenta os espaços institucionais e as iniciativas editoriais de várias disciplinas. É fato, porém, que esses temas adquiriram maior relevância e passaram a ser vistos sob outra ótica teórica a partir da publicação, em 1986, da coletânea *The social life of things*, organizada por Arjun Appadurai. Em contraposição à ideia de que as coisas possuem um valor intrínseco e mensurável,

Georg Simmel defendia que o valor é sempre contingente e relativo, no tempo e no espaço. Appadurai retoma essa linha de pensamento, estendendo-a em direção ao estudo dos movimentos históricos dos objetos, das contingências sociais e políticas que conformam suas biografias culturais. Se antes o foco se dirigia às formas e funções da troca, no contexto dos estudos da cultura material pós-1980 é o elemento “trocado” que ganha centralidade.

De maneira geral, o estudo dos souvenirs é revelador das relações entre cultura material, representações sociais, estratégias de mercado e práticas de consumo presentes no contexto de uma experiência social – o turismo –, cuja existência remete, desde a origem, a trânsitos transcontinentais (Urry, 2001; 2007). Historiadores, antropólogos, sociólogos, entre outros, têm explorado de maneira produtiva o papel cumprido pelos souvenirs como objetos da memória (Swanson, 2004) e como signos condensadores da experiência de viagem (Gordon, 1986), bem como a importância crucial por eles exercida nas relações de reciprocidade tão caras aos viajantes contemporâneos (Kim & Littrell, 2001; Ward & Tran, 2007).

No caso específico da favela turística, o exame dessas “coisas” possibilita, por um lado, recuperar a própria trajetória do que uma de nós chamou de “*traveling favela*” (Freire-Medeiros, 2013) e, por outro, examinar a relação de espelhamento entre a favela como território da imaginação e as transformações na materialidade empírica das diferentes favelas turísticas. A noção de “*traveling favela*”, ao privilegiar a mobilidade da e na favela, busca elucidar como sua transformação em destino turístico e em marca está longe de ser um processo inequívoco, ao contrário, trata-se de um processo complexo e contraditório, no qual a pobreza adquire um valor de troca no mercado globalizado de forma imprevisível e enigmática. Não é de se estranhar que os souvenirs, como um dos suportes materiais que garantem a circulação contínua da favela como *trademark*, ao mesmo tempo em que se beneficiam de sua perpetuação como destino turístico, estejam mergulhados em lógicas conflitantes que escapam à previsibilidade interpretativa.

De onde vêm os souvenirs que tornam tangível e colecionável a experiência da favela turística? Qual será o seu percurso e quais as motivações para que se ponham em circulação? O que essas “coisas” significam, para quem e por quê? Como se dá, na produção desses souvenirs, a dialética entre a massificação e singularização, entre o local e o global, tão própria da experiência turística contemporânea?

Procuramos responder a esse conjunto de questões voltando-nos para reflexões acumuladas ao longo da última década. Em 2006, no contexto do projeto de pesquisa “Para ver os pobres: a favela como destino turístico”¹, realizamos observação participante nos três pontos de venda de souvenirs existentes à época na Roci-

1. Financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Foundation for Urban and Regional Studies (Furs), o projeto de pesquisa examinou o processo de elaboração, venda e consumo da favela como atração turística. Ver Freire-Medeiros, 2007; 2009; 2013.

2. O projeto “Turismo em comunidades pacificadas” foi coordenado por Bianca Freire-Medeiros e Marcio Vilarouca. Foram realizadas 40 entrevistas qualitativas com atores envolvidos nas atividades turísticas ou por elas afetados diretamente (moradores, guias locais, comerciantes, agências de turismo e *staff* da UPP) e dois *surveys*: 400 questionários com turistas estrangeiros e 900 com turistas nacionais e estrangeiros (este último aplicado no Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim). Para conhecer os resultados, ver Freire-Medeiros *et alii* (2012; 2013) e Freire-Medeiros e Vilarouca (2015).

3. Para um exame detido das práticas de consumo dos turistas na Rocinha e no Santa Marta, ver, respectivamente, Freire-Medeiros, Menezes e Nunes (2008) e Freire-Medeiros e Vilarouca (2015).

4. No contexto dos megaeventos que nos últimos anos vêm tomando o Rio de Janeiro como palco, outras favelas – Morro da Babilônia, Vidigal, Complexo do Alemão, para citarmos algumas – têm sido incorporadas aos roteiros turísticos da cidade por iniciativa de atores privados

na. Foram conduzidas ainda entrevistas com donos de operadoras de turismo e guias, produtores e vendedores de souvenirs, moradores e turistas, na tentativa de apreender como se dava a produção e o consumo dos objetos que compunham a experiência da Rocinha turística. Em 2011, direcionamos nossos esforços de pesquisa para a favela Santa Marta, onde passeios guiados começavam a se tornar rotina. Ainda que naquele momento o volume de souvenirs produzidos e comercializados ali fosse modesto, procuramos contemplar em profundidade o tema nas entrevistas que realizamos com artesãos, guias de turismo e lideranças locais. Além disso, no âmbito da mesma pesquisa (patrocinada pelo Ministério do Turismo, em parceria com o *FGV Opinião*²), foram aplicados, junto a 400 turistas, questionários que incluíam uma seção própria sobre as práticas e expectativas de consumo durante o passeio. Em fins de 2015, quando o Santa Marta já se encontrava totalmente consolidado como destino turístico, voltamos a campo para entrevistar produtores e donos de lojas de souvenir, assim como realizar um mapeamento dos produtos por eles comercializados.

Note-se que, a despeito da abrangência de nossas pesquisas anteriores, a intenção aqui é bastante circunscrita: traçar a vida social dos “souvenirs de favela”, reabrindo as espirais de representação e sentido que vão dos territórios empíricos aos objetos e vice-versa. Com esse objetivo em mente, conduzimos nosso argumento costurando duas linhas principais: por um lado, elegemos as telas em detrimento da vastidão de outros objetos que são comercializados como souvenirs tanto na Rocinha (Nunes, 2010) quanto no Santa Marta; por outro, privilegiamos o ponto de vista dos artesãos e comerciantes em oposição àquele dos turistas, o que não significa, porém, que as demandas desse público estejam ausentes. Os consumidores, como se verá, são presença constante na fala dos artesãos e dos que comercializam os souvenirs, operando ao mesmo tempo como fonte de inspiração criativa e de constrangimento prático³.

Na próxima sessão, trataremos dos intercâmbios, das transferências e das apropriações produzidos no contexto das favelas turísticas e apreensíveis a partir do exame cruzado de seus souvenirs vis-à-vis sua topografia. Partiremos das cores que nascem nas telas pintadas por artistas da Rocinha e se reproduzem nas paredes coloridas das casas não apenas aí, mas também na “outra” favela turística: o Santa Marta⁴. Na seção subsequente, as especificidades da vida dos souvenirs produzidos nesta que foi a primeira favela “pacificada” da cidade do Rio de Janeiro são por nós perseguidas na intenção de resgatar seus percursos contínuos entre imaginação e materialidade. As considerações finais buscam refletir, nesta retomada da biografia da favela turística a partir de sua cultura material, sobre a morte dos (anti)souvenirs ou, dito de outro modo, o que parece ser um esgotamento das possibilidades de representação da favela como *trademark*.

“Façam aquarela da miséria colorida”

Rocinha, verão de 2007. Em uma das principais vias da favela, onde ocorre a primeira parada da maioria das agências de turismo, artesãos expõem e comercializam produtos variados: bolsas e cintos de anel de alumínio; imãs e minimaquetes feitas com caixas de remédio, de fósforo e com fios de telefone; bolsas e chapéus de sacolas plásticas. Enquanto os grupos de turistas ouvem as explicações do guia de turismo e fotografam a vista deslumbrante do Cristo Redentor e da Lagoa Rodrigo de Freitas, Maicon encena a pintura de um de seus muitos quadros (Figura 1). De proporções maiores do que as outras ali expostas (os artistas sabem que o turista costuma dar preferência

a pequenos quadros que sejam mais fáceis de transportar, como os expostos do lado direito da foto), a tela chama a atenção dos “gringos” e das pesquisadoras⁵. Não que sua temática seja inédita – afinal, multiplicam-se as pinturas que retratam o casario da favela, tema também largamente privilegiado pelas câmeras dos turistas (ver Menezes, 2007; Freire-Medeiros, Menezes & Nunes, 2008), mas a composição feita entre a massa de casinhas coloridas, o céu estrelado e a cena da roda de moradores sobre o solo tingido de roxo consegue capturar nosso olhar.



Figura 1: Morador da Rocinha encena a pintura do quadro para atrair atenção dos turistas que passam pela Rua 1. Fonte: Fernanda Nunes.

e/ou públicos. Foi no Santa Marta, porém, que o volume de passeios pagos tornou-se comparável àquela da Rocinha: atualmente, ambas recebem uma média de quatro mil turistas por mês.

5. No verão de 2006, as autoras, acompanhadas das assistentes de pesquisa Fernanda Nunes e Lívia Campello, fizeram intenso trabalho de campo para observar as relações entre guias de turismo, turistas, vendedores e produtores de suvenires que se concentravam especialmente na Rua 1. Agradecemos a ambas pela dedicação e parceria.



Figura 2: Fotografia panorâmica do Morro Santa Marta, em 2014. Fonte: <<http://sala7design.com.br/2014/11/projeto-tudo-de-cor-para-voce-leva-cor-e-arte-para-favela-santa-marta-rj.html>>. Acessado em abril de 2016.

“Comecei pintando barraquinhos coloridos, acho que lembrando da Rocinha da minha infância”, recorda Maicon. “Mas aí eu olhei em volta e vi que já não tinha quase barraco na Rocinha, o que tinha era prédio alto, de dois e três andares. Parei de pintar barraquinho e passei a pintar os prédios”. De fato, na paisagem daquela que é comercializada no mercado turístico como “a maior favela do Brasil”, salta aos olhos e impressiona a quantidade de prédios com ou sem reboco cujas lajes em construção denunciam o intento de seguir subindo. Como explicar então que sejam as modestas casinhas de madeira em múltiplas cores a habitar os suvenires em exposição? “Tentei pintar os prédios, mas não funcionou. Não vendi nada. O turista quer mesmo é barraquinho colorido”, conclui Maicon.

Sete anos depois, outra foto nos leva da Rocinha para o Santa Marta (Figura 2). Os tons de roxo, rosa, amarelo, azul e verde parecem ter saltado da tela de Maicon para as paredes da primeira favela “pacificada”. A tipologia das construções, a proximidade entre as residências, a falta de ruas e até a forma como as casas são pintadas, com molduras brancas delimitando os tons coloridos, assemelham-se muito nas duas imagens. A diferença entre a paisagem e a pintura é menos de qualidade do que de quantidade: a existência de um grande número de casas ainda por pintar no Santa Marta passa a impressão de que a paisagem da favela é uma réplica ainda inacabada ou um esboço em construção da obra do pintor da Rocinha.

Examinemos com atenção o que a fotografia revela e a história recente do Santa Marta informa. Do lado esquerdo, vemos um grande muro de concreto que foi erigido em 2009 pelo governo do estado com a justificativa, contestada pelos moradores, de que era preciso conter o crescimento da favela em direção à mata; do lado direito, o plano inclinado, inaugurado no início de 2008, que conta com cinco estações e garante o incremento da mobilidade nesta que é a favela carioca mais íngreme; entre esses dois marcos, prédios de vários andares que testemunham o processo de verticalização que vem ocorrendo no Santa Marta, desde o princípio dos anos 2000. Por fim, nosso olhar se fixa no quarto elemento – a presença de edificações pintadas com cores variadas e chamativas que fogem do padrão monocromático típico das construções nas favelas – que, nesta narrativa da favela turística, exige reflexões adicionais.

Em primeiro lugar, cabe registrar que a aposta no potencial da paleta de cores na construção da favela como destino turístico revela-se muito mais antiga do que se poderia a princípio supor: em 1959, Mário Saladini, então diretor de Turismo e Certames da Prefeitura, sugeriu que a pintura dos barracos em cores diversas haveria não apenas de melhorar “o aspecto estético e higiênico” das favelas, mas também de “lhe atrair visitantes”. Segundo matéria publicada no *Diário Carioca*, em 3 de outubro de 1959, sob o título “Favela vai mostrar ‘miséria colorida’”⁶, aos favelados

6. Esta e as demais reportagens citadas nesta seção encontram-se disponíveis no site: <<http://favelatemmemoria.com.br/bonita-por-fora/>>. Acessado em abril de 2016.

caberia a limpeza dos barracos que, em seguida, seriam fotografados e, a partir dessas imagens, artistas contratados pela prefeitura definiriam as cores adequadas. Se “o problema da habitação miserável” era, como argumentava Saladini, “universal” e intransponível na sua totalidade, cabia ao poder público “melhorar seu aspecto e até transformá-la numa atração turística”.

O projeto do diretor de Turismo e Certames rendeu inúmeras reações públicas de apoio e crítica. A oposição mais contundente teria sido encabeçada pelo então arcebispo do Rio e criador da Cruzada São Sebastião, Dom Hélder Câmara. Mas é na revista *O Cruzeiro*, de 31 daquele mês de outubro, onde encontramos a ponderação que melhor revela a dificuldade de acomodar a favela na narrativa de uma cidade cujo *status* de capital da República havia sido demovido, mas que lutava para se manter como a principal vitrine do país:

Todo o mundo sabe e deplora – as favelas são uma chaga social, uma vergonha, uma tragédia. Mas o diretor do Turismo não é culpado disso, nem tem autoridade para interferir no problema. Ele é unicamente uma espécie de maquilador da cidade... (*O Cruzeiro*, 31 Out. 1959).

Nas linhas seguintes, explicita-se a ansiedade provocada pelas aproximações semânticas entre turismo e pobreza, visibilidade e favela:

Poder-se-á alegar então que cuidar de turismo num tempo em que todo mundo passa fome é uma futilidade. Mas isso são outros quinhentos mil-réis. Mesmo porque, turismo já não é mais brincadeira, é indústria, e por toda parte rende dólares aos milhões. O daqui não rende porque ainda não há; turismo houvesse, dando dinheiro, quem sabe se poderia com ele urbanizar as favelas? Embora eu duvide que, depois de apanhar o cobre, a turma fosse se lembrar de favelado. Diriam logo que era pitoresco, que as favelas são uma tradição da cidade... (*O Cruzeiro*, 31 Out. 1959).

A proposta também inspirou Jota Júnior e Oldemar Magalhães a compor a canção “Favela amarela”. Em seus versos, fica mais uma vez evidente a dificuldade de se encontrar, naquele momento, um lugar de classificação – exceto o da ironia – para uma favela em cores e potencialmente turística: “Ironia da vida. Pintem a favela. Façam aquarela da miséria colorida”. Como bem sabemos, o plano de Saladini não vingou, mas o samba garantiu à cantora Araci de Almeida o título de Rainha do Carnaval de 1960 e à posteridade o registro poético do episódio.

Em segundo lugar, se não constitui novidade a aposta no potencial turístico de uma favela colorida, é preciso reconhecer que uma conjuntura recente – o que a literatura convencionou chamar de “contexto dos megaeventos” – ofereceu as condições



Figura 3: As edificações coloridas, que saíram das telas pintadas para o consumo dos gringos e invadiram a paisagem física da Rocinha, seguem capturando o olhar do turista. Fonte: Bianca Freire-Medeiros.

física e a conduta de seus habitantes para adequá-los à narrativa mais ampla do Rio de Janeiro como “máquina de entretenimento” (Clarke, 2003). Tais intervenções, por certo, não se limitaram a esses dois territórios: como demonstram as análises de Cavalcanti (2013) e Leite (2015), as “grandes obras” – teleféricos, complexos esportivos, bibliotecas multifuncionais – levadas a cabo no contexto de pareamento UPPs/PAC-favelas modificaram a paisagem de diferentes partes da cidade. Elevam-se na confluência de interesses compartilhados por atores públicos e privados, agentes governamentais e mercados, e se fizeram valer mediante a repetição *ad nauseum* de elementos retóricos – “inclusão produtiva”, “empreendedorismo”, “autoestima” – e forjaram a legitimação de um novo regime de visibilidade e de controle da pobreza. Nos casos da Rocinha e do Santa Marta, a esse repertório de ações e estratégias direcionadas para, evocando a expressão de Foucault (1991), “conduzir as condutas” nas favelas, somou-se a utilização férrea do turismo como prática cotidiana de sustentação (ver Freire-Medeiros, Vilarouca & Menezes, 2016) do projeto mais amplo de reconfiguração da cidade.

Na biografia das duas favelas turísticas, o capítulo em cores começou a ser escrito em 2010. Na Rocinha (Figura 3), segundo o Ministério do Planejamento, foram gastos R\$ 278,8 milhões (R\$ 156,5 milhões do governo federal e R\$ 122,3 milhões do estado) com as obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) que incluíram, entre outros, um complexo esportivo, uma passarela projetada por Oscar Niemeyer, uma biblioteca comunitária, a urbanização e o alargamento de ruas e a criação de um conjunto de nove prédios com 144 apartamentos. Esses novos prédios, assim como uma série de casas localizada na entrada da Rocinha, foram pintados com cores vibrantes, formando um corredor colorido que conduz o fluxo turístico na favela.

de possibilidade para que viesse a adquirir legitimidade, e de fato se concretizar, aquilo que antes havia sido apenas delírio extravagante de um agente público ou fruto da imaginação artística. A “versão a cores” da Rocinha e do Santa Marta encaixa-se, portanto, em um conjunto maior de intervenções espetaculares que alvejaram sua paisagem

Já no caso do Santa Marta (Figura 4), até 2014 haviam sido pintadas algo como 450 edificações – número comparativamente maior do que na Rocinha – graças a uma parceria do governo do estado com a empresa de Tintas Coral. O então vice-governador e coordenador de Infraestrutura, Luiz Fernando Pezão, durante o lançamento do programa Tudo de



Figura 4: O colorido geométrico da Praça do Cantão, no Santa Marta, pretende singularizar a localidade ao mesmo tempo em que a encerra no clichê da favela turística e globalizada. Fonte: Bianca Freire-Medeiros.

Cor⁷ para o Rio de Janeiro, em 29 de novembro de 2012, reforçou a importância da parceria no contexto de “pacificação” das favelas cariocas:

Entramos aqui para não sair mais e não saímos. Mas, se o poder público tem de entrar nessas comunidades, tem de entrar também a iniciativa privada, trazer bancos, lojas de material de construção, serviços. Quando o empresário acredita, a guerra está ganha. Por isso, quero agradecer muito a confiança da Coral em realizar esta parceria com o estado. É disso que a gente precisa.

Um exame mais detido desse alinhamento entre interesses públicos e privados, entre o governo do estado e uma fábrica de tintas de origem holandesa, revela não apenas o novo ordenamento que pretende despolitizar a cidade e regê-la a partir da lei do mercado (Telles, 2015), mas igualmente a vocação da favela turística para ser atravessada por mobilidades transnacionais de várias ordens. Seu marco inaugural – a chamada “laje do Michael Jackson” – celebra um Santa Marta há muito globalizado: ali estão a estátua do astro pop, de autoria do badalado escultor-cartunista Ique, e a reprodução de seu semblante em mural colorido assinado pelo “internacionalíssimo” Romero Britto, ambos evocando a memória da polêmica passagem de Jackson pelo morro, nos anos 1990. No processo de conversão estética da Praça do Cantão em atrativo turístico, repetem-se as mesmas estratégias de inserção da paisagem física da favela na narrativa mais ampla do “*poor chic*” (Halnon, 2002).

Não surpreende, assim, que tenham sido convocados dois artistas plásticos holandeses, Jeroen Koolhaas e Dre Urhahn, capazes de alçar a iniciativa às páginas internacionais. No bojo de seu prestigiado projeto “Favela Painting”⁸, os jovens, conhecidos

7. A Coral lançou em 2009 o programa “Tudo de cor para você no Brasil” com o objetivo de “levar bem-estar à vida das pessoas por meio das cores”. Desde então, mais de dois mil imóveis foram pintados em comunidades de doze diferentes regiões do país, como São Paulo, Salvador, Florianópolis, Rio de Janeiro, Fortaleza, entre outras.

8. ver: <www.favelapainting.com>.

como Haas & Hahn, redefiniram a Praça do Cantão a partir de uma intervenção de cores e padrões geométricos. “Cerca de sete mil metros quadrados de morro convertidos em um monumento para a comunidade”, celebra o duo de artistas em seu website em que discursos sobre estética, cidadania e reforma social se entrelaçam e sobrepõem. Evocando noções há muito encharcadas de significado nas narrativas sobre a favela turística – inclusão social, orgulho, autoestima –, apostam na capacidade da intervenção artística de transformar o Santa Marta de favela em monumento.

Esse atravessamento da favela turística por idealizações e fluxos transnacionais é coerente com as dinâmicas próprias a uma entidade móvel e dessubstancializada como a “*traveling favela*” (Freire-Medeiros, 2010). Isso não quer dizer, porém, que essas negociações entre o global e o local, o genérico e o específico, que as cores do Santa Marta tão bem expressam, estejam ausentes de tensões, como veremos a seguir.

Suvenires nas espirais de representação e cor

Nos últimos anos, o Santa Marta viu multiplicar-se o número de turistas circulando pela favela. É também evidente o crescimento da quantidade de moradores que passaram a atuar no trade turístico local, quer como guias, quer como artesãos ou vendedores de souvenir. Na intenção de fortalecer essas iniciativas, foi aberta pela Investe Rio, agência de fomento do governo do estado, uma linha de crédito que ia de trezentos a seis mil reais por negócio, ao mesmo tempo em que o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) oferecia oficinas de empreendedorismo realizadas na própria favela. Em decorrência dessas várias iniciativas, diferentes produtos – chaveiros com o rosto de Michael Jackson, blusas, bonés, bolsas, canecas, almofadas, cadernetas com estampas da favela, postais e placas, entre outros⁹ – passaram a ser vendidos em lojas de souvenirs espalhadas pelo morro.

A iconografia da favela presente nos souvenirs, quando voltada à representação de sua paisagem física, é composta por um conjunto de residências muito semelhantes que aparecem coladas umas nas outras. A heterogeneidade das construções é praticamente ausente: quase não há variação no tipo de material de construção empregado, no estilo arquitetônico, nem no tamanho das casas. O único elemento que escapa a essa rotina redutora é justamente a cor da fachada: nas superfícies dos vários objetos a favela representada lembra um arco-íris.

Andreia Miranda, dona de uma das lojas de souvenir mais bem-sucedidas do morro, encontra explicação para a presença de uma favela tão repleta de cores na cultura material que conforma o Santa Marta turístico inserindo-a nas espirais de representação que vão da intenção estética do artista à paisagem física da favela e daí de volta à imaginação materializada nos souvenirs:

9. Quando demos início ao nosso trabalho de campo na Rocinha, produtos industrializados quase não ganhavam espaço no comércio da Rua 1, onde souvenirs mais rústicos e feitos a partir de materiais reciclados eram vendidos em barraquinhas desmontáveis com estrutura de alumínio e cobertura de lona plástica. No Santa Marta, há lojas bem montadas onde são comercializados muitos objetos produzidos em série e que chegam à favela desde fornecedores de diferentes partes do Brasil. Uma entrevistada nos contou que vários desses produtos “são mais genéricos, mas alguns são de favela. Uma empresa de Santa Catarina, por exemplo, criou canecas e almofadas com estampa de casas coloridas e, como nós já temos essa questão da favela colorida, nós adquirimos para vender aqui”.

Antes era preto e branco, mas pelo fato de hoje o Santa Marta ser uma das favelas mais coloridas do Rio de Janeiro, por ter esse projeto da Coral Tintas, hoje para a gente tudo tem cor, entendeu? Hoje nós, moradores do Santa Marta, já somos tudo de cor. Porque tudo leva cor. E uma coisa que chama a atenção dos turistas são as cores.

Na Figura 5, as seis primeiras telas exibem casas de traçado regular e delimitado por tinta preta, enquanto nas três últimas as cores ganham mais destaque que os próprios traços conformam numa representação mais abstrata da favela. Se nestas últimas telas as cores extrapolam as linhas que delimitam as residências e se juntam, formando um conjunto colorido com limites imprecisos que invadem a escadaria da favela, nas seis primeiras ganha realce um amontoado de casas em um morro cujo topo abriga a estátua do Cristo Redentor.

A presença da estátua evoca uma singularidade do Santa Marta: o fato de estar situado no coração da Zona Sul, converte-o, portanto, em mirante privilegiado a partir do qual é possível observar alguns dos principais pontos turísticos da “Cidade Maravilhosa”. Note-se que, na sexta tela, o Pão de Açúcar também está presente no fundo da imagem. Mas, excetuando-se a estátua do Cristo que coroa o morro em algumas telas, a paisagem da favela que se reproduz nos quadros, camisetas e imãs vendidos no Santa Marta é quase sempre uma favela genérica, sem muitas características específicas do morro de Botafogo.

Morador do Santa Marta, artesão e guia de turismo, Barbosa nos conta que tem se questionado, ao longo dos últimos anos, sobre as estratégias de representação por ele empregadas em seus desenhos, ilustrações e pinturas. Diz que, inicialmente, pensava em identificar não apenas o Santa Marta, mas ainda outros morros em suas obras; a partir de uma reflexão atravessada por ambiguidades, porém, acabou chegando à representação de

uma favela descaracterizada. É uma favela. Não precisa identificar qual favela é. Meu primeiro projeto era retratar as favelas identificadas. Aqui é um produto do Santa Marta, primeira pacificada. Rocinha tem um traço de Niemeyer logo na entrada. Alemão tem um diferencial que é o bonde [teleférico]. Então, eu queria trabalhar com isso. Mas ao mesmo tempo tem artistas nessas áreas, né? A minha etiqueta tem uma favela mais indefinida, você não consegue dizer se é no Rio ou em São Paulo. É só uma favela. Você reconhece que esses traços são de uma favela, mas não reconhece qual. [...] É uma coisa mais abstrata, mas a pessoa entende que é a ilustração de uma favela para respeitar justamente os artistas locais. Para que não seja só eu, mas que os outros também possam se dedicar.



Figura 5: Telas expostas na frente de uma das lojas de souvenir do Santa Marta. Fonte: Palloma Menezes.

Para além do argumento de respeito aos artistas de cada favela – o que pressupõe, no discurso de Barbosa, não concorrer diretamente com estes –, tratar seu próprio lugar de moradia de um modo genérico, sem especificidades que o diferenciem dos outros morros, seria mais vantajoso por dois motivos principais. Por um lado,

agrada os turistas, uma vez que os gringos parecem não se importar muito com o que é específico de cada uma, mas sim com o que seria típico das favelas de um modo geral. Por outro, o apelo à tipicidade e ao genérico permite também que esses produtos circulem mais e sejam vendidos em outros espaços da cidade.

Barbosa, por exemplo, a partir de uma parceria com a ONG Pipa Social, conseguiu lançar uma linha de cadernetas com seus desenhos da favela genérica (em modelos preto e branco ou colorido) que pode ser encontrada nas lojas de souvenir no Santa Marta, nas papelarias de grandes shoppings cariocas, nas lojinhas do Museu de Arte Moderna (MAM) e de outros museus.

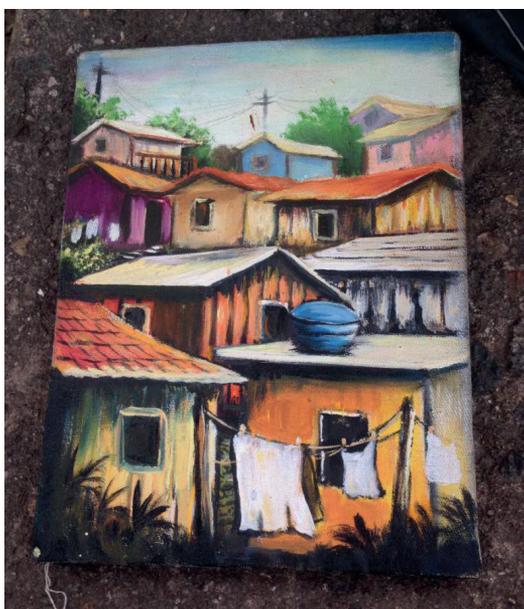


Figura 6: Crispim idealiza uma favela antiga e colorida. Fonte: Palloma Menezes.

O sucesso de venda das cadernetas, contudo, não foi suficiente para apaziguar Barbosa, que segue se questionando se não caberia a ele, como “cria do morro”, produzir souvenirs diferenciados para os turistas que visitam especificamente o Santa Marta:

Essa é uma pergunta que eu me faço: eu vou criar dois tipos de produtos? Vou criar um tipo de produto para o turista do Santa

Marta? Então, minha ideia é criar um, dois ou três produtos com a cara do Santa Marta, com o bondinho, com as casas coloridas que a pessoa olha e sabe que é o Santa Marta.

Se, como argumentam Sheller e Urry (2004: 6), “lugares não são fixos nem dados, mas estão em jogo com relação a múltiplas mobilidades”, as ponderações de Barbosa ajudam-nos a lembrar do quão inserido está o Santa Marta nos fluxos globais do turismo – para o bem e para o mal. Por um lado, essa inserção possibilita que a favela goze de uma visibilidade positivada; por outro, exige que seja domesticada e a despe de sua diversidade empírica.

Crispim, artista do Santa Marta, que pinta a favela em tacos de madeira e telas, aponta que busca inspiração para suas obras em lembranças do passado e em desejos projetados no tempo futuro. Seus quadros, mais do que retratar a realidade, expressariam seu desejo de uma transformação que está em progresso:

Eu almejo avançar e ir além da realidade que a gente está vivendo, pintar toda uma favela totalmente colorida. Quando a gente olha aqui de baixo, vê algumas casas coloridas, mas não é um colorido total e completo. [...] Nas minhas telas [busco] um sonho de favela que você possa olhar e se identificar com o belo [...], uma coisa harmoniosa, alegre, empolgante e agradável de ser vista.

No quadro representado na Figura 6, Crispim revela uma favela menos densa, com barracos de madeira rodeados por árvore a arbustos, e não sobrepostos uns aos outros como nas ilustrações anteriores. Só não cabe dizer que essa imagem retrata



Figura 7: O elemento humano, retratado nas pinturas expostas em uma das lojas de souvenir do Santa Marta, corresponde, via de regra, à narrativa da tipicidade. Fonte: Palloma Menezes.

fidedignamente o Santa Marta de algumas décadas porque na tela de Crispim as casas, mesmo sendo de madeira, aparecem pintadas de cores diversas e intensas. Segundo o artista, sua decisão em retratar a favela do passado tingida de cores justifica-se por dois motivos: por um lado, sempre morou em barraco e sempre sonhou que sua casa pudesse ser colorida como nas telas; por outro, acha que as cores são não apenas o elemento que mais chama a atenção do turista, mas aquele capaz de passar uma imagem positiva da favela ao olhar estrangeiro:

Na verdade, eu morei em barraco. Eu posso dizer que eu ainda moro em um barraco. [...] E eu sempre sonhei em morar em um barraco colorido. E, por isso, acabei levando isso para as telas. Na verdade, até existiam [barracos coloridos], mas eram poucos. Hoje, se eu pudesse não viver na modernidade, eu faria uma casa no morro de madeira toda pintada. Se eu pudesse, eu ainda faria assim, como faço nas telas. Mas, por outro lado também, eu faço a cores porque para os turistas isso traz uma ideia não de tristeza e pobreza, mas de alegria.

É interessante notar que na tela de Crispim, assim como na maior parte das telas, camisetas, canecas e imãs vendidos como souvenir no Santa Marta, a favela é quase sempre representada como um conjunto de casas, sem que os moradores estejam presentes. E, quando há algum elemento humano, raramente trata-se de um morador comum em atividades cotidianas. As personagens que habitam as telas são baianas, capoeiristas, músicos, sambistas etc., como podem ser vistos na Figura 7.

Mais uma vez, os produtores de souvenir justificam que representam essas personagens típicos porque antecipam ser o que os turistas desejam ver e consumir. Evocam igualmente o desejo de mostrar nos quadros uma favela alegre, com moradores que tocam instrumentos, com ginga, favelados que sambam, dançam e sabem, apesar de todas as adversidades, levar uma vida feliz. Nas palavras de Andreia, alguns quadros têm

capoeirista, têm o cara com sanfona porque tudo no morro é música, tudo aqui é motivo para sambar. É isso que o cara (turista) busca na favela!

Considerações finais: a morte dos “antissuvenires”

A opção por pintar uma favela alegre e harmônica faz com que muitos dos problemas cotidianos enfrentados pelos moradores – falta de luz e água, saneamento e infraestrutura adequados, arbitrariedade policial – não sejam retratados nos souvenirs. Como vimos aqui, os artistas justificam a ausência de aspectos negativos da

vida do morro porque, por um lado, isso não interessaria aos turistas e, por outro, não seria essa a imagem de favela que desejam vender para o mundo. Crispim, por exemplo, afirma que evita retratar o “lado ruim” porque acha necessário usar sua arte para projetar aquilo de bom que deseja para um futuro próximo: “não retrato violência ou tristeza nos quadros porque acredito em um novo tempo”.

E se algum artista se atrevesse a criar souvenirs que mostrassem não só a beleza, mas também as malezas da vida na favela? Se nos souvenirs os corpos negros não fossem retratados sambando ou jogando capoeira, mas sendo revistados por policiais militares? Se, nos cartões postais, em vez de casas coloridas tivéssemos as ruínas das casas das famílias que foram removidas? Se carros de brinquedo repletos de furos de bala e “caveirões” de pelúcia passassem a ser produzidos como representação do cotidiano nas favelas da “Cidade Maravilhosa”?

Ao subverter a lógica de que souvenirs devem vender o que já existe de positivo ou projetar expectativas de um futuro desejado, um artista carioca gerou, às vésperas da Rio-2016, grande polêmica ao colocar à venda souvenirs como os descritos acima. Rafucko¹⁰ apresentou tais produtos ao público no que ele chamou de “Monstruário 2016: a loja de antissouvenirs do Rio de Janeiro para as Olimpíadas”. Em um vídeo de lançamento da loja, o “ativista” exibiu e contextualizou os produtos que faziam parte da exposição inaugurada no Centro Cultural Hélio Oiticica:

Esses daqui são os cartões postais. [...] Um deles é o do *apartheid*, que são jovens negros sendo revistados em frente aos anéis olímpicos. E tem esse daqui que é uma foto da Vila Autódromo, uma comunidade removida forçadamente [...]. Vem com um pedacinho original de muro da Vila Autódromo. Esse daqui tá custando cinco reais, o outro é cortesia. A gente tem também as Havaianas customizadas com estampa de jovens negros sendo revistados na frente do ônibus a caminho da praia. Tá custando 30 reais. A gente tem o carrinho de brinquedo fuzilado pela PM do Rio de Janeiro. São 111 tiros e custa 111 reais. A gente tá vendendo também o livro *Vencendo as adversidades*. É a autobiografia da Deize Carvalho que é uma mãe que perdeu o filho morto e torturado no Degase¹¹. Tem o quebra-cabeça Costa Barros [...] forma essa imagem [...] de carro fuzilado 111 vezes pela Polícia Militar. São 111 peças. Esse daqui é o item mais procurado: é a caneca do Beltrame. Tá custando 40 reais. [...] Aqui qualquer bebida fica intragável. E tem os mascotes de pelúcia para a criançada. [...] O Tratorzão, responsável pelas demolições e remoções ilegais. E o Caveirinho de pelúcia que é o caveirão, o carro do Bope¹² que mata. Para finalizar, a gente tem também os pratos decorativos. Tem três estampas. Uma é o uniforme do Bope para conter as manifestações. A outra é o logotipo oficial do Bope. E uma comemorativa da ocupação do Exército na Maré. E tem o pano de prato do Globo que é uma capa do Jornal com [...] a nota

10. Rafucko é um artista e militante carioca que se autoidentifica como “bobo contemporâneo. Artista multimídia. Freelancer como VJ, editor de vídeo, modelo e presença VIP em protestos”. Atualmente, tem 84.800 seguidores no Facebook. Fonte: <<https://rafucko.com/bio/>>. Acessado em abril de 2016.

11. Departamento Geral de Ações Socioeducativas, órgão do governo estadual de execução das ações judiciais.

12. Batalhão de Operações Policiais Especiais do Rio de Janeiro.

que saiu quando cinco meninos foram fuzilados pela polícia militar do Rio de Janeiro. O Mostuário 2016 está aberto até 21 de maio para visita aqui no Centro Cultural Hélio Oiticica e a gente espera vocês virem conferir os antissuvenires que refletem a realidade do Rio de Janeiro.

Provavelmente Rafucko já esperava que o lançamento do Monstruário 2016 pudesse gerar rejeição entre os organizadores dos Jogos Olímpicos e entre representantes do poder público brasileiro ou, até mesmo, um estranhamento entre determinadas parcelas da população carioca. Mas o que o artista talvez não previsse era que sua arte seria duramente criticada por um grande número de moradores de favelas e militantes de direitos humanos. Robin Batista, estudante de Artes Visuais Afro-Diaspóricas, publicou um texto no blog do Coletivo Guerrilha (GRR)¹³ criticando duramente a iniciativa de Rafucko:

13. O Guerrilha (GRR) define-se como um coletivo de mídia independente que acredita na comunicação livre como instrumento de empoderamento e resistência.

14. Fonte: <<http://www.guerrilhagr.com.br/sobre-a-dor-negra-e-periferica-como-souvenir-da-esquerda-branca/>>. Acessado em abril de 2016.

Esses itens, símbolos de nossa tortura e terror diários, estão literalmente à venda como suvenires. Essa exposição transborda insensibilidade e mostra como a violência policial contra pretos e pobres virou uma carta discursiva escondida na manga dessa esquerda branca, um verdadeiro produto, em todos os sentidos.¹⁴

O texto de Robin, além de questionar o “lugar de fala” de Rafucko – homem branco de classe média falando em nome dos negros e favelados –, explicitou algo que, até então, havia passado despercebido para muitas pessoas: os chamados antissuvenires não só faziam parte de uma performance, mas estavam sendo de fato vendidos. Diante de uma comercialização que lhes parecia imoral, moradores de favelas e militantes organizaram um ato de repúdio à Expo Monstruário. No evento criado no Facebook para divulgar o ato era dito que:

Rafucko, o Luciano Huck da esquerda, [...] apresenta suvenires que estão à venda (Sim! À venda). Não podemos admitir que nossa dor seja exposta de forma pejorativa, além de utilizada para promover um homem branco que já tem um histórico ruim ao falar de questões que dizem respeito a nós, se diz de esquerda, mas não nos lê e não quer saber o que pensamos. A exposição é macabra, de muito mau gosto, e explora a dor de um povo [...].

Para tentar se defender das acusações de que estaria lucrando com a venda da dor alheia, Rafucko divulgou uma carta aberta direcionada, especialmente, às famílias afetadas pela violência policial no Rio de Janeiro. No texto, além de fazer uma auto-crítica, defendeu a comercialização dos antissuvenires:

[...] A venda é parte importante da obra, por reproduzir/revelar essa lógica comercial e monstruosa que transforma a cidade

num parque temático pra poucos enquanto a juventude negra é chacinada. É importante dizer que apesar de os produtos serem vendidos, não houve lucro [...]. A venda, feita num espaço da Prefeitura, é também uma crítica a como o Estado insiste em vender a cidade do Rio de Janeiro como maravilhosa, mesmo em meio a tanto sangue e tantas dores. Usei o logotipo oficial das Olimpíadas para deixar claro que a memória que se deve levar deste evento é também aquela dos que foram excluídos da grande festa, seja pela remoção de sua casa ou de suas vidas e de entes e amigos queridos.

Na parte final da carta, Rafucko destaca que sua intenção era denunciar a dinâmica naturalizada da violência promovida pelo Estado. Mas, como a discussão tomou outro viés, ele resolveu tirar seus objetos de exposição e substituí-los por suvenires oficiais da cidade do Rio. Ainda assim, disse que seguiria chamando a exposição de “Monstruário” porque a ideia da exposição permaneceria a mesma: ser “uma vitrine que pretende esconder as monstruosidades praticadas pelo Estado contra a população”.

Para além de qualquer apreciação moral ou estética que se possa fazer dos produtos de Rafucko, fato é que as polêmicas em torno de sua iniciativa explicitam e resumem de forma contundente um argumento que atravessa este artigo: é fundamental manter uma perspectiva histórica na abordagem do tema “favela turística”. Somente o recuo no tempo permite compreender a polêmica em torno das peças de Rafucko sem que se recorra, por exemplo, à polarização entre representações “de dentro” e “de fora”. Não há qualquer novidade no fato de a favela ser apropriada como elemento de representação artística por um sujeito que lhe é alheio – ao contrário: é bastante extensa a lista de pintores, literatos, poetas, músicos que, moradores de outras partes da cidade ou mesmo estrangeiros, a tomaram como tema. A favela “colorida”, bucólica e de uma ruralidade atávica, muito antes de habitar as telas dos artistas que residem na Rocinha e no Santa Marta, se fez presente, por exemplo, nos reverenciados quadros de Tarsila do Amaral (“Morro da favella”, 1924) e Di Cavalcante (“Favela”, 1958).

Essa perspectiva temporal nos habilita, ainda, problematizar a “arte nativa” como portadora de uma autenticidade imaculada, alheia a essas outras obras consagradas cujos princípios de representação encontram-se sedimentados em um imaginário compartilhado sobre as favelas. Nesse sentido, as ansiedades explicitadas nas falas dos artistas locais que reproduzimos aqui podem ser entendidas como decorrentes não apenas de seu compromisso com interesses mercadológicos, mas também das pressões que determinadas convenções pictóricas, consagradas pela história oficial da arte brasileira, lhes impõem¹⁵.

15. Agradecemos a(o) parecerista anônima(o) a sinalização das tensões e continuidades entre a representação da favela feita pelos moradores e aquela consagrada pela história da arte oficial.

Diante da polêmica gerada pelos antissuvenires, cabe ainda indagar: aos objetos que estão encarregados de tornar tangível a experiência da favela turística é permitido ou não revelar as dinâmicas violentas e as dores que fazem parte da vida cotidiana de quem habita as margens da cidade? Estariam os objetos produzidos para consumo turístico fadados a viajar o mundo levando somente lembranças positivas dos destinos? Ou será que também podem carregar representações que não estejam descoladas da realidade e dos problemas cotidianos muitas vezes invisíveis aos turistas, mas vivenciados pelos moradores? Suvenires podem servir como dispositivos de luta política ajudando a divulgar internacionalmente o que a propaganda oficial dos destinos turísticos tende a apagar? Ao trazer a produção de “lembranças” do Rio como epicentro do debate sobre representações da favela e da cidade, buscamos não só mapear como e por quem os suvenires são produzidos, mas analisar também alguns dos dilemas envolvidos na materialização e transformação da desigualdade, exclusão social, racismo e violência estatal em mercadorias. O caso dos suvenires – e dos antissuvenires – força-nos a pensar sobre os limites morais intrínsecos à comercialização da dor do outro, mesmo quando a intenção seria denunciar os responsáveis pela dor causada. Será que existe uma forma ética e moralmente aceitável de comercializar a dor alheia?

Abstract: This article examines the biography of the touristic favela in reference to its material culture. Souvenirs produced and sold in two Rio de Janeiro favelas, Rocinha and Santa Marta, are the focus of observation, aiming to understand spirals of meaning created in the confluence between imagination and materiality, art and topography. We begin with the colors that are born on canvas painted for the consumption of tourists and are reproduced on the walls of the favelas, understanding them as the spawn of politics based on new visibility regimes and poverty control. Final remarks reflect on the death of (anti)souvenirs, or what appears to be the lack of further possibilities for the representation of favelas as a brand which is capable of adding value to different products on the global market.

Keywords: souvenir, favela, tourism, material culture, megaevents.

Referências

APPADURAI, Arjun. *The social life of things: commodities in cultural perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *The new spirit of capitalism*. London; New York: Verso, 2005.

CAVALCANTI, Mariana. À espera, em ruínas: urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da PACificação. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 6, p. 191-228, 2013.

CLARKE, Terry (Org.). *The city as an entertainment machine*. Chicago: University of Chicago; Elsevier, 2003.

FOUCAUL, Michel. *Vigiar e punir. Nascimento da prisão*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. *Touring poverty*. "Advances in Sociology" series. Londres; New York: Routledge, 2013. v. 1.

———. Felicidade é... uma favela violenta com vista para o mar. In: FREIRE FILHO, João (Org.). *Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade*, p. 257-273. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

———. *Gringo na laje: produção, circulação e consumo da favela turística*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

———. A favela que se vê e que se vende: reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (impresso), v. 22, p. 61-72, 2007.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; VILAROUCA, Marcio Grijó; MENEZES, Palloma Valle. *A pobreza turística no mercado de pacificação: reflexões a partir da experiência da Favela Santa Marta*. Salvador: CRH, 2016.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; VILAROUCA, Marcio Grijó. Would you be a favela tourist? Confronting expectations and moral concerns among brazilian and foreign potential tourists. In: DIEKMANN, Anya; SMITH, Melanie Kay (Orgs.). *Ethnic and minority cultures as tourist attractions*, p. 151-168. Bristol: Channel View Publications, 2015.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; VILAROUCA, Marcio Grijó; MENEZES, Palloma Valle. International tourists in a "pacified" favela: profiles and attitudes. The case of Santa Marta, Rio de Janeiro. *Die Erde*, v. 144, p. 147-159, Berlin, 2013.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; NUNES, Fernanda; MENEZES, Palloma Valle. Ética, estética e consumos possíveis: Notas etnográficas sobre turismo em uma favela carioca. *Os Urbanitas*, v. 5, p. 3, São Paulo, 2008.

FRENZEL, Fabian. *Slumming it*. London: Zed Books, 2016.

FRENZEL, Fabian; KOENS, Ko; STEINBRICNK, Malte. Introduction. In: FRENZEL, Fabian; KOENS, Ko; STEINBRICNK, Malte (Eds.). *Slum tourism poverty, power and ethics*. London: Routledge, 2012.

GORDON, Beverly. The souvenir: messenger of the extraordinary. *Journal of Popular Culture*, v. 20, n. 3, p. 135-146, 1986.

HALNON, Karen. Poor chic: the rational consumption of poverty. *Current Sociology*, v. 50, n. 4, p. 501-516, Jul. 2002.

KIM, Soyung; LITTRELL, Mary A. Souvenir buying intentions for self versus others. *Annals of Tourism Research*, v. 28, n. 3, p. 638-657, 2001.

LEITE, Márcia Pereira. De territórios da pobreza a territórios de negócios: dispositivos de gestão das favelas cariocas em contexto de “pacificação”. In: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra de Sá (Orgs.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*, p. 377-401. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015, v. 1.

MENEZES, Palloma Valle. Objeto e sujeito da fotografia: gringos e câmeras na favela da Rocinha. *Cadernos de Antropologia e Imagem* (UERJ), v. 25, p. 65-78, 2007.

MORAES, Camila. O turismo em favela em debate. *Revista Plural* (USP), no prelo.

NUNES, Fernanda. As representações da favela e seus significados: o caso dos souvenirs “by Rocinha”. In: PANOSSO NETTO, Alexandre; GAETA, Cecília (Orgs.). *Turismo de experiência*. São Paulo: Editora Senac, 2010.

SHELLER, M.; URRY, J. The new mobilities paradigm. *Environment and Planning A*, v. 38, p. 207-226, 2006.

——— (Eds.). *Tourism mobilities: places to play, places in play*. London: Routledge, 2004.

SWANSON, Kristen. Tourists’ and retailers’ perceptions of souvenirs. *Journal of Vacation Marketing*, v. 10, p. 363-377, London: Sage 2004.

TEIXEIRA, Ib. O fantástico colapso do turismo no Brasil. *Revista Conjuntura Econômica*, v. 50, n. 1, p. 42-43, Rio de Janeiro, Maio 2015. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/view/49125>>. Acesso em: 26 Nov. 2016.

TELLES, Vera da Silva. Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos. *Revista de Ciências Sociais* (UFC), v. 46, p. 15-42, 2015.

URRY, John. *Mobilities*. Cambridge: Polity, 2007.

———. *Globalising the tourist gaze*. Lancaster: Lancaster University, 2001.

———. *The tourist gaze*. London: Sage, 1990.

WARD, Cheryl B.; TRAN, Thuhang. Consumer gifting behaviors: one for you, one for me?, *Services Marketing Quarterly*, v. 29, n. 2, p. 1-17, 2007.

Edição e tradução, entre a cultura e a política: Argentina e Brasil na Feira do Livro de Frankfurt*

Recebido: 29.06.16

Aprovado: 03.10.16

José de Souza Muniz Jr.
& Daniela Szpilberg**

Resumo: Este artigo analisa a participação da Argentina e do Brasil como países convidados de honra (em 2010 e 2013, respectivamente) na Feira do Livro de Frankfurt. Remetemos tais presenças à história recente da feira e ao seu papel na estrutura dos fluxos e circuitos de edição e tradução em nível mundial, estrutura esta regulada pelas relações desiguais entre distintos países e mercados linguísticos. Analisamos as negociações entre entidades do poder público e da política setorial que deram origem a tais participações; as ênfases temáticas escolhidas para compor os estandes; e as características socioprofissionais dos autores de cada delegação. A conclusão é que tais casos permitem observar relações específicas entre intelectuais e Estado em cada contexto, na medida em que fazem emergir não apenas as tensões entre cultura e economia, mas também os modos específicos como cada país “traduz” questões locais para um âmbito de trocas simbólicas transnacionais.

Palavras-chave: mercado editorial, tradução, Feira do Livro de Frankfurt, Brasil, Argentina.

Introdução

A Feira do Livro de Frankfurt é o maior e mais importante evento do mercado editorial em nível mundial. Anualmente, milhares de editores, autores, agentes literários e executivos desse setor se dirigem a este influente centro financeiro europeu, em busca de oportunidades na compra e venda de direitos de tradução. As atividades, reuniões e leilões realizados aí definem boa parte das ofertas de publicação em todo o mundo. Em 2013, a feira reuniu 7.275 expositores de 102 países, e atraiu 170 mil visitantes profissionais, que compareceram aos seus cerca de três mil eventos.

Gustavo Sorá, ao referir-se às feiras e exposições como os lugares mais “primitivos” dos mercados, destaca que

desde “a alta Idade Média” as feiras têm regulado os intercâmbios de produtos entre lugares distantes e articulado a construção sócio-histórica dos mercados a par da diferenciação de unidades políticas estatais (Sorá, 2003: 210).

* Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada no XXXVIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), em Caxambu (MG), 2014. Agradecemos a todos os colegas que colaboraram com sugestões naquela ocasião.

** José de Souza Muniz Jr. é doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), com estágio doutoral no Centro de História Intelectual da Universidad Nacional de Quilmes (UNQ). <jmunizjr@gmail.com>. Daniela Szpilberg é doutora em sociologia pela Universidad de Buenos Aires (UBA) e pesquisadora do Instituto de Investigaciones Gino Germani (IIGG). Bolsista do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet). <danielaszpilberg@gmail.com>.

As origens da Feira do Livro de Frankfurt remontam a essa tradição centenária, vinculada às grandes feiras comerciais que se realizavam nessa importante cidade germânica. No século XVII, ela se autonomiza da grande feira e se torna a principal feira de livros da Europa, ainda que nos séculos seguintes tenha de disputar essa hegemonia com sua homóloga de Leipzig. É somente a partir de 1949 – após uma interrupção forçada pela Segunda Guerra Mundial – que ela vai paulatinamente se constituindo como ponto nevrálgico do mercado global de livros, onde são definidos muitos dos grandes êxitos comerciais do setor livreiro mundo afora.

Ainda que se deva considerar, para explicar tal logro, a histórica localização estratégica de Frankfurt como centro financeiro e de negócios, entroncamento rodoviário e aéreo importante da Europa, essa supremacia se explica também à luz da decadência da feira de Leipzig, já que com a Guerra Fria e a divisão das duas Alemanhas, esta cidade ficou sob domínio soviético, relativamente isolada dos mercados ocidentais.

A hegemonia da Feira do Livro de Frankfurt no período pós-guerra é tributária de dois fenômenos interdependentes: a transformação de evento de vendas a livreiros em evento de negociação de direitos; e a maior participação de outros países e línguas. É desse modo que ela vai se tornando um evento de enormes proporções e logra constituir-se como polo de institucionalização (Dujovne & Sorá, 2010), primeiro do mercado editorial alemão e, logo, do mercado internacional. Ainda que os mercados de língua alemã tenham certa preponderância na feira, os mercados editoriais britânico e norte-americano passam a ocupar um espaço significativo. Os setores de língua inglesa se configuram como lugares de passagem quase obrigatória, à medida que esta se configura como língua central no sistema mundial de circulação de textos¹.

Na intrincada rede de fluxos que constitui um sistema mundial de traduções que se organiza na forma centro-periferia, o inglês ocupa uma posição hipercêntrica², não só porque seus níveis de versão (neste caso, transposição do inglês para outra língua) são muito maiores que os de tradução (transposição de outra língua para o inglês), mas também porque determina a relação entre distintas línguas periféricas:

A comunicação entre grupos periféricos frequentemente acontece através de uma língua mais central. O que é traduzido de uma língua periférica a outra depende muitas vezes do que foi traduzido dessas línguas periféricas para línguas centrais. Assim, quanto mais central é uma língua no sistema de traduções, mais ela é capaz de funcionar como língua intermediária ou língua veículo, ou seja, como um meio de comunicação entre grupos de línguas que são, eles próprios, periféricos ou semiperiféricos (Heilbron, 2010: 5).

1. Segundo Gustavo Sorá (2003: 222), “depois da Segunda Guerra Mundial, em quase todos os mercados nacionais o inglês representa a origem de cerca de 75% dos títulos traduzidos”.

2. O autor distingue quatro grupos de línguas, segundo diferentes níveis de centralidade no sistema de traduções: posição hipercêntrica (inglês), central (alemão e francês), semicêntrica (sete ou oito línguas, dentre as quais o espanhol e, talvez, o português) e periférica (línguas que têm menos de 1% de participação no sistema, ainda que possuam grande número de falantes) (Heilbron, 2010: 2). Os dados oferecidos por Renato Ortiz (2004: 12ss.) são expressivos da hegemonia que o inglês adquire nas últimas décadas, seja como idioma estrangeiro ensinado nas escolas secundárias, seja como língua mais publicada e citada nos periódicos científicos.

Gustavo Sorá (2003: 189-213), a partir de uma etnografia da feira, vê tal desequilíbrio do sistema refletido na própria estrutura espacial do evento, que dedica maior área física e maior visibilidade aos países e idiomas centrais em detrimento dos periféricos. Para o autor, o arranjo espacial do evento

se faz corpo e docemente introduz uma hierarquia de valores e formas de classificação sublimadas quando os editores e demais especialistas regressam a seus lugares ordinários de trabalho (Sorá, 2003: 211).

Peter Weidhaas (2011), ex-diretor da Feira de Frankfurt, relata as pressões que, ano a ano, a crescente hegemonia dos mercados anglófonos exerceu sobre a organização do evento: o espaço cada vez mais amplo demandado pelas editoras americanas e britânicas entrava em choque com o objetivo da feira de dar espaço aos demais mercados. De algum modo, a decisão de apresentar certos países como convidados de honra, a partir de 1988, simboliza a necessidade de instaurar uma espécie de “território de exceção”, imune a tais pressões, no interior da feira, no sentido de dar mais visibilidade a mercados menos centrais, que se revezam anualmente na ocupação desse lugar.

Neste trabalho, analisamos comparativamente a participação da Argentina (2010) e do Brasil (2013) como países convidados de honra da Feira do Livro de Frankfurt. Depois de apresentar o papel desta feira nas tramas do mercado editorial global, abordamos os marcos políticos e legais que conformaram a presença dos dois países no evento. Por fim, detemo-nos na análise quali-quantitativa do conjunto de autores chamados a fazer parte das duas ocasiões. Buscamos interpretar as características morfológicas de ambas as comitivas à luz tanto do contexto imediato dessas participações como da conformação de médio e longo prazo de seus respectivos espaços literários/intelectuais nacionais.

O problema sociológico que guia esta análise diz respeito, fundamentalmente, ao papel de dois condicionantes específicos na configuração dos mecanismos de consagração simbólica e econômica dos campos intelectuais latino-americanos: (1) as possibilidades de circulação internacional de seus agentes, produtos, repertórios e práticas; (2) as relações de cooperação, disputa e interdependência entre os intelectuais e o Estado em cada contexto considerado.

Fluxos e circuitos do mercado editorial global

A “moderna” Feira de Frankfurt se desenvolve e ganha dimensões gigantescas nas três últimas décadas do século XX, momento em que os fluxos e as circulações passam a cobrar atenção especial das ciências sociais. A escala do Estado-nação segue tendo relevância analítica para o estudo da edição se consideramos o alcance das políticas que regulam e fomentam a atividade editorial, moldando a produção e a distribuição nos respectivos territórios. A unidade nacional é não só o âmbito de ação dos organismos responsáveis por tais políticas, mas também “o critério de classificação dominante da estrutura espacial” (Sorá, 2002: 129) da Feira de Frankfurt e de suas congêneres, fazendo emergir daí certas identidades culturais e literárias ancoradas nas distintas tradições nacionais.

Por outro lado, o caráter global do mundo dos livros impõe-se como objeto de estudo num momento histórico onde a atividade dos agentes se vê condicionada pelas decisões de companhias transnacionais como Pearson, Random House, Bertelsmann, Hachette; pelos diagnósticos e recomendações de órgãos supranacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e no Caribe (Cerlalc); e pelas negociações feitas em “aduanas” culturais como Frankfurt, Barcelona, Londres, Bolonha e Guadalajara. Constitui, assim, um desafio às histórias da edição, tradicionalmente construídas em bases nacionais³, num momento em que os países a partir dos quais tais histórias são escritas “deixam de ser unidades autônomas, independentes, que interagem entre si, para se constituírem em territórios atravessados pelo fluxo da modernidade-mundo” (Ortiz, 2004: 9).

Para esta análise, dois tipos de circulação nos interessam. O primeiro é a circulação dos produtos culturais. Este é, afinal, o elemento que justifica a ocorrência de eventos como a Feira de Frankfurt: os múltiplos encontros entre autores, editores e agentes literários do mundo todo têm como finalidade básica estabelecer acordos que tornem possível a publicação de títulos para além de seus territórios de origem. Diversos pesquisadores têm assinalado a importância dos trânsitos internacionais de textos para a formação dos mercados culturais e para o estabelecimento de hierarquias entre tradições intelectuais e mercados linguísticos. Esses trânsitos dão a ver uma constante luta pela redefinição dos territórios de distribuição de produtos industriais/culturais entre os distintos centros e entre os centros e a periferia (Sapiro, 2009).

Os fluxos globais de edição e tradução, mais do que operações textuais, são resultado de operações sociais que envolvem, além de editores e autores, agentes literários, tradutores, diretores de coleção, prefaciadores – *gate keepers* e descobridores (Bourdieu,

3. A esse respeito, propõe Mollier: “o marco nacional desses estudos é, sem dúvidas, um espaço cômodo e útil para seu desenvolvimento, mas não deve ocultar as porosidades, as circulações de um território a outro, os múltiplos e multiformes intercâmbios que se podem haver produzido, as adaptações, traduções, cópias ou mutilações e censuras dos textos. É a partir desses aspectos que uma perspectiva transnacional dos fenômenos produz certamente o melhor resguardo frente aos riscos de fechamento ou cegueira que ameaçam todo pesquisador que trabalhe com um objeto tão proteico” (Mollier, 2012: 271).

2002: 4-5) posicionados de modos específicos nos campos de origem e destino das obras. Esses agentes “cosmopolitas” e “políglotas” (Casanova, 2002: 37) atuam como cambistas num mercado global em que os graus de consagração e as capacidades de difusão são desigualmente distribuídos entre autores, gêneros, países e línguas.

O estudo dos mercados editoriais contemporâneos exigiria, nesse sentido, assentar em primeiro plano as tensões por meio das quais o “nacional” e o “global” se constituem reciprocamente. A circulação transnacional dos textos é um aspecto fundamental para uma análise desse tipo, uma vez que, considerada em sua espacialidade e em sua temporalidade, deixa à mostra a construção de relações desiguais entre países e/ou comunidades linguísticas. Nesse sentido, a Feira do Livro de Frankfurt, mais do que configurar um ponto de “conexão” do mercado editorial global, constitui um “nó” para onde convergem e de onde emergem tensões de ordem cultural, política, econômica e linguística. Ao imaginário de uma rede desterritorializada, capaz de produzir um “mundo sem fronteiras”, é necessário contrapor a ideia de um mundo onde a circulação de produtos, ideias e textos é diuturnamente disputada pelos agentes, pelas comunidades intelectuais e por organismos públicos e privados.

No caso do mercado de livros, essa circulação ocorre principalmente de duas formas. A primeira é a da importação e exportação de produtos (ou seja, de livros comercializados em suas edições e línguas “originais”, ainda que sejam eles próprios resultados de operações de traduções prévias). A segunda é aquela resultante de operações de versão e tradução, como as que são negociadas em Frankfurt; nesse caso, o que está em jogo é a comercialização de matérias-primas editoriais, com o objetivo de criar produtos adaptados às realidades locais. Trata-se, portanto, de dois circuitos distintos, mas complementares.

O segundo aspecto que nos interessa aqui, e neste caso subordinado ao primeiro, é o da circulação de pessoas. Ainda que não detenham a escala quantitativa dos fenômenos turísticos, a larga duração das migrações e diásporas, ou as implicações políticas dos exílios, certos modos “fugazes” de circulação das elites intelectuais são essenciais para compreender os arranjos assumidos pela produção simbólica nos distintos territórios. Objetos como as turnês, as residências artísticas, as expedições, os estágios de estudo e pesquisa, os congressos e as feiras ganham importância analítica, à medida em que podem revelar a construção de vínculos, grupos, redes que irão condicionar de distintas maneiras o trabalho intelectual das partes envolvidas para além do breve espaço-tempo do encontro presencial. Se em alguns casos podem apontar para o estabelecimento de conexões inéditas entre grupos ou tradições intelectuais até então isoladas umas das outras, em outros casos esses eventos transnacionais darão a ver o fortalecimento ou a reconfiguração de intercâmbios previamente estabelecidos.

Evidentemente, tais encontros não estão regidos apenas pela lógica da cooperação e do mutualismo. Ainda que essa dimensão esteja presente, importa considerar os aportes de dependência e dominação que configuram uma geopolítica das relações intelectuais, onde os agentes – e os lugares de onde provêm – tendem a desempenhar papéis desiguais nas trocas. Essa dimensão pode ser vislumbrada tanto nas relações mais “desinteressadas”, que não envolvem nenhum tipo de troca material direta, quanto em ocasiões como Frankfurt, onde o que ocorre são fundamentalmente reuniões de negócios entre executivos do mercado editorial. Em um e outro caso, as partes envolvidas comumente ocupam posições desiguais: uns como compradores, importadores, receptáculos, replicadores; outros como vendedores, exportadores, fornecedores, modelos. Portanto, o que tais circulações propiciam, para além dos contatos, são contratos, com todos os problemas conceituais e práticos que daí derivam.

Países convidados, identidades nacionais em disputa

Este pavilhão não tem nada a ver com a Itália. Aqui não vemos os desempregados do Sul, os viciados em drogas, não vemos a Máfia ou a Itália que trabalha realmente. Aqui estamos em meio à hipocrisia da mediocridade. Como pode uma cultura viver debaixo de papel-machê? (Aldo Busi apud Weidhaas, 2011: 219).

Foi assim que o polêmico escritor italiano Aldo Busi se referiu ao pavilhão da Itália, primeiro país a ser convidado de honra da Feira de Frankfurt, em 1988. A crítica inscrita em seu discurso – que remete à distância entre realidade e representação, ou à superficialidade da imagem de nação aí forjada – se tornaria uma constante no evento. A partir daquele ano, a Feira do Livro de Frankfurt promove anualmente a participação de um país – ou, em algumas exceções, de comunidades linguísticas infra ou supranacionais – como convidado de honra do evento. O objetivo é dar um lugar destacado, dentro de um espaço expositivo de dimensões gigantescas, a tradições de produção editorial existentes para além dos mercados centrais⁴.

4. Anteriormente, a partir de 1976 e com periodicidade bienal, a Feira de Frankfurt havia estabelecido o modelo dos “temas centrais”. Foram eles: “América Latina” (1976), “A criança e o livro” (1978), “África negra” (1980), “Religião” (1982), “Orwell 2000” (1984) e “Índia” (1988).

Aponta Gustavo Sorá que

a escolha de um país como convidado de honra da Feira do Livro de Frankfurt acentua as disputas internas de um campo editorial nacional (a divergência de seus interesses, suas linhas de força, seus pontos de apoio coletivo etc.) e põe em evidência o teor das relações entre os editores e o Estado (Sorá, 2013: 104).

Tais momentos parecem-nos interessantes para investigar as disputas em torno do espraiamento da produção editorial (em especial da literatura) de países pe-

riféricos, num contexto em que a circulação internacional de livros está hegemonicamente concentrada por agentes que se interessam por tais países fundamentalmente como mercados tradutores e consumidores. Ainda que não implique reversão ou equilíbrio dos fluxos de tradução e versão, a participação de países convidados na Feira é o momento oportuno para que mercados não centrais se projetem de modo singular num espaço altamente hierarquizado. É como se tal presença fosse capaz de pôr em suspensão a estrutura fortemente desigual da circulação internacional de textos.

Trata-se, evidentemente, de um fato econômico, dado que a Feira de Frankfurt gira em torno da compra e venda de direitos. Nesse sentido, a ocupação desse espaço privilegiado significa para um país e para os seus autores a possibilidade de ampliar sua participação nos fluxos de tradução. Entretanto, tais negócios não estão isentos de teor simbólico, já que esses intercâmbios e as possibilidades de tradução que eles trazem são capitais importantes para os agentes do setor. A presença internacional permite a eles disputar reconhecimento de crítica e de público em outros países, êxitos que depois podem ser reconvertidos em maior prestígio em seus campos de origem. Além disso, em nível mais amplo, a presença em Frankfurt – com o conjunto de espaços físicos, eventos e autores – gera a construção de imagens específicas do país no exterior. Isso não quer dizer que essa participação não tenha objetivos econômicos, mas que responde fundamentalmente a uma estratégia de *soft power*, ou seja, à criação de uma identidade ou marca cultural/literária do país a ser exportada e cujos efeitos simbólicos, políticos e econômicos nem sempre são calculáveis no curto prazo.

Os únicos países latino-americanos que já ocuparam esse espaço de visibilidade no evento foram México (1992), Argentina (2010) e Brasil (1994 e 2013); este, por sua vez, foi o único país a repetir sua participação como convidado – o que se repete em 2016, com Holanda/Flandres (dobradinha que já havia sido tema em 1993). Brasil e Argentina foram convidados de honra em vários outros eventos do mercado editorial global que passaram a adotar essa estratégia, dando lugar de destaque a países, cidades ou áreas linguísticas.

Argentina e Brasil: arquitetando presenças

O acordo que definiu a participação da Argentina foi assinado em 2007 e o planejamento do evento começou em setembro de 2008. Em uma reunião com editores e representantes das câmaras do livro, a presidenta Cristina Fernández, a partir do Decreto n.º 1.316/08, declarava a participação argentina em Frankfurt de interesse nacional. Decidiu-se que o projeto seria levado a cabo por uma comissão especial, o Comité Frankfurt 2010 (Cofra). Esta foi formada por 14 pessoas, incluindo represen-

5. Ao contrário do Brasil, onde os editores estão unificados sob a Câmara Brasileira do Livro (CBL), na Argentina eles se dividem em duas câmaras: a Câmara Argentina del Libro (CAL), constituída por pequenas e médias editoras nacionais; e a Câmara Argentina de Publicaciones (CAP), que reúne sobretudo grandes editoras e conglomerados estrangeiros. O Comité Frankfurt 2010 (Cofra) reuniu também representantes destes organismos: Secretaría General de la Presidencia de la Nación, Jefatura de Gabinete de Ministros, Secretaría de Medios de Comunicación de la Nación, Secretaría de Cultura de la Nación, Secretaría de Turismo de la Nación, Fundación Exportar, Fundación El Libro e Sociedad Argentina de Escritores.

6. Nome que designa o Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto, equivalente ao Itamaraty. Na análise de Bayardo e Mihal (2012: 17), “a centralidade da Cancillería na Cofra aparecia como uma forma de priorizar o comércio internacional e a visibilidade do país no exterior através de um organismo que dispõe de instrumentos específicos para isso”.

tantes da Cámara Argentina del Libro (CAL) e da Cámara Argentina de Publicaciones (CAP)⁵, e dirigida pela embaixadora Magdalena Faillace, responsável por Assuntos Culturais na Cancillería⁶. Nessa ocasião, comunicaram-se os ícones que representariam a Argentina na feira: Eva Perón, Che Guevara, Diego Maradona e Carlos Gardel.

7. O artigo 1º menciona, dentre outras diretrizes, as de “propiciar os meios para fazer do Brasil um grande centro editorial” e “competir no mercado internacional de livros, ampliando a exportação de livros nacionais”. Já o artigo 13 define a responsabilidade ao Poder Executivo de “instituir programas, em bases regulares, para a exportação e venda de livros brasileiros em feiras e eventos internacionais” (Brasil, 2003).

8. O documento-base do PNLL estabelece quatro eixos de ação. O último – “Desenvolvimento da economia do livro” – é composto de quatro subeixos, dos quais o derradeiro menciona a participação em feiras internacionais, programas de exportação de livros e apoio para a tradução de livros brasileiros (Brasil, 2006: 30). De modo complementar, o subeixo 4.3 (Apoio à cadeia criativa do livro) menciona “Programas de apoio à tradução” (idem, ibidem), sem definir se se trata de fomento à versão ou à tradução.

Uma polêmica invadiu jornais e suplementos culturais: diversos agentes do campo cultural protestavam contra a decisão do governo de não incluir figuras literárias. Logo, a Cancillería informou que aos quatro ícones se somariam Jorge Luis Borges e Julio Cortázar, dois dos escritores argentinos mais conhecidos e traduzidos. A polêmica continuou e, por meio de uma carta aberta, um conjunto de escritores pediu que fossem incluídos também os nomes de Rodolfo Walsh, Alfonsina Storni, Manuel Puig e Alejandra Pizarnik. Solicitavam, além disso, que o governo trabalhasse em prol da difusão de novos escritores, abrindo-lhes portas no mercado internacional. Essa posição foi respaldada pelo diretor da feira, Jürgen Boos, para quem o país convidado deveria apresentar um panorama atual e diversificado da cultura nacional, com ênfase nos jovens autores. Alguns meses depois, era anunciada a criação do Programa Sur, que dá subsídios a editoras estrangeiras para traduzir autores argentinos.

É importante notar que o planejamento da participação em Frankfurt e a criação do Programa Sur se dão quase na ausência de marcos legais anteriores: a Ley de Fomento al Libro y a la Lectura, sancionada em 2001, dedica pouco espaço à difusão internacional do livro argentino e, ainda assim, dá ênfase ao Mercosul e ao restante da América Latina (cf. Argentina, 2001, art. 3º, § k e m). Já no caso brasileiro, a internacionalização aparece, ainda que de forma tímida, na lei que estabelece a Política Nacional do Livro⁷. Diretrizes mais concretas surgem com o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), instituído três anos depois (cf. Brasil, 2006), e que rege atualmente as políticas setoriais no país⁸. Apesar das prévias definições legais, é possível dizer que, tal como no caso argentino, ações mais efetivas passam a ser implementadas quando a Feira do Livro de Frankfurt aceita a proposta de que o Brasil participe como convidado. Esse parece ser o estopim para o emprego mais sistemático de recursos destinados à internacionalização da produção editorial e literária.

O acordo que permitiu a participação do Brasil como país convidado foi firmado em outubro de 2010 (durante a edição da feira na qual a Argentina era o país central). O comitê organizador foi composto pela entidade que firmou tal acordo, o Ministério da Cultura (MinC), e outros quatro órgãos – Ministério das Relações Exteriores (MRE), Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Fundação Nacional de Artes (Funarte) e Câmara Brasileira do Livro (CBL). A Academia Brasileira de Letras (ABL) e a Liga Brasileira de Editoras (Libre) foram consultadas e convidadas a participar da programação, que contou também com o apoio da Agência Brasileira de Promoções

de Exportações e Investimentos (Apex). O conselho diretivo⁹ do projeto convocou, ainda, três curadores – Manuel da Costa Pinto, Maria Antonieta Cunha e Antonio Martinelli – para definir a programação do evento e selecionar os 70 autores que fariam parte da expedição.

A participação do país convidado em Frankfurt prevê, geralmente, formas de fomento à tradução. No caso argentino, o Programa Sur começou a ser planejado em 2009, por ocasião do próprio convite. Após a realização do evento, em 2010, com quase 300 obras já traduzidas, o programa foi confirmado como política de Estado, com orçamento anual e funcionamento regular. O Brasil, em contrapartida, já possuía, desde 1991, o Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior. Trata-se da principal iniciativa do Centro Internacional do Livro (CIL) – parte integrante da FBN, vinculada ao MinC –, que promove outras iniciativas de internacionalização da produção editorial brasileira. Apesar dessa longevidade, foi somente em 2010, por ocasião da escolha do Brasil para 2013, que se decidiu por uma maior ênfase e um aporte suplementar de recursos ao programa. A diferença é bastante expressiva: se entre 1991 e 2009 foram oferecidos pelo programa 161 subsídios a tradução, somente entre 2010 e 2013 foram 422 subsídios (ou seja, 72% do total da série em apenas quatro anos).

A análise das participações da Argentina e do Brasil como países convidados de honra da Feira de Frankfurt – respectivamente em 2010 e 2013 – permite notar a importância que a presença nesse evento adquiriu para os mercados editoriais locais. Tal relevância se expressa objetivamente pela presença na feira de gestores públicos da alta cúpula, pela quantidade de recursos empregados e pela ampla cobertura da imprensa especializada. Os países também se tornaram tema de dezenas de eventos paralelos em Frankfurt e em outras cidades alemãs.

Em 2010, com o lema “Argentina, cultura em movimento”, o espaço do país central foi desenhado pelo cenógrafo Emilio Balsadúa para render tributo a seus dois grandes nomes literários: no acesso principal, o desenho de um jogo de amarelinha no chão (em homenagem ao clássico *Rayuela*, de Cortázar) dava acesso a um labirinto (referência a Borges), onde o visitante podia passear por painéis-vitrines que traziam fotos de aproximadamente 50 autores (além das personalidades não literárias) dos séculos XIX e XX, com trechos de suas obras e objetos relacionados. Dentro do pavilhão, um espaço especial foi dedicado a escritores e jornalistas desaparecidos na última ditadura militar: aí figuravam suas fotos e nomes, bem como lenços das Madres de Mayo simbolizando a luta pela memória.

É preciso ressaltar alguns elementos contextuais que deram contornos específicos à participação argentina. De um lado, ela coincidiu com o bicentenário da Independência

9. Constituído pelos seguintes executivos: presidente da FBN; presidente da Funarte; diretor do Departamento Cultural do MRE; diretor de Relações Internacionais do MinC; diretor do Centro Internacional do Livro da FBN; gerente executiva do projeto; presidente da CBL.

dência, o que trouxe implicações para a formulação de uma identidade nacional no exterior, plasmada por debates e comemorações que já estavam em vigor dentro e fora do país (ver Sorá, 2012). De outro lado, a designação, pela Unesco, do título de Capital Mundial do Livro 2011 a Buenos Aires exigiu certa conciliação de interesses entre o governo federal e o governo da capital, que também queria garantir presença em Frankfurt. O governo da cidade acabou por lançar seu próprio programa de tradução e montou um estande próprio na feira, o que deixa entrever o elevado grau de hostilidade entre os dois níveis da administração pública, comandados, naquele momento, por rivais políticos. Tal disputa refletiu, ainda, conflitos historicamente pendentes:

a confrontação entre federalismo e centralismo, o interior “latinoamericano” com a capital “europeia”, a diversidade cultural “argentina” com a concentração editorial “portenha” (Bayardo & Mihal, 2012: 19).

Já a participação brasileira – cujo lema foi “Brasil: uma terra cheia de vozes” – se dá num momento de explosão da visibilidade do país no exterior, antecedido por êxitos econômicos e caracterizado pela expectativa dos grandes eventos esportivos (a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016). Essa somatória converte o Brasil em objeto crescente de interesse internacional e plasma uma imagem de grande potência que os agentes políticos, culturais e econômicos do país passam a capitalizar de distintas maneiras. O pavilhão brasileiro foi concebido por Daniela Thomas e Felipe Tassara. Em um dos ambientes, painéis traziam fotos de grandes autores da literatura nacional; em outro, os visitantes podiam pedalar bicicletas fixas, gerando imagens sobre a história do país. Em outros locais, era possível sentar-se em redes para ouvir canções de músicos como Chico Buarque e Caetano Veloso; ver reproduções de edifícios de Niemeyer em papel prensado; ver uma instalação que representava paisagens brasileiras em relação a obras literárias onde foram retratadas. Buscou-se, sobretudo, erigir representações que fugissem dos estereótipos de samba, carnaval, futebol e verde-amarelo, ainda que referências esparsas estivessem presentes. Ao contrário do que ocorreu no caso argentino, a escolha de figuras extraliterárias não suscitou grandes críticas por parte de intelectuais brasileiros. Contudo, a remissão a Frankfurt 2010 era inevitável¹⁰: uma fonte da CBL declarou, com ironia: “todo o nosso parâmetro foi ver o quanto a Argentina fez e fazer maior”.

10. Isto evidencia a atualidade das análises que mostram como os dois países têm constituído historicamente suas identidades em contraposição ao outro. Ver, a esse respeito, os aportes de Sorá (2003) e Grimson (2007).

Brasil e Argentina: os autores convidados

As identidades literárias forjadas pelos países convidados em Frankfurt são o resultado de relações objetivas que operam em cada um dos espaços editoriais, envolvendo uma sucessão heterogênea de práticas e representações dos interessados. Além do objetivo mais imediato de explicar os mecanismos de funcionamento de um evento editorial global a partir de dois casos latino-americanos, a abordagem desse objeto parece-nos relevante à medida que contribui para compreender os nexos entre Estado, cultura e economia na constituição das indústrias culturais latino-americanas. Exige, de todo modo, considerar as políticas culturais – e, mais especificamente, as de projeção da cultura nacional em espaços internacionais – como terreno comum à intervenção do Estado, do setor privado e do setor associativo, ou seja, de instâncias que

envolvem uma pluralidade de autores, com distintas magnitudes e capacidades de decisão, com diferentes formas organizativas e lógicas de funcionamento, e com objetivos e interesses diversos (Bayardo & Mihal, 2012: 12).

A presença de autores nacionais, convidados especialmente para participar do evento, busca promover a circulação de certa elite intelectual e fortalecer o espriamento de sua produção em outros mercados, aumentando as possibilidades de negociar sua publicação no exterior, derivando daí lucros simbólicos e econômicos para autores, editoras, tradutores e agentes literários. Funciona, assim, de modo complementar a outras estratégias (programas de fomento à tradução e publicação no exterior, catálogos de divulgação da literatura nacional). Entretanto, essa dimensão é insuficiente para compreender essa circulação de pessoas, porque a seleção de autores pressupõe a formação de um consenso a partir de operações de inclusão e exclusão, formas de exercício de poder entre os agentes envolvidos nesse processo.

Um *locus* privilegiado de análise, nesse sentido, são as tomadas de posição dos excluídos ou dos que se propõem a falar em nome deles. Foi o caso dos escritores brasileiros Marcelo Mirisola, que criticou a curadoria do evento por não lhe haver incluído na comitiva, e Paulo Coelho, que se recusou a participar por não concordar com a seleção de escritores, que excluía nomes jovens do tipo de ficção que ele próprio pratica. Mirisola, autor caracterizado por seus escritos irônicos e escatológicos, dirigiu suas críticas particularmente ao curador Manuel da Costa Pinto, a quem acusou de incoerência, ao passo que Coelho, grande *best-seller* da ficção brasileira atual, fez críticas mais amplas às políticas culturais do governo federal (apud Meireles, 2013).

No caso argentino – como já foi mencionado –, destacaram-se as declarações contrárias à decisão unilateral de o governo privilegiar figuras clássicas da argentini-idade em detrimento das personalidades capazes de consolidar uma imagem mais moderna da literatura nacional e de gerar dividendos simbólicos e econômicos às editoras e aos autores locais. Ao contrário da participação brasileira, cujas discussões se concentraram em torno da seleção dos autores vivos e se deram no calor dos acontecimentos, na Argentina o principal motor dos debates, ainda na fase de preparação, foi o privilégio de figuras literárias já consagradas e de figuras extraliterárias. Na ótica dos detratores, isso mostrava uma ignorância do Estado nacional com relação aos objetivos da feira. No Brasil, os posicionamentos focaram a constituição de um presente literário que se pudesse mostrar ao mundo, ao passo que no caso argentino o centro da contenda foi a tensão entre um passado (literário ou não) estabelecido e um presente literário em busca de visibilidade.

Os discursos de abertura foram expressivos das preocupações que cada país trasladou a Frankfurt e das relações entre intelectuais e Estado. Na participação argentina, a dramaturga Griselda Gambaro destacou o papel dos intelectuais perseguidos em seu país durante a última ditadura militar, comparando tal episódio ao regime nazista alemão. Em tom lírico, falou da literatura como capacidade de imaginar outros mundos possíveis e exigiu da política o mesmo papel, mencionando de soslaio os governos latino-americanos de esquerda (ver Gambaro, 2010). Luiz Ruffato também se referiu a mazelas do passado nacional (o genocídio indígena e a escravidão africana), mas centrou-se em problemas atuais: desigualdade social, privação de direitos, violência estatal, machismo, homofobia, analfabetismo funcional (ver Ruffato, 2013). Ainda que tenha mencionado o papel libertador da literatura e destacado alguns êxitos recentes do país, o tom de manifesto crítico incomodou autoridades presentes. Se, por um lado, Gambaro fez eco às ênfases que o Estado nacional argentino quis dar ao evento, o discurso de Ruffato representou um pequeno ato de rebeldia contra as representações politicamente depuradas do estande brasileiro.

A análise do conjunto de autores selecionados por cada país dá acesso aos contornos de uma identidade cultural/literária forjada por frações de suas elites intelectuais sob auspícios do Estado. Permite, também, dar inteligibilidade sociológica às disputas vigentes antes e durante a ocupação desse espaço privilegiado. Tal análise deve considerar três conjuntos de condicionamentos: primeiro, as características estruturais dos respectivos espaços intelectuais, que, por sua vez, refratam as relações de força vigentes em cada uma das sociedades nacionais; segundo, a conjuntura em que cada país planejou sua presença; terceiro, os critérios de seleção da curadoria, lidos à luz das pressões individuais, coletivas e institucionais que lhe deram forma. Sem pretender esgotar as possibilidades de análise, consideramos

alguns dados morfológicos dos conjuntos de autores convidados para compor as comitivas da Argentina e do Brasil – 56 e 70 autores, respectivamente.

Com relação à representatividade de gênero, o número de homens é maior que o de mulheres nas duas delegações, mas o conjunto argentino tem um índice (55%) bem mais igualitário que o conjunto brasileiro (67%). Quanto às faixas geracionais, os dois países apresentam conjuntos semelhantes: as médias de idade no ano de participação foram de 59,0 e 59,4, respectivamente. Nos dois casos, a proporção de autores nascidos até 1960 representou cerca de 65% do conjunto (sendo que 25% dos argentinos e 20% dos brasileiros nasceram antes de 1940). Essa composição, à luz de outros dados, mostra que os dois países optaram por levar a Frankfurt intelectuais com trajetórias mais longas, maior número de livros publicados e posições mais consolidadas no campo, em detrimento dos recém-chegados. Em contrapartida, a amostra brasileira possui maior proporção de jovens (nascidos na década de 1970): 12,8% (nove autores), contra apenas 5,3% (três autores) no caso argentino.

A projeção internacional parece ter sido levada em consideração na inclusão dos únicos três autores do conjunto argentino nascidos na década de 1970. Destaca-se, aqui, a figura de Samanta Schweblin (1978-), mais jovem da delegação de seu país, cujas obras já haviam sido traduzidas em 13 idiomas e publicadas em 22 países. Seu segundo livro, *Pájaros en la boca*, obteve o prêmio Casa de las Américas, considerado um dos mais importantes da literatura de língua espanhola. Viveu temporariamente no México, na Itália e na Alemanha, onde reside atualmente. Também Ariel Magnus (1975-) tem fortes vínculos com o país da feira, não apenas por sua ascendência, mas também porque ali viveu entre 1999 e 2005 e estudou com subsídio da Fundação Friedrich Ebert Stiftung. Por fim, Félix Bruzzone (1976-), além de já ter livros publicados em francês e em alemão, é filho de desaparecidos da última ditadura militar, fato que o tornou altamente adequado a uma programação cultural com bastante ênfase nos temas da memória e dos direitos humanos, em consonância com a agenda social e política vigente no país naquele momento.

No caso do Brasil, os três mais jovens autores também apresentam graus consideráveis de projeção internacional. O escritor Daniel Galera (1979-), que atua também como tradutor de literatura em inglês, integrou em 2012 a seleção de jovens autores brasileiros da revista britânica *Granta*. Antes da participação em Frankfurt, já tinha obras publicadas na Itália, Portugal, Argentina e França, além de figurar em antologias internacionais. Já os irmãos gêmeos Gabriel Bá e Fábio Moon (1976-), quadristas que assinam diversas parcerias com autores de outros países, têm obras publicadas nos Estados Unidos, na Itália e na Espanha. Foram os primeiros brasileiros a ganhar um prêmio no Eisner Awards, principal honraria do universo das HQs em nível internacional¹¹.

11. Os outros autores brasileiros do conjunto nascidos nos anos 1970 – Andrea del Fuego (1975-), Carola Saavedra (1973-), Fernando Vilela (1973-), Férrez (1975-), Michel Laub (1973-), Veronica Stigger (1973-) – também contavam, no momento da feira, com algum grau de internacionalização: obras publicadas no exterior; participação em antologias publicadas fora do Brasil; períodos de vivência e estudos em outros países; prêmios internacionais no âmbito da literatura ou das artes.

Já a análise dos locais de nascimento mostra diferenças importantes: na delegação argentina, estão representadas 9 das 24 unidades federativas (37,5%); na comitiva brasileira, há autores nascidos em 14 das 27 unidades (51,8%). Na amostra argentina, os portenhos representam 62,5% (35) e, somados aos nascidos na província de Buenos Aires, totalizam 78,5% (44) do conjunto. Entre os autores brasileiros, 21% (15) são paulistanos e 17% (12) cariocas. A totalidade de naturais dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul – 53 autores (75,7%) – é proporcionalmente menor que a soma de portenhos e bonaerenses.

Tais diferenças são expressivas do contraste entre os dois campos intelectuais quanto à configuração espacial. A Argentina, país demograficamente concentrado em Buenos Aires e em seu conurbano, tem na capital federal o epicentro absoluto de sua atividade intelectual, literária e editorial. De outro lado, o Brasil, onde a concentração demográfica não é tão forte, tem a hegemonia de seu campo cultural disputada por São Paulo e Rio de Janeiro, capitais que dividem espaço ainda com cenas locais, como as de Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre, relativamente mais importantes que Córdoba e Rosario, por exemplo.

Apesar dessa diferença, tanto Buenos Aires como o eixo Rio-São Paulo tendem a funcionar como polos de atração de intelectuais, escritores e artistas provenientes de outras capitais e do interior. Isso ocorre não só porque tais capitais concentram as instâncias de difusão e consagração do campo cultural, mas porque representam oportunidades de inserção laboral em atividades conexas (setores editorial, jornalístico, publicitário, televisivo, teatral etc.). Não casualmente, dentre os brasileiros e argentinos convocados a Frankfurt, nota-se uma quantidade considerável dos que nasceram no interior e trasladaram-se para essas capitais, onde desenvolvem boa parte de suas trajetórias intelectuais e literárias.

A questão da diversidade regional esteve presente nos dois casos. No planejamento da participação argentina, a embaixadora Magdalena Faillace havia declarado tais intenções: “Em 2010, mostraremos um país federal e todas as paisagens culturais estarão representadas” (Magdalena Faillace apud Reinoso, 2008). Contudo,

[...] a perspectiva da diversidade cultural esteve praticamente ausente dos debates sobre a participação argentina na feira, que se apresentava como um marco propício para colocar um tópico relevante para o mercado editorial do país na agenda pública (Bayardo & Mihal 2012: 26).

Já durante a participação brasileira, o escritor cearense Ronaldo Correia de Brito gabou-se, com ironia, de ser o único nordestino que mora no Nordeste dentre os brasileiros presentes (ver Brito, 2013). Ao tema da diversidade regional somou-se o

da diversidade étnica, já que a comitiva de autores brasileiros, à exceção de Paulo Lins e Daniel Munduruku, era fundamentalmente branca (ver, por exemplo, Rodrigues *et alii*, 2013; *O Globo*, 2013).

Por fim, é preciso notar, nas comitivas brasileira e argentina, o considerável número de autores que se estabeleceram de forma passageira ou definitiva no exterior, onde traçaram trajetórias que pudessem ser reconvertidas em notoriedade e capital social em seu país de origem e em outros meridianos. É o caso da escritora Adriana Lisboa, do neurocientista Miguel Nicolelis e da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, brasileiros que residem nos Estados Unidos, país onde vive também a poeta e crítica argentina María Negroni; o poeta brasileiro Age de Carvalho, radicado em Viena; e a escritora franco-argentina Laura Alcoba, que mora em Paris. Muitos outros passaram por universidades estrangeiras, onde completaram seus estudos ou trabalharam como professores visitantes; atuaram como diplomatas (caso do poeta brasileiro João Almino); participaram de residências artísticas e literárias ou de estágios de pesquisa na Europa ou nos Estados Unidos. Também forjaram inserções internacionais não necessariamente atreladas ao deslocamento físico: traduzem e são traduzidos; estabelecem redes e parcerias com autores estrangeiros.

A análise comparada dos gêneros de ficção e não ficção que os autores das duas delegações representam dá uma ideia das ênfases de cada participação¹². O conjunto de autores dedicados principal ou exclusivamente aos gêneros literários clássicos (romance, contos, poesia e teatro) constitui maiorias expressivas nos dois casos: são 33 (58,9%) no caso argentino e 38 (54,3%) no caso brasileiro. Desse conjunto, os maiores contingentes são compostos pelos romancistas (32% e 30%), e os menores pelos dramaturgos (3,5% e 1,5%); poetas (14% e 10%) e contistas (8,9% e 12,8%), que ocupam posições intermediárias.

Essa preponderância dos romancistas, contistas e poetas no conjunto dos autores convidados é significativa da centralidade da literatura nas políticas de internacionalização do livro levadas a cabo pelos dois países, ênfase que se mostra ainda mais dominante no conjunto de obras escolhidas pelos respectivos programas de fomento à tradução. Esses números também expressam uma tendência geral da circulação internacional de ideias: países como Brasil e Argentina conseguem exportar principalmente sua literatura e têm mais dificuldade para difundir sua produção humanística e científica, campos hegemônicos pelos países centrais. Isso fica mais claro à luz dos dados dos mercados editoriais locais: a rubrica "literatura" corresponde a 26,4% dos títulos publicados na Argentina em 2013 (CAL, 2013) e a 8,05% dos títulos publicados no Brasil em 2010 (CBL, Snel & Fipe, 2011)¹³; não obstante, constitui a maioria dos livros que tais países logram difundir em outros idiomas.

12. O cálculo realizado baseou-se na atribuição de um gênero principal a cada indivíduo do universo amostral, descartando-se por ora os gêneros secundários da produção de cada um. Tal rotulação, por sua vez, baseou-se na quantidade de obras escritas em cada gênero, bem como nas categorias usadas pela crítica e pelos próprios autores para referir-se a si próprios.

13. Os relatórios de produção editorial produzidos pela CBL e pelo Snel para os anos posteriores não apresentavam caracterização por gênero.

Na sequência, os gêneros de não ficção (ensaio/humanidades, crítica literária, biografia/memória e ciências) representam 28,5% (16) e 24,3% (17) das comitivas da Argentina e do Brasil, respectivamente. Nesse universo, a diferença mais expressiva entre os dois países fica por conta da ênfase bem mais pronunciada da participação argentina na linha de biografias e memórias: cinco personalidades (8,9%), contra duas (2,8%) no caso brasileiro.

Este é, na verdade, um indicador da preocupação com o tema da recuperação do passado da ditadura militar e da luta pelos direitos humanos. É o que justifica, por exemplo, a presença de figuras relativamente alheias ao mercado editorial, como Estela de Carlotto (presidenta da associação Abuelas de Plaza de Mayo) e Elsa Oesterheld (viúva de Hector Germán Oesterheld)¹⁴, bem como de escritores como Analía Argento (autora de *De vuelta a casa: historias de hijos y nietos restituidos*) e Ulises Gorini (que escreveu, entre outros livros do tipo, uma história das *Madres de Plaza de Mayo* em dois tomos).

14. Hector Germán Oesterheld se notabilizou pela HQ *El eternauta*. Tendo se envolvido com a militância montonera, foi sequestrado em 1977 pelas Forças Armadas, tornando-se um dos milhares de desaparecidos da última ditadura militar argentina, assim como suas quatro filhas, além de genros e netos.

Contudo, tal ênfase extrapola a rubrica da memória na comitiva argentina: também as obras ficcionais de Leopoldo Brizuela e Elsa Osorio e os ensaios de Eduardo Jozami trazem questões relativas à ditadura militar e ao retorno à democracia. Destacam-se ainda, no conjunto de intelectuais convidados para participar da feira, figuras como Ricardo Forster, Horácio González e Osvaldo Bayer, bastante próximos do ideário sustentado pelos governos Kirchner. No caso brasileiro, ainda que alguns dos intelectuais convidados a Frankfurt estejam publicamente identificados com o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) – caso da psicanalista e ensaísta Maria Rita Kehl –, o conjunto parece não apresentar forte ênfase nas pautas defendidas nesse âmbito.

Por fim, as categorias histórias em quadrinhos e literatura infanto-juvenil encontram bem mais espaço na delegação brasileira: os praticantes de tais gêneros representam, respectivamente, 12,8% (nove) e 8,5% (seis) do universo de brasileiros, ao passo que na delegação argentina esses percentuais são de 8,9% (cinco) e 3,5% (dois). Ao considerar que a participação do setor de literatura infanto-juvenil na produção dos dois países é equivalente – cerca de 15% dos títulos publicados por ano –, tal diferença talvez possa ser remetida (a) à ênfase da participação argentina em temas “adultos”, como a questão da memória e (b) a uma estratégia do Brasil que tenha levado em conta a participação como país convidado na Feira do Livro Infantil de Bolonha, em 2014, quando o país usou a mesma logomarca e o mesmo lema da presença em Frankfurt.

Conclusões

Ao se referir à crescente hegemonia da língua inglesa na circulação transnacional de livros, Gustavo Sorá observa:

Todos os outros domínios linguísticos com certa mobilidade no mercado internacional se movem com um alto grau de intervenção de políticas estatais de cultura. Essa tendência cresce proporcionalmente à “globalização” da economia (Sorá, 2003: 222).

Isso parece explicar não só a importância que os editores dos países periféricos cada vez mais atribuem à ida a Frankfurt, mas também o emprego de recursos que garantam essa presença, de origem pública (dos governos e de seus órgãos de cultura), privada (dos próprios editores) e associativa (das câmaras do livro).

Esse é, portanto, o pano de fundo institucional sobre o qual essa feira germânica se consolida, nas últimas décadas, como um espaço-tempo onde

se montam os requisitos “aduaneiros” de efeitos decisivos na configuração dos mercados culturais e espaços de produção intelectual dos países da América Latina (Sorá, 2002: 127).

É, também, o solo sobre o qual se assentam programas de tradução que buscam mitigar a estrutura altamente desigual e hierárquica de nações, línguas e literaturas da qual Frankfurt exerce a função tanto de símbolo como de ritual onde tal estrutura é reafirmada, contestada e disputada.

A presença dos países convidados na Feira de Frankfurt é um objeto que deixa entrever a clássica oposição bourdieusiana entre mercado e cultura. De modo mais específico, é possível encontrar aí duas “lógicas” opostas, mutuamente constitutivas, e duas “estratégias” a elas correspondentes, que disputam protagonismo na conformação geral dessa participação e na escolha dos autores convidados.

De um lado, está a lógica econômica, que opera pela maximização dos retornos financeiros. Na disputa pela “vitrine” de Frankfurt, tal lógica encarna-se nos agentes e nas tomadas de posição que tendem a privilegiar autores e obras com maior possibilidade de espraiamento massivo a outras línguas e países. É nessa chave que se pode entender o convite a autores de altas tiragens como Paulo Coelho e Silvia Plager, cuja difusão não depende de subsídios estatais. Ainda que tenha sua legitimidade questionada pela crítica literária, a eleição de Coelho pelo conselho curador da mostra Brasil 2013 certamente fundamenta-se na projeção internacional de suas obras. Em contrapartida, a recusa de Coelho em participar do evento, embora tenha

como pretexto um posicionamento crítico em favor de autores não contemplados (o que lhe dá certo ar de desinteresse), mostra mais que tudo um considerável grau de desprezo pelas supostas benesses econômicas e simbólicas que sua presença lhe poderia render.

De outro lado, a lógica simbólica pressiona as decisões dos agentes envolvidos na direção dos critérios tradicionais de avaliação das obras. Embora o conjunto de convidados à feira seja de autores vivos e atuantes, sua eleição pressupõe expectativas, nem sempre anunciadas, de passar a fazer parte dos cânones nacionais. A Feira de Frankfurt, ainda que se configure sobretudo como evento comercial, é uma instância privilegiada de ingresso na “República Mundial das Letras” (Casanova, 2002): a presença em Frankfurt significa, para os escritores, mais chances de ser traduzido para outras línguas, e particularmente as línguas centrais. Essa conquista, além de significar ganhos econômicos, pode ser posteriormente capitalizada no pleito a posições de prestígio no campo literário local.

Esse esquema dual, contudo, não esgota a análise, pois não dá conta de uma terceira lógica que atravessa as duas anteriores e a que poderíamos chamar de “política”. Esta se relaciona às disputas em torno do “nacional” e dos elementos que devem constituir-lo neste momento em que o país se mostra ao mundo. Daí provêm os distintos investimentos que caracterizaram ambas as presenças analisadas: as pressões por contemplar a diversidade regional do país; as disputas por representações calcadas no presente ou no passado, na literatura ou fora dela. Tais pressões, reguladas em cada caso por distintos graus de interdependência entre os intelectuais e o Estado, têm como efeito, para além de traduzir as respectivas literaturas nacionais no exterior, “traduzir” questões locais em um espaço de alcance global.

A consideração dessa lógica política e de suas relações com lógicas concorrentes parece-nos particularmente relevante para o estudo da produção simbólica de países como Brasil e Argentina, onde o Estado possui algum protagonismo como regulador e financiador das práticas simbólicas. Ainda que precise disputar com outros agentes a imposição de uma representação do “nacional”, seu papel articulador da presença em Frankfurt e o aporte financeiro que dá à empreitada o situa em posição privilegiada na definição de suas formas e conteúdo.

Este estudo comparado ilumina algumas especificidades da formação dos espaços editoriais brasileiro e argentino em duas escalas que são interdependentes: de um lado, as disputas em torno da construção da identidade nacional e da ocupação de posições de prestígio no campo cultural; de outro, um espaço internacional de confrontos, produzido pelos fluxos desiguais de edição e tradução entre diferentes países e línguas.

Ainda que não seja nosso objetivo explorar os condicionantes gerais dos dois espaços editoriais nacionais, tal discussão traz dois panos de fundo: a constituição histórica do setor editorial-livreiro nos dois países, moldada por fatores de ordem política, econômica, cultural e educacional; e a posição relativa de Brasil e Argentina nos respectivos mercados linguísticos (português e espanhol) e destes mercados no sistema internacional. Implica, portanto, considerar as semelhanças e as diferenças na capacidade de cada país de constituir públicos letrados e leitores, bem como de responder às demandas de públicos estabelecidos para além de suas fronteiras; o desenvolvimento de mercados com maior ou menor dependência do Estado, seja como regulador, seja como cliente ou patrocinador da atividade editorial; e o modo como os dois países lograram formar atores coletivos capazes de marcar presença nos assuntos de interesse setorial (instituições públicas e privadas, grupos de pressão etc.).

Ao se considerar esses fatores para o estudo contrastado de ambos os espaços editoriais, as presenças arquitetadas pelos dois países em Frankfurt nos parecem objetos frutíferos, pontos de partida e de chegada para a compreensão de tais injunções históricas, apreendidas em suas semelhanças e diferenças.

Abstract: This paper analyzes the participation of Argentina and Brazil as guests of honour at the Frankfurt Book Fair (in 2010 and 2013 respectively). We relate these events to the recent history of the fair and to its role in the flows and circuits of publishing and translation at a worldwide scale, considering that the structure of those flows is regulated by the unequal relationships between different countries and linguistic marketplaces. We examine the negotiations among public entities and sectoral bodies involving such interactions; the thematic emphases chosen for the stands; and the socio-professional profile of the authors of each delegation. As a main conclusion, the study relates the differences between both cases to the specific relations between intellectuals and the state in each context, considering not only the tensions between culture and economy, but also the ways in which each country “translates” local issues into an occasion of transnational symbolic exchanges.

Keywords: publishing market, translation, Frankfurt Book Fair, Brazil, Argentina.

Referências

ARGENTINA. Ley del Fomento del Libro y de la Lectura. Ley n.º 25.446, de 27 de junio de 2001. Disponível em: <<http://infoleg.mecon.gov.ar/infolegInternet/anejos/65000-69999/68006/norma.htm>>. Acesso em: 23 Ago. 2014.

BAYARDO, Rubens; MIHAL, Ivana. Argentina en la Feria del Libro de Frankfurt. Notas sobre política cultural. *Publicar*, Ano X, n. 13, p. 9-29, Dez. 2012.

BOURDIEU, Pierre. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 145, n. 5, p. 3-8, 2002.

———. Une révolution conservatrice dans l'édition. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 126, n. 1, p. 3-28, 1999.

BRASIL. *Plano Nacional do Livro e da Leitura*, 2013. Disponível em: <<http://odai.org/wp-content/uploads/2013/06/enlace138.pdf>>. Acesso em: 6 Ago. 2014.

———. Portaria Interministerial n.º 1442, de 10 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/upload/PORTARIA%20INTERMINISTERIAL%20N%201442%20DE%2010%20DE%20AGOSTO%20DE%202006_1155839932.pdf>. Acesso em: 6 Ago. 2014.

———. Lei n.º 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10753-30-outubro-2003-497306-normaatualizada-pl.html>>. Acesso em: 6 Ago. 2014.

BRITO, Ronaldo Correia de. Em Frankfurt, joguei futebol contra os argentinos. *Terra Maganize*, 24 Out. 2013. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/entremez/blog/2013/10/24/em-frankfurt-joguei-futebol-contra-os-argentinos/>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

CÁMARA ARGENTINA DEL LIBRO (CAL). *Informe estadístico anual de producción del libro argentino 2013*. s.d. Disponível em: <http://issuu.com/camaradellibro/docs/estadisticas_2013>. Acesso em: 23 Ago. 2014.

CASANOVA, Pascale. *A República Mundial das Letras*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO (CBL); SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS (SNEL); FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE). *O comportamento do setor editorial brasileiro em 2010. Apresentação para a imprensa*. Rio de Janeiro, 16 ago. 2011.

CENTRO INTERNACIONAL DO LIVRO. *Promoting brazilian literature abroad. Translation and publication incentives: overview 2010-2013*. Frankfurt, 2013. Disponível em: <<http://bookcenterbrazil.files.wordpress.com/2013/10/ppt-frankfurt-2013.ppt>>. Acesso em: 6 Ago. 2014.

CENTRO REGIONAL PARA EL FOMENTO DEL LIBRO EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CERLALC). *El espacio iberoamericano del libro 2012*. Bogotá: Cerlalc, 2012.

———. *El espacio iberoamericano del libro 2010*. Bogotá: Cerlalc, 2010.

DE DIEGO, José Luis (Comp). *Editores y políticas editoriales en Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

DUJOVNE, Alejandro; SORÁ, Gustavo. Un hecho de política cultural: Argentina en la República Mundial de la Edición. In: FAILLACE, Magdalena (Coord.). *Feria del Libro de Frankfurt. Argentina, país invitado de honor 2010*. Buenos Aires: Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto, 2010.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004.

GAMBARO, Giselda. Discurso de Apertura. Feira de Frankfurt 2010. Disponível em: <<http://www.ediunc.uncu.edu.ar/novedades/index/discurso-de-giselda-gambaro-en-la-feria-del-libro-de-frankfurt-2010>>. Acesso em: 18 Ago. 2014.

GRIMSON, Alejandro (Comp.). *Pasiones nacionales. Política y cultura en Brasil y Argentina*. Buenos Aires: Edhasa, 2007.

HALLEWELL, Lawrence. *O livro no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

HEILBRON, Johan. *Structure and dynamics of the world system of translation*. Unesco International Symposium “Translation and cultural mediation”, Fev. 2010. Disponível em: <<http://portal.unesco.org/culture/en/files/40619/12684038723Heilbron.pdf/Heilbron.pdf>>. Acesso em: 4 Ago. 2014.

MEIRELES, Mauricio. Paulo Coelho cancela participação na Feira de Frankfurt. *O Globo*, 4 Out. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/paulo-coelho-cancela-participacao-na-feira-de-frankfurt-10250775>>. Acesso em: 18 Ago. 2014.

MIRA, Maria Celeste. Brasil: da identidade à marca. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 50, n. 1, p. 3-13, Jan.-Abr. 2014. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2014.50.1.01/4056>. Acesso em: 6 Ago. 2014.

MOLLIER, Jean-Yves. Historias nacionales e historia internacional del libro y la edición. *Actas del Primer Coloquio Argentino de Estudios sobre el Libro y la Edición* – Oct.-Nov. 2012. Disponível em: <<http://coloquiolibroyedicion.fahce.unlp.edu.ar/actas>>. Acesso em: 16 Ago. 2014.

O GLOBO. Paulo Lins diz que há racismo na lista da Feira de Frankfurt. 7 Out. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/paulo-lins-diz-que-ha-racismo-na-lista-da-feira-de-frankfurt-10280069>>. Acesso em: 18 Ago. 2014.

ORTIZ, Renato. As ciências sociais e o inglês. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 54, p. 5-23, Fev. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n54/a01v1954.pdf>>. Acesso em: 4 Ago. 2014.

———. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

REINOSO, Susana. Turquia aproveitó la gran vidriera de Francfort. *La Nación*, “Cultura”, p. 18, 19 Out. 2008.

RODRIGUES, Abelardo *et alii*. *Nota de repúdio pela ausência de escritores negros na lista dos 70 autores brasileiros feira pelo Ministério da Cultura do Brasil para a Feira de Frankfurt 2013*. 2013. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/mukanda/ausencia-de-escritores-negros-brasileiros-na-feira-de-literatura-de-frankfurt>>. Acesso em: 18 Ago. 2014.

RUFFATO, Luiz. *Discurso de abertura*. Feira de Frankfurt 2013. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,leia-a-integra-do-discurso-de-luiz-ruffato-na-abertura-da-feira-do-livro-de-frankfurt,1083463>>. Acesso em: 18 Ago. 2014.

SAPIRO, Gisèle (Org.). *Les contradictions de la globalisation éditoriale*. Paris: Nouveau Monde; Sociétés et Représentations, 2009.

SORÁ, Gustavo. El mundo como feria. In(ter)dependencias editoriales en la Feria de Frankfurt. *Comunicación y Medios*, n. 27, p. 102-128, 2013.

———. Editar la nación. Bicentenario argentino en Frankfurt. In: BATTICUORE, Graciela; GAYOL, Sandra (Comp.). *Tres momentos de la cultura argentina: 1810-1910-2010*. Buenos Aires: Prometeo Libros; UNGS, 2012.

———. *Traducir el Brasil: una antropología de la circulación internacional de ideas*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003.

———. Frankfurt y otras aduanas culturales entre Argentina y Brasil: una aproximación etnográfica al mundo editorial. *Cuadernos de Antropología Social*, n. 15, p. 125-143, 2002.

WEIDHAAS, Peter. *Una historia de la Feria de Francfort*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

Interdependências e interpenetrações civilizatórias: os aromas e sua magia*

Recebido: 29.06.16

Aprovado: 23.09.16

Salete Nery**

Resumo: O objetivo deste trabalho é discutir a construção sócio-histórica do gosto pelo perfume no Brasil – com especial destaque para a Região Nordeste, notadamente a Bahia – a partir das relações de interdependência e interpenetração entre povos no país. À luz das contribuições de Norbert Elias e de Roger Bastide, o fio condutor do debate é a crença no caráter mágico dos cheiros como elemento de articulação entre religiosidades, costumes e povos heterogêneos em contato. Destacam-se a especificidade das figurações em cada região e alguns dos fatores condicionantes das mesmas, bem como os processos de transformação nas figurações ao longo do tempo, bem como o papel que as curas mágicas podem ter tido na modelação do gosto pelo perfumar-se. Deste modo, a sociologia figuracional aparece em sua potencialidade para dar conta de realidades complexas de interpenetração.

Palavras-chave: perfume, cheiro, cura, sociologia figuracional, sociologia das interpenetrações.

Introdução

Brasil foi o maior consumidor mundial de fragrâncias no período de 2010 a 2014, perdendo esse posto em 2015 (agora figura em segundo lugar no *ranking*), em decorrência da crise político-econômica do país (Abihpec, 2016). Ainda assim, conforme dados do *Euromonitor 2015* (2016), o Brasil permanece líder em volume de consumo *per capita* do produto e considera-se a possibilidade de rápida recuperação das vendas. Como compreender esse posto, já que o país não é o mais rico – o que justificaria o acentuado gasto com supérfluos –, tampouco o mais populoso do mundo?

De acordo com os dados apresentados pela Associação Brasileira das Indústrias de Higiene, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec, 2015b), os resultados favoráveis do setor no período 2010-2014 estariam relacionados aos seguintes fatores: acesso das classes D e E aos produtos do setor, devido ao aumento da renda; o consumo de produtos com maior valor agregado por parte de integrantes da classe C; a maior participação da mulher no mercado de trabalho; o uso de tecnologia de ponta e o aumento de produtividade, favorecendo os preços do setor; maior lançamento de produtos; aumento da expectativa de vida.

* Este artigo é resultado de estágio pós-doutoral que ora realizo no Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Trata-se da continuidade da pesquisa “Perfume: cheiro, civilidade, indústria e afeto: uma perspectiva sociológica”, iniciada em 2013, e que contou, em seu percurso, com auxílio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

** Professora de sociologia do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da (UFRB). Líder do grupo de pesquisa Corpo, Sociabilidades e Expressões Culturais (Eccos/UFRB) e membro do grupo Cultura, Memória e Desenvolvimento

Ainda assim, os dados mais específicos a respeito do mercado de fragrâncias no Brasil chamam a atenção por sua inicial estranheza. A região que mais consome perfumes é a Nordeste, ou seja, aquela que, segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2008-2009), apresentou o menor valor de despesa total média mensal familiar, R\$ 1.700,26, abaixo da média nacional em 35,3% e que, apesar de ter visto crescer sua classe média e seu produto interno bruto (PIB) no período de 2004 a 2013, permaneceu com a renda média familiar mais baixa do Brasil (Maia Jr., 2014). Além disso, quem mais consome perfumes é a chamada classe C, conforme classificação da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (Abep), e cerca de 93% do consumo no país é de produtos populares, mais baratos, e nacionais. Na verdade, 60% do mercado está nas mãos de apenas duas empresas: O Boticário e Natura.

Em suma, o Brasil é um dos maiores consumidores mundiais de perfumes para uso pessoal e isso não pode ser explicado a partir de uma concepção de distinção econômica, ou seja, de uma ideia de que os mais ricos usariam seu excedente monetário no consumo de bens supérfluos, como as fragrâncias, para fins de distinção. Além de este não ser o país mais rico, seus maiores consumidores internos igualmente não figuram como os de mais elevada renda. Ao contrário, é a classe C das regiões mais pobres (Nordeste e Norte) a que mais consome familiarmente fragrâncias por mês. Como afirmou Andréa Mota, diretora de marketing de O Boticário, a questão está mais relacionada a costumes regionais do que à renda (Scheler, 2011). Segundo o *Euromonitor* (2016), nos Estados Unidos, o uso de fragrâncias é considerado coisa opcional pelos consumidores; na China, por sua vez, onde o aumento do consumo tem sido percebido, aponta-se a situação econômica favorável, mas igualmente um “trabalho de educação” para fazer o consumidor aceitar o produto; na Índia, apesar de o crescimento do consumo de fragrâncias também ser notado, o consumidor ainda prefere em maior escala usar o desodorante como substituto (muito mais barato); no Japão, a preferência são os cheiros leves e os consumidores se comprazem com a perfumação dos ambientes e das roupas lavadas, e o perfume para uso pessoal fica em segundo plano. A singularidade brasileira, de acordo com os dados da mencionada empresa internacional de consultoria, o que constitui o fator chave de consumo no país seria “o forte hábito cultural” de usar fragrâncias, em especial no Norte e Nordeste (*Euromonitor*, 2016). Pergunta-se: o que pode ter contribuído para esse cenário atual? Que fatores podem ter determinado o gosto do brasileiro por perfumes, com destaque para os da Região Nordeste? Questionários e entrevistas aplicados nos habitantes da cidade de Cachoeira, situada a 110km da capital Salvador (BA), cidade considerada de classe C, conforme os valores de rendimento médio mensal da população apresentados pelo Censo do IBGE (2010) – na zona rural, R\$ 1.096,40; na zona urbana, R\$ 1.429,31 –, apontaram um elemento curioso: do ponto de vista dos entrevistados, perfume “é básico” e usa-se perfume “porque se gosta de usar”.

Em outras palavras, longe de uma concepção de supérfluo, produto dispensável, afirmar que perfume é básico parece dizer respeito a algo cujo uso não pode ser suprimido. O básico diz respeito ao rol das necessidades elementares. É nesses termos que Daniel de Oliveira, gerente de Inteligência de Mercado, em entrevista para a confecção do *Anuário Abihpec* de 2015, afirmou que, na crise, o brasileiro passa a consumir produtos com menor valor agregado, mas permanece consumindo (Abihpec, 2015a). Pergunta-se, uma vez mais: como o perfume se tornou um produto “básico” para os nordestinos?

Por outro lado, a comum afirmação “uso perfume porque gosto” sugere que se trata de uma finalidade em si mesma. Ainda que possam ser percebidos benefícios no uso do produto, eles são secundarizados em função de um gosto que se auto-justifica, portanto, que não é objeto de maiores especulações ou elaborações por parte dos usuários. Em que nossa história, em termos das tramas sociais aqui experimentadas, pode ajudar a compreender a construção desse gosto que hoje se reverte em dado de um potente mercado capitalista de consumo de fragrâncias?

Não há, aqui, a pretensão de esgotar a questão, mas, dentre uma constelação de fatores, importa puxar um fio desse complexo enredamento no sentido de contribuir para o entendimento da construção desse gosto no modo como possivelmente foi se gestando essa matéria antes mesmo da constituição de mercado nacional de fragrâncias que, no caso brasileiro, pode ter potencializado um gosto pela perfumação preexistente, conferindo-lhe, *a posteriori*, sua moldura capitalista. É neste sentido que o recorte deste artigo inicia com o foco no Brasil Colônia e no Brasil Império – os demais fios serão trabalhados e articulados em outro momento. Deste modo, a tentativa de responder à circunscrita questão nos leva, como estratégia, a considerar, em primeiro lugar, os significados que os cheiros em geral tiveram no Brasil, considerando as interdependências entre crenças no sobrenatural, nos mecanismos de cura, nas concepções de saúde/doença e de bons modos num país marcado pela presença de diferentes povos que mantinham entre si relações de intimidade e rivalidade tais que deram uma feição local aos gostos e costumes brasileiros, a despeito da dominação europeia vigente. Deste modo, o percurso seguido tem como fio condutor a dominação europeia e o sistema de crenças-cura relacionado ao catolicismo implantado no Brasil na interface com os costumes e crenças indígenas e afro-brasileiros e com as específicas condições vividas nos idos do Brasil e, mais especificamente, na Bahia, em especial no século XIX, marco temporal motivado pelas grandes transformações aqui experimentadas com a vinda e instalação da corte portuguesa. Posteriormente, passamos à consideração das questões de civilidade/civilização e modos de corte, bem como ao posicionamento médico a respeito dos cheiros e, especificamente, dos perfumes como contraponto e marco de virada em relação ao caráter mágico-curativo dos aromas.

Tentamos compreender o mercado de perfumes no Brasil e o posto alcançado por este país no cenário internacional de consumo de fragrâncias a partir de uma análise figuracional das relações de interdependência vividas pelos diferentes grupos que foram obrigados a conviver no Brasil em suas múltiplas funcionalidades. O elemento de ligação acionado para interpretação das relações é o próprio aroma – aqui não se trata ainda do perfume comercial especificamente. Propõe-se o rastreamento dos cheiros em seus diferentes significados e dentro das mencionadas relações intergrupais, eixo a partir do qual tentaremos enxergar a figuração em seu processo de transformações, bem como iluminar fatores que podem ter contribuído para o gosto do perfumar-se no Nordeste e no Brasil e, conseqüentemente, para os dados apresentados a respeito do consumo nacional de perfumes. O objeto pesquisado, portanto, leva-nos em suas especificidades a recorrer a uma sociologia das interpenetrações como possibilidade de compreendermos em que e de que modo tais relações de aproximação e conflito entre grupos distintos podem ter direcionado o gosto do nordestino para o perfumar-se.

O objetivo deste artigo, enfim, centra-se na discussão a respeito das tramas civilizatórias tecidas no Brasil a partir dos cheiros, seus significados e usos, tomando como eixo o seu caráter mágico-magicamente e como lugar a Bahia (Salvador e Recôncavo), como representativa do Nordeste por sua centralidade no período colonial e imperial do Brasil.

Por uma sociologia das interpenetrações

Pensar na construção sócio-histórica do gosto a partir de um país marcado pela colonização é, sem dúvidas, um grande desafio. No caso brasileiro, somos obrigados a tratar das relações estabelecidas entre grupos consideravelmente díspares que foram postos em contato numa condição muito específica em que o estranhamento não apenas com o outro, mas também com o lugar foi a tônica. As terras brasileiras eram inóspitas a brancos e negros, ao mesmo tempo em que foram tornadas inóspitas aos índios – escravizados, mortos ou obrigados a migrar para o interior do território, tornando-se uma minoria em número e em poder numa terra que havia sido sua. Em acréscimo, os povos que aqui habitaram não se limitam a índios, negros africanos e brancos portugueses. O Brasil foi/é terra de libaneses, judeus de diferentes países e posteriormente também terra de alemães, chineses, espanhóis, italianos, japoneses... Não há condições, obviamente, de tratar de todas essas relações e crenças que envolvem judaísmo, islamismo, catolicismo... e as conseqüências de seus encontros. Deste modo, a opção é manter o clássico filtro de interpretar elementos das relações entre índios, negros africanos e brancos portugueses na tentativa de iluminar e abrir caminhos para novas incursões.

Esta figuração que tomamos do Brasil Colônia e Império é já de alta complexidade, pois se, por um lado, podemos pensar em brancos, negros e índios enquanto grupos étnicos, e o Brasil como território hierarquizado etnicamente até o século XIX, por outro, somos obrigados a considerar que cada um desses grupos conforma em si mesmo uma figuração constituída por uma série de heterogeneidades. Portanto, não é possível tratar, por exemplo, de negros como se fosse uma totalidade homogênea ou um mero prolongamento de África em terras brasileiras. Ao mesmo tempo, ainda que pese o caráter histórico das figurações, as mesmas devem ser igualmente pensadas e interpretadas espacialmente num sentido tríplice: enquanto (1) distâncias geográficas e (2) sociais que assumem (3) caráter específico a depender do lugar do país. Em suma, qual era a distribuição dos indivíduos nessa figuração pensando num mapa dinâmico do Brasil? Tal tratamento é fundamental, pois as relações entre os grupos se deram de modo singular em diferentes pontos do território e do tempo.

É Roger Bastide (1989), em sua tentativa de consolidar uma sociologia das interpenetrações a partir do eixo das religiosidades africanas no Brasil, quem chama a atenção para as diferenças entre o modo de escravidão marcado pelo trabalho agrícola (no Nordeste), o trabalho nas minas (no Sudeste) e com a pecuária (no Sul do Brasil e no sertão nordestino) em termos das possibilidades de encontro e formação de laços comunitários entre negros e maior/menor força desses grupos para a reconstituição de cultos africanos no Brasil, considerando mesmo as diferenças e consequências também na comparação entre a escravidão rural e urbana. Do ponto de vista do autor, os grandes latifúndios agrícolas viviam, cada um, em situação de considerável isolamento. Cada propriedade conformava uma unidade quase autônoma e, dentro dela, havia um igual isolamento relativo entre casa-grande e senzala, que comportava uma quantidade considerável de escravos para dar conta da terra cultivada. Assim, era, por excelência, no espaço doméstico, onde a figura do negro era entendida como necessária aos cuidados da casa e da prole da família branca, que as relações e trocas entre tais grupos podia se estabelecer com maior efetividade, seja através das brincadeiras infantis, seja nas conversas, na preparação de alimentos ou no auxílio das curas. Enquanto o africano se desafricanizava nas senzalas; o branco se africanizava na casa-grande, afirma. Simultaneamente, o espaço da senzala acaba sendo propício à tentativa de reacomodação das crenças e práticas africanas às condições de vida no Brasil, que desintegraram as relações de linhagem comuns na África e obrigavam os negros a exercitarem uma crença que lhes era estranha. As lideranças instituídas no convívio da senzala irão – conforme Bastide – determinar em grande medida o direcionamento seguido pela fé, mas ainda sem fazer esquecer as rivalidades trazidas de além-mar. Isso porque a “casa” do escravo rural era constituída por uma série de microgrupos de línguas e crenças distintas que careceram de tempo e esforço para superar as antigas rixas e criar

laços de fraternidade em torno de um novo mote além das linhagens: a condição de negro escravizado. Se isso dificultava o rearranjo do grupo de escravos enquanto grupo, por outro lado, apesar de os escravos serem numericamente superiores, as tensões internas favoreciam o exercício do poder dos brancos como grupo dominante. Por isso – acentua o autor – os cultos africanos ganharão maior força nos núcleos urbanos que se desenvolvem apenas a partir do século XIX, uma vez que toda a cadeia de relações e de grupos será transplantada para o interior das casas, e as casas estarão geograficamente próximas umas das outras. Em consequência, os grupos negros se articularão em torno das “nações” dispersas nas diversas casas, uma vez que as ruas da cidade eram espaço de circulação do dia a dia de escravos e libertos de diversas residências.

Tal panorama vivido, por excelência, no Nordeste se distinguirá daquilo que foi experimentado no Sudeste e no Sul. Tanto o trabalho nas minas levava a um isolamento maior entre os escravos de um mesmo senhor como o trabalho na pecuária, que permitia a um senhor ser o proprietário de uma quantidade menor de escravos numa grande extensão de terras.

Por fim, quando o café atingiu o estado de São Paulo, vindo do Rio pelo Vale do Paraíba, os dias de escravidão já estavam contados; a propaganda abolicionista agitava o país e a resistência do negro, nessa atmosfera, devia mudar de caráter, devia passar do plano da resistência cultural ao da resistência política, da fidelidade à religião da África à colaboração com os abolicionistas brancos que iam às fazendas para aí preparar a fuga de escravos (Bastide, 1989: 74).

Em acréscimo, a industrialização, em especial no Sudeste, que começa a se dar ainda no século XIX e que ganha impulso efetivo no século XX, levará a região a condições e relações específicas entre os grupos, relações estabelecidas por uma hierarquia de classes que substituirá os vínculos de castas étnicas; do mesmo modo que o processo de imigrações de brancos estrangeiros para o povoamento do país, especialmente no Sudeste e Sul, com recursos e apoio do poder público, levará a que essas regiões assumam caráter singular em comparação às demais do país. No caso específico da Bahia,

além da dependência em relação aos afro-brasileiros, na prestação dos serviços essenciais à vida cidadina, a economia baiana não permitia sua substituição pela mão de obra imigrante. Os cofres baianos andavam cada vez mais vazios desde que a produção açucareira baiana enfrentava a concorrência antilhana na Europa, o que impediu a criação de uma política de imigração custeada pelos próprios cofres da Província e depois pelos do estado da Bahia, como fizera São Paulo (Santos, 2013: 52).

Em acréscimo – prossegue Flávio Gonçalves dos Santos –, havia a crise política: as elites baianas haviam perdido prestígio nacionalmente após a Proclamação da República.

No que se refere ao Norte, a Região Amazônica permanecerá sendo o primordial abrigo aos indígenas com sua religiosidade marcada pela relação com o catolicismo e, posteriormente, com as crenças africanas trazidas pelos escravos e migrantes vindos do Maranhão, o que nos remete aos diferentes níveis de integração que os contatos podem proporcionar acarretando a possível constituição de uma série de práticas aparentadas, mas simultaneamente diferenciadas num jogo altamente complexo de diferenciações e integrações que foram se dando em diferentes momentos e de modo específico, a depender do lugar. No Norte, as crenças religiosas vindas de Portugal e do continente africano tiveram de se submeter à pajelança, que proporcionou os contornos fundamentais da religiosidade da região, diferente do Nordeste, em que a marca negra é mais pujante (Bastide, 2006; Carneiro, 2008). Deste modo, havia ainda os constantes fluxos migratórios internos e externos a embaralharem ainda mais as cartas do jogo das relações intergrupais no Brasil.

Uma das evidentes conclusões é que fica bastante difícil pensar as relações como simples simbiose de costumes estabelecida pelo simples contato entre povos. Interpenetrações se dão nas e pelas interdependências e, portanto, seu grau depende do teor de força de cada grupo dentro de tais relações, que podem ter diferentes resultados. De qualquer modo, o jogo da relação entre tradições leva a que o jogador aja em função da ação do(s) outro(s) e da ideia que tem do jogo, como nos lembra Norbert Elias (1999), o que nos leva a considerar um simultâneo trabalho hermenêutico de interpretação desses outros e do jogo em função do horizonte de significados, da tradição de cada jogador particular. Tal esforço de compreensão significa reinterpretar constantemente e, portanto, a necessidade de o pesquisador buscar entrever as múltiplas perspectivas em acionamento para compreender as incorporações, e seus graus, daquilo que inicialmente é exógeno, o que significa pensar na distribuição de poder no jogo social. Por exemplo, a posição de poder do branco português permitia que ele obrigasse os negros a participarem de celebrações católicas, ao mesmo tempo em que os constrangia a permanecerem do lado de fora das igrejas, dificultando o avanço da presença de elementos de religiosidade africana nos cultos católicos. As confrarias negras funcionavam quase como igrejas apartadas e, por isso, puderam servir de prolongamento de cultos relacionados às crenças trazidas da África, mas sem afetar diretamente o ritual dos brancos. Por outro lado, além de serem obrigados a se submeter ao catolicismo, era interessante aos escravizados se utilizarem de tal brecha para tentar angariar espaço no mundo dos brancos, até mesmo para poder dissimular sua fé. Tratava-se, assim, de uma estratégia de diminuição das tensões entre brancos e negros com fins à mudança no

jogo. No entanto, apesar de muitas dessas estratégias e intenções serem conscientes, muito também foi feito sem a devida consciência e, muito menos, sem o domínio quanto aos resultados. As consequências de uma ação sempre guardam um quilate de imprevisibilidade, pois, quão mais complexa e heterogênea é a figuração, mais opaca ela se torna e menor controle se tem sobre os resultados. Devemos ter em conta que a situação de colônia fazia com que o Brasil estivesse preso a Portugal e, portanto, refém das teias em que Metrópole estava imersa. A vinda da corte portuguesa para o Brasil, as relações com a França e a Inglaterra nos dão uma ideia da extensão dessa rede de interconexões.

Por outro lado, a noção de interdependência conjugada à de interpenetração remete-nos à percepção de que não apenas se trata de processos em curso, mas que as dependências e, portanto, as interpenetrações se dão em ambos os lados, apesar das mencionadas diferenças em grau e resultados – além de sermos obrigados a pensar do ponto de vista das resistências. O elemento português dependia de índios e de negros – dos primeiros, mais acentuadamente em princípios da colonização (questão temporal) e depois mais especificamente no Norte e Centro-Oeste (questão espacial). Os avanços da escravidão negra levaram a um aumento de dependência em relação aos negros para a sustentação econômica e política de portugueses e descendentes no Brasil fixados. Se as influências podem ocorrer nos diferentes grupos em jogo, podendo levar a diversos resultados, devemos observar as interpenetrações a partir das perspectivas dos diversos jogadores em ação em suas relações de poder (Elias, 1999). Ou seja, quais as consequências de tais relações no que concerne às práticas, concepções e crenças indígenas, negras e brancas, a considerar-se a especificidade que as figurações assumem em dado lugar e período do Brasil? Como bem ensinou Georg Simmel, a estratégia é girar o objeto na tentativa de acessar as múltiplas perspectivas possíveis.

A economia é apenas uma das arenas em que tais dependências se colocavam, e aqui começamos a entrar no terreno que mais de perto interessa aos meandros dessa pesquisa. A análise figuracional prima pela observância das redes elásticas que atam indivíduos e grupos. Estas redes – segundo Norbert Elias (1999) – são de interdependência e funcionalidade. Sua elasticidade se dá pelos câmbios processuais nos equilíbrios de poder. Por sua vez, a funcionalidade remete à noção básica de que um está em função do outro, ou seja, muito longe de dizer respeito a concepções que caracterizam o estrutural-funcionalismo, a noção de função remete à indissociabilidade e multiplicidade dos laços diferenciais e integradores que prendem os indivíduos e grupos em relações que são simultaneamente econômicas, políticas, religiosas, eróticas, afetivas e assim por diante. Como estratégia para acessar a rede, tomaremos um fio a partir do qual os demais serão articulados: a questão do caráter mágico dos cheiros.

A fé e a cura

Apesar de as diferenças que marcavam os distintos grupos que coabitavam no Brasil serem fundamentais, é igualmente importante acentuar aquilo que havia de comum entre eles e que nos permite apontar um fundo minimamente partilhado de interpretação e experimentação do mundo. No caso, estamos nos referindo à crença na magia. Isto é, a crença de que certos indivíduos são dotados de conhecimento e/ou poderes especiais que permitem manipular instrumentos de modo a obter resultados desejados, conseguindo mesmo sobrepor-se à vontade de indivíduos outros. A magia é caracterizada por uma atuação no mundo via forças extramundanas. Se existe por parte dos estudiosos um esforço em diferenciar magia e religião, naquilo que concerne à história do Brasil e ao lugar dos aromas no cotidiano nordestino, somos obrigados a lembrar o quanto as crenças religiosas serviram de substrato para a manutenção da crença na magia e como, por prolongamento aos cultos religiosos, serviços mágicos foram oferecidos enquanto mecanismo para angariar fiéis e/ou simplesmente arrecadar os fundos imprescindíveis à sobrevivência das religiões e de seus partícipes. Simultaneamente, reforçamos que muitos prestadores de serviços mágicos eram independentes, ou seja, não se colocavam como representantes de uma religião singular, apesar de, por vezes, manipularem fragmentos de diferentes crenças num compósito específico e relativamente independente, mas que contribuía, por seu turno, para fortalecer as cosmologias que lhes serviam de base.

O próprio ambiente novo e perigoso de uma terra sendo desbravada ajudava a manter a crença em seres e forças sobrenaturais. Lugar habitado por animais, plantas, gentes e doenças dantes desconhecidas, restava se agarrar à crença na magia como mecanismo de proteção contra os infortúnios. Mais do que isso, o mecanismo de interpretação era fazer do desconhecido um conhecido, e aí imperava a fantasia.

O Ocidente cristão ora achava que o Novo Mundo era habitado por seres que, de fato, descendiam de Moisés, ora pensava que o novo continente era endereço fixo do demônio e, por isso mesmo, uma fábrica de monstros em permanente produção. Razão, aliás, pela qual o magistrado bordelês Pierre de Lancre, encarregado de julgar processos de feitiçaria, reconheceu nas bruxas francesas resquícios dos diabos caçados e expulsos no Novo Mundo. As malignas criaturas teriam voltado à Europa para vingar-se de seus perseguidores (Priore, 2000: 77-78).

Nos primeiros tempos de colonização, a relação com os índios foi a principal fonte para a criação de novas mágicas para o elemento português ainda bastante vinculado às crenças medievais europeias. O catolicismo de Portugal era bastante estável e,

portanto, não sofreu os abalos protestantes com a força sentida em outros recantos da Europa (Walker, 2013). Tratava-se, de modo geral no continente europeu, de um período de transição religiosa em direção à diminuição do sensualismo que marcava as concepções religiosas e o refreamento daquilo que foi denunciado pelos protestantes como os vícios do luxo e as práticas de idolatria. Tal estabilidade manteve Portugal de certo modo apartado dos tensionamentos e permitiu que, na Contrarreforma, concepções medievalistas se prolongassem, a exemplo da crença nos feitiços e no poder dos santos. Ademais, na tentativa de conversão dos índios ao catolicismo e frente às resistências dos mesmos, os agentes religiosos portugueses acabaram assumindo muito das funções sociais que detinham os pajés na comunidade, o serviço de cura corporal-terrena, para além da cura espiritual, como prerrogativa de sua maior proximidade com os deuses (com Deus e com os santos, no caso). Em situação de concorrência, a ordem “se viu obrigada a reelaborar suas práticas e intervenções sob o risco de ser ofuscada pelo poder dos pajés” (Resende, 2009: 231). Com a fome, as doenças e as mortes que assolavam as comunidades indígenas, os nativos – conforme Maria Leônia Resende – intencionalmente associaram os padres a pajés, só que a poderosos pajés que conseguem permanecer imunes a tais calamidades, ao contrário de seus feiticeiros locais. Era necessário aplacar a ira desse novo deus. Assim, prossegue a autora:

O significado religioso e social das atribuições do pajé para os índios não se fendeu. Parece, então, que os jesuítas e guaranis fizeram uma leitura às avessas: para o jesuíta, ocupar o espaço do pajé, o espaço da cura, implicava o reconhecimento coletivo da doutrina cristã pelos índios. Implicava, por excelência, a negação da “mentira” que o pajé encarnava. Por outro lado, na perspectiva indígena, o padre passava a ocupar um lugar que não deixou de existir: o lugar da pajelança, o lugar da magia (Resende, 2009: 264).

Por sua vez, a distância em relação à metrópole funcionava como alimento adicional a crenças e práticas mágicas pelo relativo isolamento vivido na colônia por seus habitantes leigos e também pelos agentes religiosos católicos que ajudaram a constituir um catolicismo de colorações específicas por aqui, o que foi reforçado com a escravidão de povos africanos, também ligados a concepções mágicas. Ademais, como afirmado, recorrer aos poderes mágicos desses indivíduos especiais tornava-se uma necessidade num território vasto e carente de agentes especializados na ciência médica. Em verdade, até o século XVIII, escolas para formação de físicos (médicos) eram proibidas na colônia. Contava-se somente com aqueles profissionais formados na Europa, escassos em comparação à vastidão do território brasileiro. Em acréscimo, a educação em Portugal se manteve sob os auspícios da religião, ou seja, fé e cura permaneciam associados mesmo na metrópole (Priore, 2001). Daí que os trabalhos do Santo Ofício no Brasil e em Portugal se adensaram apenas no século XVIII,

quando já pouco existiam em outros lugares, e se limitaram quase exclusivamente à perseguição de curandeiros e feiticeiros, num período em que crescia a formação de médicos em Portugal, e a necessidade dos mesmos ocuparem espaço profissionalmente. Uma vez que os curandeiros – aqueles que se utilizavam de ervas para a cura – tinham sua prática legitimada socialmente por pessoas de diferentes estratos sociais, era difícil a aceitação dos médicos profissionais. A hipótese de Timothy Walker (2013) é de que a inserção de tais médicos nas fileiras do Santo Ofício foi fundamental na escolha de curandeiros e feiticeiros como alvo privilegiado da Inquisição, e o contexto de época, de transformações no catolicismo, levou a uma mudança discursiva de grande importância: em lugar de justificar seus trabalhos a partir da afirmação da ação mágica dos curandeiros como ação demoníaca (e, portanto, realmente mágica), passa-se a afirmar que eles não passavam de charlatães. Assim, os resultados das atividades dos curandeiros e feiticeiros passaram a ser questionadas em sua eficácia.

Na verdade, no Brasil colonial e imperial parece não ter havido uma separação funcional marcante entre curandeiros e feiticeiros, como ocorreu na Europa entre bruxas, que enviavam o mal, e feiticeiras, que o exorcizavam. [...] [Havia] uma homogeneização entre curandeiros que tratavam as doenças, curandeiros que curavam feitiços e promotores de feitiços (Diniz, 2009: 381).

No entanto, no Brasil, até além do século XIX, índios, negros, brancos e mulatos acabavam por ser continuamente buscados enquanto povos de magia que poderiam ajudar a sanar os problemas imediatos que afligiam também aos brancos: doenças, cuidados para parturientes e crianças, mas, igualmente, outras questões que atravessavam e constituíam um mundo marcado por rivalidades e disputas: fechar o corpo, vingar-se de alguém, manter o vigor sexual, submeter o outro a partir de filtros de amor eram estratégias fundamentais à sobrevivência física, emocional, sexual e social. E, para tanto, a magia era importante aliada.

A crença na magia, portanto, funcionava como elemento de vinculação e comunicação entre os grupos e agia como facilitadora para as trocas e hibridações dos costumes. Ao mesmo tempo, tratava-se de cosmologias distintas em articulação. A fé na eficácia do procedimento devia depender diretamente da incorporação de elementos familiares aos clientes. Em outros termos, se o “feiticeiro” era africano (e os africanos eram percebidos como os mais poderosos feiticeiros), por exemplo, suas práticas seriam alvo de mais credibilidade se congregassem elementos vindos de África, mundo de feitiçarias, àquilo que já seria conhecido pelo português, as feitiçarias medievais, incluindo mecanismo de salvaguarda contra perseguições. De modo proposital ou não, aos objetos e ervas miraculosos, foram acrescentadas as rezas e as menções aos santos católicos. Ainda que Roger Bastide aponte que a magia

opera por adição, torna-se difícil não enxergar nos rituais de cura uma totalidade que harmoniza elementos, substâncias e visões de mundo discrepantes e, assim, confere potência ao caráter mágico das heterogêneas crenças que lhes serviram de base e inspiração.

De qualquer modo, do ponto de vista do negro escravizado, dominar a magia era uma abertura para a inversão das dependências. Através dela, era possível vingar-se do branco, fazê-lo ceder por amor, torná-lo mais doce e mais complacente. No adoecimento, o branco passava a depender do negro e de seu conhecimento. Enfraquecia. Não à toa, barbeiros, cirurgiões e parteiras foram atividades por excelência exercidas por negros e mulatos (Figueiredo, 2008). E nisso – isto é, em relação aos serviços de cura –, a toda uma crença na magia e acréscimo de objetos, que hoje entenderíamos como estranhos a um receituário medicamentoso, acrescia-se um complexo conhecimento a respeito das propriedades curativas de uma série de ervas exóticas e nativas que passaram a compor a farmacopeia brasileira desde os princípios da colonização, por substituição àquilo que não se conseguia encontrar nas terras colonizadas ou por adição mesmo de substâncias com propriedades curativas desejadas. A presença de tais substâncias – ervas, raízes, troncos, partes de animais... – contribuíam para o resultado satisfatório dos preparados e, portanto, para reforçar que o conjunto era eficaz. Uma vez que tais preparados eram compostos por substâncias de propriedades curativas e outras tantas que incrementavam seu caráter fantástico e mágico, administradas ou formuladas, por vezes, enquanto palavras miraculosas eram proferidas, até mesmo com o possível clamor à ajuda de santos católicos, num procedimento ritual que podia ser bastante complexo, o conjunto acima referido supõe cada um desses elementos, que passam, em sua totalidade, a ser creditados como eficazes. Contudo, como afirmado, não apenas a cura física era o objetivo; a magia era um modo de intervir nas relações com os outros.

[Desde a época em que vivia em Portugal, Antonia Maria] ensinava uma linda oração para determinadas pessoas conseguirem o perdão de outras: com uma tigela d'água na mão, dizia: "O céu vejo, estrelas acho, Senhora Santana ai que farei que ainda hoje não vi a fulano e fulana [...], nem Noé, nem quem deles novas me dê. Senhora Santana, assim como o mar mareja, o céu estreleja e o vento venteja, e os peixes não podem entrar no mar sem água, nem o corpo sem alma, assim fulano e fulana não possam estar sem o perdão virem a dar". Antonia metia a boca na tigela, batia no chão com três varas de marmeleiro, invocava Barrabás, Satanás, Caifás, Maria Padilha com toda a sua quadrilha, Maria da Calha com toda a sua canalha, "cavalo-marinho que com pressa os traga pelo caminho". Jogava num fervedouro pedra d'ara, buço de lobo, alfazema, sangue de leão, barbasco (Souza, 1999: 197-198).

Mesmo aqueles que, na carência de médicos na colônia, se dedicavam às artes da cura oficialmente – em outras palavras, com a licença obtida pelo físico-mor do reino confirmando seu conhecimento –, se serviam de todo um cabedal de conhecimentos transmitido intergeracionalmente que muito se valia daquilo que foi dado a conhecer por negros e índios, bem como pelas curas mágicas de portugueses. Eram médicos, cirurgiões, boticários, sangradores, parteiras, curandeiros, curadores de moléstias específicas que, a depender da categoria de atuação, desfrutariam de maior ou menor prestígio social (Pimenta, 2009). No entanto, a maior parte dos praticantes desta medicina empírica não buscavam obter a licença que oficializava sua atuação profissional, pois já usufruíam muitas vezes de reconhecimento público e tampouco havia a devida fiscalização a respeito.

Para Joana Carneiro da Ponte Grande em 6 de julho/ Récipe xarope rosado [ilegível] vinagre rosado [ilegível] misture./ Item Água de borragem e de almeirão em quantidades iguais [ilegível] pós de crânio/ humano preparado e de olhos de caranguejo, de madreperola/ e de topázios em quantidades iguais [ilegível] Misture (Gonçalves apud Almeida, 2010: 104).

Os cheiros

Curandeiros, feiticeiros, agentes religiosos brancos, negros, índios e mestiços se confundiam na prestação de serviços mágicos de cura e tornavam o Brasil um lugar de exercício cotidiano das artes mágicas por apelos a santos e demônios. Em meio a substâncias variadas, tanto as práticas do sopro e da defumação como o contato com aromáticos compunham o arsenal acionado no exercício da magia. A magia tem por substrato crenças mais amplas, visões de mundo que permitem que se aceite e credite validade a certos poderes mágicos. As religiões, em suma, fornecem os elementos primordiais de aceitação e compreensão de práticas mágicas. No caso aqui estudado, devido à multiplicidade de povos e de visões de mundo coexistentes, a base das práticas mágicas é igualmente heterogênea; no entanto, quanto àquilo que se refere aos cheiros e, mais especialmente, à crença no caráter mágico dos aromas, notamos que se trata de fé aceita pelos diferentes povos no Brasil instalados.

As curas indígenas passam inúmeras vezes pelo sopro e pela sucção (Camargo, 2014). O hálito direciona a fumaça criada pelo fumo para o doente, ao mesmo tempo em que é em meio à fumaça que o transe místico do pajé acontece e, portanto, o contato com o sobrenatural se dá. Como se trata de sistema holístico, do mesmo modo que o dos africanos, os diferentes sentidos são envolvidos e acionados no processo de cura. A fumaça aromática é a evanescente ponte entre o humano e o sobre-humano, é o que permite que o sobrenatural atue no indivíduo. Através do

cheiro da fumaça, é estabelecida a comunicação com o extramundo, transmitem-se saberes, mas também força vital. Para os índios, as doenças podem ter agentes físicos, mas, normalmente, trata-se de agentes sobrenaturais. Daí a importância do pajé para a identificação do *mamaé* – espírito responsável pelo mal.

Tacumã, o grande pajé, foi chamado por uma mãe aflita para atender seu filho. Tacumã preparou sua cigarrilha e em seguida pôs na boca uma fruta que os pajés usam na cura. O cheiro agradável que ela emana agrada aos espíritos (*mamaés*) que serão invocados.

[...]

E começou a fumar e jogar muita fumaça sobre o menino. Em seguida, espalmou a mão sobre o rosto do doente e dirigiu toda a fumaça para a sua cabeça. Depois jogou fumaça nas próprias mãos, esfregou uma na outra e comprimiu com elas a cabeça do menino, repetindo a operação cinco vezes.

Aliviado, falou:

— A cura está terminada. Sua cabeça não está doendo mais. Agora vou para casa e daqui a dez horas eu volto (Villas Bôas, 2000: 66).

Deste modo, não se trata apenas do poder da fumaça. A referência ao cheiro da fruta nos fornece fortes indícios para afirmar que tanto o cheiro do fumo é importante (para além de sua fumaça, que age como seu veículo e evidência visual), como os cheiros para além do de fumo. O poder dos aromas não está limitado a uma única substância. Os sopros e as defumações, contudo, não se resumem ao mundo indígena: são práticas conhecidas dos africanos. Em entrevista, um babalorixá da cidade de São Félix, cidade do interior da Bahia, afirmou que os orixás “comem” os cheiros, o que foi confirmado em outra entrevista, desta vez junto a um babalorixá de terreiro situado em Salvador.

Orixá não come porque orixá não tem boca. Orixá é, é um vento, então ele sente o cheiro, o cheiro do sangue. O sangue a gente chama de *menga*. Então a gente canta. [...] Vamo dizer uma comparação. Você é filho de Ogum, então o seu Ogum vai comer hoje. Hoje é a obrigação de Ogum. [...] Quando acaba de sacrificar o bicho que o sangue derrama, Ogum pega você, Ogum pega você, Ogum pega você e fica aí seguro com você tomando aquele cheiro de sangue. [...] Quer dizer, Ogum comeu hoje, mas foi o cheiro do axé, que é a força do sangue (Babalorixá, entrevista realizada em 13 de março de 2015, em São Félix, Bahia).

Deste modo, oferece-se ao orixá, como sacrifício, os aromas das oferendas. Por isso, talvez, os cheiros sejam alvo de cuidado especial nos terreiros: a água perfumada com que se lava o chão, mas igualmente os objetos rituais; o bater folhas nas costas dos fiéis; o espalhar folhas pelo chão; a defumação de ambientes; o cheiro da

comida... Tudo é preparado de modo a manter ou a gerar o equilíbrio do mundo. Mesmo o axé é qualificado também a partir de seu odor; a criação dos seres humanos por Olorum acontece a partir do sopro divino, e a respiração é o que difere os seres vivos (Santos, 1998). Talvez por isso o ar tenha qualidades especiais e esse caráter especial seja marcado e definido a partir de seu aroma. De qualquer modo, o ar funciona como aquilo que, como as águas, simultaneamente separa e une o terreno e o divino.

Similarmente, os aromas têm lugar de destaque na história do catolicismo e de seu ancestral, o judaísmo. A *Bíblia sagrada*, no Antigo Testamento, traz uma série de passagens em que a presença de Deus se dá através da fumaça. Ao mesmo tempo, fica evidente que aquilo que se dá ao Senhor em sacrifício são agradáveis aromas, na forma de óleos, queima de incensos ou de animais.

[O Senhor fala a Moisés:] mandarás aproximar-se Aarão e seus dois filhos até a entrada da tenda do Encontro e os lavarás com água. [...] Tomarás o óleo da unção e, derramando-o sobre sua cabeça, o ungirás. [...] Depois tomarás um carneiro, e Aarão e os filhos lhe imporão as mãos sobre a cabeça. Imolarás o carneiro, pegarás o sangue e o aspergirás em volta do altar. Esquartejarás o carneiro e, depois de lavar as vísceras e as patas, colocarás isto sobre os outros pedaços e a cabeça, e queimarás todo o animal sobre o altar. É um holocausto ao Senhor, de agradável odor, uma oferta queimada ao Senhor (Ex 29, 1-25).

Mais uma vez, a fumaça aromática é posta como mecanismo de comunicação com o divino e, por isso, os perfumes eram presentes caros oferecidos a reis. Atravessava todo o Mediterrâneo da Antiguidade a crença de que os bons odores estavam relacionados a tudo que era bom: boa comida, boa saúde, boas relações, presença divina, favores divinos (Harvey, 2006). Não à toa, o comércio dos aromas foi intenso no mundo antigo, e a corrida em busca por especiarias (ligadas aos gostos, mas também aos cheiros e à cura) se manteve por séculos.

A relação do catolicismo com os aromas, contudo, foi menos estável. Nos primórdios do cristianismo, antes de sua legalização por Constantino, a necessidade de manter distinção – em especial quanto às práticas e crenças pagãs – fez com que fosse pregada uma maior austeridade aos fiéis, e os incensamentos diminuíram. Contudo, após a legalização por Constantino, no século IV, tal prática retorna com força. Do ponto de vista de Harvey (2006), não havia aí descontinuidade, pois, a autoimagem dos cristãos era a de povo do sacrifício, e, segundo documentação existente, alguns mártires, no momento de sua morte, teriam exalado doces aromas, como o de incenso. Aliás, manter bom cheiro após a morte será entendido como característica que contribui para a identificação de pessoas santas – o chamado

“cheiro de santidade” (Classen, Howes & Synnott, 1996; Woolgar, 2006). Ao longo da história do cristianismo, de qualquer modo, o cheiro de incenso evidenciará a presença de Deus no recinto, isto é, a materialização mesmo do divino, o que será denunciado pela Reforma como idolatria (Millner, 2011). Será crença que perpassará séculos a de que os bons odores estão associados à saúde, à virtude e à divindade e, logicamente, que os maus odores estão relacionados à doença, à imoralidade e à presença demoníaca. Em consequência, os cheiros santos poderiam proteger contra o mal e o adoecimento. Por isso, a fumigação dos ambientes, a lavagem do chão com águas aromatizadas e a perfumação do corpo eram fundamentais. Por isso, igualmente, houve grande controle por parte da Igreja quanto ao conhecimento e à produção dos aromas no Medievo. Em tal período, a perfumaria ainda era baseada em óleos perfumados, águas, pós, pastas e algumas raras essências feitas por destilação em lavanda, rosas ou resinas de madeiras (Reinarz, 2014). Mais precisamente, até meados do século XVI, o termo perfume se referia a vapores, nem sempre aromáticos, obtidos a partir da queima de alguma substância. É neste período – século XVI, portanto – que a palavra, que etimologicamente significa através da fumaça, começa a designar todos os produtos de cheiro bom. Compreende-se, deste modo, o que pode ter significado a corrida pelas especiarias das Índias e a busca pelas novas rotas, que redundaram, dentre outras coisas, no “achamento” do Brasil. Com as Cruzadas, paulatinamente, mesmo com o controle da Igreja, haverá o aumento daquilo que os reformadores chamarão de uso lascivo dos aromas pelos leigos (Millner, 2011). No entanto, como a fé no Medievo estava relacionada a um engajamento sensorial com o mundo, a Reforma fará persistir a cultura sensorial medieval, mas diminuindo seu escopo no que toca às coisas do sagrado. Por outro lado, a diminuição do poder da Igreja Católica abrirá espaço ao desenvolvimento do caráter comercial dos artigos de perfumaria, num uso crescentemente menos associado ao divino e mais e mais mundano. Ainda assim, a avaliação dos cheiros permanecerá fundamental na definição do são e do doente até fins do século XIX (Corbin, 1986). De igual modo, os perfumes permanecerão como afrodisíacos, embelezadores e remédios até o mencionado período. São as descobertas de Pasteur o fio de corte na história dos perfumes. Elas os farão sair das boticas para as prateleiras de cosméticos na Europa, em outros termos, a crença no poder curativo dos aromas dizia até então respeito ao sistema oficial/profissional de cura.

Ora, como já foi afirmado, o catolicismo que chegou ao Brasil tinha tons medievais acentuados, o que justificou a tardia perseguição aos feiticeiros. Assim sendo, as propriedades mágico-curativas dos aromas faziam parte do rol das crenças aceitas pelos portugueses que aqui aportaram. O que importava era definir se a manipulação dos aromas se dava por uma relação de proximidade com santos ou demônios. Talvez também por isso tenha sido recorrente o uso de palavras mágicas clamando pelo auxílio dos santos por parte dos chamados feiticeiros. Além de ser um meca-

nismo de segurança contra perseguições, como antes mencionado, poderia ser um modo de diminuir os receios dos suplicantes ao evidenciar que o agente do feitiço era o bem.

Como fundo comum que unia os díspares sistemas de crença de índios, portugueses e africanos, os cheiros podem ter funcionado como passarela que permitiu articular o diverso em concepções tornadas semelhantes, ainda que poucas vezes idênticas. O diferente, deste modo, podia ser reinterpretado (não necessariamente incorporado) à luz de um horizonte de conhecimentos particular, tornando o estranho familiar e aceitável. A situação de risco – em outras palavras, a necessidade – agia como motor a esse esforço interpretativo por parte do português suplicante frente àquilo que ele entendia como poderosos feiticeiros indígenas, africanos e mulatos, que eram ao mesmo tempo alvo de seu temor. Por outro lado, do ponto de vista daqueles que prestam serviços mágicos, tais reinterpretações e articulações entre tradições permitiam uma mais ampla aceitação de seus serviços e a diversidade de clientela, cada vez mais misturada pelos encontros entre povos.

Tal panorama começa a se transformar apenas no século XIX, após a instalação da corte portuguesa no Brasil e a abertura das escolas e, depois, das faculdades de medicina, inicialmente na Bahia e no Rio de Janeiro (1832). Lembre-se que até aí, mesmo os curadores autorizados pelo reino aproximavam-se das curas mágicas dos chamados feiticeiros. É na disputa, pois, entre médicos, curandeiros, feiticeiros, benzedoras e parteiras que vemos prosperar a discussão sobre o lugar que os aromas devem ter no cotidiano da gente do Brasil. Aqui um elemento adicional se coloca: a corte trouxe a voga dos perfumes como “puro” embelezamento e sedução. Agora, cheiro, para além dos significados apontados (mágico, curativo, afrodisíaco), também pode ser percebido como produto de luxo.

A medicina contra os perfumes

No século XIX, portanto, transformações cruciais se dão na figuração que vimos acompanhando. Se antes a corte portuguesa dela participava fisicamente distante, mas socialmente próxima, a partir de suas deliberações vindas de além-mar a respeito da colônia, o que significa um peso bastante razoável; agora a presença física da corte muda consideravelmente a ordem de relações estabelecidas no Brasil. Muda-se a capital, muda-se a feição das cidades, muda-se o cotidiano, muda-se o vestuário, cria-se o ensino médico antes proibido.

A corte apresentará novos modos de sociabilidade que ganham destaque por serem o comportamento e as formas de encontro entendidas como as mais atuais ou, para a linguagem corrente, as mais civilizadas. Por seu lugar na figuração em jogo,

os ditames dos modos aristocráticos tenderão a ser absorvidos pela camada mais privilegiada da população. E, do ponto de vista dessa nova sociabilidade cortesã dos salões e dos teatros, os aromas continuam importantes, agora não mais para afastar o mau olhado ou proteger contra os maus espíritos ou ainda para neutralizar a ação de agentes patológicos demoníacos. Os perfumes são considerados elemento de composição da aparência. Se já servia como afrodisíaco, agora os perfumes contribuirão a uma mais sutil sedução e embelezamento. Enquanto produtos de um comércio de luxo, os aromas servirão a novas formas de distinção relacionadas ao gosto e ao poder econômico e, como aponta Renata Ashcar (2001), logo após a Independência, em 1822, o Brasil já figura como um dos maiores importadores de perfumes franceses, perdendo apenas para a Inglaterra.

Isso evidencia que, para além da vinda da corte para o Brasil, já existia por essas paragens a constituição de um gosto particular que, com a entrada do comércio de luxo, se expressou em termos de consumo do produto perfume. Aquilo que podemos perceber a partir da análise figuracional é que, a despeito das diferenças, a crença comum na magia dos cheiros pode ter operado como catalisador para relações mais aproximadas paca com o distante elemento branco, que podia se pôr relativamente à parte dos demais grupos por sua condição de dominador e para proteger essa mesma condição. No entanto, a necessidade de manter o vigor sexual ou voltar à saúde e se proteger mais propriamente de forças e ataques do sobrenatural obrigava o senhor branco e sua família curvar-se e valer-se dos conhecimentos e poderes de negros, índios e mulatos.

Em suma, o Brasil encontrado pela aristocracia cortesã portuguesa já era um lugar aromatizado, seja pelos banhos temperados, pelas roupas e pelo chão de casa e dos templos lavados com água perfumada, pela casa constantemente defumada contra a ação de maus espíritos e de insetos, pelas beberagens diversas e odores de plantas, raízes, resinas, seja pelo cheiro do incenso nos templos católicos ou da alfazema nas casas de parteiras. A abertura do comércio no século XIX provavelmente serviu para incrementar ainda mais o arsenal de aromas em circulação com uma diversidade maior de cheiros e composições, além de trazer novas motivações, laicas, para o perfumar-se. Um exemplo é o modo como os perfumes podem ter servido de arma contra a comum afirmação de que o negro naturalmente fede a bode (“budum”), tão comum no período. Assim, do mesmo modo que os sapatos foram alvo de cobiça de negros libertos por expressarem essa liberdade, os aromáticos também podem ter sido cobiçados como mecanismo para aumentar sua autoestima e a sensação de aceitação.

Assim, compreende-se como o ataque ao uso dos perfumes por parte dos médicos formados no Brasil pôde não ter surtido efeitos em consumo, apesar da força que

suas ideias tiveram no remodelamento das condutas no Brasil. Em conformidade com as teses de medicina publicadas em Salvador, o uso de perfumes figurava no rol dos vícios decorrentes da civilização, junto ao fumo, álcool e ópio, podendo levar a enxaquecas, histeria, aborto e mesmo à morte (Barauna, 1868; Cardozo, 1857; Freire, 1888; Mello, 1851). Os médicos se puseram como porta-vozes da verdadeira civilização. Seu discurso ecoou na vida doméstica, na educação formal, na arquitetura das cidades. No entanto, tiveram pouco peso no que toca às modas. Apesar de suas críticas aos decotes, espartilhos e perfumes, todos tomados enquanto modas perigosas à saúde física e moral, tais apetrechos permaneceram sendo amplamente usados. A presença da corte e seus usos pode ter sido o contraponto de importância, afinal, na falta de nobreza de sangue, a possibilidade de aproximação com a aristocracia se dava pela aparência que o morador do Brasil mais abastado podia comprar.

Em suma, os médicos atacaram os aromas enquanto produto ligado à vaidade e em seu poder mágico-medicamentoso, ao tentarem desacreditar o trabalho de feiticeiros e curandeiros. Mas, igualmente, apesar de verem seu prestígio crescer, mesmo a duras penas, ao final do século XIX, os médicos profissionais tiveram que conviver com a atuação dos demais agentes de cura, que continuaram sendo procurados por indivíduos das diferentes camadas sociais. E aqui a luta se travava no profundo das crenças mais arraigadas e, como dito, que sofreram reforço recíproco advindo dos diferentes grupos estabelecidos no Brasil, apesar de, sem dúvida, ter se operado fundamental deslocamento da magia e da crença nos poderes mágicos, que, ao longo do século XX, perdem a centralidade que chegaram a ter no passado do Brasil. Tal perda de centralidade, por sua vez, está longe de significar desaparecimento. A presença marcante dos aromas no cotidiano das gentes no Brasil se mantém, articulando novos e antigos significados, fazendo com que a perfumação dos corpos se dê desde a mais tenra infância para fazer cheirar bem e para proteger de mau olhado, como afirmado por entrevistados baianos na fase de coleta qualitativa de dados.

Considerações finais

A despeito de suas diferenças, Norte e Nordeste mantêm proximidades maiores entre si no que toca à sua relação com a magia dos cheiros e com o mundo do luxo de feição aristocrática que foi gestado no mundo colonial e, posteriormente, imperial, a ponto de terem sido alvo de maior proximidade e contato com Portugal em comparação com o Sudeste e Sul do Brasil. As regiões Sudeste e Sul foram marcadas por formas de assentamento do trabalho escravo distintas que dificultaram a rearticulação dos povos negros a partir de uma base cultural como a forte religiosidade e mesmo o mundo das festas (em comparação com o Nordeste) e, pois, viveram relações singulares entre senhor e escravo, marcando especificidades dessas re-

giões em relação às demais desde o Brasil Colônia. Além disso, sofreram radicais transformações em seu modo de vida após a Proclamação da República, com os avanços da industrialização e seu enriquecimento pautado na economia capitalista, o que trouxe, em especial para São Paulo, a alcunha de protagonista nos caminhos do desenvolvimento do Brasil.

A imigração de brancos europeus de costumes distintos em relação aos dos portugueses acentuou as distâncias, fazendo mesmo com que, diferente do que aconteceu no Norte e Nordeste, o elemento branco chegasse, em alguns lugares, a assumir superioridade numérica em relação a negros e índios – ainda hoje, a maior proporção de brancos nas Unidades da Federação se dá na Região Sul, conforme dados do IBGE (2010). Tais novos imigrantes europeus trouxeram em sua mala um novo mundo, não tão mágico como o dos portugueses colonizadores, dos africanos e dos índios que já viviam aqui. Ao mesmo tempo, os perfumes, enquanto produto de luxo, também não pareciam ser de seu imediato interesse. Assim, tal ordem de migrações não determinou, mas, sem dúvidas, contribuiu significativamente, por servir como elemento adicional numa constelação de fatores, a fazer com que a relação com os odores e com o aroma industrialmente produzido seguisse um curso singular em comparação ao Norte-Nordeste.

Coube aos nortistas e nordestinos, com sua maioria negra, parda e indígena, e sua religiosidade indígena, afro-brasileira e o catolicismo popular, manter e consolidar esse gosto, a ponto de contribuírem significativamente para o Brasil se tornar um dos maiores consumidores de perfumes no mundo e longe da noção de que perfume é supérfluo, apesar das tribulações econômicas e das flagrantes descontinuidades vividas nessas regiões ao longo do século XX. Talvez por isso, aos dados que apontam que hoje, no Brasil, a média de consumo de fragrâncias é de 60% da população, é de se destacar que, no Nordeste, tal percentual cresce para 90%, enquanto no Sul se resume a 40% (Abihpec, 2013). Entende-se, deste modo, como historicamente tais regiões foram se polarizando por suas específicas tramas e arranjos socioculturais na definição de seus mais elementares gostos. Caberá às regiões Sudeste e Sul, com o desenvolvimento da industrialização em princípios de século XX, servirem de lugar privilegiado à produção de perfumes ao longo do século, abrigando aquelas que se tornarão as maiores empresas do setor no país: O Boticário (de Curitiba) e Natura (de São Paulo). Assim, apesar de termos na história da perfumaria no país esforços dignos de nota, como a criação da Phebo na região Norte (Pará), o mapa do Brasil aponta uma divisão crucial entre regiões produtoras (Sudeste e Sul) e consumidoras (Norte e Nordeste) de fragrâncias.

Se os dados atuais a respeito do consumo de perfumes no Brasil causam inicialmente grande estranheza, é perceptível que os mesmos se tornam mais compreensíveis

à luz de uma visada interpretativa a respeito das tramas que constituíram historicamente o Brasil, o que demanda o desafio em buscar numa sociologia das interdependências e interpenetrações a primordial referência que permita perceber o jogo das relações entre povos tão díspares, como os que compõem a base da história nacional, em sua elasticidade e diferentes equilíbrios de poder. Mais do que isso, tratamos de uma ampla figuração que assume colorações específicas no tempo, mas também no espaço. Por isso, considerar as especificidades regionais foi fundamental ao percurso. Devido a seu “lugar” no período colonial, tomar a Bahia como referência, enquanto estado nordestino, parece decisão acertada. Cabe ainda, no entanto, para além de compreender o percurso seguido na história da perfumaria brasileira ao longo do século XX, entender a relação entre gosto e memória, afinal o gosto pelo perfumar-se perpetua-se como memória eminentemente prática, um *habitus* socialmente construído e que foi naturalizado a ponto de ser definido pelos usuários baianos do produto como um gosto que se autojustifica:

— Uso perfume porque gosto.

Abstract: The aim of this paper is to discuss the socio-historical construction of the taste for perfume in Brazil – especially in the Northeast Region (state of Bahia) – drawing upon the relations of interdependence and interpenetration of peoples in the country. Under the lights of Norbert Elias’ and Roger Bastide’s contributions, the creed in the magical features of scents is taken as a jointing element for heterogeneous religiosities, customs and peoples. Specificities of figurations in each region are evinced and also some of their conditioning factors, as well as their transformation processes along the time, and the role magical healing could have had in framing the taste for perfuming oneself. Thus, figurational sociology emerges in its potentiality to allow for the fact of complex realities of interpenetration.

Keywords: Perfume, scent, cure, figurational sociology, interpenetrations’ sociology.

Referências

ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. *Medicina mestiça: saberes e práticas curativas nas minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 2010.

ASHCAR, Renata. *Brasileirês: a cultura do perfume*. São Paulo: Nova Cultural; Editora Best Seller, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE HIGIENE, PERFUMARIA E COSMÉTICOS (ABIHPEC). *Panorama do setor de HPPC 2016*. São Paulo: Abihpec, 2016. Disponível em: <<https://www.abihpec.org.br/novo/wp-content/uploads/2016-PANORAMA-DO-SETOR-PORTUGUÊS-14jun2016>>. Acesso em: 02 Ago. 2016.

———. *Anuário 2015*. 5.ed. São Paulo: BB editora, 2015a. Disponível em: <<http://www.abihpec.org.br/2015/12/anoario-abihpec-2015/>- ANUARIO ABIHPEC 2015|>. Acesso em: 26 Dez. 2015.

———. *Panorama do setor HPPC*. São Paulo: Abihpec, 2015b. Disponível em: <<http://www.abihpec.org.br/novo/wp-content/uploads/2015-PANORAMA-DO-SE-TOR-PORTUGUÊS-11ago2015.pdf>>. Acesso em 15 Set. 2015.

———. *Caderno de tendências Abihpec 2014-2015*. São Paulo: Abihpec, 2013. Disponível em: <<http://www.abihpec.org.br/2013/10/caderno-de-tendencias-2014-2015/>>. Acesso em: 01 Mar. 2014.

BARAUNA, Elipidio Joaquim. *Hygiene da mulher em estado de gravidez*. Thèse (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador: Typographia Conservadora, 1868.

BASTIDE, Roger. O encontro entre deuses africanos e espíritos indígenas. In: BASTIDE, Roger. *O sagrado selvagem e outros ensaios*, p. 218-235. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

———. *As religiões africanas no brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações*. 3. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1989.

CAMARGO, Maria Thereza Lemos de Arruda. *As plantas medicinais e o sagrado: a etnofarmacobotânica em uma revisão historiográfica da medicina popular no Brasil*. São Paulo: Ícone, 2014.

CARDOZO, Cid Emiliano de Olinda. *Influencia da civilização sobre o desenvolvimento das afecções nervosas*. Thèse (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador: Typographia de Antonio Olavo da França Guerra, 1857.

CARNEIRO, Édison. *Candomblés da Bahia*. 9 ed. “Raízes”. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008.

CLASSEN, Constance; HOWES, David; SYNNOTT, Anthony. *Aroma: a história cultural dos odores*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

CORBIN, Alain. *The foul and the fragrant: odor and the french social imagination*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1986.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. As artes de curar nos tempos do cólera: Recife, 1856. In: CHALHOUB, S.; MARQUES, V. R. B.; SAMPAIO, G. R.; GALVÃO SOBRINHO, C. R. (Orgs.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*, p. 355-385. Coleção “Várias Histórias”. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1999.

EUROMONITOR 2015. *Fragrances in Brazil*. Jun. 2016. Disponível em: <<http://www.euromonitor.com/fragrances-in-brazil/report>>. Acesso em: 31 Ago. 2015.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. 2. ed. Brasília; Belo Horizonte: Capes; Argvmentvm, 2008.

FREIRE, Guarino Aloysio Ferreira. *Qual o papel que desempenha a civilização no movimento das molestias mentaes*. Thése (Doutorado em Medicina) Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador: Bahia Imprensa Popular, 1888.

HARVEY, Susan Ashbrook. *Scenting salvation: ancient christianity and the olfactory imagination*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca_catalogo?view=detalhes&id=794>. Acesso em: 12 Dez. 2015.

———. *Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009: despesas, rendimentos e condições de vida*. Rio de Janeiro: IBGE. 215p.

MAIA JR., Humberto. Depois da euforia, a realidade. *Exame*, Ano 48, 1.064, p. 62-67, 30 Abr. 2014.

MELLO, Francisco Tavares da Cunha. *Algumas considerações psycho-physiologicas á cerca do homem*. Thése (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador: Typographia de Carlos Poggetti, 1851.

MILLNER, Mathew. *The Senses and the English Reformation*. England: Ashgate E-book, 2011. (St Andrews studies in Reformation history).

PIMENTA, Tânia Salgado. Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX. In: CHALHOUB, S.; MARQUES, V. R. B.; SAMPAIO, G.R.; GALVÃO SOBRINHO, C. R. (Orgs.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Coleção “Várias histórias”, p. 307-330. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

PRIORE, Mary Del. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

———. *Esquecidos por Deus: monstros no mundo europeu e ibero-americano (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

REINARZ, Jonathan. *Past scents: historical perspectives on smell*. "Studies in sensory history". Chicago: University of Illinois Press, 2014.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. Entre a cura e a cruz: jesuítas e pajés nas missões do Novo Mundo. In: CHALHOUB, S.; MARQUES, V. R. B.; SAMPAIO, G.R.; GALVÃO SOBRINHO, C. R. (Orgs.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Coleção "Várias histórias", p. 231-272. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

SANTOS, Flávio Gonçalves dos. *Economia e cultura do candomblé na Bahia: o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros – 1850/1937*. Ilhéus: Editus, 2013.

SANTOS, Juana Elbein. *Os Nagô e a morte: Pàdê, Àsèsè e o culto Égun na Bahia*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

SCHELER, Fernando. Brasil vira líder mundial em perfumes. *Estadão*, 2011. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,brasil-vira-lider-mundial-em-perfumes,65567,0.htm>>. Acesso em: 04 Abr. 2011.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VILLAS BÔAS, Orlando. *A arte dos pajés: impressões sobre o universo espiritual xinguano*. São Paulo: Globo, 2000.

WALKER, Timothy D. *Médicos, medicina popular e Inquisição: a repressão das curas mágicas em Portugal durante o Iluminismo*. Rio de Janeiro; Lisboa: Editora Fiocruz; Imprensa de Ciências Sociais, 2013.

WOOLGAR, C. M. *The senses in late medieval England*. New Haven; London: Yale University Press, 2006.

Entrevistas

Entrevista realizada com Babalorixá de Terreiro situado em São Félix (BA), em 13 de março de 2015.

Entrevista realizada com Babalorixá de Terreiro situado em Salvador (BA), em 23 de março de 2015.

Artigos

Qual capacidade crítica?

Relendo Luc Boltanski à luz de Margaret Archer*

Recebido: 29.07.14

Aprovado: 25.01.15

Luiz Augusto Campos**

Resumo: A chamada “sociologia da capacidade crítica” de Luc Boltanski vem se tornando um dos principais paradigmas teóricos de interpretação das relações sociais. Contrário ao modo como a sociologia crítica à la Bourdieu entende a reflexividade humana, Boltanski propõe tratar os indivíduos como seres reflexivos, plenamente capazes de julgar e criticar o mundo. No entanto, essa “capacidade crítica” funciona em sua sociologia mais como premissa teórica do que como objeto concreto de investigação. Diante disso, este texto argumenta que uma sociologia interessada na capacidade crítica dos sujeitos não pode apenas “supô-la”, deve constituir-la em objeto de estudo sociológico. Para tal, propõe-se reconceituar a capacidade crítica como competência reflexiva, no sentido dado à expressão pela socióloga inglesa Margaret Archer. O recurso às categorias de Archer não apenas ajuda a identificar os limites da sociologia de Boltanski, mas, sobretudo, permite ampliar o seu alcance.

Palavras-chave: reflexividade, sociologia da capacidade crítica, conversações internas, Luc Boltanski, Margaret Archer.

O papel da reflexividade nas relações sociais tem constituído um dos mais antigos temas de discórdia da teoria social. Das divergências teóricas mais viscerais do campo – relativas à oposição entre “estruturalistas” e “individualistas”, “objetivistas” e “subjetivistas” etc. – até as propostas de reconciliação do alcunhado “novo movimento teórico” (Alexander, 1987), todas parecem ecoar opiniões contraditórias sobre a importância sociológica da reflexão humana. É curioso observar, contudo, que embora essas dicotomias e esses projetos de coadunação estejam perdendo o poder de enquadrar as polêmicas teóricas da sociologia, o tema da reflexividade tem atraído mais e mais atenção.

Isso é notável até mesmo em contextos historicamente pouco afeitos ao conceito, como é o caso da academia francesa. Após décadas de hegemonia de estruturalistas, pós-estruturalistas, estruturalistas construtivistas etc., pode-se dizer que a sociologia na França vive uma “virada pragmatista” (Dosse, 1997). Iniciada por autores como Luc Boltanski, essa guinada reagiu ao automatismo característico dos agentes que povoam parte da sociologia tradicional, em específico os trabalhos de Pierre Bourdieu.

Em seus primeiros textos pós-bourdieuianos, a maioria escrita em parceria com Laurent Thevenot¹, Boltanski ataca o desdém que a sociologia crítica de Bourdieu

* Uma versão preliminar deste artigo foi discutida na XII Conferência Anual da Associação Internacional para o Realismo Crítico, ocasião em que sugestões valiosas permitiram reestruturar o texto. Gostaria também de agradecer a Frédéric Vandenberghe pelos comentários baseados em outra versão do artigo. Agradeço também aos pareceristas anônimos indicados por *Sociedade e Estado*, cujos comentários ajudaram a tornar algumas passagens mais claras.

** Professor de sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj), doutor em sociologia pela mesma instituição. Coordenador do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (Gema). Publicações recentes: “A identificação de enquadramentos através da análise de correspondências: um modelo analítico aplicado à controvérsia das ações afirmativa raciais na imprensa”, *Opinião Pública*, v. 20, n. 2, 2014;

“Quando a teoria vira fetiche (Resenha de *O Fetichismo do conceito*), *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 20, 2013; “O pardo como dilema político”, *Insight Inteligência*, v. 63, 2013; “We have a dream. Cientistas sociais e a controvérsia sobre as cotas raciais na imprensa”, *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, 2012; “As trocas de acusações entre intelectuais na controvérsia pública acerca das cotas raciais”, *Latitude*, v. 2, 2008; em parceria com João Feres Jr., “Ação afirmativa, comunitarismo e multiculturalismo: relações necessárias ou contingentes?”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 29, 2014; em parceria com João Feres Jr. & Verônica Daflon, “Administrando o debate público: *O Globo* e a controvérsia em torno das cotas raciais”, *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 11, 2013. <lascampos@iesp.uerj.br>.

1. Não obstante as bases da sociologia da justificação tenham sido lançadas por obras escritas por Boltanski e Thévenot, passarei a mencionar apenas Boltanski. Além da maior notabilidade de Boltanski em relação ao seu principal parceiro intelectual, utilizarei como base da argumentação alguns trabalhos que foram escritos após

nutria em relação à capacidade que os indivíduos têm em julgar reflexivamente a realidade social (Boltanski & Thévenot, 1983; 1989; 1991; 1999). Para Boltanski, a realização epistemológica dessa “sociologia crítica” baseava-se na injustificada suposição de que o sujeito do conhecimento sociológico dispunha de capacidades críticas muito superiores às das demais atores sociais. Assim, a sociologia crítica esposaria uma epistemologia que atribui ao sujeito do conhecimento a capacidade e a missão de criticar as estruturas sociais, ao mesmo tempo em que encarava os agentes sociais como seres incapazes de refletir de forma crítica sobre a realidade social em que viviam (Boltanski & Thévenot, 1999: 24).

Para solucionar essa antinomia teórica, Boltanski propõe que as críticas e denúncias realizadas pelos indivíduos sejam levadas a sério e tomadas como objeto específico de estudo (Boltanski, 1990a). Isso só seria possível caso se admitisse que os indivíduos não são meros agentes coagidos (e constituídos) por violências simbólicas ou, para usar o adágio de Harold Garfinkel, caso se aceitasse que os atores não dispõem de um “juízo dopado” (Garfinkel, 1984). No lugar de uma antropologia filosófica plena de automatismos, dever-se-ia encarar os atores sociais como seres dotados de avançadas competências reflexivas de julgar e criticar a realidade (Boltanski & Thévenot, 1999: 360).

Todavia, se conceituarmos “capacidade” como qualquer competência, habilidade ou qualidade socialmente adquirida, necessária para performar uma determinada ação (Sen, 2001), logo perceberíamos que Luc Boltanski não faz propriamente uma sociologia da “capacidade” crítica. Isso ocorre não apenas porque sua sociologia “não parece levar em conta as condições sociais do exercício ou da formação das capacidades reflexivas e críticas que pressupõe” (Celikates, 2012), mas também porque a ênfase dada às argumentações dos atores evidencia o maior interesse do sociólogo francês pelas consequências dessa reflexividade do que por ela mesma. Considera-se que todos os indivíduos possuam uma capacidade de criticar mais ou menos equânime, sem atinar para as variações sociológicas dessa reflexividade crítica.

Em resumo, a dita “sociologia da capacidade crítica” não está interessada na natureza da reflexão, mas sim em seus efeitos presumidos e verificáveis na atividade performática do protesto. Consequentemente, Boltanski atribui aos atores sociais uma onipresença crítica, o que faz com que ele enxergue a crítica como potencialidade onipresente nas relações sociais. Ao termo, a capacidade crítica funciona mais como pressuposto teórico do que como objeto concreto de estudo.

Este texto argumenta que para entender os limites e as potencialidades da capacidade crítica dos atores, é preciso entendê-la não como premissa sociológica, mas como objeto de estudo sociológico. Para tal, pode ser útil tomar a “capacidade

crítica” como “competência reflexiva” nos termos definidos pela socióloga inglesa Margaret Archer (2000; 2003; 2007; 2010). Com o intuito de captar o papel da reflexividade na reprodução e na transformação sociais, Archer a reconceitua como o conjunto de conversas interiores que temos com nós mesmos. Seria a partir dessas conversas que cada um encabula consigo mesmo que os indivíduos resolvem problemas cotidianos, compatibilizando intenções e desígnios individuais com necessidades e constrangimentos estruturais (Archer, 2007).

Entender que a crítica – de que nos fala Boltanski – emerge das conversas interiores – de que nos fala Archer – permite romper com a naturalização da competência reflexiva promovida pelo sociólogo francês. Mas não apenas isso: tal amálgama teórico ajuda a flexibilizar a maneira algo essencialista com que Margaret Archer lida com os “padrões” de reflexividade. Nesse sentido, são recíprocas as contribuições das duas teorias para uma melhor compreensão do lugar da reflexividade na reprodução e transformação das relações sociais.

O argumento está distribuído em quatro seções. A primeira resume as linhas fundamentais da dita “sociologia da capacidade crítica”, proposta por Luc Boltanski, bem como algumas de suas principais insuficiências. A segunda seção apresenta a sociologia dos modos de reflexão de Margaret Archer, sublinhando as contribuições que ela estende à sociologia boltanskiiana. Na terceira, discuto como tal combinação teórica pode ser útil, não apenas para uma sociologia interessada em estudar a capacidade crítica dos atores, mas também para melhor entender a relação entre crítica e reflexividade. Ao termo, delinco algumas consequências gerais desse concreto teórico.

Luc Boltanski: uma sociologia da capacidade crítica?

A sociologia de Luc Boltanski nasce da tentativa de articular, num mesmo quadro teórico, os achados de algumas de suas pesquisas pretéritas. Temática e metodologicamente bem distintas, tais pesquisas englobam objetos que vão desde litígios trabalhistas (Boltanski & Thévenot, 1989) a reclamações enviadas a jornais por seus leitores (Boltanski, Darré & Schiltz, 1984), desde a legitimação estatística de categorias socioprofissionais (Boltanski, 1982) até a forma como atribuímos uma dada identidade social a outras pessoas (Boltanski & Thévenot, 1983).

Mas, a despeito dessa pluralidade de abordagens e temas, todas essas pesquisas têm em comum a intenção de interpelar a maneira como os indivíduos lidam com situações problemáticas, em que seus modos de ver e avaliar o mundo parecem não mais se ajustar a ele. Nesses momentos críticos, rompe-se o acordo tácito que

o fim da cooperação teórica. Ademais, os argumentos colocados neste texto parecem não se aplicar à sociologia produzida por Laurent Thévenot depois da ruptura com Luc Boltanski e da “virada pós-humanista” que o caracteriza (Ver Frédéric Vandenberghe, 2006, nota 8).

garante as rotinas sociais e nossa cooperação com os outros (Boltanski & Thévenot, 1991: 30). Mais do que situações extemporâneas, as reações nesses momentos diriam muito sobre as bases que constroem e justificam moralmente os vínculos sociais, pois é a partir delas que os indivíduos submetem ao escrutínio as convenções e os acordos que estabilizam suas interações.

Por isso, antes de falar em “grupos”, “classes sociais”, “Estado”, “nações”, “operários”, “burgueses”, “movimentos sociais” etc., a sociologia deveria entender que todas essas categorias estabilizam os vínculos sociais de um dado modo e estão conectadas a convenções e valores morais específicos (ver Boltanski, 1982). Mais importante ainda é o fato de essas categorias serem constantemente contestadas, reconstruídas e adaptadas nas situações diversas em que são mobilizadas. Situações problemáticas envolveriam a capacidade humana de contestar a generalidade e a universalidade desses termos (Boltanski & Thévenot, 1991: 12). Sempre que um momento crítico surge, a adequação e a moralidade das regras sociais são questionadas. Tal crise só pode ser solucionada caso todos entrem em acordo sobre as razões que justificam uma dada distribuição.

Importa destacar que esses princípios valem tanto para problemas de adequação em relação ao mundo objetivo quanto às relações com os outros sujeitos. Logo, sempre que a adequação de nossas categorias ao mundo objetivo e às relações humanas é posta em xeque, surge não apenas um problema de conformidade de nossas expectativas em relação ao mundo (*justesse*), mas também de validade das nossas perspectivas morais sobre ele (*justice*) (Boltanski, 1990a: 105-118; Boltanski & Thévenot, 1989). Analogamente, tais princípios valem tanto para controvérsias de alcance público como para situações prosaicas, em que o acordo sobre a definição da situação é questionado:

Ocupemo-nos de um problema bem comum: o de como, no decorrer de uma refeição, distribuir a comida entre os convidados. Quando a mesa é grande, os convidados não podem servir-se sozinhos, como fazem em um *buffet meal*. No decorrer da refeição, a questão da ordem do serviço não pode ser evitada. [...] [Em casos como esses,] a ordem temporal do serviço é suscetível de ser interpretada como uma ordem de precedência de acordo com a importância ou a grandeza relativa dos convidados. Porém, o cumprimento dessa ordem pode ser dificultado, particularmente quando surge a possibilidade da existência simultânea de diferentes ordens de grandeza. É melhor apresentar as iguarias primeiro à avó ou ao chefe do anfitrião? A possibilidade de protesto origina-se da presença, na mesma situação, de diferentes ordens possíveis. Um acordo tácito entre os participantes acerca da espécie de qualidades que deve ser enfatizada pela ordem do serviço é a condição de um evento harmonioso e sem dificuldades. Mas a pré-condição

deste acordo é um reconhecimento comum de uma equivalência convencional que possa sustentar um juízo acerca da importância ou grandeza relativa das pessoas envolvidas. Mesmo se a referência a essa convenção não seja explícita, ela deve ser clara (Boltanski & Thévenot, 1999: 363).

Em suma, o modo como os atores sociais reproduzem, reavaliam e retomam o acordo entre si depende de modelos capazes de definir a importância de cada objeto e sujeito envolvido na situação problemática. Esses modelos funcionam como gramáticas morais capazes de estabelecer a ordem de grandeza entre todos esses elementos. Ao contrário do universalismo formal, que acredita que todo acordo se sustenta em um princípio transcendental, e do pluralismo ilimitado, que defende que cada grupo social reconhece valores incomensuráveis em relação aos outros, Boltanski propõe que o acordo costuma basear-se em um conjunto delimitado de “ordens de grandeza” e, logo, em um pluralismo moral limitado (Boltanski & Thévenot, 1991: 85-90).

Dentro desse pluralismo limitado, Boltanski identifica inicialmente seis modelos ideais de fundamentação de acordos, chamados por ele de *cités* (Boltanski & Thévenot, 1991: 27). Inspirado na teoria das esferas de justiça de Michael Walzer (2003), ele propõe que cada uma dessas *cités* constitui uma gramática moral que permite aos atores fundamentarem seus acordos sociais e submetê-los à crítica (Boltanski & Thévenot, 1991: 28).

Para sistematizar as características fundamentais de cada *cité*, Boltanski recorre a obras clássicas da filosofia moral que, a seu ver, oferecem uma concepção geral e ideal do mundo e que, assim, servem para que os indivíduos possam ordenar suas relações. Haveria uma “*cité da inspiração*”, na qual pessoas e objetos são julgados por sua criatividade e imaginação, *cité* própria dos artistas e gênios, cuja gramática principal se encontra na *Cidade de Deus* de Santo Agostinho; uma “*cité doméstica*”, onde tradição e hierarquia são valores centrais e os “grandes” são os pais e familiares, cuja sistematização modelar encontra-se na obra de Bossuet; uma “*cité da opinião*” baseada no renome e na reputação tal como tratados no capítulo dedicado à honra no *Leviatã* de Thomas Hobbes; uma “*cité cívica*”, no âmbito da qual o bem comum é o valor fundamental e cujo *Contrato social* de Rousseau serve de modelo; uma “*cité mercadológica*” baseada na concorrência e na rivalidade, tal como apresentadas por Adam Smith; e, por fim, uma “*cité industrial*” baseada na eficácia e produtividade própria da utopia saint-simoniana (Boltanski & Thévenot, 1991: 85-105)².

Não é o objetivo aqui discutir em detalhe o modelo das *cités*, embora essa pareça ser a parte mais influente da sociologia de Boltanski (Dodier, 2005). Interessa particularmente como essa sociologia, preocupada com a justificação dos acordos

2. Posteriormente, Luc Boltanski e Éve Chiapello adicionarão ao modelo uma sétima *cité*, própria do capitalismo avançado: a *cité* dos projetos (Boltanski & Chiapello, 2009).

sociais, está construída sobre uma antropologia filosófica que atribui aos indivíduos uma enorme capacidade reflexiva (Bénatouil, 1999). Se as situações problemáticas, das arengas mais comezinhas às controvérsias públicas, são resolvidas a partir de complexas operações de construção de equivalências e atribuições de grandezas, tudo orientado por gramáticas morais quase filosóficas (as *cités*), os indivíduos são vistos como dotados de uma enorme capacidade de julgar reflexivamente o mundo. Nos termos de Boltanski & Thévenot,

[...] o que é pertinente para o argumento é a reflexividade do momento crítico. A situação inicial é mais ou menos a seguinte: as pessoas, envolvidas em relações costumeiras, fazendo coisas juntas – a saber, em política, trabalho, sindicalismo – e tendo que coordenar suas ações, dão-se conta de que há algo errado; que elas não conseguem mais conviver; que algo mudou. Dar-se conta de algo possui uma dupla significação. O termo aponta ao mesmo tempo para um movimento reflexivo interior e para uma performance no mundo exterior. No processo de se dar conta de que algo está errado deve-se tomar distância do momento presente e retroceder ao passado (Boltanski & Thévenot, 1999: 359-360).

É justamente por isso que, dentre os vários títulos que Boltanski confere à sua teoria, está o de “sociologia da capacidade crítica”³. Essa sociologia contrapõe-se basicamente à dita “sociologia crítica” de Bourdieu⁴, particularmente pelo fato de conjugar uma concepção positivista da neutralidade científica com a exigência de que o sociólogo assuma uma missão crítica perante a sociedade (Boltanski, 1990b; Boltanski & Thévenot, 1991: 24). Essa combinação político-epistemológica conferiria ao sociólogo uma competência reflexiva superior, que o habilitaria a julgar as relações sociais do exterior. Além disso, ela assumiria um compromisso normativo, mas sem reconhecê-lo como tal, já que a crítica social é considerada como obrigação imposta pela própria ontologia do objeto sociológico. Mais problemático ainda é o fato de esse messianismo positivista ser justificado por uma antropologia filosófica que subtrai dos atores sociais a capacidade crítica, o que supostamente faria Bourdieu com o conceito de *habitus* (Boltanski, 2009).

Contra a atrofia da capacidade crítica dos atores e contra a hipertrofia da capacidade crítica do sociólogo, Boltanski propõe simetrizar “latournianamente” (Latour, 2005) sujeito e objeto do conhecimento sociológico, conferindo aos atores sociais capacidades críticas equivalentes àquelas reivindicadas pelos cientistas (Boltanski & Thévenot, 1999). A princípio, todos seríamos onicompetentes para classificar e julgar reflexivamente a realidade:

A formulação de uma crítica supõe, preliminarmente, uma experiência desagradável que suscite a queixa, quer ela seja vivenciada

3. Além deste, o autor fala em “sociologia da justificação”, “sociologia da moral”, “sociologia da crítica” etc. Posteriormente, enfatizarei que esses títulos traduzem melhor a teoria de Boltanski do que a expressão “sociologia da capacidade crítica”.

4. Inúmeras são as obras em que Bourdieu discute a importância da crítica sociológica e suas fundamentações teóricas. No entanto, uma síntese dessa “postura” política e epistemológica pode ser encontrada em sua entrevista concedida a Axel Honneth (Bourdieu, 2004).

pessoalmente pelo crítico, quer este se comova com a sorte de outrem. A isso damos aqui o nome de fonte de indignação. Sem esse primeiro impulso emotivo, quase sentimental, nenhuma crítica consegue alçar voo. Em contrapartida, há grande distância entre o espetáculo do sofrimento e a crítica articulada; o crítico precisa de um respaldo teórico e de uma retórica argumentativa para dar voz ao sofrimento individual e traduzi-lo em termos que façam referência ao bem comum. É por isso que existem realmente dois níveis na expressão de uma crítica: um nível primário, da esfera das emoções, que é impossível calar e sempre está pronto a inflamar-se desde que se apresentem novas situações que forcem a indignação; e um nível secundário, reflexivo, teórico e argumentativo, que possibilita sustentar a luta ideológica, mas pressupõe recurso a conceitos e esquemas que permitam vincular as situações históricas que se pretendam submeter à crítica a valores passíveis de universalização (Boltanski & Chiapello, 2009: 72).

O fato de os atores serem competentes para formular uma crítica reflexivamente aproxima as práticas cotidianas das práticas científicas. Em um de seus estudos, Boltanski propôs que algumas pessoas adivinhassem o lugar social (basicamente, a profissão) de um indivíduo real, mas do qual elas conheciam apenas características gerais como renda, educação, gostos etc. (Boltanski & Thévenot, 1983). Para ele, experimentos como esse permitiriam perceber que pessoas comuns frequentemente “se parecem com estatísticos ou pesquisadores munidos de leis sociais” (Boltanski & Thévenot, 1991: 17)⁵. Daí a necessidade de romper com a sociologia crítica em nome de uma sociologia da capacidade crítica (Boltanski & Thévenot, 1999).

Todavia, se entendermos por “capacidade” o conjunto de competências, habilidades ou características socialmente adquiridas que são necessárias para realizar uma dada prática, tarefa ou performance socialmente valorizada (Sen, 2001), perceberemos que Boltanski não faz propriamente uma sociologia da “capacidade” crítica, a despeito do título que ele formula para sua teoria (Celikates, 2012). Não obstante Boltanski ressalte que “o que é pertinente para o argumento é a reflexividade” e que “operações de acumulação e cálculo” sejam “requeridas para culpar e criticar” (Boltanski & Thévenot, 1999: 360), pouco é dito por ele sobre o funcionamento concreto dessa reflexividade. A ênfase de suas pesquisas nas argumentações dos atores em situações problemáticas consegue, no máximo, captar os efeitos dessa reflexividade. Isso evidencia o pressuposto de que todos os indivíduos que denunciam possuem uma capacidade de criticar equânime. O interesse é, portanto, deslocado da natureza mesma da reflexividade para a atividade performática de protesto, em específico, para a expressão verbal do protesto.

Em suma, pouco é dito sobre a capacidade crítica em si, categoria muito mais próxima de uma premissa metodológica do que de um objeto de estudo. Ainda que as

5. Ève Chiapello, uma das colaboradoras de Boltanski, é mais enfática ao afirmar que “isso significa que a todos os seres humanos devem ser garantidas as mesmas capacidades elementares dos cientistas sociais quando se trata de questionar ideologias e representações sociais” (Chiapello, 2003: 157).

pesquisas empíricas de Boltanski possam nos convencer de que esta competência de julgamento realmente se faz presente em “momentos críticos”, o nível de abstração de sua sociologia e a natureza do material sobre o qual ele se apoia pouco dizem sobre os limites, as potencialidades e as características da capacidade crítica. Consequentemente, seria mais apropriado subtrair o termo “capacidade” do rótulo dado à sua teoria e defender que Boltanski constrói uma “sociologia da crítica”, isto é, de suas exigências formais, principais sentidos, conteúdos etc.

Ora, uma sociologia que se ancora na capacidade crítica dos indivíduos não pode abster-se de pesquisar as características dessa competência, mormente as condições que potencializam ou inibem a sua emergência e expressão. Ao analisar a sociologia experimental de Garfinkel (2010), interessada nas reações dos indivíduos em situações que fogem à normalidade, Boltanski ocasionalmente dá a entender que são as próprias situações que levam a performances críticas. Ou seja, que é o simples rompimento da normalidade das situações ou da reciprocidade de expectativas que torna a crítica uma consequência forçosa (Boltanski, 1990a: 22). Dessa perspectiva, a emergência da crítica é vista quase como uma reação necessária, curiosamente, como uma reação quase “irrefletida”⁶:

6. Em uma obra mais recente, em que Boltanski tenta compatibilizar sua sociologia com a crítica social, tal “automatismo da crítica” é matizado. Ele percebe, por exemplo, a centralidade das condutas realistas, que reconhecem o desentaxamento de determinadas situações, mas não as submetem à crítica dada a pequena possibilidade de que alguma mudança advinha dessa reação (Boltanski, 2009). Contudo, o autor permanece insensível à possibilidade da crítica silenciosa, sobre a qual falaremos em seguida.

A pessoa que se dá conta de que algo não está funcionando *raramente permanece em silêncio*. Ela não guarda os seus sentimentos para si. [...] A pessoa deve, por essa razão, expressar descontentamento em relação às outras com quem estivera desempenhando, até então, uma ação conjunta (Boltanski & Thévenot, 1999: 360, grifos meus).

Ao atribuir uma onicompetência crítica aos indivíduos, Boltanski termina por considerar a crítica uma potencialidade onipresente no ser social. Ao mesmo tempo, tende a confundir a emergência da crítica com sua expressão verbal.

Romper com essa “suposição da reflexividade indiscriminada” (Giddens, 1991: 39) passa por uma definição de reflexividade que permita entender quando e porque a crítica emerge. Para além da situação problemática, deve-se conjecturar quais as características de cada ator influenciam na emergência da crítica. Nesse sentido, acredito ser útil reconceituar o que Boltanski chama de “capacidade crítica” como “competência reflexiva”, nos termos da socióloga inglesa Margaret Archer. Para melhor entender como esse empréstimo teórico contribui para a construção de uma sociologia da reflexividade crítica, é preciso, antes, apresentar em linhas gerais os fundamentos da teoria social de Archer.

Margaret Archer: os tipos de reflexividade

Não é apenas na França que o debate acadêmico vem se concentrando em volta do tema da reflexividade. O mesmo parece acontecer com a sociologia inglesa. Embora o conceito já frequentasse há bastante tempo as obras de Anthony Giddens e de seus parceiros de pesquisa, mormente Ulrich Beck e Scott Lash (Beck, Giddens & Lash, 1997; Giddens, 1991; 2003), a noção de reflexividade parece ser utilizada para fazer referência ora a uma propriedade estrutural da modernidade, ora a uma competência individual. Em Giddens, a reflexividade típica da modernidade teria menos a ver com a capacidade humana de refletir sobre problemas e mais com a dupla hermenêutica existente entre a sociedade como um todo e os sistemas peritos (ver Giddens, 1991: 41-55).

A crítica de Margaret Archer a Anthony Giddens segue nesse sentido. Segundo Archer, ao entender o “dualismo” entre estrutura e agência como dualidade (Giddens, 2003), Giddens estaria apenas fundindo as duas instâncias em uma ontologia tautológica, produzindo o que ela rotula como “conflação central” (Archer, 1995). Isso levaria o sociólogo inglês a oscilar insidiosamente entre os dois níveis, ora atribuindo características estruturais a indivíduos, ora atribuindo características individuais a estruturas. Por isso tudo, Archer assevera que

não é possível atrelar nenhum significado real à noção de reflexividade sistêmica (isto é, a propriedade apropriada pelo sistema social como um conjunto de “partes” institucionais), a qual o conceito de “modernização reflexiva” sugere adjetivamente (Archer, 2007: 30).

Essa visão já permite antever o ponto de partida metodológico da autora, próximo ao realismo crítico desenvolvido por Roy Bhaskar (1998). De maneira geral, Archer se filia à corrente ao partilhar o pressuposto de que os polos opostos da ontologia social – estrutura e agência – não devem ser reduzidos um ao outro, muito menos acoplados através de esquemas de dualidade estrutural como aquele proposto por Anthony Giddens (Archer, 2003). Determinar em que medida as estruturas impactam na agência dos indivíduos e vice-versa dependeria da manutenção analítica da divisão ontológica entre estrutura e ação como propriedades emergentes, irreduzíveis entre si (Archer, 1995). E é justamente aqui que o conceito de reflexividade entra em cena. A reflexividade – para Archer – é o lócus onde os interesses individuais são conciliados com contextos diferentes ou onde o espaço da agência é compatibilizado com os constrangimentos estruturais (Archer, 2003).

Ao recuperar a pragmática da mente humana de George Hubert Mead (1967), Archer define a reflexividade como o conjunto das conversações interiores que um

indivíduo tem consigo mesmo, isto é, as meditações reflexivas que mantemos com nós mesmos sempre que temos de resolver problemas cotidianos (Archer, 2007). Através dessas conversações internas, os indivíduos refletem sobre a melhor forma de alcançarem seus interesses. Esses modos de reflexividade são

propriedades relacionais derivadas de diferentes combinações da interação entre “contextos” e “interesses”, mas que não podem ser reduzidas a cada uma dessas instâncias (Archer, 2007: 63).

Assim, há entre estrutura e ação uma intermediação, um momento em que paramos, pensamos, mobilizamos nossas categorias cognitivas e, segundo orientações reflexivas, “trilhamos nosso caminho no mundo” (Archer, 2007: 5). Destarte, é a reflexividade como conversações internas que realiza a mediação (sem confluência) entre estrutura e agência.

A partir de uma pesquisa empírica que buscou relacionar padrões de mobilidade social a modos de reflexividade, Archer formula tipos analíticos de conversação interior (Archer, 2007). Esta pesquisa investigava, especificamente, a forma como os indivíduos compatibilizavam suas escolhas profissionais com seus anseios mais íntimos, de um lado, e as demandas de um dado contexto, do outro. Archer destaca que os atores pesquisados por ela costumavam adotar três padrões reflexivos⁷ para resolverem o dilema ocupacional supracitado:

1. mediante conversas exteriores com amigos ou parentes, isto é, pedindo opiniões, conselhos, indicações;
2. de maneira solitária, porém estratégica, visando compatibilizar interesses individuais com contextos específicos sem, contudo, acreditar na legitimidade da opinião alheia; ou ainda
3. de forma muito intensa e, às vezes, sofrida, ininterrupta, questionando mesmo em que medida determinados caminhos levariam a uma maior ou menor autorrealização pessoal (Archer, 2007: 269-313).

A autora chama o primeiro tipo de padrão reflexivo de “comunicativo reflexivo”, o segundo de “autônomo reflexivo” e o terceiro de “metarreflexivo”.

Cada um de nós teria um padrão dominante de reflexividade e cada tipo de reflexivo teria poderes causais diferenciados na mudança/reprodução das estruturas sociais (Archer, 2007: 16-22). Os comunicativos reflexivos seriam aqueles que acreditam que refletem melhor quando dividem seus pensamentos e angústias com outras pessoas (Archer, 2007: 102). Estas, por seu turno, devem ser preferencialmente similares e familiares, pois parte-se da premissa de que só quem tem visões semelhan-

7. Posteriormente, ela adicionará à tipologia uma quarta alternativa, a “reflexividade fraturada” (Archer, 2012). Ignoro aqui este adendo à tipologia não apenas por ele não pertencer às obras principais da autora, mas também porque não estou certo de que constitua um “tipo” efetivo de reflexividade, mas sim um conjunto de reflexividades mais plurais e heterogêneas.

tes ou já passou por problemas análogos terá condições de ajudar (Archer, 2007: 104). Por isso, os comunicativos teriam uma maior imobilidade social e geográfica, já que seriam excessivamente dependentes dos conselhos de seus familiares (Archer, 2007: 101). Resumidamente, aqueles que precisam “conversar para pensar” e, por isso, são excessivamente dependentes de seus interlocutores imediatos, tenderiam a se tornar “agentes passivos” (Archer, 2007: 275), o que minaria suas oportunidades de mobilidade social.

Já os autônomos reflexivos seriam os que privilegiam as conversações internas estratégicas e solitárias (Archer, 2007: 114). Se os comunicativos reflexivos têm grande respeito pela incerteza do futuro e, por isso, procuram se informar sobre planos, sucessos e fracassos dos que os rodeiam, os reflexivos autônomos são domadores da incerteza futura, pois creem que podem pensar em todas as possibilidades de ação, resultados possíveis, variáveis em jogo. São planejadores inveterados (Archer, 2007: 286). No entanto, isso não quer dizer que os autônomos tendem necessariamente a romper a imobilidade social dos comunicativos, ao contrário, demonstram grande dificuldade na transição da escola para a vida profissional, pois esse período demanda que o autônomo reflexivo traduza suas habilidades práticas adquiridas e desenvolvidas solitariamente em habilidades socialmente reconhecidas e institucionalizadas (Archer, 2007: 121). Entretanto, uma vez que as competências desenvolvidas se encaixam nas estruturas ocupacionais disponíveis, o autônomo reflexivo em geral experimenta uma brusca mobilidade social.

Além dos dois tipos acima mencionados, Archer cita um último: os metarreflexivos, isto é, aqueles que refletem sobre a própria reflexão (Archer, 2007: 93) e que, por isso, não só conversam consigo mesmo de forma solitária, mas basicamente o tempo inteiro e de forma intensa. Os autônomos reflexivos apresentam um padrão de conversação interior mais focado nos meios para atingir um dado fim e, por isso, tendem a parar a reflexão quando o problema em questão é solucionado. Já os metarreflexivos estão mais preocupados com a decisão certa em termos de valores do que com a decisão melhor em termos de ganhos (Archer, 2007: 229). Por refletirem sobre os valores, tendem a negar as opções e os caminhos já conhecidos e não investem na ordem social (como os comunicativos), nem na ordem prática (como os autônomos), mas numa ordem transcendental (Archer, 2007: 231). Por isso metarreflexivos não aspiram somente à realização profissional, mas, sobretudo, à realização total de suas vidas pela profissão.

Existem muitas semelhanças entre a teoria social de Boltanski e a de Archer. A mais evidente é a preocupação com a reflexão produzida pelo bloqueio de uma ação rotinizada. Nesse ponto, ambos partilham de uma concepção pragmatista que enxerga os sujeitos como seres dialógicos, cuja reflexividade é ativada sempre que situações

problemáticas e não familiares surgem. No entanto, o tipo de deliberação reflexiva enfocada por cada autor difere. Enquanto Archer enfatiza as deliberações internas que surgem da ruptura da prática, Boltanski está mais atento às deliberações externas que surgem nessas situações críticas.

Curiosamente, essa diferença de foco reflete apropriações particulares que os dois autores fazem da obra de George Hubert Mead (1967). Tanto Boltanski quanto Archer incorporam de Mead o pressuposto geral de que o desenvolvimento dos sujeitos acompanha o desenvolvimento da linguagem. O que diferencia os seres humanos dos animais – para Mead – é o fato de nossos “gestos vocais” (*vocal gestures*) serem capazes de gerar efeitos previstos nos outros porque todos concordamos com o significado atribuído a eles (Mead, 1967: 42-48).

Em seu exemplo clássico, Mead argumenta que o latido de um cão pode fazer com que outro cão mude sua ação num dado momento (pare de correr, comece a correr, pare de latir, comece a latir também etc.). Porém, esses gestos não são significantes porque o latido do primeiro cachorro não produz consequências mais ou menos esperadas no segundo. O desenvolvimento de uma criança até a vida adulta acompanha essa adaptação entre os gestos vocais e as suas consequências no comportamento alheio. Com o tempo, tal adaptação faz com que os indivíduos percebam que os outros não reagem de forma totalmente arbitrária aos seus gestos, que existe uma espécie de acordo entre esses outros, o que compõe em suas mentes um “outro generalizado” (Mead, 1967: 152).

Para o autor, essa habilidade de antecipar as consequências de um ato de fala nasce não apenas da maior complexidade lógica da linguagem humana, mas do simples fato de que somos capazes de ouvir o que falamos e, assim, entender como os outros nos ouvem (Mead, 1967: 50). Isso nos confere um controle maior sobre nossas expressões vocais e, sobretudo, a capacidade de falar com os outros mesmo quando eles não estão presentes. Tão relevante quanto ouvir as nossas “conversas externas” (com os outros) é a capacidade de conversarmos internamente com nós mesmos, o que constitui o que entendemos como mente (Mead, 1967: 52).

Boltanski incorpora de Mead a ideia de que o *self* se desenvolve a partir desse acordo tácito entre cada um de nós e um outro generalizado, acordo que ocasionalmente é rompido e, por isso, precisa ser retomado (Boltanski & Thévenot, 1991: 82). Seus estudos de situações problemáticas buscam justamente entender como o acordo se fundamenta depois de ser ameaçado. Já Archer está mais interessada na noção de reflexividade enquanto capacidade de conversar internamente (Archer, 2007: 68). Por isso mesmo, a reflexividade opera em Boltanski como um *a*

priori que tem de ser pressuposto para que ele possa compreender os acordos e desacordos sociais como resultantes da dialética entre ações rotinizadas que se desenvolvem em um “regime de paz”, e as ações que são submetidas às exigências de justificação ou a um “regime de justiça” (Boltanski, 1990a: 105-118)⁸. Por outro lado, há de se notar ainda que o foco de Archer faz com que ela perca de vista a dimensão mais interacionista e os efeitos de uma situação nos modos de reflexividade, o que ocasionalmente faz com que sua teoria descambe para um mentalismo exagerado.

De toda forma, uma “sociologia da capacidade crítica” não deve pressupor tal capacidade, mas operar com conceitos que permitam tomá-la como objeto de estudo. Para tanto, acredito ser importante a compreensão da capacidade humana de criticar como competência reflexiva, tal como definida por Archer. Isso pode ter duas implicações fundamentais. A primeira – e a mais importante delas – é que a emergência e expressão da crítica devem ser tratadas como fenômenos distintos. Ao que parece, Boltanski não é capaz de entender os limites da crítica (e da capacidade crítica) justamente por fundir as duas coisas, isto é, ele não percebe que entre a indignação bruta e a crítica articulada (Boltanski & Chiapello, 2009: 72) existe uma reflexividade crítica silenciosa, mas com efeitos práticos. A segunda implicação é que o tipo de reflexividade crítica que adotamos tende a ser influenciado pela maneira como definimos a situação de disputa vivida. Isso quer dizer que as críticas que preferimos não nascem apenas de uma capacidade reflexiva específica, mas que a nossa capacidade reflexiva sofre mudanças a partir das consequências de nossa performance crítica. Por isso, a leitura combinada da teoria de Boltanski e da teoria de Archer serve não apenas para estender o escopo de aplicação da primeira, como também para reduzir o mentalismo da segunda.

Crítica silenciosa e transições reflexivas

Incorporar os conceitos de Archer ao modelo de Boltanski é importante para perceber que a mediação reflexiva, posterior a uma sensação de desrespeito, pode se dar de diferentes modos, dependendo do tipo de reflexividade do ator em questão. Isto quer dizer que não é possível pressupor que “a pessoa que se dá conta de que algo não está funcionando raramente permanece em silêncio” (Boltanski & Thévenot, 1999: 360) ou que ainda “há grande distância entre o espetáculo do sofrimento [a indignação] e a crítica articulada” (Boltanski & Chiapello, 2009: 72). Entre a indignação e a verbalização da crítica existe um *continuum*, uma miríade de conversas internas que constituem a reflexividade humana. Por isso, entender a crítica passa por entender que a capacidade de conversar consigo mesmo é o que lastreia a competência crítica.

8. É verdade que Boltanski destaca ocasionalmente que a competência crítica é uma construção histórica. No entanto, suas pesquisas empíricas costumam pressupor capacidades reflexivas quase constantes no decorrer das situações.

Isso fica mais evidente quando entendemos que muitas das características dos tipos de reflexividade de Archer refletem formas distintas de lidar com a crítica. A insegurança reflexiva que caracteriza o comunicativo reflexivo (Archer, 2007: 198), por exemplo, tem a ver não apenas com o fato de ele atribuir aos seus outros significantes uma maior competência reflexiva. Sua insegurança reflexiva reflete também uma insegurança crítica, isto é, uma desconfiança em relação à sua capacidade de argumentar contra uma situação vista como anormal. Por isso, sempre que uma situação problemática surge, é de se esperar que o comunicativo reflexivo conduza alguns diálogos restritos com os mais íntimos, de modo a colocar à prova o ajuste de suas indignações. Pode-se conjecturar que os comunicativos reflexivos teriam também dificuldade em generalizar suas demandas sem o apoio de outros. De todo modo, essas conjecturas ajudam a compreender que a emergência da crítica tenderia a vir acompanhada de sua expressão restrita, mas não de sua generalização para a esfera pública. Isso é importante para entendermos que a generalização da crítica não depende apenas de um padrão público de normalidade ou de uma competência em mobilizá-lo para generalizar denúncias (Boltanski, Darré & Schiltz, 1984), mas também das estratégias reflexivas, empregadas pelos atores sociais para resolver situações problemáticas.

É possível conjecturar que algo distinto se passaria com um autônomo reflexivo. Suas conversas internas tendem a orientar-se estrategicamente e, assim, dependem do sucesso de suas consequências. Por isso, um autônomo reflexivo dificilmente sentiria necessidade de partilhar suas angústias com seus familiares antes de expressar sua crítica em uma situação problemática. Outra possibilidade é que ele entre numa curta cadeia de ruminações para avaliar se sua indignação é ou não aceitável perante aqueles com os quais interage. Isso reflete não apenas uma maior segurança reflexiva, mas também uma maior segurança em escrutinar as situações desajustadas. Assim, pode-se esperar desse indivíduo um maior traquejo quando se trata de recorrer, por exemplo, a diferentes ordens de grandeza.

A experiência de indignação de um metarreflexivo, por sua vez, tenderia a ter consequências igualmente particulares. Sua propensão a refletir de forma intensa pode levar tanto a uma crítica elaborada e absorvente como ao completo abandono da situação problemática. Uma crítica articulada, que cumpra as fortes exigências do modelo de Boltanski, é também uma performance custosa para um metarreflexivo. Ela exige um compromisso com uma ordem de grandeza, com uma visão da situação e de seus princípios morais. Essas pesadas exigências podem levar à fuga da situação problemática. Não é gratuito, portanto, que os metarreflexivos tenham um maior índice de mobilidade profissional (Archer, 2007: 121), já que dificilmente conseguem traduzir suas insatisfações reflexivas com ações estratégicas. Por outro lado, a intensidade da metarreflexão pode estar na base da invenção moral que leva

à emergência de novas ordens de grandeza, processo explorado mais recentemente por Boltanski e Chiapello (2009). Ao não aceitar nenhum dos princípios de construção das equivalências e das grandezas existentes, o metarreflexivo é conduzido a um imperativo de invenção moral, custoso de sustentar, mas que pode tensionar os limites do pluralismo limitado das sociedades complexas.

Essas conjecturas servem para que percebamos que entre a manifestação reservada de indignação e a denúncia pública está a reflexividade, isto é, as conversações internas. Logo, existe entre ambas algo que Boltanski parece ignorar: a crítica silenciosa ou crítica interna. Para esclarecer o que entendemos por essa expressão, convém retomar o exemplo banal, porém elucidativo, da iminência do protesto em um jantar (Boltanski & Thévenot, 1999: 363). Imaginemos que, nesta situação, chegue a um nível insustentável a “existência simultânea de diferentes ordens de grandeza”, ou que nenhum acordo de equivalência tenha ficado claro “o suficiente para produzir uma situação que pareça repousar numa ordem natural” (Boltanski & Thévenot, 1999: 363). A queixa se dará de forma automática, como Boltanski sugere? Certamente, muitos fatores incidirão na verbalização ou no silenciamento da crítica. Contudo, a conversa interior constituirá o filtro último que definirá sua expressão. Mais importante ainda, a não verbalização da crítica não implica seu desaparecimento. Ela permanecerá presente nas conversas interiores dos envolvidos e poderá ter efeitos práticos relevantes.

Acredito que dois exemplos, extraídos de duas obras sociológicas, ajudam a demonstrar a possibilidade e a importância das críticas silenciosas. O primeiro deles se refere às chamadas “formas cotidianas de resistência”, estudadas pelo antropólogo estadunidense James Scott (1990). Crítico do modo como as classes sociais mais exploradas (escravos, camponeses, miseráveis etc.) são analisadas pelas ciências sociais, Scott dedica grande parte de suas obras ao modo como tais grupos resistem à assimétrica dominação de que são vítimas (Scott, 1990). A partir de uma etnografia junto a um pequeno povoado de trabalhadores rurais na Malásia, o antropólogo observa como é difícil que esses trabalhadores se oponham publicamente à exploração a que são submetidos (Scott, 2008). Todavia, a suposição de que as elites agrícolas exercem uma “hegemonia” sobre as mentes desses camponeses ignoraria suas inúmeras formas de resistir silenciosamente, a partir de condutas corriqueiras que visam opor à dominação alguma resistência (sabotagens, corpo mole, indolência, falsa obediência, furtos etc.) (Scott, 2008). Tais relutâncias silenciosas não são triviais pois levam a

uma avalanche social de pequenos atos de insubordinação levados a efeito por uma improvável coalizão de escravos e pequenos proprietários rurais – uma coalizão sem nome, sem organização, sem liderança e, certamente, sem uma conspiração leninista por trás. [...] [Ademais, em contextos de dominação desigual,] furta-se à

aquiescência é em certo sentido mais radical, em suas implicações para o exército como instituição, do que a substituição dos oficiais (Scott, 2008).

Vale realçar que esse tipo de resistência não é mecânica e pode em certo sentido ser entendida como um traço rudimentar de crítica silenciosa. Como destaca Scott, ela costuma depender de registros ocultos (*hidden transcripts*) e de uma subcultura que, em geral, é plena de anedotas, ditados e folclores que diminuem os dominadores:

Os símbolos, as normas, as formas ideológicas que eles criam constituem o pano de fundo indispensável para o seu comportamento. Por parcial ou imperfeito que seja seu entendimento da situação, eles são dotados de intenções, valores e intencionalidades que condicionam suas ações. Isso é tão evidente que dificilmente mereceria ser reafirmado não fosse pela lamentável tendência, nas ciências comportamentais, de inferir o comportamento de massa diretamente dos sumários estatísticos sobre renda, ingestão de calorias, circulação de jornais ou propriedade de estações de rádio (Scott, 2008).

Por razões óbvias, essas críticas não apresentam o nível de articulação teórica exigido pelo modelo de Boltanski. Mas, nem por isso, devem ser reduzidas a uma indignação acrítica. Elas constituem um excelente exemplo de como os atores são capazes de se opor a uma dada situação, produzindo discursos críticos a ela, sem, no entanto, expressá-los publicamente. O fato de esse tipo de crítica não poder ser verbalizar ou se condensar em registros públicos não nos deve cegar para o conjunto de discursos críticos de uma dominação que não é acessível àqueles que não sofrem com ela (Scott, 1990). Entender as formas cotidianas de resistência como críticas silenciosas ajuda a compreender como a crítica pode ser externalizada na prática e condensada em discursos ocultos sem, contudo, se expressar verbal, pública e estruturadamente.

Outro exemplo de como a crítica pode traduzir-se em prática sem ser comunicada pode ser colhido do trabalho da cientista política alemã Elizabeth Noelle-Neumann. Em *The spiral of silence* (1993), Noelle-Neumann tenta explicar o incômodo fato de que as posições políticas minoritárias costumam ser sub-representadas nas pesquisas de opinião. Essa subestimação é distribuída de forma mais ou menos uniforme em muitas pesquisas e, por isso, dificilmente pode ser atribuída a problemas metodológicos circunstanciais. Ao partir do postulado de que os indivíduos teriam em geral um “medo do isolamento” (*fear of isolation*), Noelle-Neumann (1993) sugere que indivíduos que acreditam ter posições políticas minoritárias, vistas como não justificáveis perante outros agentes, tendem a calar ou a mentir quando indagados

por um pesquisador. Já aqueles que adotam posições políticas mais comuns ou vistas como mais “normais” não teriam a mesma conduta (Noelle-Neumann, 1993).

Contudo, apesar de não pretenderem justificar suas opiniões publicamente, esses mesmos atores têm uma íntima convicção de que suas críticas políticas são legítimas. E, justamente por isso, adotam um comportamento político incoerente com a intenções de voto que manifestam publicamente. Importa notar que os indivíduos calam porque acreditam que suas posições são minoritárias, “desviantes” em relação às posições “normais”. Justamente por saberem que a comunicação de suas posições políticas demandará justificações complexas, com pequenas possibilidades de serem aceitas por seus pares, esses atores preferem calar ou mentir sobre elas. Isso não quer dizer que a crítica desse grupo seja totalmente sublimada, pois seu comportamento eleitoral permanece refletindo suas convicções íntimas (Noelle-Neumann, 1993). Ao termo, os resultados eleitorais costumam contradizer bastante as estimativas anteriores.

Apesar de profundamente diferentes, os trabalhos de John Scott e Elisabeth Noelle-Neumann evidenciam a importância prática do interdito e a reflexividade que pode estar por trás de uma crítica silenciada. É preconceituoso tratar esse tipo de crítica silenciosa como mera indignação bruta, qualitativamente distinta da crítica verbalizada e quase teórica de que fala Boltanski. Como Scott aponta, tais críticas estão atreladas a uma subcultura povoada de discursos articulados, mas que não se expressam por conta da desigualdade estrutural que marca contextos de dominação. Já Noelle-Neumann assevera que a dissimulação dos eleitores extremistas não reflete uma reflexividade fraturada, mas uma consciência da estigmatização de suas identidades políticas.

Mas não é apenas a sociologia da justificação que se beneficia da teoria de Margaret Archer, pois o oposto também ocorre. De modo geral, a ênfase de Archer sobre a relativa independência das conversações interiores faz com que ela perca de vista alguns dos condicionamentos situacionais impostos à reflexividade humana. Um subproduto deste “mentalismo” é a ilação implícita de que os indivíduos apresentam padrões dominantes de reflexividade (Archer, 2007: 86). Encarar a reflexão como um trabalho de crítica interna permite perceber que os próprios padrões de autoconversação estão relativamente condicionados pelos imperativos de justificação situacionais de que nos fala Boltanski (1999: 360).

Dito de outro modo, um ator que apresente um determinado padrão reflexivo pode, em uma situação específica, adotar outra estratégia de autoconversação. Portanto, os modos de reflexividade podem derivar não só “das diferentes combinações da interação entre ‘contextos’ e ‘interesses’” (Archer, 2007: 269), como ainda das situações particulares em que são ativados. Como já foi dito, antes de criticar, o indivíduo passa

por um processo mais ou menos solitário de avaliação da legitimidade de suas inquietações. Esse processo pode culminar na crítica verbal propriamente dita ou ser simplesmente silenciado sem, no entanto, desaparecer. É comum também que a crítica seja adiada por minutos, dias, meses e até mesmo anos. Uma situação que, por exemplo, pode parecer imprópria para manifestações de indignação é capaz de desencadear uma longa conversação interior num indivíduo que não esteja acostumado a uma reflexividade silenciosa. Conseqüentemente, os padrões de conversações internas de Archer talvez possam ser mais bem compreendidos *in situ* em vez de serem considerados apenas como características estáveis e pessoais.

As conversas internas são fundamentais para a reavaliação por parte do indivíduo do grau de reconhecimento social dos imperativos de justiça por ele internalizados. Sucessivas performances críticas mal sucedidas para um autônomo reflexivo excessivamente estratégico, por exemplo, podem levar a uma total reavaliação de suas estratégias reflexivas. Por outro lado, uma crítica malsucedida empreendida por um comunicativo reflexivo, que agiu conforme os conselhos de seus confidentes, pode levar ao rompimento com o padrão de reflexividade anteriormente adotado. Isso porque é plausível conjecturar que conversas internas, enquanto formas de lidar com problemas (Archer, 2007: 2), sejam sensíveis ao insucesso em sua resolução. O insucesso de uma determinada performance crítica pode levar também à reavaliação de uma tática de autoconversação. Um determinado ator depois de alguma contenda pode decidir avaliar menos as situações, ser mais impulsivo ou, ao contrário, adotar uma conduta mais prudente e absorta.

Contra Boltanski e com Archer, é necessário entender que a ruptura com uma determinada situação passa por inúmeras mediações reflexivas e que a verbalização da crítica nem sempre é automática. Contra Archer e com Boltanski, é preciso compreender que nossas estratégias reflexivas – ou modos como conversamos com nós mesmos – não são padronizados, sendo sensíveis ao sucesso ou ao fracasso de nossas performances críticas. Com os dois e para além dos dois, é preciso perceber que a reflexividade e crítica são dimensões constitutivas da vida social mutuamente dependentes, ainda que não redutíveis uma a outra.

Considerações finais

Mais do que um tema específico dentre vários outros, o alcance da reflexividade nas relações sociais é um elemento a ser considerado por toda teoria social. Talvez por isso venha atraindo cada vez mais a atenção, sobretudo em contextos acadêmicos outrora resistentes ao conceito, como parece ser o caso da sociologia francesa. Nesta, as visões de Luc Boltanski sobre a capacidade crítica dos indivíduos é, sem dúvida, uma das mais destacadas.

Contudo, é temerário chamar sua teoria social de “sociologia da capacidade crítica”. Mais do que uma investigação sobre a capacidade humana de criticar, e a reflexividade que essa competência pressupõe, Boltanski dedica-se a estudos sobre a crítica em si. Logo, a capacidade crítica e a reflexividade humana operam em suas pesquisas como pressupostos teóricos, necessários para compreender as performances dos atores. Uma sociologia interessada em aferir o lugar da reflexividade no mundo moderno não pode se satisfazer em investigar as expressões dessa reflexividade em situações específicas. Mais do que isso, ela deve transformar essa reflexividade em objeto de estudo sociológico. Para tal, pode ser de grande utilidade recorrer à teoria dos modos de reflexão de Margaret Archer, para quem a reflexividade deve ser entendida como o conjunto de conversas internas que temos com nós mesmos no decorrer da vida.

De um lado, ler Boltanski à luz de Archer nos permite perceber que a expressão da crítica não encerra nossa competência de julgar a realidade. A emergência da crítica pode dispensar a expressão verbal e, ainda assim, apresentar consequências sociais consideráveis. As formas cotidianas de resistência – de que nos fala James Scott – ajudam a mostrar como uma subcultura da crítica ao poder pode engendrar uma crítica silenciosa, porém eficaz, de uma estrutura política desigual. Já a teoria da espiral ascendente do silêncio mostra como o desajuste em relação a um dado contexto pode engendrar uma performance crítica igualmente silenciosa.

Do outro lado, ler Archer à luz de Boltanski nos ajuda a perceber que o modo como refletimos sobre nossos problemas pode não ser tão estável quanto a socióloga inglesa supõe. Assim como nossa capacidade crítica é maleável, o modo como refletimos sobre situações problemáticas também o é. Ele é sensível aos sucessos e fracassos de nossas críticas e da sensação de desajuste que os momentos críticos geram. Portanto, uma sociologia da reflexividade crítica deve estar atenta não apenas à chamada crítica silenciosa, mas também ao modo como as situações problemáticas alteram a própria reflexividade humana.

Abstract: The “sociology of critical capacity” of Luc Boltanski is becoming a major paradigm in social theory. Against the understanding of reflexivity in Pierre Bourdieu critical sociology, Boltanski believes that social actors must be treated as reflexive beings, fully capable to judge and criticize the world. However, this so called “critical capacity” works in his sociology most as a theoretical premise, then as concrete object of inquiry. This text argues that a sociology interested in subjects’ critical capacity cannot simply presuppose it. Most important is to constitute critical capacity as an object of sociological investigation. Redefining the human critical capacity as a reflexive competence, in Margaret Archer terms, is a useful way to do so. Archer’s concepts help us to identify the limits of the Boltanski’s sociology, but also, to amplify its scope.

Keywords: reflexivity; sociology of critical capacity; inner conversations; Luc Boltanski; Margaret Archer.

Referências

- ALEXANDER, Jeffrey. O novo movimento teórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 2, n. 4, 1987.
- ARCHER, Margaret Scotford. *The reflexive imperative in late modernity*. New York: Cambridge University Press, 2012.
- . *Conversations about reflexivity*. Abingdon (UK); New York (NY): Routledge, 2010.
- . *Making our way through the world: human reflexivity and social mobility*. Cambridge (MA): Cambridge University Press, 2007.
- . *Structure, agency, and the internal conversation*. Cambridge (UK); New York (NY): Cambridge University Press, 2003.
- . *Being human: the problem of agency*. Cambridge (UK) ; New York (NY): Cambridge University Press, 2000.
- . *Realist social theory: the morphogenetic approach*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1995.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Modernização reflexiva*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- BÉNATOUÏL, Thomas. A tale of two sociologies: the critical and the pragmatic stance in contemporary french sociology. *European Journal of Social Theory*, v. 2, n. 3, p. 379-396, 1999.
- BHASKAR, Roy. Societies. In: ARCHER, Margaret Scotford; BHASKAR, Roy. *Critical realism: essential readings*. London; New York: Routledge, 1998.
- BOLTANSKI, Luc. *De la critique: précis de sociologie de l'émancipation*. Paris: Gallimard, 2009.
- . *El amor y la justicia como competencias: tres ensayos de sociología de la acción*. Buenos Aires: Amorrortu, 1990a.
- . Sociologie critique et sociologie de la critique. *Politix*, v. 3, n. 10-11, p. 124-134, 1990b.
- . *Les cadres: la formation d'un groupe social*. Paris: Éditions de Minuit, 1982.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009 [1999].

BOLTANSKI, Luc; DARRÉ, Yann; SCHILTZ, Marie-Ange. La dénonciation. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 51, p. 3-40, 1984.

BOLTANSKI, Luc; THEVENOT, Laurent. The sociology of critical capacity. *European Journal of Social Theory*, v. 2, n. 3, p. 359-377, 1999.

———. *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.

———. *Justesse et justice dans le travail*. Paris: PUF, 1989.

———. Finding one's way in social space: a study based on games. *Social Science Information*, v. 22, n. 4-5, p. 631-680, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004 [1987].

CELIKATES, Robin. O não reconhecimento sistemático e a prática da crítica: Bourdieu, Boltanski e o papel da teoria crítica. *Novos Estudos – Cebrap*, p. 29-42, 2012.

CHIAPELLO, Eve. Reconciling the two principal meanings of the notion of ideology: the example of the concept of the “spirit of capitalism”. *European Journal of Social Theory*, v. 6, n. 2, p. 155-171, 2003.

DODIER, Nicolas. L'espace et le mouvement du sens critique. *Annales*, v. 60, n. 1, 2005.

DOSSE, François. *L'empire du sens: l'humanisation des sciences humaines*. Paris: La Découverte, 1997.

GARFINKEL, Harold. A conception of and experiments with “trust” as a condition of stable concerted actions. In: O'BRIEN, Jodi. *The production of reality: essays and readings on social interaction*, p. 379-390. New York: Sage, 2010.

———. *Studies in ethnomethodology*. Cambridge (UK): Polity Press, 1984.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1989].

———. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991 [1990].

LATOUR, Bruno. *Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory*. Oxford (UK); New York (NY): Oxford University Press, 2005.

MEAD, George Hubert. *Mind self and society: from the standpoint of a social behaviorist*. Chicago: University Of Chicago Press, 1967 [1934].

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. *The spiral of silence: public opinion – our social skin*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

SCOTT, James. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven (CT): Yale University Press, 2008.

———. *Domination and the arts of resistance: Hidden Transcripts*. New Haven (CT): Yale University Press, 1990.

SEN, Amartya. *Desigualdade reexaminada*. São Paulo: Record, 2001.

VANDENBERGHE, Frédéric. Construção e crítica na nova sociologia francesa. *Sociedade e Estado*, v. 21, p. 315-366, 2006.

WALZER, Michael. *Spheres of justice : a defense of pluralism and equality*. New York: Basic Books, 2003 [1983].

Antes de Habermas, para além de Habermas: uma abordagem pragmatista da democracia deliberativa*

Recebido: 10.03.15

Aprovado: 20.10.15

Ricardo Fabrino Mendonça**

Resumo: Este artigo procura defender uma abordagem pragmatista de democracia deliberativa. Inicialmente, argumenta-se que as cinco principais contribuições que os deliberacionistas atribuem a Habermas já se encontravam desenvolvidas em expoentes do pragmatismo clássico. Trata-se: (1) do desenvolvimento de uma teoria democrática baseada em uma concepção ampla de política, na participação e na tentativa de ultrapassar as perspectivas ditas realistas; (2) da construção de uma teoria democrática não agregativa, centrada em intercâmbios comunicativos; (3) da conexão entre discurso e razão, que abre caminho para a consideração simultânea de particular e universal; (4) da proposição de uma ética do discurso que capaz de lidar com a questão do pluralismo; e (5) da estruturação de uma abordagem sistêmica fundada em públicos descentrados. Na sequência, o artigo desenvolve contribuições específicas do pragmatismo, argumentando que ele pode oferecer um viés discursivo radical aos deliberacionistas.

Palavras-chave: democracia deliberativa, pragmatismo, Habermas, Dewey.

A dívida da democracia deliberativa com o pragmatismo ganhou atenção recentemente (Misak, 2004; Green, 2004; Talisse, 2005; 2007; Bohman, 2004; 2007; Kadlec, 2007; Browne, 2008; Pogrebinschi, 2005; Silva, 2009; Mendonça, 2013a). Apesar disso, há pontos dessa relação que merecem um aprofundamento conceitual. Um deles foi expresso em uma questão proposta por John Dryzek em texto publicado pelo *Journal of Speculative Philosophy*:

Dado que a teoria e a prática deliberativa parecem se desenvolver sem muita ajuda do pragmatismo, em que exatamente pode o pragmatismo contribuir agora que não possa ser encontrado em outro lugar? (Dryzek, 2004, p. 78).

Se pragmatismo e democracia deliberativa seguiram rotas paralelas, por que elas deveriam ser articuladas?

Este artigo argumenta que a democracia deliberativa estaria em melhor situação se estivesse ancorada no pragmatismo e não na teoria habermasiana. Inicialmente, examinarei as principais contribuições à teoria democrática usualmente atribuídas a Habermas, defendendo que elas podem ser encontradas no pragmatismo clássico. Depois deste percurso, argumento que o pragmatismo pode oferecer uma

* O presente artigo foi produzido no âmbito de projetos que contam com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) (Edital 03/2013, Processo CSA-PPM-00211-13), do CNPq (Processo: 476130/2011-5). Sou grato às mencionadas instâncias de fomento. Ressalto que a gratidão à Fapemig se estende à viabilização da apresentação do presente artigo no IX Encontro Anual da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Também tenho dívida de gratidão com Luísa de Albuquerque pelo apoio, na qualidade de bolsista de Iniciação Científica, ao longo desta pesquisa.

** Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, bolsista de produtividade do CNPq e bolsista do Programa Pesquisador Mineiro da Fapemig. Algumas de suas publicações recentes apareceram em: *Constellations*, *Critical Policy Studies*,

Political Studies, Policy & Society, Brazilian Political Science Review, Opinião Pública, Dados, RBCS, Lua Nova e Revista de Sociologia e Política.
<ricardofabrino@hotmail.com>.

1. A lista de cinco contribuições não foi retirada de um deliberacionista em particular, mas reconstruída a partir do trabalho de muitos pesquisadores dessa área que colocam Habermas no coração de suas abordagens. Uma demonstração detalhada do modo como essas contribuições emergem nos trabalhos de diferentes deliberacionistas demandaria um desvio do foco argumentativo aqui explorado.

2. Agradeço a(o) parecerista de *Sociedade e Estado* por apontar o relativo desequilíbrio entre o detalhamento das ideias de Habermas e as dos pragmatistas, permitindo-me situar este texto no conjunto do projeto de pesquisa mais amplo em que ele se insere.

base consistente para a radicalização discursiva da democracia, sem padecer dos problemas frequentemente vinculados a Habermas. O pragmatismo provê uma perspectiva não habermasiana para o avanço teórico e prático da democracia deliberativa.

As contribuições de Habermas à teoria democrática

Na primeira parte deste artigo, procuro argumentar que as contribuições mais importantes para o desenvolvimento da democracia deliberativa creditadas a Habermas podem ser encontradas no pragmatismo clássico. Ao fazê-lo, não afirmo que os pragmatistas clássicos compartilham uma ideia comum de democracia. Robert Talisse (2007), John Shook (2002) e John Murphy (1993) já evidenciaram as profundas discrepâncias na concepção de política de diferentes pragmatistas. Tampouco reivindico que Habermas seria um neopragmatista. Sua relação com o pragmatismo é bem mais complexa e não pode ser sumariada como simples afiliação ou continuidade (Aboulaia *et alii*, 2002). O que pode ser dito é que Habermas foi influenciado por pragmatistas – especialmente por Peirce e Mead – em aspectos importantes de sua obra (Habermas, 2002). Por fim – e obviamente – não é minha intenção sugerir, de qualquer forma possível, a inutilidade da filosofia política habermasiana. Habermas é um dos filósofos mais importantes do século XX, não sendo sequer necessário justificar essa afirmativa.

O que posso argumentar, entretanto, é que as principais contribuições de Habermas à democracia deliberativa já estavam bem desenvolvidas em escritos pragmatistas. Para desenvolver esse ponto, organizo meu argumento em cinco subseções, cada uma focada em uma alegada contribuição à teoria democrática¹. Importante salientar, de saída, que cada subseção se atém, com mais fôlego, à reconstrução das propostas habermasianas, porque desejo fazer jus à complexidade da sua obra. Na sequência, busco articular as ideias trabalhadas pelo autor, cotejando-as com as de pragmatistas clássicos. Cabe ressaltar que serei um pouco mais breve na apresentação das ideias desses pragmatistas por duas razões: primeiro, porque o detalhamento das discussões de cada autor requereria um espaço que este artigo não poderia abrigar; segundo, porque este artigo faz parte de um projeto mais amplo que pensa a relação entre teoria crítica e pragmatismo, sendo que textos específicos sobre Dewey, Mead e Hook já foram produzidos no escopo desta pesquisa (Mendonça, 2012; 2013a; 2013b; Mendonça & Reis, 2015). Neste artigo, o foco é Habermas, lido na interface com os pragmatistas².

1. A teoria democrática habermasiana está alicerçada em uma concepção ampla de política, na participação pública e em uma tentativa de superar abordagens realistas

Um aspecto interessante da teoria democrática de Habermas é sua amplitude. Habermas não reduz a democracia a instituições políticas que possibilitem a grupos em competição buscar poder em condições de justiça. A democracia envolve um processo em que a soberania popular e o autogoverno são efetivamente exercidos. Dessa perspectiva, o sistema político precisa ser poroso à continuada participação cívica, que inclui ampla cadeia de atividades (Habermas, 1996).

Nesse sentido, Habermas desafia abordagens elitistas, ao advogar a centralidade da participação de cidadãos. Essa participação deve ocorrer por meio da formação de públicos, que discutem problemas de interesse coletivo, assim fortalecendo o desenvolvimento epistêmico de soluções e a capacidade dos cidadãos de influenciar processos de tomada de decisão. Habermas explica que sua teoria não busca uma descrição realista da realidade como a desenvolvida por elitistas e muitos liberais pluralistas. Ele advoga uma abordagem normativa que lhe permita, como bom teórico crítico, elaborar um profundo diagnóstico dos problemas existentes, de modo a construir possíveis trilhas em direção à emancipação. Sua teoria objetiva transformar a realidade, de acordo com suas efetivas possibilidades.

Em síntese, Habermas apresenta uma teoria democrática normativa que advoga participação pública continuada e efetiva para a construção das decisões que afetam a vida dos cidadãos. Se isso pode ser visto como importante contribuição quando comparada às abordagens democráticas de matriz shumpeteriana, é importante lembrar que o pragmatismo clássico desenvolveu os mesmos pontos no início do século XX. Nas palavras de Alisson Kadlec:

O pragmatismo é um aliado natural a todos os que acreditam que cidadãos ordinários podem fazer mais para participar ativa e inteligentemente na determinação das condições sob as quais vivemos, dirigindo o curso dos acontecimentos (Kadlec, 2007: 3).

Para evidenciar tal assertiva, será importante retornar às ideias de John Dewey.

O autor deixa claro que a *ideia de democracia* é mais ampla do que suas institucionalizações concretas. Tal ideia prevê a realização efetiva do autogoverno popular, que deve ser marcado por valores fundamentais como igualdade, liberdade e discussão pública. Para Dewey (1989), um foco mais amplo na ideia de democracia é essencial para a radicalização do projeto democrático, visto fornecer critérios normativos para a crítica das práticas vigentes.

O sufrágio em eleições periódicas não assegura, por si só, que o autogoverno seja exercido nem que a igualdade como valor exista. A democracia precisa ser vista como projeto que se refaz permanentemente, reinventando-se (Dewey, 1954: 34). E este projeto precisa acreditar na capacidade dos seres humanos de construir, coletiva, racional e criativamente o mundo no qual se inserem. Na visão de Dewey, a democracia se exerce quando coletividades se percebem implicadas por interações sociais e buscam refletir sobre elas. Dewey (1954) vê, nesse processo de percepção e reflexão, o nascimento de um público. Cabe aos públicos a tarefa de participar coletivamente, definindo formas de lidar com os problemas práticos enfrentados por uma comunidade. Essas soluções construídas coletivamente pelos cidadãos inseridos em públicos são a base da democracia deweyana.

Deve estar claro, assim, que Dewey oferece uma teoria democrática normativa que reconstrói a ideia de democracia de modo a fomentar seu avanço. Deve estar claro, ainda, que essa reconstrução depende de uma fé na participação cidadã, expressa por meio de ações de públicos. Além disso, essa concepção está alicerçada em uma visão ampla de política, que não se limita às instituições políticas, mas enxerga processos cotidianos. Finalmente, mas não menos importante, deve-se mencionar que Dewey desenvolveu essas ideias contra o crescimento da influência de elitistas americanos, como Walter Lippmann, que acreditavam que uma democracia forte e participativa seria inviável e indesejável (Westbrook, 1991; Kadlec, 2007). Se Dewey está de acordo que a democracia de seu tempo precisa ser criticada, ele se nega a deter-se apenas na descrição cética.

John Shook lembra que a validade desse tipo de teoria normativa não deveria ser buscada em alguma correspondência com o mundo, mas em sua produtividade (Shook, 2002: 207). Hans Joas também enfatiza a importância crítica do pensamento normativo dos pragmatistas clássicos:

O elemento verdadeiramente radical de Dewey e Mead [é] a crítica permanente ao grau em que os ideais democráticos se realizam nas instituições políticas existentes e seu impulso em direção à igualdade social, que é uma pré-condição para o aprimoramento das instituições e para verdadeira democracia (Joas, 1993: 258).

Importante mencionar, ainda, que essa visão ampla de democracia não se restringe a John Dewey. George Mead (1934; 1938), como veremos, beberá de seus escritos para formular suas concepções políticas. E Sidney Hook (1966; 2009) seguirá à risca a ideia de democracia deweyana para fazer avançar uma agenda teórica assentada na discussão do livre consentimento.

Tendo dito isso e independentemente das diferenças entre Habermas e Dewey, posso afirmar que a contribuição de Habermas à teoria democrática não pode se sustentar exclusivamente sobre este ponto. A proposta de uma teoria democrática normativa assentada em uma concepção ampla de política e na participação pública já fora feita por pragmatistas como Dewey. Nesse sentido, preciso me mover para a segunda contribuição creditada a Habermas.

2. Habermas oferece uma noção não agregativa de teoria democrática, centrada em intercâmbios comunicativos

Uma segunda contribuição atribuída a Habermas é sua abordagem discursiva. Um dos expoentes da virada linguística, Habermas (1983; 1987; 1990) apoia-se consideravelmente na filosofia da linguagem para desenvolver sua teoria social e política. Seus estudos nesse campo envolvem quatro argumentos básicos.

1. Em primeiro lugar, e baseado em John Austin e J. R. Searle, Habermas (1983) quis apoiar o argumento de que nós fazemos coisas com as palavras. Ao discutir a força ilocucionária dos atos de fala, Habermas pavimentou o caminho para a construção da noção de ação comunicativa, e mostrou como a linguagem é um modo poderoso de agência.
2. Em segundo lugar, e em diálogo com Karl Bühler e John Austin, Habermas (1987) advogou que proferimentos empregados comunicativamente servem simultaneamente para expressar intenções, representar um estado de coisas e estabelecer relações, além de promover compreensão mútua. Por meio da ação comunicativa, as dimensões objetiva, social e subjetiva do mundo podem ser transformadas, na medida em que reivindicações de validade são continuamente testadas. A política é inseparável da linguagem, uma vez que é por seu intermédio que sustentamos ou mudamos a realidade intersubjetivamente.
3. Em terceiro lugar, Habermas conecta a linguagem a um processo de reflexividade. Quando alguém diz “não” a uma reivindicação de validade, o fluxo não refletido de interação é suspenso e um processo de diálogo se faz necessário para o reestabelecimento desse fluxo. A ação comunicativa emerge como processo dialógico focado na redenção de reivindicações de validade por meio do entendimento mútuo. Nesse sentido, Habermas (1984; 1987; 1996; 2005) ressaltou a centralidade do debate público para a emergência do poder comunicativo com capacidade de influenciar as decisões políticas.

4. Em quarto lugar, Habermas evidencia que uma teoria política centrada no discurso e que reconheça a dimensão acional da linguagem não pode estar assentada no individualismo metodológico. Indivíduos são eles mesmos produtos do discurso, e Habermas (1987) deixa isso claro em sua tentativa de superar a *filosofia da consciência*. Indivíduos são atores e devem ser vistos como tal; mas suas identidades e preferências não são resultado de alguma espécie de essência interna. Indivíduos são construídos em redes discursivas.

Esses quatro pontos brevemente esquematizados aqui revelam que Habermas adota um modelo discursivo de política, centrado na reflexividade coletiva alimentada pelo diálogo público. Como argumentei, a política discursiva desenvolvida por Habermas permeia a construção dos *selves*, suas perspectivas, visões de mundo e preferências. Isso ajuda a compreender por que democratas deliberativos se opõem a modelos agregativos de democracia e recomendam o fortalecimento do debate público.

No entanto, se voltarmos ao pragmatismo clássico, podemos também encontrar uma política discursiva assentada nos supramencionados quatro pontos. O primeiro deles é relativamente óbvio: pragmatistas clássicos são uma das bases da virada linguística ao focar a centralidade da linguagem para a compreensão da ação humana. Charles Peirce salienta a importância do discurso para a fixação (e transformação) de nossas crenças, argumentando que não podemos pensar sem signos. John Dewey também escreveu extensamente sobre o papel da comunicação no comportamento humano.

George Herbert Mead merece especial atenção aqui, na medida em que construiu uma psicologia social fundada na linguagem. De acordo com o filósofo estadunidense, a linguagem está no cerne do desenvolvimento humano tanto de um ponto de vista filogenético como de uma perspectiva ontogenética.

[A linguagem] é uma parte de um processo social, e é sempre a parte por meio da qual afetamos a nós mesmos como afetamos os outros e intervimos na situação social graças a essa compreensão do que dizemos (Mead, 1934: 75).

Para Mead, o emprego de gestos significantes é sempre marcado por uma relação triádica envolvendo o gesto em si, a reação estimulada por ele e o ato social resultante. Por meio da linguagem, seres humanos não apenas agem sobre os outros, mas também sobre eles mesmos, dada a intersubjetividade da ação social.

Isso nos leva ao segundo ponto trabalhado em Habermas: a dimensão discursiva do mundo. Para os pragmatistas, o mundo não é algo objetivamente dado, ainda

que ele tampouco possa ser pensado como uma livre construção discursiva. Como argumento Mead, em *Philosophy of the act*, o mundo é construído em uma relação entre humanos e coisas (ou outros humanos). O “encontro” tem uma dimensão produtiva, e a linguagem permeia esses encontros enquadrando as expectativas e as interpretações humanas. Por meio de processos de socialização e continuada interação com o mundo, seres humanos internalizam padrões recorrentes e aprendem as consequências potenciais de seus atos. Esses padrões internalizados, no entanto, são continuamente testados e podem ser mudados quando se mostra aos atores que suas premissas não podem sobreviver aos testes de um novo encontro.

Nesse momento, é importante remeter à noção de *experiência*, que desempenha um papel central no pragmatismo clássico. Dewey define experiência como processo que emerge da transação entre um ser e seu ambiente. A experiência conjuga um *padecer* e um *agir*, em um processo no qual ambiente e ser se adaptam e se modificam mutuamente (Dewey, 2005). Nesse processo, a linguagem desempenha um papel central, na medida em que ela fornece as balizas por meio das quais as pessoas se engajam com o mundo. A construção social do mundo é um processo caracterizado pela continuada cristalização e transformação de quadros interpretativos que permeiam cada ação humana.

Passemos agora ao terceiro ponto habermasiano abordado: a dimensão reflexiva e dialógica da permanente reconstrução do mundo. Esse é um aspecto central do pragmatismo. Como já foi dito, a ideia deweyana de democracia, por exemplo, ancora-se no conceito de público, cuja conformação e ação baseiam-se na comunicação. Comunicar, para Dewey (2010: 428) é um modo de gerar participação em significados comuns. A comunicação é o alicerce da *comunidade política*, impulsionando um processo de busca de soluções coletivas para *problemas sociais*.

Esses problemas produzem cortes no fluxo “regular” de interações, descortinando as contingências da realidade.

Problemas despertam emoções, convocam ações e podem impulsionar respostas coletivas, na medida em que demandam que se testem hipóteses sobre o futuro (Mendonça, 2012: 126).

Na acepção deweyana, problemas são os equivalentes do “não” que Habermas coloca no coração da redenção de reivindicações de validade. Eles estabelecem ruptura, estimulando reflexividade. Por meio do diálogo público, cidadãos podem refletir coletivamente para restabelecer a ordem. Essa discussão continuada está na base de uma democracia vívida, capaz de fomentar a criação de condições para o auto-desenvolvimento equânime.

George Herbert Mead também desenvolve uma concepção de política assentada em processos dialógicos que permitem a reflexividade social. De acordo com Filipe Carreira da Silva (2009: 39), o principal objeto do pensamento político de Mead é o diálogo. O intercâmbio de argumentos era por ele considerado como o procedimento para a solução coletiva de problemas, nutrindo a transformação ética do mundo por meio da consideração de todos os afetados por uma situação.

Assim como em Dewey, a reflexividade é impulsionada por rupturas e obstáculos. Quando problemas emergem, indivíduos precisam suspender suas premissas e expectativas e criar novos cursos de ação de acordo com as demandas da situação (Mead, 1938: 24). A reflexividade surge, assim, como um processo criativo que permite aos indivíduos reconfigurar o mundo. Nessa perspectiva, a reflexividade pública é promovida pelo diálogo público, que engendra o encontro de ações criativas. Estruturada comunicativamente, a democracia é uma manifestação política da liberdade humana e da transformação moral de uma associação que se repensa permanentemente.

Por fim, é importante endereçar o quarto ponto discutido sobre Habermas: o desafio discursivo à filosofia da consciência. Seria suficiente argumentar que Habermas explicitamente admite sua dívida com Mead nesse ponto. Na quinta parte de *Teoria da ação comunicativa*, Habermas argumenta que Mead desafia a filosofia da consciência tanto por meio da visada comportamental como por meio dos estudos de linguagem. Apesar da força desse reconhecimento, pretendo desenvolver o argumento para fins de clareza.

A teoria política pragmatista levanta importantes críticas ao individualismo metodológico. Para Mead, por exemplo, *selves* não podem, de nenhuma forma concebível, preceder o social, emergindo na própria cooperação comunicativa possibilitada pela vida em comunidade. Mead advoga a primazia da interação, o que se torna evidente em sua célebre noção de *role-taking* (também adotada por Habermas). De acordo com Mead, seres humanos adotam o papel daquilo com que interagem. Um ato social, portanto, nunca é um ato isolado que resulta da vontade individual, mas deriva de complexas relações. Indivíduos estão profundamente marcados por seus outros imediatos e pelas estruturas sociais em suas ações.

Baseado nessas premissas, Mead explica a formação do *self* com a ajuda de duas das noções originalmente empregadas por James (“I” e “me”), que revelam o jogo entre impulsos e estruturas sociais na conformação de um *self*. Nessa dinâmica o “me” (mim) funciona como uma dimensão cultural que leva o *self* a se adequar aos outros. Sua conformação depende da internalização do *outro generalizado*, que inclui quadros interpretativos, valores, práticas institucionalizadas e padrões de comportamento naturalizados (Mendonça, 2013: 375).

O *self* emerge de um diálogo entre impulsos e sociedade, mediado pela mente. Esta viabiliza o processo de *role-taking*, por meio do qual cada sujeito controla seus atos a partir da percepção de que está diante de um outro. Para Mead, portanto, o *self* não é um indivíduo isolado, mas uma construção social e interativa. Indivíduos não são entidades estabelecidas que se encontram na arena política; são socialmente formados e esse processo tem implicações políticas. A teoria política e a teoria democrática não podem partir da premissa de que indivíduos calculadores autointeressados já estão prontos de saída. Elas precisam entender como indivíduos se tornam o que são. Trocas argumentativas são importantes à política não apenas porque podem ajudar a resolver disputas; elas estão no coração do desenvolvimento social de *selves*.

As ideias de Dewey são muito próximas das de Mead a este respeito, ainda que aprofundem a dimensão política dessas premissas. Em *Individualism old and new*, Dewey ataca as perspectivas atomistas. Em *The public and its problems*, declara que as associações são constitutivas de entidades, uma vez que a interdependência é uma regra geral do universo. No entanto, essa associação constitutiva só se torna uma associação moral quando indivíduos percebem o destino comum a que estão submetidos e procuram tomar decisões coletivas. Democracia é o nome político dessa associação que – na visão de Dewey – é a realização da comunidade moral. Essa comunidade só pode ser sustentada pelo engajamento no continuado diálogo público.

Os quatro pontos discutidos nessa seção mostram que pragmatistas clássicos também defenderam *uma noção não agregativa de teoria democrática centrada em trocas comunicativas*. Se deliberacionistas frequentemente ancoram sua defesa da formação de preferências via diálogo em Habermas, eles também poderiam recorrer aos pragmatistas. O pragmatismo clássico promoveu uma guinada discursiva na teoria política, evidenciando a importância do debate público em alimentar uma reflexividade coletiva que permeia a contínua reconstrução de *selves*, práticas sociais e sentidos culturais.

3. Habermas conecta discurso e razão, abrindo o caminho para a consideração simultânea de particular e universal

Um elemento importante da perspectiva habermasiana é seu esforço considerável para conectar discurso e razão. Se a seção anterior antecipou esse ponto ao conectar linguagem e reflexividade, torna-se importante, agora, ressaltar a dimensão racional dessa reflexividade.

O esforço habermasiano já é evidente em seus trabalhos iniciais, como *Mudança estrutural da esfera pública*, obra cujo quarto capítulo apresenta diferentes abordagens

filosóficas ao conceito de opinião pública e desenvolve o argumento de que o choque público de opiniões conduz ao esclarecimento recíproco e ao surgimento de uma opinião pública racionalizada. Habermas advoga, assim, que a esfera pública gera a racionalização do poder político, por meio da força não violenta do melhor argumento.

Em *Teoria da ação comunicativa*, Habermas dá mais um passo em sua tentativa de mostrar a dimensão racional de trocas discursivas. Ao promover uma guinada nos quadros da teoria crítica frankfurteana, o filósofo alemão argumenta que a racionalização promovida pela modernidade não deveria limitar-se à expansão da razão instrumental. Para ele, a modernidade também possibilitou a racionalização do mundo da vida, que permitiu o questionamento linguístico de tradições. Nesse cenário, a ação comunicativa tornou-se uma fonte-chave de racionalidade. A reflexividade multidimensional aberta pela ação comunicativa foi essencial para o deslocamento de estruturas simbólicas do mundo da vida tomadas como dadas e encarnadas em estoques culturais, práticas sociais e processos de formação de personalidade.

Habermas operacionaliza então sua ideia de ação comunicativa na teoria política e legal. Para ele, a troca de argumentos foi a base para o surgimento de uma *comunicação sem sujeito* que carrega uma força generalizante. O diálogo público fomenta o fortalecimento de razões, filtrando argumentos fracos e particularistas.

Dessa forma, o discurso racional público, em situações ideais, conduziria a posições morais que expressam normas universais. Essas normas não se opõem a argumentos éticos e pragmáticos, que têm uma natureza contextual. O discurso público se configura como procedimento para combinar situacional e universal, oferecendo alicerces para a construção de soluções morais para problemas coletivos específicos. O diálogo público alimenta um poder comunicativo que deve ser traduzido pela lei em poder administrativo (Habermas, 1996). Razão e linguagem estão, pois, imbricadas na política deliberativa de Habermas.

A ideia do processo de racionalização fundado no intercâmbio de argumentos pode ser remetida ao trabalho de Charles S. Peirce. Habermas reconhece essa dívida em relação a Peirce, com cujas ideias teve contato nos anos 1960, por meio de Karl-Otto Apel (Habermas, 2002). Como argumenta Joseph Margolis,

não se pode entender corretamente as teses de Habermas exceto como uma modificação das de Karl-Otto Apel; não se pode entender as de Apel exceto como análogas às de Charles Peirce (Margolis, 2002: 38).

Ao ser considerado como fonte original do pragmatismo, Peirce devotou muitos de seus escritos à lógica, de maneira a entender *como pensamos*. De acordo com ele, o

pensamento humano deve ser concebido como um processo que acontece dentro de uma comunidade, na medida em que indivíduos influenciam as crenças uns de outros. O pensamento objetiva superar a dúvida, que gera incerteza. Sua direção é a fixação de novas crenças, sustentadas intersubjetivamente e capazes de resistir a novos testes. Enfrentando a inadequação de crenças compartilhadas, indivíduos devem engajar-se em um processo discursivo que conduza a crenças novas e mais complexas (Peirce, 1877; 1878).

“O nome que Peirce dá a esse modo comunal de resolução de problemas foi ‘método científico’” (Shook, 2002: 67). Esse método está baseado no confronto público de diferentes perspectivas que alimentam a crítica permanente de proferimentos. Na perspectiva de Charles Peirce,

ser um investigador é ser um provedor de razão, e ser um provedor de razão é ser um intercambiador de razão, um membro de uma comunidade de investigadores (Talissee, 2005: 104).

O método da investigação consiste em uma interlocução ampla por meio da qual hipóteses são permanentemente testadas ao confrontar-se com outras hipóteses e com o mundo. Tal falibilidade repudia certezas absolutas sem encampar o ceticismo negativo. Como sintetiza Tom Rockmore (2002, p. 48), Peirce propõe

uma abordagem prática produzindo nada mais nada menos do que os melhores resultados que podemos atingir por meio da lógica da investigação científica (Rockmore, 2002: 48).

Em Peirce, a verdade é a opinião destinada ao consenso amplo, caso o método científico fosse conduzido de forma adequada e completa. Obviamente, não é possível determinar, em nenhum momento, a chegada à verdade, porque ela deve permanecer aberta a novos desafios e testes. No entanto, logicamente, a verdade é vista como o resultado pré-determinado da investigação da comunidade científica. O permanente intercâmbio de argumentos é o método para o continuado teste de validade de proferimentos, pavimentando a trilha para a universalização de opiniões.

Dewey e Mead também advogam a ideia de uma comunidade científica argumentativa que promove a expansão de pontos de vista em direção a achados universais. Apesar das diferenças entre eles na forma como definem verdade³, Dewey (1954) afirma que a resolução de problemas precisa nascer de uma comunidade de investigação, que considere todas as perspectivas relevantes em um processo de teste de hipóteses. Os investigadores não são exclusivamente – ou, principalmente – cientistas profissionais, mas todos aqueles afetados por uma decisão. A comunidade

3. A esse respeito, ver Robert Talisse (2007).

de investigadores é realizada politicamente por meio de públicos que buscam respostas coletivas para problemas partilhados. Essa investigação baseia-se em uma cooperação comunicativa, que não elimina a competição, mas a potencializa para fins comuns.

Deve-se ressaltar que essa defesa de um intercâmbio público de razões não significa a defesa de uma política desapaixonada.

Quando pragmatistas falam sobre razão, eles fazem questão de relacioná-la ao desejo; onde a cognição vem para frente, o subtexto é o afeto (Shalin, 2011: 198).

Deve-se destacar, ainda, que

a chamada de Dewey por uma política “inteligente” não era um apelo aos oprimidos para que abandonassem o esforço de confrontar poder com poder em favor de uma negociação com os “interesses econômicos dominantes”, mas, em vez disso, um apelo para que travassem suas lutas inteligentemente. Não era inteligência desinteressada, mas inteligência “interessada”, conectada a interesses democráticos que ele buscava promover (Westbrook, 1991: 527).

Contra aqueles – como Niebuhr – que afirmavam ser ingênuo esperar transformação social de uma força racional, Dewey declarava a necessidade de reconstruir a democracia por meio de um processo discursivo coletivo.

Mead também advogou a ideia de que problemas coletivos deveriam ser resolvidos por meio de um procedimento argumentativo envolvendo todos os envolvidos por uma decisão. Dessa perspectiva, a possibilidade de uma razão universal não está transcendentemente pré-determinada, mas emerge do engajamento prático de indivíduos, por meio da troca de argumentos. Para Mead (1938: 83), o método científico é “uma elaboração de processos cotidianos de inferência, por meio dos quais encontramos nossas dificuldades constantes e recorrentes”. Testes conscientes, sistemáticos e coletivos devem considerar a pluralidade de valores que constitui uma comunidade política. Uma decisão ética nasce dessa consideração efetiva da pluralidade: como a ciência, a ética se correlaciona a um ponderar público de todas as variáveis e perspectivas relevantes para a tomada de uma decisão.

Deve estar claro, pois, que o pragmatismo clássico buscou conectar discurso e razão, abrindo uma trilha para a consideração simultânea de particular e universal. O choque público de perspectivas era o procedimento para a produção de soluções racionais para problemas públicos. Essa visão tem implicações éticas e políticas, for-

necendo um método para a análise de dilemas morais e para a construção de decisões democráticas. Ainda que a visão de Habermas tenha um tom mais universalista em virtude de seu quase transcendentalismo (Aboulafia, 2002), há semelhanças muito evidentes com o pragmatismo. Dito isso, a contribuição original de Habermas à democracia deliberativa também não pode se encontrar neste ponto específico, o que me leva à quarta contribuição atribuída a ele.

4. Habermas advoga uma ética do discurso que permite lidar com o fato do pluralismo

Deliberacionistas costumam recorrer a Habermas para resolver o dilema sobre a produção de decisões políticas em um mundo plural. É incorreto acusar Habermas de defender uma política consensual que nega o agonismo político, como Chantal Mouffe insiste em fazer. O conflito tem um papel central na perspectiva de Habermas, convocando a necessidade de um procedimento para lidar com ele. Diante da pluralidade do mundo, Habermas ofereceu um procedimento discursivo como forma de operar politicamente com as tensões existentes.

Ao reconhecer o pluralismo – e o conflito –, Habermas deseja reconciliar a noção de autonomia privada e a noção de autonomia pública em uma teoria política que valoriza liberdades e singularidades individuais, mas que coloca o interesse público em seu núcleo. A passarela entre perspectivas particulares e interesses públicos – e entre singularidades e coletividades – é o justo procedimento discursivo, que leva à construção de soluções mais complexas, para além da simples justificação das vitórias dos atores mais poderosos.

Habermas desenvolve esse procedimento em suas discussões sobre a *pragmática universal* e a *ética do discurso*. Por meio delas, busca reconstruir as normas universais da ação comunicativa, justificando seu uso como um modo de “cobrir a lacuna entre autointeresse esclarecido e orientação para o bem comum” (Habermas, 1992: 449). De acordo com Habermas, o intercâmbio de argumentos é o melhor procedimento para resolver questões prático-morais, mas esse intercâmbio deve se basear em uma série de condições. A situação ideal de fala envolve:

- imparcialidade,
- expectativa de que os participantes transcendam suas preferências iniciais,
- inclusão de todos os afetados por uma decisão,
- igualdade, liberdade e facilidade de interação, com a ausência de formas internas e externas de coerção;
- não restrição de tópicos e, por fim,

- revisibilidade de resultados⁴.

Essas condições devem assegurar que nenhuma força exista além da força não coercitiva do melhor argumento.

Nas seções anteriores, argumentei que o método da inteligência defendido por Peirce, Dewey e Mead opera com premissas similares, recomendando trocas argumentativas livres e iguais entre todos os envolvidos em um determinado problema como o melhor meio para resolvê-lo. Como Mead adianta, a ética depende da justa consideração de todos os fatos e valores implicados em uma decisão. E, nas palavras de Dewey,

o método da democracia – na medida em que ele é aquele da inteligência organizada – deve trazer esses conflitos para a esfera do visível, onde demandas específicas podem ser vistas e avaliadas, onde podem ser discutidas e julgadas à luz de interesses mais inclusivos (Dewey, 2000: 81).

No entanto, poder-se-ia argumentar que pragmatistas clássicos não sistematizaram uma ética do discurso propriamente dita, capaz de definir as condições procedimentais para a formação discursiva da opinião. Nesse ponto, uma referência a um pragmatista frequentemente negligenciado parece relevante: Sidney Hook. Como marxista autodeclarado – embora não comunista – e pragmatista, Hook advogava uma teoria da democracia baseada em uma *ética da controvérsia*.

A sociedade democrática não pode existir sem livre discussão. Uma de suas premissas básicas é que a verdade do fato e a sabedoria de uma política podem ser prontamente atingidas por meio de um vivo intercâmbio de ideias e opiniões, e não por éditos inquestionáveis por parte de uma elite autopetruante [...]. Ao longo da história, controvérsia e diferenças espirituosas sempre marcaram as deliberações em comunidades de homens [sic] livres (Hook, 2002a: 289).

De acordo com Hook, a deliberação é o melhor modo de lidar com os conflitos inerentes às sociedades plurais. No entanto, certas controvérsias podem atrapalhar a democracia, e a deliberação adequada deve seguir dez regras da ética da controvérsia:

1. Nada e ninguém é imune à crítica.
2. Todos envolvidos em uma controvérsia têm responsabilidade intelectual para se informar sobre os fatos disponíveis.
3. A crítica deve se dirigir, em primeiro lugar, às políticas [...].

4. Porque algumas palavras são legalmente permissivas, elas não são consequentemente moralmente permissivas.
5. *Antes* de impugnar as razões de um oponente, mesmo que elas possam legitimamente ser impugnadas, responda a elas.
6. Não trate um oponente de uma política como se ele [sic] fosse necessariamente um inimigo pessoal [...].
7. Uma vez que uma boa causa pode ser defendida com argumentos ruins, depois de responder aos argumentos ruins para outra posição, apresente evidência positiva para sua própria posição.
8. Não hesite em admitir falta de conhecimento ou de suspender seu julgamento se a evidência não for decisiva em nenhuma direção.
9. Somente em lógica pura e em matemática, não em questões humanas, se pode demonstrar que algo é estritamente impossível. Porque algo é logicamente possível, não é necessariamente provável [...].
10. O pecado capital, quando estamos buscando a verdade de um fato ou a sabedoria de uma política, é a recusa de discutir ou a ação que bloqueia a discussão (Hook, 2002a: 294-295).

Primeiramente, deve-se dizer que as dez regras de Hook são diferentes das precondições discursivas de Habermas, especialmente no que concerne a seu foco em ações individuais. Hook organiza sua ética da controvérsia como um conjunto de regras a serem seguidas por aqueles que estão engajados na discussão e não em termos de pragmática universal. No entanto, o espírito do debate almejado por Hook é espantosamente semelhante ao advogado por Habermas. Embora eu não possa discutir aqui cada uma dessas regras, o argumento geral é o de um intercâmbio discursivo livre, igualitário e respeitoso, marcado por reflexividade, revisibilidade e ausência de coerção. Em outros artigos, Hook (2002b) aprofunda a importância da igualdade e de um consentimento não limitado por formas de coerção econômicas, físicas e cognitivas. A discussão livre e permanente é a única forma de lidar eticamente com a pluralidade.

Gostaria, por fim, de acrescentar que os pragmatistas – incluindo Hook – procuram superar o hiato entre interesses individuais e interesses públicos que marca a oposição entre liberalismo e republicanismo. A ética da controvérsia está assentada em uma crença de que os direitos individuais devem ser protegidos de modo a viabilizar a construção de soluções publicamente defensáveis para problemas sociais. Dewey e Mead defenderam que um mundo plural deveria nutrir singularidades, sem minar a experiência coletiva dos sujeitos. O indivíduo é simultaneamente membro de uma comunidade e um ser singular. Os pragmatistas acreditam que a boa sociedade é aquela

em que os poderes e as capacidades dos indivíduos que formam essa comunidade foram harmonizados por suas atividades coope-

rativas em uma comunidade que permite a plena e livre expressão das individualidades (Westbrook, 1991: 164).

O liberalismo radical de Dewey é essencialmente republicano.

Nesse sentido, o pluralismo não é visto como um fato simples e cru que justifica assimetrias individuais, nem resolvido por meio da cegueira à diferença. O pluralismo precisa ser enfrentado por meio de um procedimento comunicativo que respeita singularidades e busca a construção do interesse público. Essa visão é muito semelhante àquela desenvolvida por Habermas algum tempo depois, como percebe Rosenthal (2002: 210).

5. A teoria democrática de Habermas conduz a uma abordagem sistêmica que reconhece a importância de públicos descentrados

A última contribuição que muitos deliberacionistas atribuem a Habermas é o desenvolvimento de uma perspectiva sistêmica que busca conectar diferentes públicos em uma rede discursiva. Habermas desenvolveu essa ideia sobretudo por meio de seu modelo *two-track*, que enfatiza a necessidade de uma relação continuada entre instituições políticas e o poder comunicativo alimentado pela esfera pública. Uma esfera pública vívida é crucial, sendo que a vivacidade do debate público depende da existência de fluxos discursivos atravessando diferentes arenas.

A comunicação política circulando de baixo para cima e de cima para baixo em um sistema de múltiplos níveis (da conversação civil cotidiana na sociedade civil, passando pelo discurso público e à comunicação mediada em públicos fracos, até os discursos institucionalizados no centro do sistema político), assume formas diferentes em diferentes arenas. A esfera pública forma a periferia do sistema político e pode facilitar processos de legitimação ao “limpar” os fluxos de comunicação política por meio de uma divisão de trabalho com outras partes do sistema. (Habermas, 2006: 415)

O conceito de sistema deliberativo não foi, obviamente, criado por Habermas. Jane Mansbridge (1999) foi a primeira a trabalhar com ele e, desde então, um crescente número de autores tem tentado aplicá-lo e desenvolvê-lo⁵. No entanto, a contribuição habermasiana é vista como dupla, aqui. Primeiro, ele teria avançado um modelo discursivo de política baseado em instituições políticas democráticas, traduzindo suas próprias ideias em uma abordagem menos abstrata. Segundo, ele advoga uma ideia ampla de discussão pública que resulta de uma interconexão entre diferentes públicos, assim viabilizando sua possibilidade em sociedades amplas e complexas. Esses pontos são essenciais se a democracia deliberativa for mais do que uma simples utopia.

5. John Parkinson (2006); Carolyn Hendriks (2006); Robert Goodin (2008); John Parkinson & Jane Mansbridge, 2012; Ricardo Mendonça (2013).

É possível, entretanto, traçar ideias muito similares nos trabalhos do pragmatismo clássico. Pragmatistas não foram teóricos do micro que negligenciavam estruturas e instituições, como querem fazer crer alguns críticos. Pragmatistas como Dewey, Mead e Hook consideravam instituições políticas essenciais, ainda que não tivessem uma receita para a organização dessas instituições. O desenho das instituições era também uma tarefa a ser buscada pelo público.

Nesse sentido, Alison Kadlec tem razão em afirmar que não é persuasivo dizer que Dewey

não capturou a importância de identificar manifestações institucionais de poder que perpetuam as distorções na comunicação (Kadlec, 2007: 99).

Segundo a autora, uma democracia deweyana dependeria de fóruns descentrados que possibilitariam que os cidadãos ordinários se fizessem ouvidos (Kadlec, 2007: 136). Se o Estado precisa ser sempre redescoberto, Dewey defende instituições participativas que permitam aos cidadãos atuar no processo de tomada de decisões. O Estado deve criar as condições para a ampla comunicação, fortalecendo a busca coletiva por soluções para os problemas sociais. Ele deve fomentar o debate público e facilitar a articulação de diferentes públicos em uma discussão abrangente. Para James Bohman,

a vantagem desse método deliberativo é que a interação entre diferentes níveis da tomada de decisão promove uma *accountability* robusta; *accountability* que opera para cima e para baixo (Bohman, 2004: 36).

Vale mencionar que James Bohman (2007) defende que a ideia deweyana de organização institucional da democracia seria capaz de embasar uma democratização do plano transnacional. De acordo com o autor, a democracia depende da existência de públicos que se conectem e se atravessem, gerando reflexão permanente sobre assuntos coletivos.

O público precisa estar enraizado em um contexto institucional, não apenas para assegurar as condições de publicidade, mas também para promover a interação entre públicos que a democracia deliberativa requer (Bohman, 2007: 81).

Também é importante lembrar que outros pragmatistas defenderam a ideia de que processos deliberativos entre e através de públicos poderiam engendrar democracias transnacionais. Esse é o caso de Mead (1934), que discute a possibilidade de uma comunidade democrática mais ampla baseada na comunicação. Sidney Hook

(2002b: 266) também faz referência à da possibilidade de transnacionalização das democracias por meio de uma união federativa de públicos.

Os pontos desenvolvidos aqui sugerem, novamente, que as premissas na base do modelo habermasiano podem ser encontrados no pragmatismo. A defesa de uma deliberação ampla e contínua em múltiplos públicos que se atravessam está no núcleo da democracia pragmatista. Ademais, argumentei que os pragmatistas pavimentaram o caminho para as discussões sobre democratização transnacional por meio da deliberação. Esse tópico, deve-se ressaltar, tem sido de grande interesse para Habermas (2001) no contexto do projeto europeu.

Poder-se-ia argumentar que Habermas é mais preciso quando discute suas ideias de instituições políticas. Ele explicitamente discutiu teoria legal e os papéis do poder executivo e das eleições, por exemplo. No entanto, alguns democratas deliberativos argumentam que, ao fazê-lo, facultou demasiadas concessões ao liberalismo e não ofereceu uma abordagem institucional efetivamente inovadora (Dryzek, 2000). Habermas acaba por endossar a democracia representativa liberal tal como ela se encontra, restringindo a função do poder comunicativo à influência sobre tomadores de decisão. Ele não considera, por exemplo, a possibilidade de fóruns participativos em que as prerrogativas da tomada de decisão sejam efetivamente partilhadas com a sociedade civil. Assim, o arranjo institucional habermasiano não pode ser visto como sua mais importante contribuição à teoria democrática e à democracia deliberativa.

Mas quais as contribuições do pragmatismo?

Até aqui, busquei mostrar que as principais contribuições atribuídas a Habermas na virada deliberativa podem ser encontradas nos formuladores do pragmatismo clássico. Dessa maneira, não quis dizer que os pragmatistas anteciparam Habermas em tudo ou que Habermas fosse um mero seguidor do pragmatismo. Há importantes diferenças entre Habermas e o pragmatismo (Aboulafia *et alii*, 2002; Talisse, 2007). Meu objetivo foi simplesmente o de afirmar que o que deliberacionistas geralmente retiram de Habermas pode ser encontrado em trabalhos anteriores de pragmatistas.

Nesta seção, gostaria de aprofundar meu argumento de modo a responder à questão colocada por John Dryzek (2004): o que o pragmatismo ainda pode oferecer à democracia deliberativa? Eu concordo com Robert Talisse (2007), que defende que o pragmatismo precisa mostrar-se útil diante dos problemas contemporâneos da democracia. Nesse ponto, Hans Joas (1993: 90) parece correto ao afirmar que ele “vê elementos do pragmatismo que transcendem as conquistas de Habermas”. Alison Kadlec também argumenta que a abordagem pragmatista pode

abrir espaço para novas e mais criativas experiências em termos de engajamento dos cidadãos e da democracia deliberativa (Kadlec, 2007: xiii).

Uma abordagem pragmatista de democracia evitaria alguns problemas enfrentados por defensores da deliberação. Tais problemas emergem:

- das ideias de Habermas;
- do subdesenvolvimento de alguns elementos na teoria de Habermas; ou
- de leituras equivocadas, mas cristalizadas, sobre os trabalhos de Habermas.

O pragmatismo pode oferecer uma sólida fundação para uma radicalização discursiva da democracia, proporcionando aos deliberacionistas um quadro não habermasiano para o avanço teórico e prático. Além de conter as cinco supramencionadas contribuições que deliberacionistas atribuem a Habermas, um viés pragmatista oferece, pelo menos, outros cinco benefícios.

1. O primeiro benefício desse viés é o adequado tratamento da dimensão estética da ação simbólica. Embora seja simplesmente equivocado dizer que Habermas negligencia a estética, é verdade que ele não desenvolve uma teoria propriamente estética que lhe permitisse perceber seu papel político na teoria democrática. Habermas tampouco discute o papel que discursos não verbais (como fotografias, vídeos e charges, por exemplo) pode desempenhar na deliberação pública. E, embora admita o potencial revelador da estética, ele apresenta a estética como *o outro da razão* (Shusterman, 2002: 178) e

insiste na necessidade de uma tensão polar entre [...] capacidades de “resolução de problemas” e de “revelação do mundo” (Langsdorf, 2002: 149).

Baseados em Habermas, muitos deliberacionistas simplesmente ignoraram a inseparabilidade entre política e estética sobre a qual Dewey escreveu extensamente. Uma abordagem pragmática enfatizaria

a presença difusa da dimensão estética no interior das dimensões cognitivo-instrumental, moral-prática e expressiva que estão amplamente conceituadas na teoria de Habermas (Langsdorf, 2002: 154).

2. A segunda vantagem de uma abordagem pragmatista de democracia deliberativa é o fato de ela evitar uma dicotomia equivocada. Habermas fez uma distinção entre ação estratégica e ação comunicativa, criticando Mead por negligenciar essa diferença. No entanto, Mead não poderia fazer essa distinção, porque isso contradiria suas próprias premissas. O mecanismo de *role-taking* discutido por Mead também está presente em ações estratégicas, como no comércio (Mead, 1934: 298). Colocamo-nos no lugar dos outros em todo tipo de interação. Como também aponta Joas (1997), Mead ajudou a reinterpretar a noção de ação e não a definir um tipo específico de ação.

A distinção habermasiana está na base de muitas críticas à ingenuidade da democracia deliberativa, como se a política pudesse ser extirpada de interesses e estratégias. Ela também ajuda a compreender a interpretação (já muito contestada) de que a deliberação requer um modo específico de comunicação. O grande esforço feito por muitos deliberacionistas para pensar o papel de interesses, do poder, das narrativas e da retórica (Mansbridge *et alii*, 2010; Dryzek, 2010; Chambers, 2009; Young, 1996) poderia ser simplificado se eles tivessem voltado à dimensão comunicativa da ação social discutida por Mead. O pragmatismo acomoda diferentes formas de comunicação como legítimas à deliberação, e ele o fez ao desafiar dicotomias básicas que permeariam a obra de Habermas (Rosenthal, 2002: 214).

Essa visão ampla da ação social sugerida pelos pragmatistas também ajuda a considerar emoções na deliberação pública. Novamente, seria errado dizer que Habermas desconsidera ou desvaloriza emoções. Mas, também novamente, seria um autoengano negar que ele não desenvolveu em profundidade suas ideias sobre emoções e que os deliberacionistas são frequentemente acusados por negligenciar seu papel. O pragmatismo pavimenta o caminho para que se opere com a inseparabilidade entre emoção e razão na ação social.

3. Um terceiro benefício do pragmatismo clássico é sua tentativa de combinar as dimensões procedimental e substantiva da teoria democrática. Tal combinação emerge na defesa pragmatista da autorrealização. Democracias devem permitir que cada indivíduo cresça e realize seus potenciais. O conteúdo da autorrealização não é definido aprioristicamente, mas depende da efetiva participação dos cidadãos no permanente processo de resolução de problemas sociais. A democracia deve assegurar um procedimento para o encontro público de

diferentes posições e valores, de modo a favorecer soluções justificáveis (Silva, 2009: 155).

Ao avançar essa perspectiva, a abordagem pragmatista enfatiza o papel do conflito, do agonismo e do dissenso na democracia (Shalin, 2011: 144). O conflito é parte de um procedimento democrático que deve assegurar a possibilidade substantiva de autorrealização para cada indivíduo. Novamente, gostaria de desafiar a visão de que Habermas desconsidera o papel do dissenso. Eu não concordo com a tese segundo a qual ele deve ser pensado como um teórico do consenso contra abordagens agonísticas. No entanto, parte da literatura deliberacionista buscou fazer do consenso o mais importante valor. De acordo com Alison Kadlec, em alguns minipúblicos, por exemplo,

a orientação para o consenso tende a elidir conflitos de modo tal que os interesses dos grupos menos poderosos são tornados silenciosos (Kadlec, 2007: 137).

Uma abordagem pragmatista de democracia deliberativa considera que o conflito está no centro do processo cooperativo do método da inteligência.

4. O quarto benefício a ser destacado está relacionado com uma importante condição da democracia discursiva: o papel democrático da mídia. Embora Habermas tenha discutido a importância da mídia para a formação da opinião, ele advoga um sistema autorregulado de comunicação. Com isso, defende que a mídia deve ter “uma independência funcional [...] de acordo com seus próprios códigos normativos” (Habermas, 2006: 419). Dewey desafiou a capacidade de um sistema midiático autorregulado promover a liberdade de expressão necessário à democracia. Incomodado com a ideia de liberdade negativa, defendeu que o controle social sobre a produção de bens e conhecimento era vital à democracia, assegurando liberdade efetiva e autorrealização individual. Liberdade de expressão deveria assegurar comunicação efetiva e livre, que é o cerne da pesquisa social e, portanto, da democracia. Assim como a terra e outros meios de produção, a mídia deveria ser usada em benefício do interesse público (Dewey, 1933). Ao criticar a privatização de oportunidades em curso, Dewey dá insumos para pensar a regulação da comunicação como um modo de proteger a comunicação pública e a liberdade de expressão. Esse argumento é muito frutífero para os deliberacionistas na discussão da centralidade da mídia para a deliberação pública.

5. A quinta vantagem de uma abordagem pragmatista de democracia deliberativa é institucional. Ainda que o modelo *two-track* habermasiano possa ser usado como base para a ideia de sistemas deliberativos, ele termina apenas por endossar as instituições liberais existentes. No pragmatismo clássico, é possível encontrar uma defesa explícita de públicos descentrados sem o endosso da maquinaria política em funcionamento. Os públicos difusos prescritos pelos pragmatistas poderiam contribuir para a renovação das instituições deliberativas ao

- enfatizar a necessidade de uma conexão entre minipúblicos e outras instituições democráticas;
- considerar a possibilidade de fóruns participativos que façam mais do que simplesmente influenciar tomadores de decisão.

A abordagem pragmatista de democracia deliberativa advoga a organização de sistemas participativos mais amplos e empoderados, radicalizando os potenciais de uma democracia discursiva.

Considerações finais

Este artigo buscou advogar uma abordagem pragmatista de democracia deliberativa. Inicialmente, tentou-se evidenciar que os principais elementos extraídos por deliberacionistas da obra de Habermas podem ser encontrados no pragmatismo clássico. Para tanto, o artigo discutiu cinco principais contribuições geralmente atribuídas ao teórico crítico alemão:

1. A teoria democrática habermasiana está alicerçada em uma concepção ampla de política, na participação pública e em uma tentativa de superar abordagens realistas;
2. Habermas oferece uma noção não agregativa de teoria democrática, centrada em intercâmbios comunicativos;
3. Habermas conecta discurso e razão, abrindo o caminho para a consideração simultânea de particular e universal;
4. Habermas advoga uma ética do discurso que permite lidar com o fato do pluralismo;
5. A teoria democrática de Habermas conduz a uma abordagem sistêmica que reconhece a importância de públicos descentrados.

Argumentou-se que essas contribuições podem ser encontradas nos trabalhos de Peirce, Dewey, Mead e Hook. Afinal, o fato de Habermas (2002) admitir usar o prag-

matismo para resolver o déficit democrático do marxismo não deve ser visto como fruto do acaso.

Em seguida, o artigo procurou evidenciar algumas contribuições específicas desde uma perspectiva pragmatista de democracia deliberativa. Argumentou-se que o pragmatismo pode oferecer uma abordagem discursiva radical para a democracia, que está atenta: à estética, à dimensão comunicativa da ação estratégica, à importância da efetiva liberdade de expressão e à organização de sistemas participativos mais amplos e empoderados.

Em suma, o pragmatismo oferece um modelo pré-habermasiano de democracia deliberativa que evita muitas críticas dirigidas a esta teoria. Então, se Dryzek (2004) desejava uma razão para retornar ao pragmatismo, eu diria que o pragmatismo faz avançar uma abordagem radical e crítica de democracia centrada no discurso e na experimentação coletiva. Essa parece ser uma razão boa o suficiente.

Abstract: This article argues that the main elements that deliberative democrats take from Habermas can be found in classical pragmatism. It does so through the discussion of five contributions often credited to German critical theorist: (1) Habermas' democratic theory is grounded on a broad conception of politics that challenges realist approaches; (2) Habermas offers a non-aggregative notion of democratic theory, centered on communicative exchanges; (3) Habermas connects discourse and reason opening a path for the simultaneous consideration for particular and universal; (4) Habermas advances a discourse ethics that allows theorists to deal with the fact of pluralism; (5) Habermas leads to a systemic approach that acknowledges the importance of de-centered publics. The article, then, claims that pragmatism can offer a radical discursive approach to democratic theory that helps overcome problems inherent to Habermas approach or that are attributed to him by crystallized problematic readings of his work.

Keywords: deliberative democracy, pragmatism, Habermas, Dewey.

Referências

ABOULAFIA, Mitchell. Introduction. In: ABOULAFIA, M.; BOOKMAN, M.; KEMP, C. (Orgs.). *Habermas and pragmatism*, p. 1-13. London: Routledge, 2002.

ABOULAFIA, Mitchell; BOOKMAN, Myra; KEMP, Catherine. *Habermas and Pragmatism*. London: Routledge, 2002.

ALEJANDRO, Roberto. The quest for community and the quest for glory: John Dewey's and Hannah Arendt's visions of the public sphere. Texto sobre Arendt e Dewey. *Hermeneutics, Citizenship and the Public Sphere*. New York: State University of New York Press, 1993.

AVRITZER, Leonardo. *Democracy and the public space in Latin America*. Princeton: Princeton University Press, 2002.

BOHMAN, James. *Democracy across borders: from Dêmos to Dêmoi*. Cambridge (MA): The MIT Press, 2007.

———. Realizing deliberative democracy as a mode of inquiry: pragmatism, social facts, and normative theory. *Journal of Speculative Philosophy*, v. 18, n. 1, p. 23-43, 2004.

BROWNE, Craig. Pragmatism, deliberative democracy and critical theory. Texto apresentado em Theory and practice of deliberative democracy workshop. Canberra (Aus), 7-8 Fev. 2008.

CHAMBERS, Simone. Rhetoric and the public sphere: has deliberative democracy abandoned mass democracy? *Political Theory*, v. 37, n. 3, p. 323-350, 2009.

DEWEY, John. *Arte como experiência*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

———. *Art as experience*. New York: Perigee, 2005.

———. *Liberalism and social action*. Amherst: Prometheus Books, 2000 [1935].

———. *Individualism old and new*. Amherst (NY): Prometheus Books, 1999 [1930].

———. *Freedom & culture*. New York: Prometheus Books, 1989 [1939].

———. Imperative need: a new radical party. *Common Sense*, v. 2, n. 6-7, 1933.

———. *The public and its problems*. Chicago: The Swallow Press, 1954 [1927].

DRYZEK, John. *Foundations and frontiers of deliberative governance*. New York: Oxford University Press, 2010.

———. Pragmatism and democracy: in search of deliberative publics. *Journal of Speculative Philosophy*, v. 18, n. 1, p. 72-79, 2004.

———. *Deliberative democracy and beyond: liberals, critics, contestations*. New York: Oxford University Press, 2000.

GOODIN, Robert. *Innovating democracy*. Cambridge (MA): Cambridge University Press, 2008.

GREEN, Judith. Participatory democracy: movements, campaigns, and democratic living. *Journal of Speculative Philosophy*, v. 18, n. 1, p. 60-71, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *Europe: the faltering project*. Cambridge: Polity Press, 2009.

———. . Political communication in media society: does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. *Communication Theory*, v. 16, n. 4, p. 411-426, 2006.

———. . Concluding comments on empirical approaches to deliberative politics. *Acta Politica, International Journal of Political Science*, v. 40, n. 3, p. 384-392, 2005.

———. . Postscript: some concluding remarks. In: ABOULAFIA, M.; BOOKMAN, M.; KEMP, C. (Orgs.). *Habermas and pragmatism*, p. 223-233. London: Routledge, 2002.

———. . *A constelação pós-nacional*. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

———. . *Between facts and norms: contributions to a discourse theory of law and democracy*. Cambridge (MA): Massachusetts Institute of Technology Press, 1996.

———. . ¿Qué significa pragmática universal? In: HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos*, p. 299-368. 2. ed. Madrid: Cátedra, 1994 [1976].

———. . Further reflections on the public sphere. In: CALHOUN, Craig. (Ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge (MA): Massachusetts Institute of Technology Press, 1992.

———. . *Pensamento pós-metafísico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

———. . *The theory of communicative action*. Vol. 2: “Lifeworld and system – a critique of functionalist reason”. Boston: Beacon Press, 1987.

———. . *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

———. . *The theory of communicative action*. Vol. 1: “Reason and the rationalization of society”. Boston: Beacon Press, 1983.

HENDRIKS, Carolyn M. Integrated deliberation: reconciling civil society’s dual role in deliberative democracy. *Political Studies*, v. 54, n. 3, p. 486-508, 2006.

HONNETH, Axel. *The struggle for recognition – the moral grammar of social conflicts*. Cambridge (MA): Massachusetts Institute of Technology Press, 1996.

HOOKE, Sidney. *Reason, social myth and democracy*. New York: Cosimo Classics, 2009.

———. . The philosophical heritage of the Atlantic democracies”. In: TALISSE, R.; TEMPPIO, R. (Orgs.). *Sidney Hook on pragmatism, democracy and freedom*, p. 250-266. New York: Prometheus Books, 2002a.

———. The ethics of controversy. In: TALISSE, R.; TEMPIO, R. (Orgs.). *Sidney Hook on pragmatism, democracy and freedom*, p. 289-295. New York: Prometheus Books, 2002b.

———. *Política e liberdade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

INGRAM, David. The sirens of pragmatism versus the priests of proceduralism: Habermas and the american legal realism. In: ABOULAFIA, M.; BOOKMAN, M.; KEMP, C. (Orgs.). *Habermas and pragmatism*, p. 83-112. London: Routledge, 2002.

JOAS, Hans. *G. H. Mead, a contemporary re-examination of his thought*. Cambridge (MA): Massachusetts Institute of Technology Press, 1997.

———. *Pragmatism and social theory*. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 1993.

KADLEC, Alison. *Dewey's critical pragmatism*. Lanham: Lexington Books, 2007

LANGSDORF, Lenore. Reconstructing the fourth dimension: a Deweyan critique of Habermas's conception of communicative action. In: ABOULAFIA, M.; BOOKMAN, M.; KEMP, C. (Orgs.). *Habermas and pragmatism*, p. 141-164. London: Routledge, 2002.

MANSBRIDGE, Jane. Everyday talk in deliberative system. In: MACEDO, S. (Org.). *Deliberative politics: essays on democracy and disagreement*, p. 211-239. New York: Oxford University Press, 1999.

MANSBRIDGE, J.; BOHMAN, J.; CHAMBERS, S.; ESTLUND, D; FOLLESDAL, A.; FUNG, A.; LAFONT, C.; MANIN, B.; MARTI, J. L. The place of self-interest and the role of power in deliberative democracy. *Journal of Political Philosophy*, v. 18, n. 1, p. 64-100, 2010.

MARGOLIS, J. Vicissitudes of transcendental reason. In: ABOULAFIA, M.; BOOKMAN, M.; KEMP, C. (Orgs.). *Habermas and pragmatism*. London: Routledge, 2002.

MEAD, George Herbert. *The philosophy of the act*. Edited by: MORRIS, Charles W.; BREWSTER, John M.; DUNHAM, Albert M.; MILLER, David. Chicago: University of Chicago, 1938.

———. *Mind self and society from the standpoint of a social behaviorist*. Edited by: MORRIS, Charles W. Chicago: University of Chicago, 1934.

MEAD, George Herbert. *The philosophy of the present*. Edited by: MURPHY Arthur E. London: The Open Court Comp., 1932.

MENDONÇA, Ricardo F. Teorias críticas e pragmatismo: a contribuição de G. H. Mead para as renovações da Escola de Frankfurt. *Lua Nova*, n. 90, p. 367-403, 2013a.

———. A liberdade de expressão em uma chave não dualista: as contribuições de John Dewey. In: LIMA, Venício; GUIMARÃES, Juarez (Orgs.). *Liberdade de expressão: as várias faces de um desafio*, v. 1, p. 41-63. São Paulo: Paulus, 2013b.

———. Democracia e desigualdade: as contribuições da teoria do reconhecimento. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 9, p. 119-146, 2012.

———. Reconhecimento e (qual?) deliberação. *Opinião Pública*, v. 17, n. 1, p. 206-227, 2011.

MENDONÇA, Ricardo F. ; REIS, Luísa de Albuquerque V. Pragmatismo, marxismo e democracia: a negligenciada contribuição de Sidney Hook. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 17, p. 247-275, 2015.

MISAK, Cheryl. Making disagreement matter: pragmatism and deliberative democracy. *Journal of Speculative Philosophy*, v. 18, n. 1, p. 9-22, 2004.

MURPHY, John. *Pragmatismo: de Peirce a Davidson*. Portugal: Asa, 1993.

NEBLO, Michael. Thinking through democracy: between theory and practice of deliberative politics. *Acta Politica*, n. 40, p. 169-181, 2005.

PAGE, Benjamin. *Who deliberates? Mass media in modern democracy*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1996.

PARKINSON, John. *Deliberating in the real world: problems of legitimacy in deliberative democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

PARKINSON, John; MANSBRIDGE, Jane (Eds.) *Deliberative systems – deliberative democracy at the large scale*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

PEIRCE, Charles S. How to make our ideas clear. *Popular Science Monthly* 12, p. 286-302, Jan. 1878.

———. The fixation of belief. *Popular Science Monthly* 12, p. 1-15, Nov. 1877.

POGREBINSCHI, T. *Pragmatismo: teoria social e política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

ROCKMORE, Tom. The epistemological promise of pragmatism. In: ABOULAFIA, M.; BOOKMAN, M.; KEMP, C. (Orgs.). *Habermas and pragmatism*, p. 47-64. London: Routledge, 2002.

ROSENTHAL, Sandra B. Habermas, Dewey, and the democratic self. In: ABOULAFIA, M.; BOOKMAN, M.; KEMP, C. (Orgs.). *Habermas and pragmatism*, p. 210-222. London: Routledge, 2002.

SHALIN, Dimitri. *Pragmatism & democracy – Studies in history, social theory and progressive politics*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2011.

SHOOK, John R. *Os pioneiros do pragmatismo americano*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SHUSTERMAN, Richard. Habermas, pragmatism, and the problem of aesthetics. In: ABOULAFIA, M.; BOOKMAN, M.; KEMP, C. (Orgs.). *Habermas and pragmatism*, p. 141-164. London: Routledge, 2002.

SILVA, Filipe Carreira da. *Em diálogo com os tempos modernos – o pensamento político e social de G. H. Mead*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2009.

TALISSE, Robert B. *A pragmatist philosophy of democracy*. New York: Routledge, 2007.

———. *Democracy after liberalism: pragmatism and deliberative politics*. New York: Routledge, 2005.

WESSLER, Harmut, Investigating deliberativeness comparatively. *Political Communication*, v. 25, n. 1, p. 1-22, 2008.

WESTBROOK, Robert B. *John Dewey and American Democracy*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

YOUNG, Iris. Communication and the Other: beyond deliberative democracy. In BE-BHABIB, S. (Org.). *Democracy and difference: contesting the boundaries of the political*, p. 120-135. Princeton: Princeton University Press, 1996.

O sertão semiárido. Uma relação de sociedade e natureza numa dinâmica de organização social do espaço

Recebido: 30.10.14

Aprovado: 25.03.15

Mylene Nogueira Teixeira*

* Doutora em sociologia política pela Universidade de Münster, Alemanha, professora associada em sociologia da educação do Laboratório de Estudos de Educação e Linguagem (Leel), no Centro de Ciências do Homem (CCH), da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Últimas publicações: "Análise crítica do processo de agregação de valores", *Anais do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e Marxismo* (Niep), 2013, disponível em: <<http://www.uff.br/niepmarxmarxismo/MManteriores/MM2013/Trabalhos/Amc482.pdf>>; resenha "Autoritarismo afetivo. A Prússia como sentimento", *Revista Passagens*, v. 6, n. 2, Maio-Ago. 2014, disponível em: <<http://www.historia.uff.br/revistapassagens/resenhas/v6n2r12014.pdf>>. <mylene.n.teixeira@uenf.br>.

Resumo: Através do conflito social é possível observar a transformação do sertão-semiárido pernambucano. Essa análise é baseada na metodologia crítica de agregação de valores no processo de exploração de novas reservas naturais. Com isso, surgem novas mercadorias e ocorrem desmembramentos de laços sociais tradicionais (Alvater & Mahnkop, 2007; Giddens, 1991). No passado foram as desvantagens climáticas e a inhóspita natureza local que impulsionaram a organização social desse território. Atualmente, é a valorização do semiárido, a riqueza do bioma caatinga, que provoca sua transformação. Em ambos os momentos, a transformação do espaço é marcada pelo distanciamento entre sociedade e natureza e pela singularidade da relação tempo e espaço a nível local (Giddens, 1991). Os dois momentos de transformação desse espaço são marcados por formas de violência peculiar: primeiro foi através do extermínio da população nativa e na atualidade é a exploração das reservas produtivas naturais.

Palavras-chave: relação sociedade e natureza, produção social do espaço, agregação de valores.

Introdução

A presente investigação é uma atualização da pesquisa empírica feita em 2006 ao longo de uma estadia de seis meses em Pernambuco. Três dos quais vivi somente no sertão semiárido de Pernambuco. Essa estadia fundamentou a tese de doutorado apresentada em 2010 no Instituto de Sociologia da Universidade de Münster, na Alemanha.

Para um estudo de caso, foi escolhido à região do sertão do semiárido nordestino, baseada nos seguintes critérios: primeiro, trata-se de um território com um histórico social de organização de espaço, associado aos problemas do meio ambiente; segundo, este espaço social está passando por um processo de reorganização, quando o observamos sob a ótica da valorização do meio ambiente, que antes era depreciada; terceiro, é um território que foi associado ao longo de toda a sua formação de organização social com entendimentos sobre fome e miséria.

Atualmente, a associação do "espaço sertão semiárido" com a fome e a pobreza ainda existe. Em 2004, a Região Nordeste, que abrange a maior parte do clima semiárido, foi apontada pela pesquisa de amostra domiciliar (Pnad) do IBGE como a região mais afetada pela fome no Brasil.

Por último, a escolha do estado de Pernambuco envolve a nova fase da organização da sociedade neste espaço que teve o seu marco histórico a partir do final da III Conferência de Partes (COP-3) relacionada à convenção Internacional do Combate da Desertificação, das Nações Unidas, que teve lugar em Recife, em 1999.

A região semiárida do estado de Pernambuco envolve o sertão do Pageú, o sertão Central, o sertão do Araripe e o sertão do Médio São Francisco. Entretanto o espaço entendido como sertanejo abrange apenas 66,7% do estado de Pernambuco e compreende uma área de 63.209,8 km² (Governo do Estado de Pernambuco).

Nos três primeiros sertões, predomina a agricultura de subsistência, que visa atender às necessidades de sobrevivência da família. Existe também a agricultura familiar que tem como objetivo não só atender às necessidades da família, mas ainda comercializar os excedentes de produção. Neste espaço predomina, entretanto, a chamada agricultura de sequeiro, caracterizada como aquela que não usa a tecnologia de irrigação.

No sertão do Médio São Francisco desenvolveu-se ao longo dos últimos 50 anos a agroindústria, com tecnologias de irrigação. Nesta região, as relações de produção abrangem, sobretudo, a mão de obra assalariada. A exploração dessa mão de obra tem sido duramente criticada pelos representantes de sindicatos dos trabalhadores agrícolas (Sintagro), pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) local e por intelectuais que estudaram a região, como Didier Bloch (1996), Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (2006), entre outros. Nessas pesquisas, os autores salientam o alto grau de exploração e violência presente no setor agroindustrial, sobretudo no que se refere ao trabalho feminino e infantil.

A referência climática sobre o território foi formulada no evento internacional em Recife 1999, III Conferência de Partes das Nações Unidas (COP-3)¹, caracterizando-o como espaço rico em sua diversidade biológica e com viabilidade econômica. Essa abordagem é nova, pois, historicamente, a região era apontada como inviável até para a sobrevivência. Justamente, essa mudança radical de percepção de um território é que nos serve de eixo de investigação.

Primeiramente é apresentada uma percepção do território observado através das argumentações feitas pelos atores sociais nos documentos: “Declaração do semiárido e protocolo oficial das Nações Unidas” (Brasil, 1999) escrito em decorrência da COP-3, quando foram apresentadas as formulações de problemas do semiárido. Para melhor entender as disputas que estão imbricadas na formulação desses problemas, foi estudada a história local deste território. Com isso, procuramos a origem da dinâmica de organização da sociedade neste espaço social.

1. A III Conferência de Partes (COP-3) acontece para dar continuidade à convenção contra a desertificação.

O objetivo é entender o processo de reorganização desse território sertanejo/semiárido pernambucano, a partir da observação da formação das relações de produção e as relações da sociedade com a natureza na região. Portanto, nos limitamos a entender, no presente texto, as relações de sociedade com a natureza associadas à alimentação e as relações de gênero, quando é possível observar um conjunto de conhecimentos tradicionais e a diversidade de modo de vida.

A dinâmica da história local é o tema da segunda parte do trabalho, quando se confrontará a história contemporânea com o passado. Através desta confrontação é possível observar a dinâmica de sociedade neste espaço, a seletividade social e territorial, onde se desdobra a reorganização de espaço sertão/semiárido.

Marco teórico e metodológico

Apresentamos aqui a ótica do conflito social pelas reservas produtivas enquanto objeto de estudo elencado a atualizações dos escritos de Karl Marx (1872). Esse objeto de análise das transformações sociais foi formulado originalmente nos escritos de Karl Marx e Friedrich Engels (1965) como a luta de classes. A confrontação se dá entre aqueles que detêm com os que são desapropriados dos meios de produção. Esses últimos precisam, então, vender sua força de trabalho para sobreviver e são explorados por aqueles que as compram. Consequentemente, desdobram-se, segundo os autores, formas de organizações sociais com um arranjo hierárquico de classes sociais, inseridos em suas respectivas relações sociais de produção.

O conflito social fundado num conceito de classes abrange uma dada organização capitalista da economia e sua respectiva relação de produção, marcada por uma relação de troca de trabalho por dinheiro. Contudo, deve-se considerar a enorme diversidade de organizações econômicas capitalistas, onde se desdobram outras relações de produção, como, por exemplo, as organizações econômicas de subsistência, que envolvem a produção familiar. Assim, o conceito de classe é insuficiente para analisar o conflito entre aqueles envolvidos em outras formas de organizações econômicas e suas respectivas relações de produção (ver, dentre outros, Poulantzas, 2002).

Outra famosa crítica ao conceito de classe é feita por Edward Palmer Thompson (1987) quando apresenta um estudo etnográfico sobre a construção de identidade da classe trabalhadora, a qual é muito particular e própria de um dado grupo social. Esses são alguns, dentre inúmeros outros, argumentos onde o conceito de classe perde sua universalidade, necessária no uso de um objeto de análise da diversidade de relações de produção de uma dada sociedade, uma vez que o conceito de classes sociais se refere a uma determinada forma de relações de produção e organização da economia. Sen-

do assim, é adotado, na presente pesquisa, uma noção de conflito social, imbricada em diferentes formas de organização de trabalho e produção econômica.

A noção de conflito – na tradição dos escritos de Karl Marx (1872) e de Karl Marx e Friedrich Engels (1965) – é marcada pelo entendimento dos atores sociais como sujeitos de suas ações, pois é a partir da confrontação, da luta por seus interesses, nas práticas sociais, que esses atores tomam consciência de seu lugar no mundo, na divisão do trabalho e na exploração e desapropriação dos seus meios de produção.

A metodologia extraída do processo de desapropriação dos meios de produção descrito acima também está inserida um processo de agregação de valores, apresentada por Marx no capítulo 24 de *O capital*, intitulado “A chamada valorização primária de acumulação do capital”. As atualizações feitas sobre o referido capítulo, as quais se tornaram metodologias de pesquisa (Altvater & Mahnkopf, 2007; Görg, 2004; Teixeira, 2013), não podem ser esgotadas neste artigo, por uma questão de limites de espaço. Assim, apresento, a seguir, somente a atualização usada para análise dos dados empíricos apresentados no presente texto, que diz respeito à relação entre sociedade e natureza.

Primeiramente, devem ser considerados os estudos de Alnasseri (2003), assim como de Altvater & Mahnkopf (2007), quando ambos apresentam o processo de agregação de valores não como processo de evolução cronológica da organização da economia capitalista, de pré-capitalista para capitalista, não como momento histórico, mas como processo contínuo de tornar-se mercadoria (Alnasseri, 2003).

A concepção predominante da globalização capitalista entende a agregação de valores um aproveitamento de novos territórios e reservas produtivas, apropriando-se dos espaços territoriais, de uma forma sistemática de integração, sob a égide de uma “objetiva obrigatoriedade do mercado mundial” (Altvater & Mahnkopf, 2007). O que observamos, ao longo do estudo empírico apresentado a seguir, são apropriações do território, onde novas formas de mercadorias vão surgindo, impondo modos de vida distintos daqueles que lá havia.

A expansão da economia capitalista envolta numa nova exploração de reservas produtivas naturais é seguida por rompimentos de modos de vida tradicionais e reorganização do tecido social. Esse processo foi analisado por Altvater & Mahnkopf (2007), quando associam a metodologia de agregação de valores, a perspectiva desenvolvida por Karl Polanyi (2000), de envolvimento/desmembrado (*embeddedness/disembedded*).

No presente estudo, foi observado o desmembramento de tecidos sociais, que, rompidos, se reorganizam de forma peculiar à região, com um forte traço de destruição

ambiental e violência. Essas peculiaridades regionais são parte de uma dinâmica de relação social, que foram construídas socialmente ao longo do tempo.

Destarte, a pesquisa empírica destaca uma relação de descontinuidade entre o espaço e o tempo (Giddens, 1991). A análise feita no presente artigo sobre a transformação do espaço sertão-semiárido visa ir além da observação da expansão do modo de vida capitalista. Mais do que isso, o que é possível observar é a transformação local num sentido próprio, peculiar e singular daquele espaço social, um deslocamento de espaço e tempo (Giddens, 1991: 25). Essa separação, sugerida por Giddens, abre a possibilidade de percepção das transformações locais, sob a ótica local e não global. O escopo de análise é assim acentuar a diferença, a diversidade e as peculiaridades na relação entre sociedade e natureza, implícitas nas relações de produção local.

As técnicas usadas nesse estudo foram às análises de documentos de organizações não governamentais, assim como das Nações Unidas. Importante também foram os documentos e pesquisas que tratam da história e da literatura local. Além disso, foram feitas entrevistas abertas com os atores sociais de institutos de pesquisa, de sindicatos, da Pastoral da Terra, assim como de organizações não governamentais locais. Algumas dessas entrevistas foram mencionadas e parte delas inseridas ao texto.

Entre o semiárido e os sertões

O termo semiárido envolve uma referência climática, que marca uma característica do ecossistema desta região, que é o índice de pluviosidade baixa, isto é, menor de 800mm ao ano. O período de chuva também se restringe a três ou quatro meses durante o ano. Além disso, existe um índice de insolação grande, tendo sol quase todos os dias do ano. A temperatura varia entre 23°C e 27°C². O solo desta região é rochoso, arenoso e raso, que somado ao clima da região é apontado por estudiosos como propenso à desertificação³. O ecossistema dessa área tem características particulares. Na região do estado de Pernambuco, predomina o bioma da Caatinga.

A delimitação da área reconhecida cientificamente como semiárido no Brasil, foi feita em 1991 pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Assim sendo o semiárido se estende por uma área que abrange 86,48% dos estados do Nordeste; 88,6% de Pernambuco, 11% de Minas Gerais e 2,51% do Espírito Santo, somando uma área do total de 974.752km². De acordo com estes estudos, o índice de pluviosidade anual encontra-se abaixo de 400mm e está restrito a uma pequena parcela do semiárido. O índice de pluviosidade em média da região é de 750mm⁴.

2. Ver <<https://www.embrapa.br/semiárido>>.

3. *The arid, semi-arid and dry sub-humid lands of the world, which are affected by drought and desertification, cover about 5.1 million hectares, about one third of the earth's surface* (Middleton & Thomas, 1992).

4. Ver <www.embrapa.br/semiárido>.

Baseado nestes dados, a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) publica periodicamente online elementos sobre possíveis soluções para os problemas causados por uma pluviometria anual de 200mm, utilizando-se de estudos apresentados pelas Nações Unidas.

[...] é bem verdade que temos problemas de má distribuição dessa chuva no tempo e no espaço. Mas, de fato, não existe ano sem chuva. Os anos mais secos dificilmente são inferiores a 200mm⁵.

5. Disponível em:
<www.asabrasil.com.br>.

Com este argumento a ASA conduz o debate das negociações políticas locais associadas aos problemas-soluções referentes a regiões semiáridas formuladas pelas Nações Unidas.

6. Disponível em:
<http://www.unccd.int/Lists/SiteDocumentLibrary/Publications/traditional_knowledge.pdf>.

Problemas: The arid, semi-arid and dry sub-humid lands of the world, which are affected by drought and desertification, cover about 5.1 million hectares, about one third of the earth's surface (Middleton & Thomas, 1992) [...] consequently crop production is limited to a few wet areas leaving pastoralism as the main pillar of the economy (Page 7).

Soluções: The great potential of traditional technologies, existing confidence and trust between Communities Basic Organizations (CBOs) and No Government Organizations (NGOs), and their experiences and understanding of traditional technologies are recognized. The mobilization and promotion of organized participatory approaches to documenting, screening and assessing promising traditional technologies for mainstream sustainable development is recommended (Page 6)⁶.

Com isso, o foco das negociações políticas se redireciona para novos argumentos, que diferem daqueles que marcaram a história da organização desse território ao longo de 400 anos, como podemos comprovar no discurso político e intelectual de toda a Região Nordeste (Cordeiro, 2004).

O discurso tradicional da seca está embebido nas produções artísticas e literárias, nas produções acadêmicas e nos projetos e relatórios políticos administrativos.

Manoel C. de **Andrade (1999)** aponta para o primeiro registro escrito sobre a seca, no Nordeste do Brasil, realizado pelo padre Fernão Cadim, em 1625, referindo-se ao período de 1580-1583. Posteriormente, durante o Império, já haviam sido esboçadas as primeiras intervenções públicas para conter o fenômeno.

Rosineide Cordeiro (2004: 88) refere-se a estudos sobre o fenômeno da seca associados a diferentes métodos de observação estatística. Segundo Adélia Branco

(2000), a periodicidade de chuvas é observada a cada quatro anos. Seus estudos demonstram que existe a seca – por ela denominada *excepcional* – que ocorre a cada 50 anos. Outro estudo citado por Rosineide Cordeiro (2004: 89) é o de Manoel Dantas V. Filho, que se baseia também em dados estatísticos. Ele classifica dois tipos básicos de seca: um período radical isolado, que costuma ser frequente num ciclo de 13 anos, inserido num tempo relativamente chuvoso; e outro período, que é um encadeamento de anos extremamente secos. Esse fenômeno costuma ocorrer a cada 26 anos.

Os novos atores políticos envolvidos com a ASA passam a assimilar novos entendimentos relacionados ao índice de pluviosidade da região do semiárido. A baixa pluviosidade que antes era associada às catástrofes de seca e fome passa a ter seu foco político econômico relacionado a infraestruturas tradicionais e adequadas para o clima semiárido. Assim, o eixo do debate conduzido pelos estudiosos envolvidos com a ASA se refere diretamente às instituições locais do Estado, que, historicamente, contribuíram para a concentração fundiária e a desigualdade social na região. O aparelho estatal, que se concretizou historicamente pautados no discurso da seca, tornou-se conhecido como a Indústria da Seca.

Assim, as negociações políticas direcionam seus argumentos rumo a uma infraestrutura adequada adaptada ao clima semiárido baseado em conhecimentos tradicionais no manejo com este meio ambiente. No bojo destas negociações, os novos atores políticos desenvolvem a linha argumentativa associando a distribuição do conhecimento de técnicas agrícolas adequadas ao meio ambiente com as infraestruturas apropriadas com aquele ecossistema. Ao associar estas duas medidas, seria possível diminuir a vulnerabilidade dos grupos sociais desprivilegiados daquela região.

A produção social da nova esfera política

Um membro de uma instituição vinculada a ASA avaliou, em 2006, os sucessos e os fracassos desta rede de organizações em entrevista na qual expõe claramente que o principal objetivo é contribuir para o entendimento sobre o semiárido.

A ASA é uma articulação que congrega mais de 800 organizações. Sempre existem dificuldades nessa caminhada, não é uma caminhada fácil, mas não há obstáculo intransponível. A ASA tem coligido muitos sucessos. Eu diria que a ASA, hoje, tem condições de ser uma grande interlocutora do semiárido para as políticas públicas do Nordeste. As dificuldades estão no grande número de opiniões, de diferentes entendimentos. Por exemplo: Como entender o semiárido? Existem diferentes formas de entendimento sobre isso! (entrevista membro ONG- Recife/Olinda).

No debate conduzido pela rede de organizações, associações, instituições e sindicatos foram relevadas determinações que visam redefinir os problemas da região. O grupo alvo continua sendo aquele economicamente vulnerável, que, ao longo do período de estiagem, ficaram expostos ao clima devido à carência de infraestruturas apropriadas para o manejo do meio ambiente. As infraestruturas apropriadas são aquelas associadas aos conhecimentos tradicionais sobre o semiárido. Entretanto, o fato é que a gama de conhecimento necessário para sobrevivência nessa conjuntura foi praticamente eximida, junto com os povos autóctones que habitavam a região. Esse é um fato que está inserido na história local, quando nos reportamos aos primórdios da organização social no sertão e que não é relevada nas atuais negociações políticas, apesar de todos saberem que existe um conhecimento tradicional sobre o semiárido, por poucos dominado.

No documento conhecido pela “Declaração do semiárido”, os novos atores políticos passaram a argumentar sobre os problemas-soluções do semiárido, ainda pautado na vulnerabilidade econômica de seus habitantes.

[...] A bem da verdade, a não ser em momentos excepcionais como a Conferência da ONU, pouca gente se interessa pelas centenas de milhares de famílias, social e economicamente vulneráveis, do semiárido. Por isso, o momento presente parece-nos duplamente importante. Neste dia 26 de novembro de 1999, no Centro de Convenções de Pernambuco, a COP-3 está encerrando seus trabalhos e registrando alguns avanços no âmbito do combate à desertificação. Porém, no mesmo momento em que as portas da conferência estão se fechando em Recife, uma grande seca, iniciada em 1998, continua vigorando a menos de 100km do litoral. É disso, que nós, da ASA, queremos tratar agora. Queremos falar dessa parte do Brasil de cerca de 900 mil km², imensa porém invisível, a não ser quando a seca castiga a região e as câmeras começam a mostrar as eternas imagens de chão rachado, água turva e crianças passando fome...⁷

7. “Declaração do semiárido”, disponível em: <www.asa.br>. Acessado em: Ago. 2014.

As características geofísicas e climáticas da região associadas ao discurso político não são novidade, pois, no passado, a seca foi parte importante do discurso político que subsidiou o aparelho de Estado criado para vencer os problemas gerados pela seca.

Entretanto, antes o período de estiagem de oito a nove meses era associado à pobreza da região, sobretudo, quando esta estiagem se estendia por dois ou três anos e a população rural desprivilegiada não tinha absolutamente mais nada o que comer e beber. Dessa forma o período de estiagem passava a ser entendido como problema, pois passou a ser associado a catástrofes sociais.

A produção intelectual também reforça esta nova construção social de espaço do sertão semiárido, como é possível observar em alguns trabalhos desenvolvidos ao longo dos últimos dez anos, desde a Conferência de desertificação da ONU, em Recife.

Segundo Manuel C. de **Andrade (1999; 2005)**, o problema da seca sempre foi querer acabar com ela, o que é impossível, pois os períodos de estiagem são características da região. O autor se refere às políticas públicas que se institucionalizaram ao longo dos anos, desde o Império, e que sempre visavam “acabar” ou “amenizar” os períodos de estiagem próprios da região. Com este exemplo, refiro-me também à produção intelectual, que critica o aparelho de Estado que se formou através do discurso da seca.

Atualmente, a seca relacionada à região do semiárido não é mais vista como problema ambiental. No documento referente à COP-3, os problemas do semiárido foram associados ao processo de desertificação que implica a utilização inadequada das reservas naturais. Entretanto são incluídas características climáticas associadas ao bioma característico a região. Neste momento é salientada, sobretudo, sua diversidade biológica.

As soluções para os problemas da desertificação foram apontadas, com destaque para as técnicas tradicionais de produção agrícola, o que significa aplicar os conhecimentos tradicionais na produção agropecuária. Além disso, os cultivos agrícolas devem passar a uma produção intensiva e não extensiva, como se desenvolveu nessa região ao longo da conquista do território nos séculos XVII, XVIII, XIX e princípio do século XX.

Em suma, o foco do problema da região antes era dirigido à falta de água; atualmente, o eixo do problema continua sendo a falta de água, desta vez associado a uma infraestrutura adequada ao meio ambiente e junto a ela a valorização deste meio ambiente enfocando sua biodiversidade. Esse discurso foi relacionado aos novos entendimentos sobre os problemas e soluções referentes à baixa pluviosidade no território, apontado tanto no documento da COP-3 como na “Declaração do semiárido”.

Water management: Water resource management practices date back to early time and range from simple catchment and diversion structures to sophisticated underground canals found in North Africa, The Middle East and China, such as Faggaros in North Africa and Karez wells in Pakistan. Groundwater is also tapped through hand – dug wells that extend from riparian areas to depths of over 100 m, on higher ground⁸.

No documento referente à COP-3, observa-se ainda uma clara divisão de trabalho entre as instituições internacionais e os atores políticos locais. Enquanto o primeiro

8. COP-3, p. 4, Recife 1999. Disponível em: <http://www.unccd.int/Lists/SiteDocumentLibrary/Publications/traditional_knowledge.pdf>. Acessado em: 27 Ago. 2014.

expõe a aplicação dos conhecimentos a serem empregados, através de recomendações de novas tecnologias adaptadas às regiões geograficamente semelhantes, o segundo tem como tarefa sistematizar, viabilizar e repassar os conhecimentos sobre o meio ambiente assim como as técnicas tradicionais de manejo dos recursos naturais.

[...] vale lembrar que este ano, em Petrolina, durante a IX Conferência Internacional de Sistemas de Captação de Água de Chuva, especialistas do mundo inteiro concluíram, na base da sua experiência internacional, que a captação de água de chuva no semiárido brasileiro seria uma fonte hídrica suficiente para as necessidades produtivas e sociais da região⁹.

9. ASA, disponível em: <http://www.asabrazil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=104>. Acessado em: 28 Ago. 2014.

Aos atores sociais locais – organizados em ONGs, sindicatos e associações conectados com as comunidades de base locais – é atribuído o levantamento de dados através de suas atividades. Estas experiências devem ser aplicadas para a preservação do meio ambiente, a segurança alimentar e a diminuição da pobreza, assim como a preservação dos direitos humanos.

10. Disponível em: <http://www.unccd.int/Lists/SiteDocumentLibrary/Publications/traditional_knowledge.pdf>. Acessado em: 28 Ago. 2014.

Paragraf 221: This notwithstanding, a number of local, regional and international NGOs working at different levels have exerted much influence in global policy development on biodiversity management, food security and hunger and human rights issues. Many local NGOs have accumulated much information on traditional knowledge and practices that would provide useful entry points¹⁰.

11. Disponível em: <www.ana.gov.br/.../RelatorioGestao/Rio10/rio_maisdez/.../1752-Declaracadorio.wiz>. Acessado em: 12 Maio 2016.

Relação entre as estratégias políticas internacionais e locais

Interessante aqui também observar que os procedimentos que antecederam e procederam à COP-3, em Recife, foram semelhantes aos da Conferência Internacional do Meio Ambiente que teve lugar no Rio de Janeiro, a ECO-92. Em Recife também houve uma conferência paralela que reuniu a sociedade civil organizada, onde participaram as novas forças políticas locais. No bojo deste processo, a nova estratégia política se consolida paulatinamente através das negociações políticas referentes a problemas-soluções sobre o desenvolvimento sustentável.

Na ECO-92, houve também uma conferência paralela que resultou na Declaração do Rio, onde foi associado o debate sobre preservação do meio ambiente com a economia política sustentável¹¹.

Sertão e sertões.

A história da organização do espaço sertão

O termo sertão reúne significados mais abrangentes do que aquele limitado a uma perspectiva puramente espacial ou mesmo climática. Todavia, entre os dois espaços produzidos socialmente enquanto sertão e semiárido existe uma interseção territorial, onde vem sendo reproduzida uma nova organização social. Como se pode observar na própria “Declaração do semiárido”, os próprios atores sociais envolvidos com aquele ecossistema referem-se ao sertão para fundar suas negociações políticas, conscientes que este território guarda sua dinâmica social própria, imbricada em sua história.

O termo é considerado por intelectuais brasileiros como categoria histórico-social, que faz parte do pensamento social brasileiro (Amado, 1995; Candido, 1964; Freyre, 1977, dentre outros).

A palavra *sertão* envolve um entendimento como sinônimo de interior (Casculo, 1969). O termo encontrado em Luís da Câmara Casculo (1996), em seu *Dicionário do folclore brasileiro*, aponta que as tentativas para caracterizar esse espaço têm sido mais convencionais que reais. De forma mais precisa, Ângelo Carrara (1997) definiu sertão como região pouco povoada, passando, portanto, a questão demográfica a determinar o uso da terminologia originalmente utilizada pelos paulistas como área perigosa e povoada exclusivamente por índios.

Entretanto vale acrescentar que o sertão é também uma referência institucionalizada de um território, definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como subárea nordestina, árida e pobre, situada ao oeste do Agreste e da Zona da Mata.

O primeiro registro de povoamento do sertão de Pernambuco foi feito em 1578, por Diogo de Castro (Ferraz, 2006: 43), que penetrou por estas terras pelas margens do São Francisco. Estas expedições eram fomentadas através da doação de terras de Sesmarias, que deveriam ser ocupadas dentro de um prazo de cinco anos. Segundo Maria do Socorro Ferraz (2006), no início da colonização, a legislação incentivava a ocupação de terras doando Sesmaria.

A partir de 1699, as legislações destas ocupações passam a ser mais rigorosas sobre o prazo de aproveitamento da terra, pois elas estavam sendo ocupadas sem a regulamentação. Assim, caso as terras não fossem ocupadas e usadas para produção econômica dentro do prazo de cinco anos seriam consideradas terras devoluta (*Livro de foros*, n. 3, f. 3, p. 51, apud Ferraz, 2006).

Outro fato que incentivou o empreendimento fundiário nas terras do sertão foi a delimitação do território, realizada a partir de limites naturais, abrindo a possibilidade para os donatários ou posseiros estenderem sua propriedade (Ferraz, 2006). Maria do Socorro Ferraz menciona mesmo um exemplo conhecido na região, do proprietário Garcia d'Ávila, que conseguiu construir um império fundiário para criação de gado, graças à posse de terras contíguas à sua propriedade.

Outro fato importante que fomentou o povoamento e a exploração do sertão foi o comércio feito através do rio São Francisco e Moxotó, por onde passavam constantemente grupos de viajantes transportando mercadorias ou simplesmente se deslocando do litoral para o interior e do interior para o litoral (ver Ferraz, 2006).

Assim, o sertão foi sendo ocupado também através de expedições exploradoras que no decorrer de sua marcha e, sobretudo quando se instalavam e desbravavam suas terras, impunham uma verdadeira guerra contra os nativos que ali viviam. A autora segue apontando que a tolerância entre os grupos sociais nesta região era associada a uma aliança que facilitava e concordava com o extermínio indígena, ou, na melhor das hipóteses, os afastava de suas terras férteis (ver Ferraz, 2006). Interessante seria salientar aqui, que, ao exterminar a população nativa, os novos habitantes não assimilaram os conhecimentos seculares sobre o meio ambiente que estavam ocupando, expertise que os autóctones certamente dominavam.

As relações sociais de produção e com a natureza. Ótica local

No conjunto da historiografia local, fica claro que a organização social do território sertanejo se fundou na agropecuária extensiva. A agricultura do milho, do feijão e outros plantios eram feitos exclusivamente para subsistência da fazenda. As fazendas eram unidades produtivas autossuficientes (Ferraz, 2006). Estes territórios enormes tomados por poucas famílias passam a ter um valor não só de meio de produção como um valor social, pois no mercado fundiário dos séculos XVIII e XIX estas e nenhuma outra terra tinham o valor de troca elevado.

Dentro deste quadro de condições, as relações de produção se fundam nas relações familiares, pois diferentemente da região da Zona da Mata, canavieira, o trabalho escravo no sertão não era requisitado, pois as principais atividades de produção eram a pecuária. Assim, desenvolveu-se na região uma relação de produção e de sociedade própria, baseada nas relações familiares de parentesco e agregados. Estas relações de trabalho eram livres, entretanto não assalariadas. Este tipo de relação de trabalho também foi implantado em outras regiões brasileiras, como, por exemplo, na Região Centro-Oeste (**Fragoso, 2000**: 175).

Conflitos sanguinários que marcam a imposição do Estado-nação na região

“O Sertão é um mundo!”¹² O surgimento deste mundo se funda a partir do século XVII, através das chamadas Guerras Justas. Estes conflitos sanguinários eram assim denominados nos documentos da época ao se referirem ao massacre dos nativos pelos europeus e seus aliados (ver, dentre outros, Salzano, 1992; Ferraz, 2006). Assim, as conquistas territoriais foram conduzidas associadas à ocupação deste território pelos portugueses, espanhóis e holandeses. O objetivo destes extermínios também era fundar comunidades que se organizavam em grupos familiares para tomar uma parte do território. Eles se instalavam e fundavam unidades produtivas em forma de fazendas (ver Ferraz, 2006).

A região sertaneja começa a ganhar maior relevância depois do surgimento do Estado-nação Brasil, em 1889, quando as ocupações de territórios se tornaram ainda mais violentas e marcaram a chegada de outros atores sociais na região. Estes fatos são relatados em grandes obras literárias e documentos da época. Na obra premiada de Euclides da Cunha (1902), podemos observar o que motivou o massacre da comunidade de Canudos sob a ótica daquele que tomou parte do genocídio desta comunidade, o próprio autor. Esta obra oferece um documento valioso para o entendimento do pensamento social brasileiro, assim como a história da organização do espaço da região sertaneja. Importante ressaltar que essas ideias vinham junto com seus missionários e os grandes fazendeiros que migraram de toda parte do Brasil para essa região. A milícia que derrotou a população de Canudos era do Rio de Janeiro. Um famoso integrante dessa milícia foi Euclides da Cunha, nascido em 1866, no estado do Rio de Janeiro, mais precisamente no município de Cantagalo.

O genocídio de Canudos não deve ser considerado como a chamada “Guerra Justa”, pois não era mais contra os nativos da região apenas. Estes conflitos sanguinários eram conduzidos pelas Forças Armadas da República contra as comunidades menos favorecidas locais, vivendo fora das unidades produtivas das fazendas. Entretanto, os massacres eram impulsionados pela mesma ideologia que motivara as Guerras Justas, motivada em destruir modos de vida distintos daquele que deveriam predominar.

Através dos relatos de Cunha podemos entender que o conflito de Canudos reflete um dos muitos conflitos da época, quando o poder territorial foi consolidado através do surgimento do Estado, quando as normas sociais já vigentes alcançaram uma maior legitimidade associadas às normas do Estado-nação republicano e seu conjunto de leis, para a organização da ordem social.

12. Menção feita por Rosineide Cordeiro (2004: 63) a Guimarães Rosa em *A terceira margem do rio*.

Para haver um conflito de raças, existiu um processo paralelo da construção social de diferenciação entre os seres humanos, enquanto seres superiores e inferiores. No Brasil, assim como em muitos países colonizados na América Latina, herdamos o racismo europeu, onde a cor da pele é associada a uma pretensa hierarquia humana.

Ao tomar como exemplo a introdução feita por Euclides da Cunha, é interessante notar sua preocupação em classificar o grupo social local: o jagunço destemeroso, o tabaréu ingênuo e o caipira simplório. A partir desse exemplo é possível interpretar, que embora o ponto de partida dessa formação de sociedade tenha sido marcado por uma relação escravista extremamente violenta entre brancos-negros e brancos-índios, o que também se secularizou foram relações de violência (Cardoso, 2010) como parte integrante da sociedade e não apenas uma separação étnica, que nos pudesse orientar para identificar as desigualdades sociais.

Para Euclides da Cunha o genocídio em Canudos foi necessário, espontâneo e natural, parte da evolução da sociedade no sertão. Fundado nas referidas bases teóricas pelo autor, como o pensamento do contrato social desenvolvido por Thomas Hobbes¹³. A mesma não se aplicaria àquele território, que, segundo o autor, ainda se encontraria em estágio primitivo, sem contexto de formação de uma sociedade civil.

13. O Leviatã, um corpo político tomado do monstro todo-poderoso do Livro de Jó, do Antigo Testamento, é uma construção de Thomas Hobbes para propor um modelo de Estado. Um ser soberano, poderoso e violento que rege seus súditos impondo a paz, assegurada na sociedade moderna civilizada através do contrato social entre o Estado e a sociedade civil (Hobbes, 1970).

A República no Brasil, pautada por seu motor positivista, entrelaçada por uma complexa ideologia racista evolucionista (Candido, 2006), passou a ser reconhecida e, sobretudo, entendida pelas bandas sertanejas, quase uma década depois de ter sido instaurada na capital do país, na época o Rio de Janeiro (Queiroz, 1965; Oliveira 1990). Este processo de reconhecimento social de um Estado nacional brasileiro também é atribuído a estes conflitos sangüinários conduzidos pelas Forças Armadas nacional e estaduais. Isto significa que os donatários destas grandes unidades produtivas de fazendas podem ser identificados como a força política local, que se constituíram enquanto Estado local. Assim, o surgimento do Estado nacional e a implantação do mesmo em escala local não mudam a dinâmica de violência já instaurada das organizações de sociedade. Nessas organizações de sociedade local já estava implícita uma ideologia racista peculiar, envolvendo um positivismo evolucionista de raças humanas próprios daquela região.

A instauração de uma forma política de Estado tem uma relevância analítica, no intuito de desvelar as relações de poder que se condensam no aparelho do Estado. Ela se forma a partir dessa constelação política local, e que nesta fase foi sendo sedimentada através de uma sociedade alienada de seu meio ambiente. Ao longo do processo de alienação, distanciamento, que fez parte a organização do território sertanejo, releva-se o processo de discriminação social.

Assim, podemos concluir que esses conflitos sanguíneos no sertão tiveram a função de impor uma nova forma de organização de poder, que se instituiu enquanto Estado-nação republicano brasileiro. Nele estão envolvidas as suas respectivas normas políticas e os valores sociais dominantes, construídos socialmente ao longo do tempo em escala regional (Queiroz, 1965).

A família como eixo do aparelho Estado local

As instituições políticas mais fortes desta região ainda são a família e a Igreja. No século XVII, a região era ocupada por famílias organizadas em grandes fazendas de produção agropecuária. Segundo Ferraz (2006), 40% das atividades desenvolvidas nestas unidades era conduzida pela força de trabalho familiar e o resto por trabalho escravo e por agregados. Os agregados se caracterizavam por uma relação não assalariada com seus empregadores. Tinham suas casas na propriedade do mandatário, produziam gêneros de subsistência e ajudavam nos afazeres domésticos. O trabalho escravo nesta região nunca foi implantado realmente (Ferraz, 2006). Diferente da região canavieira da Zona da Mata, que desde o século XVI empregou a mão de obra escrava na sua produção, no sertão esta mão de obra desempenhava um papel semelhante ao das famílias agregadas, como aponta Ferraz (2006), baseada em registros de casamentos feitos entre escravos e famílias de escravos.

Para exemplificar melhor as organizações da sociedade nesta região, é interessante apontar alguns que somavam o total de proprietários registrados em meados do século XIX no sertão de São Francisco. Eles contavam um total de 230 famílias. Sendo que o mais rico deles tinha 24 escravos, o outro 11¹⁴.

Com o exemplo acima é possível demonstrar a organização do espaço associada a uma organização da sociedade no território do sertão, que se caracteriza como organização de parentesco e de agregados, em unidades de produção, cuja principal atividade era a agropecuária extensiva e agricultura com finalidade de subsistência. Estas atividades foram sendo conduzidas pelas famílias que vinham se apossar de suas terras e conduziam atividades agropecuárias sem um conhecimento específico e tradicional sobre o meio ambiente. As estruturas de poder foram se consolidando através de alianças entre estas grandes famílias de fazendeiros e fazendeiras da região.

Importante também acrescentar que o modelo patrimonial característico dessas organizações sociais de território não era fundado somente pelo gênero masculino, os homens, senão também por mulheres (Ferraz, 2006). Elas tiveram e ainda têm um papel fundamental nesta organização social (Cordeiro, 2004).

14. Maria do Socorro Ferraz (2006) se baseia em *Documentos manuscritos e cartoriais dos municípios de Floresta, Tacaratu, Santa Maria da Boa Vista, Petrolândia e Itacuruba*.

Nas próximas seções serão confrontados dados históricos com o processo de reorganização do espaço no sertão de Pernambuco. A partir desses confrontos históricos, será possível observar que o processo de reorganização social desse espaço vem sendo consolidado desde início dos anos 1990. Entretanto, a dinâmica de organização social do território se projeta já no princípio de século XX.

Consolidação do aparelho estatal nordestino. Ótica de dentro para fora

A Primeira República (1889-1930), também denominada República Velha, foi instaurada no sertão através de intervenções violentas e articulações entre famílias como explanei acima. No âmbito nacional, esse período se caracteriza pela dominação das forças produtivas agrárias sob hegemonia dos cafeicultores paulistas (Mendonça, 2000: 316). A estratégia política dessas forças produtivas surge inspirada na crítica da Monarquia, que centralizava o poder. Por isso, as forças produtivas dominantes impõem uma maior independência do poder central. Dessas estratégias políticas, resultou o regime federalista, onde os estados brasileiros passam a ter uma maior autonomia. Estes percursos políticos levaram a uma maximização do poder das oligarquias estaduais, o que viabilizou uma aliança regional e, conseqüentemente, a consolidação do poder na Região Nordeste.

Todavia, apesar de ter sido concedida uma autonomia aos estados, essas forças políticas, fundadas por oligarquias agrárias, não formavam uma aliança nacional (Mendonça, 2000). Ao contrário, existia uma clara hierarquia entre elas, na qual as forças produtivas do Sudeste cafeeiro detinham o domínio das decisões nacionais. Esse era o quadro de condições que gerou um largo conflito entre essas oligarquias agrárias regionais (ver Mendonça, 2000: 318).

A aliança política do Nordeste estava abaixo da cadeia hierárquica de poder nacional na República Velha, com isso tinha pouco poder de decisão sobre as decisões de âmbito nacional. Contudo, em escala local essas forças políticas foram consolidando o poder no que concerne à política regional (Mendonça, 2000: 317).

Os anos 1930 marcam então o início da chamada Nova República e a queda da hegemonia agrária do Sudeste, o que favoreceu as forças produtivas nordestinas a exercerem seu poder no âmbito nacional. Foi a partir dessa década que se consolidaram as instituições políticas do Nordeste, cujo principal objetivo foi instituir uma indústria agropecuária na região. A ideologia de desenvolvimento regional fundou-se então na política (ecológica) da seca, com base na ideia de uma agroindústria de irrigação, com alto potencial de produção para exportação. Sob a égide dessa política da seca, foram inauguradas as estruturas políticas de combate à seca que se

tornou mais tarde conhecidas ironicamente como a Indústria da Seca. Esse termo, irônico, refere-se à política regional de mobilização de enorme soma de recursos públicos federais e regionais direcionados ao combate à seca e, ao mesmo tempo, tinha como objetivo fomentar a emergência das grandes indústrias agropecuárias do sertão. Essas políticas envolvem criação de instituições e leis federais para captação de recursos e teve início nas primeiras décadas do século XX.

A partir dos anos 1970 houve uma redistribuição de terras na região do Vale de São Francisco fomentada pelo recém-inaugurado Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O principal objetivo dessa instituição é administrar as questões agrárias do país. Junto com a criação do órgão foi instituída uma série de programas, que envolve a Região Nordeste e em particular a região do vale do São Francisco. Esses programas foram relacionados à redistribuição de terra com o objetivo de estimular à agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra). Em 1971 entra em vigor o Decreto-Lei n.º 1.179, pelo qual as terras improdutivas deveriam ser desapropriadas, mediante justa indenização, e colocadas à venda a preço de mercado (artigo 3º do Decreto-Lei). Para a região do vale do São Francisco, foram instituídos dois programas nos anos 1970: o Provale, programa de reforma agrária direcionado para a região, que visava fomentar a indústria agropecuária em ascensão; e, em 1974, o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste).

Contudo, observamos que a atual reorganização do espaço na região se renova e se reproduz fundada na relação alienada da sociedade e da natureza, inseridas violências e discriminação de modos de vida particulares do espaço social sertão. Essas são as conclusões tiradas da análise sobre as atuais relações territoriais em âmbito local, que divide o sertão de Pernambuco em duas partes. Aquela entendida como economicamente desenvolvida, na qual se estabeleceu a produção agrícola com uso de tecnologias de irrigação, que é a região do vale do São Francisco; e a outra área, onde a agricultura tradicional ainda é conduzida sem a tecnologia de irrigação.

Reorganização social do espaço: o semiárido com e sem tecnologia de irrigação

Com referência a avaliação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da área do semiárido brasileiro, a fome continua presente na região. De acordo com a metodologia usada para os estudos de avaliação do IDH, a área que dispõe de tecnologia de irrigação apresenta um maior IDH¹⁵. Com base nestes números, foram avaliados os setores de prestação de serviços da população assalariada, de comércio e o setor agrário. A partir dos dados obtidos, constata-se uma grande circulação de capital na região. Esta circulação de capital entre o conjunto da população da região resulta

15. Ver <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/>>. Através do link, é possível selecionar os municípios referentes às áreas com a agricultura irrigada e os demais com a agricultura de sequeiro, típica da região.

em uma elevação do padrão de vida para a região (Batista Filho, 2005). Malaquias Batista Filho usa em sua análise a relação político-econômica para estudar a carência alimentar da população, dando continuidade aos métodos usados por Josué de Castro (2007).

Em seu estudo sobre o semiárido nordestino, Malaquias Batista Filho (2005) traça uma divisão espacial da região onde existe uma prevalência de insegurança alimentar. Seu método baseia-se na diversidade de produção de alimentos da região associada à circulação de capital. A circulação de capital acarretaria uma maior infraestrutura, proporcionando maior acesso das crianças à escola e aos serviços de saúde (Batista Filho, 2005).

Consequentemente, orientado pelos métodos para o cálculo do IDH, a insegurança alimentar é predominante na área de atividades de sequeiro, onde a agricultura de irrigação não foi implantada. Nesse território predomina a agricultura familiar de subsistência, com técnicas agrícolas tradicionais. Segundo as pesquisas que envolvem o IDH, constata-se uma monotonia alimentar na época da seca; ademais, na época das chuvas, a produção de alimentos não seria suficiente para o abastecimento do ano inteiro.

Além disso, a circulação de capital nessa área é baixa, pois as atividades econômicas são restritas. Ao contrário, no espaço em que existe a tecnologia de irrigação, segundo pesquisas de Malaquias Batista Filho (2005), encontra-se uma menor prevalência de insegurança alimentar e nutricional, pois o volume de produção de alimentos é enorme e a circulação de capital proporcionalmente grande. Um balanço econômico positivo da região envolve uma maior infraestrutura, tanto rural como urbana, viabilizando o acesso da população aos serviços de saúde e educação, o que proporcionalmente elevaria o índice de desenvolvimento humano (IDH) do território.

A área do semiárido com tecnologia de irrigação

Nos estudos desenvolvidos por Malaquias Batista Filho (2005), permanece fora do foco de análise a avaliação das relações precárias de trabalho que predominam na região, bem como a completa falta de infraestrutura para armazenagem de alimentos.

Com relação às condições precárias de relação assalariada de trabalho, devemos ressaltar as empresas agrícolas, onde trabalham mulheres e crianças. As relações de trabalho no setor agrícola regional são conhecidas e já foi tema de muitos trabalhos. Em entrevista, um líder sindical dos trabalhadores agrícolas assalariados esclareceu a função do sindicato nesta região, apontando sua principal tarefa e, sobretudo, a dificuldade das ações sindicais:

A tarefa do sindicato é fiscalizar as relações de trabalho dentro da empresa agrícola. Acontece que as empresas reconhecem apenas os sindicatos que trabalham com elas e não contra elas. O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas (Sintagro), que nasceu autonomamente na região, não é reconhecido pelos empresários. Assim, o sindicato não tem autorização para atuar dentro das empresas (Técnico – ONG Pastoral da Terra, Juazeiro).

Baseado neste depoimento, pode-se concluir que as organizações sindicais organizadas pelos trabalhadores quando não são autorizadas a entrar na empresa e a negociar com os empregadores também não têm legitimidade perante as ações judiciais. Assim, as denúncias de exploração do trabalho continuam sendo feitas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que divulga as precárias condições de trabalho dentro das indústrias agropecuárias. Isto é um fato reconhecido na região, o que ainda não mudou foi que estas empresas não são punidas pelos crimes contra os empregados.

Na região do vale do São Francisco, entre os estados de Pernambuco e da Bahia, os produtores agrícolas não são obrigatoriamente os famosos latifundiários da região, são também as indústrias agrícolas estrangeiras. Estas últimas dominam toda a corrente de produção que vai desde os cultivos agrícolas até a comercialização dos produtos nas grandes redes de supermercados (Gama da Silva, 2001: 53). Eles são os famosos distribuidores internacionais de alimentos que também possuem supermercados em todo o mundo. Estas redes empresariais dominam toda a escala dos meios de produção: terras e conhecimentos de técnicas agrícolas apropriadas ao meio ambiente, assim como a força de trabalho disponível na região. O objetivo comum dessas empresas é cobrir a demanda de alimento de alta qualidade da classe média e alta das grandes cidades.

A demanda por alimento de alta qualidade foi atizada devido ao debate sobre alimentos manipulados geneticamente, assim como no uso abusivo de agrotóxico na produção agrícola. Consequentemente, desenvolve-se na sociedade a consciência ecológica associada a um critério de consumo. Estes critérios passaram a ser um diferencial importante para os produtores de alimento, que têm como objetivo satisfazer a demanda da classe média e alta na procura por alimentos livres de pesticidas prejudiciais à saúde. Surge então, nesse contexto, novas mercadorias, visando atender à demanda por alimentos livres de perigos à saúde.

Contudo, a produção agropecuária de alimentos orgânicos visa atender à demanda da economia de mercado (ver Goodman & Redclift, 1991). Esta nova mercadoria – que, para fins de análise denomino aqui de *biocommodities* – não deve ser associada a produtos provenientes de um modo de produção social e economicamente

mais sustentável que o anterior, baseia-se sim na mesma relação de exploração de trabalho e do meio ambiente, igualmente conservadora, como aquela realizada por qualquer outra empresa que atua na região.

Para comprovar este argumento, dou um exemplo de uma empresa na região estudada por Pedro Gama da Silva (2001). As indústrias agropecuárias produzem alimentos orgânicos e não orgânicos, entretanto associam sempre sua produção com padrão de qualidade para a exportação de *commodities*. Esse padrão de qualidade de produção impõe também um padrão de qualidade à produção agrícola brasileira, para manter sua competitividade no mercado de exportação (Cavalcanti, Gama da Silva & Mota 2006: 79). Um exemplo é a Carrefour Corporation (Gama da Silva, 2001: 20).

As empresas agrícolas passam a ser consideradas modelo para o desenvolvimento sustentável da região. Além das *biocommodities*, a empresa ecológica desenvolve uma nova técnica de produção, porém com as mesmas bases de relações de produção e relação de sociedade e natureza. Estas são associadas às novas tecnologias de irrigação, que são apropriadas à região.

Outra mercadoria que nasce da produção de alimentos orgânicos são as sementes. Estas são cultivadas junto à produção agroecológica. A agroecologia, assim como a agrofloresta, nada mais é do que um conjunto de técnicas de produção agrícola baseado nos conhecimentos tradicionais. Esses conhecimentos são colhidos através do trabalho das instituições de prestação de assistência técnica, e devidamente repassados em publicações. As técnicas tradicionais agropecuárias têm sido também levadas para os institutos de pesquisa no âmbito regional, nacional e internacional e têm sido amplamente desenvolvidas por pesquisadores em diferentes áreas de conhecimento.

O argumento acima descrito reflete então a estratégia de desenvolvimento local baseado na apropriação do conhecimento tradicional e o isolamento das mesmas em um conjunto de técnicas, denominadas de agroecológicas e agroflorestais. Essas técnicas são isoladas, identificadas e agregam valores, que são devidamente aplicados e repassados nos polos agroindustriais desse mesmo território.

Entretanto, é importante ressaltar que dados empíricos demonstram que estas empresas geram menos emprego no campo do que as agroindústrias conservadoras. Pedro Gama da Silva (2001) acrescenta que as três fazendas localizadas no polo Petrolina/Juazeiro, que ocupam uma área de 450 hectares de plantação de uva, empregam apenas 1.300 pessoas. Segundo cálculos de Pedro Gama (2001) são 2,8 empregados por hectare (Gama da Silva, 2001: 225).

A absorção de menos mão de obra na fruticultura se deve a novas tecnologias utilizadas. De acordo com os dados da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), em 1999, dos 32,3 mil hectares cultivados com frutas na região do submédio São Francisco, 11,7 mil hectares estão sendo irrigados pelos métodos de irrigação por micro aspersão e gotejamento. Esse número corresponde a 36,3% da área com fruticultura, onde é aplicada a irrigação localizada (Gama da Silva, 2001: 224). Através destas novas técnicas, aumentou a produção de frutas, que, desde então, têm sido exportadas. É importante salientar que, proporcionalmente, os postos de trabalho tornaram-se ainda mais fugazes, pois o trabalhador agrícola só é empregado para determinados momentos de produção. Assim, não existe uma continuidade do envolvimento da relação assalariada de trabalho, fazendo com que a região onde circula um enorme volume de capital, aumente proporcionalmente o índice de insegurança social. É o que explica o resultado do IDH desta região.

O semiárido sem tecnologia de irrigação

No espaço territorial sem a tecnologia de irrigação, o IDH é considerado baixo, uma vez que a circulação de capital é baixa e o índice de analfabetismo é alto. Nesta área, encontra-se a maioria dos pequenos agricultores da agricultura familiar e, sobretudo da agricultura da produção de subsistência. Consequentemente concentram-se os programas de desenvolvimento, onde predomina a produção de sequeiro.

O objetivo principal destes programas de desenvolvimento é aumentar o poder de compra das famílias. Assim, o programa consiste em distribuir um mínimo de infraestrutura e incentiva uma assistência técnica compatível com a produção destas famílias. Entretanto, o mínimo de infraestrutura que se tenta implantar é insuficiente, diante do fato que não existe qualquer infraestrutura. Além disso, a assistência técnica se concentra nas famílias que já detêm conhecimento de técnicas agrícolas, pois os programas se sustentam praticamente com a divulgação das técnicas utilizadas por elas através de publicações. Estas publicações são feitas pelo conjunto de organizações que compõem a assistência técnica rural nesta região, que abrangem programas, instituições e, sobretudo, muitas ONGs. A antiga assistência técnica pública foi redimensionada a partir de 2003, pois até então ela era praticamente inexistente (Técnico agrícola – ONG Sertão Central).

No período de surgimento da ASA, as ONGs, os sindicatos e as associações assumiram não só o trabalho político como também o de assistência técnica rural, pois é através deste trabalho que eles poderiam traçar suas bases políticas (ver, acima, “Declaração do semiárido”). Em um trecho do depoimento de um membro de uma ONG, ele afirma:

A ONG recebe 50% dos seus recursos financeiros de agências internacionais para o desenvolvimento são elas: Misericórdia Alemanha, Icor Holanda, Terre des Hommes Suíça. [...] os outros 50% são de recursos do governo a nível nacional e estadual. Nos últimos três anos o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tem sido um grande parceiro da ONG, através da Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER-Nordeste). Esta é uma rede que vem trabalhando uma nova política, lançada pelo governo, apoiada na agroecologia. Entretanto 49% destes recursos são da verba para construção de cisternas (Técnico agrícola – ONG Sertão Central).

O programa um milhão de cisternas (P1MC) consiste na construção deste número de cisternas no semiárido brasileiro em um período de cinco anos. Estas cisternas devem ser construídas nos onze territórios que envolvem o semiárido brasileiro. Este é o programa mais importante coordenado pela ASA, pois reúne um montante de verbas do governo federal, da cooperação internacional para o desenvolvimento além de coordenar uma campanha para doação de verbas na própria página da internet da ASA.

16. Ver <www.asabrasil.org.br>.

Segundo a ASA foram construídas, até 10 de dezembro de 2009, 287.439 cisternas¹⁶. Segundo o depoimento de um membro da ONG, essas cisternas são construídas com material de baixo custo e com a tecnologia simples de captação da água de chuvas.

Outro recurso que não é financeiro é a cooperação com os agricultores. A equipe continua aprendendo. Pessoas que já estão na instituição há dez anos, mas que continuam aprendendo, porque há sempre um ressignificar das coisas uma realimentação, um reaprendizado. A ONG aprendeu a fazer agrofloresta com uma família. Teve um técnico nosso, que ficou todos os dias na casa de uma família, aprendeu a fazer agrofloresta e a partir disso agente foi trabalhando (Técnico agrícola – ONG Sertão Central).

Além disso, é importante ressaltar que os recursos dos programas de desenvolvimento não são arrecadados através de uma simples solicitação, senão através de um concurso, feito pelas agências que oferecem os recursos junto àquelas que pretendem angariá-los. Assim, a continuidade de um programa depende dos resultados da aplicação dos recursos do programa anterior. Com isso, para manter a existência de uma ONG é necessário dedicar grande parte do seu trabalho à arrecadação de recursos e ao relatório de resultados. Um exemplo foi relatado por um membro de uma ONG relacionado ao programa do governo Programa de Desenvolvimento Dom Helder Câmara (PDHC):

O programa avisa para as ONGs que será liberada uma verba para criação de caprinos e/ou pequenos animais. A ONG faz uma

reunião com a associação de agricultores, que eles já atendem, e perguntam se eles estão interessados na criação de caprinos. Caso exista interesse, a ONG faz o projeto e solicita a verba para o programa. Se o projeto for liberado, o pessoal da associação tem acesso à assistência técnica (Técnica rural – ONG Sertão do Pageú).

As técnicas tradicionais de plantios no sertão são uma relíquia relativamente rara na região, devido à sua história, posto que o território é construído, ao longo do tempo, pelo extermínio da população nativa.

O que é possível encontrar, atualmente, são algumas famílias, que, por herança ou mesmo devido à sua longa experiência de agricultura na região, desenvolveram algumas técnicas de cultivos mais apropriadas ao meio ambiente do que outras.

Diante desse quadro de condições, se estabeleceu uma concorrência entre as instituições e organizações que trabalham na aplicação de programas de desenvolvimento, pois elas se confrontam constantemente para arrecadar recursos, e ao mesmo tempo, viabilizar o trabalho e a existência da organização. Quando perguntada sobre os fracassos e sucessos nos últimos cinco anos de trabalho, uma técnica de uma organização ocupada em atender as mulheres agricultoras no sertão aponta que os fracassos são decorrentes das dificuldades logísticas e de recursos para atender as famílias (Técnica rural – ONG Sertão do Pageú).

Não obstante os critérios de distribuição de recursos, existe ainda um conjunto de programas de desenvolvimento que se contradizem uns dos outros. O P1MC é um programa que realmente conseguiu atingir boa parte das famílias, entretanto, passados seis anos e tantos debates (entre 2000 e 2006), a infraestrutura distribuída foi uma cisterna para cada família, mesmo assim ainda não foi distribuída para toda a população.

Em 2006 a ASA tentava ampliar o projeto de cisternas para a arrecadação de verbas para duas cisternas. Uma que se destinaria para água potável e outra para água de produção. Esse projeto que ainda estava sendo reivindicado deveria ainda ser aprovado, para a alocação de verbas.

Assim, observamos que apesar de as iniciativas estarem se concretizando, a construção de uma infraestrutura adequada no sertão para as famílias é precária e, sobretudo, muito lenta. Rápido são apenas as divulgações e os planos, mas na prática acontecem com bastante lentidão, pois as próprias organizações que devem conduzir os projetos não são devidamente equipadas.

Também faz parte do plano de desenvolvimento do semiárido a distribuição de alimentos industrializados durante o período de estiagem. Não obstante nesse período

do os agricultores precisarem de sementes para quando chegarem as chuvas, elas já estarem devidamente plantadas.

Com os exemplos acima mencionados fica claro que a reorganização do sertão de Pernambuco está envolvida novamente com os problemas e soluções relacionados ao clima da região, salientando-se agora mais o meio ambiente e as técnicas próprias para o cultivo naquele solo. A técnica de irrigação associada aos conhecimentos específicos tradicionais tem sido estudada e devidamente experimentada por engenheiros e técnicos agrícolas do mundo inteiro, especializados nesse tipo de ecossistema. Os resultados visam demonstrar a possibilidade de aperfeiçoar a produção de *commodities* agrícolas no clima semiárido, o que resulta em uma enorme expansão da agroindústria no sertão do vale do São Francisco.

Relações de produção e de sociedade e natureza no semiárido sem tecnologia de irrigação

As relações de produção nessa área do semiárido no setor agrícola é predominantemente uma relação não assalariada, em um modo de produção familiar e de subsistência. A escassez de infraestrutura e o conhecimento pontual tradicional nessa região inviabiliza a segurança desse modo de vida. Como vimos, essa infraestrutura é distribuída de forma lenta, por isso continua insuficiente, apesar dos muitos projetos. Entretanto, o imaginário do desenvolvimento sustentável continua sendo refletido na área irrigada do semiárido, que é reforçado pelos próprios índices de desenvolvimento humano (IDH). Esse aponta a área do semiárido onde não existe a produção irrigada como a mais carente. Assim, reforça nesse sentido a carência de infraestrutura para essa região, gerando constantes demandas, que nunca são preenchidas. Ao associar essas demandas aos interesses econômicos que envolvem a economia da agricultura irrigada cria-se um permanente polo de conflito na região, onde está associada a pobreza e a demanda de mão de obra com a expansão agroindustrial.

Dentre os muitos exemplos aqui elucidados sobre os novos passos do distanciamento entre a sociedade e a natureza, dando como exemplo a região do semiárido nordestino, é importante mencionar aqui a obra de transposição do rio São Francisco. Essa obra tem sido considerada por muitas pessoas da região como a continuação da política de Indústria da Seca, já que se trata de um megaprojeto, que promove um enorme prejuízo social e econômico, além de um impacto ambiental sem precedentes¹⁷.

17. Ver <<http://siteresources.worldbank.org/BRASILINPORTEXTN/Ressources>>.

Considerações finais

Através da análise de reorganização do espaço no sertão e semiárido feita na presente investigação conclui-se que a reorganização do espaço do território sertanejo do estado de Pernambuco se fundamenta nas bases organizacionais de espaço que o originou. Nelas estão envolvidos o domínio do homem sobre o território através do extermínio de outros grupos sociais que ali viviam, primeiro os índios, através das Guerras Justas, depois simplesmente os grupos sociais que viviam fora das unidades de fazendas. Sobretudo, aqueles independentes, das grandes fazendas autossuficientes, como Canudos.

Atualmente observamos uma reorganização de espaço, onde as grandes empresas agrícolas impõem novamente um padrão de desenvolvimento sustentável e nela todas as normas políticas e econômicas que o envolvem, que visam à regulamentação da exploração de novas reservas produtivas naturais.

Os agricultores que vivem em formas de organização econômica tradicional são alvo de projetos para o desenvolvimento econômico, quando entram nos índices de baixo IDH. Nessa reorganização do espaço, as relações de produção se caracterizam por envolver conflitos ainda mais graves do que aqueles do passado na fazenda, onde os agregados viviam sob a proteção do fazendeiro.

Com o passar dos anos, as relações de produção do sertão passaram a ser de assalariados temporários, gerando uma maior vulnerabilidade dos trabalhadores que estão distanciados da natureza e dos meios de produção, como a terra e o conhecimento tradicional. Nesse contexto também envolto numa organização social própria, de subsistência, numa agricultura de sequeiro.

O período de estiagem no sertão continua sendo um fator de disputas de poder. No passado a estiagem fundou uma estrutura política que tinha como objetivo abastecer a população com víveres durante o período da seca. Atualmente, a ideia da convivência com a seca reproduz as mesmas práticas entrelaçadas em políticas públicas de desenvolvimento sustentável.

Abstract: Through social conflict is possible to observe the transformation of Pernambuco Semi-Arid Outback. This analysis is based on the critical methodology of value aggregation in the exploration process of new natural reserves. This allows the emergence of new commodities and disembedding of traditional social ties (Alvater & Mahnkop, 2007; Giddens, 1991). In the past were the climatic disadvantages and the harsh local nature that boosted the social organization of this territory. Nowadays are the Semi-arid valorization and the richness of the Caatinga biome that motivating its transformation. In both moments the space transformation is characterized by

the distance between society and nature and by time and space singular relation in a local level (Giddens, 1991). The transformation of the two mentioned moments is drawn by peculiar ways of violence: At first was through the native population extermination and currently is the exploration of productive natural reserves.

Keywords: relationship between society and nature, social production of space, adding value.

Referências

ALNASSERI, Sabah. *Ursprüngliche Akkumulation, Artikulation und Regulation. Aspekte einer globalen Theorie der Regulation*. In: Fit für den Postfordismus? Brand, Ulrich & Raza, Werner (Hrsg.), 2003.

ALTVATER, Elmar; MANKOPF, Brigit. *Grenzen der Globalisierung, Ökonomie. Ökologie und Politik in der Weltgesellschaft*, n. 7. Auflage Westfälisches Dampfboot Verlag, 2007.

AMADO, Janaina. *Região, sertão, nação. Estudos Históricos*, v. 8, n. 15 p. 145-151, Rio de Janeiro, 1995.

BATISTA FILHO, Malaquias. *Sustentabilidade alimentar do semiárido brasileiro. Série de Publicações Científicas do Instituto Materno Infantil Prof. Fernando Figueira*, n. 11, Recife, 2005.

BRANCO, Adélia. *Mulheres da seca: luta e visibilidade numa situação de desastre*. Editora: UFPB, 2000.

BLOCH, Didier. *As frutas amargas do Velho Chico: irrigação e desenvolvimento no vale do São Francisco*. São Paulo: Livros da Terra; Oxfam, 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Declaração do Semi-Árido*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1999. Disponível em: <<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=Declara%C3%A7%C3%A3o+do+semi%C3%A1rido+e+protocolo+oficial+das+Na%C3%A7%C3%B5es+Unidas>>.

CANDIDO, Antonio. *Sociologia do Brasil. Tempo Social Revista de Sociologia da USP*, v. 18, n. 1, 2006.

———. *Formação da literatura brasileira*. 2. ed. São Paulo: Martins, 1964.

CARDOSO, Adalberto. *Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre a inércia social. Encarte Clasco: Cadernos da América Latina*, Ano XIV, n. 38, 2010.

CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1969.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome. O dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CAVALCANTI, Josefa Saete Barbosa. Frutas para o mercado global. *Estudos Avançados*, v. 11, n. 29, 1997. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n29/v11n29a05.pdf>>. Acessado em: 27 Ago. 2014.

CAVALCANTI, Josefa, GAMA DA SILVA, Pedro Carlos; MOTA, Dalva Maria da. Transformações recentes nos espaços de fruticultura do Nordeste do Brasil. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*, p. 247-263. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2006.

CORDEIRO, Rosineide L. M. *Além das secas e das chuvas: os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no sertão de Pernambuco*. Tese (Doutorado), Pontifícia Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

CORREIA DE ANDRADE, Manuel. *A problemática da seca*. Recife: Liber Gráfica Editora, 1999.

COUTINHO, Joana A. ONGs e responsabilidade social das empresas: solidariedade às avessas. *Org e Demo*, v. 5, n.2, p. 167-185, Marília, 2005.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões – A Campanha de Canudos*. 37. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995 [1902].

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sertões do rio das Velhas e das Gerais: vida social numa frente de povoamento – 1710-1730. In: FURTADO, Júnia Ferreira. *Erário mineiral de Luís Gomes Ferreira*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro; Fundação Oswaldo Cruz, 2002.

FERRAZ, Maria do Socorro. Agricultores e pecuaristas no médio São Francisco. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Orgs.). *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*, v. 1, p. 31-54. Recife: Editora UFPE, 2006.

FRAGOSO, João Luís. O Império Escravagista e a República dos Plantadores. Economia brasileira no século XIX: mais do que um *plantation* escravagista-exportadora. In: FRAGOSO, João Luís. *História geral do Brasil*, p. 144-184. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

FREYRE, Gilberto. *Inglês no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro; Brasília: José Olympio; MEC, 1977.

GAMA DA SILVA, Pedro. *Articulação dos interesses públicos e privados no polo Petrolina PE/Juazeiro-BA: em busca de um espaço no mercado globalizado de frutas frescas*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2001.

GIDDENS, Anthony. *Teoria social. As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GOHN, Maria da Glória, *O protagonista da sociedade civil, movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005.

GÖRG, Christoph. Inwertsetzung. In: HAUG, Wolfgang Fritz *et alii* (Orgs.). *Historisch-Kritisches Wörterbuch des Marxismus* (Hrg.). Berlin: Berliner Institut für kritische Theorie, 2004.

GOODMAN, David. REDCLIFT, Michael. *Refashioning nature: food, ecology and culture*. Abingdon (UK): Routledge, 1991.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. <<http://www.sudene.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/area-de-atuacao-da-sudene/semiarido>>. Acessado em: 15 Jul. 2016.

LINHARES, Maria Yedda. *História Geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998

LINHARES, Maria Yedda; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (Orgs.). *Terra e alimento*. Brasília: Embrapa, 2000.

MARX, Karl. *Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie*. (2ª Aufl.) Volmedia GmbH, Paderborn, Kapitel 24- 1872.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e sociedade: a consolidação da República Oligárquica*. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*, p. 316-326. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MIDDLETON, N.; THOMAS, D. S. G. (Eds.). *World atlas of desertification (United Nations Environment Programme)*. London: Edward Arnold, 1992.

OLIVEIRA, Maria Lúcia Luppi. Desde quando somos uma nação? In: OLIVEIRA, Maria Lúcia Luppi. *A questão Nacional na Primeira República*. São Paulo; Brasília: Brasiliense; CNPq, 1990.

POLANYI, Karl. *A grande transformação. As origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POULANTZAS, Nicos. *Staatstheorie. Politischer Überbau, Ideologie, Autoritärer Ektatismus*. Mit einer Einleitung von Alex Demirovic, Joachim Hirsch und Bob Jessop. VSA- Verlag, 2002.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Dominus; Edusp, 1965

SALZANO, Francisco Manuel. O velho e o novo: antropologia física e história indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro (Org.) *História indígena no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal da Cultura, Fapesp, 1992.

TAVARES, Marco Antônio Coelho. *Os descaminhos do São Francisco*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Apresentação. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

TEIXEIRA, Mylene Nogueira. Análise crítica do processo de agregação de valores. *Anais do Congresso Internacional. Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (Niep-Marx)/Universidade Federal Fluminense, 2013.

———. *Soziale Konflikte um Ernährungssicherung zwischen der Weltmarktintegration und lokalen Verhältnissen. Fallbeispiel im Semiariden Sertão des Bundesstaats Pernambuco (Brasilien)*. Doktorarbeit, Münster Universität, Deutschland, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

WORLD BANK. *Poverty and hunger: issues and options for food security in developing countries*. Washington (DC): World Bank, 1986.se; CNPq, 1990.

Uma leitura de *Golden Gulag*: rediscutindo a economia política da pena e uma aproximação com o debate sobre a expansão prisional no estado de São Paulo

Recebido: 18.09.14

Aprovado: 28.03.15

Rodolfo Arruda Leite de Barros*

* Professor adjunto na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), no Curso de Ciências Sociais (FCH). Doutor em ciências sociais pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), membro pesquisador do Observatório de Segurança Pública da Unesp/Marília <www.observatorio-deseguranca.org>. <rodolfobarros@ufgd.edu.br>.

Resumo: Publicado em 2007, ainda sem tradução para o português e pouco conhecido no Brasil, a obra *Golden Gulag* é um importante referencial para a compreensão da expansão prisional ocorrida no estado norte-americano da Califórnia, entre os anos 1982 e 2000. Neste livro, Ruth W. Gilmore oferece uma interessante interpretação sobre as motivações e articulações que impulsionaram a construção das unidades prisionais no interior daquele estado, além de fornecer um referencial analítico que rediscute a economia política da pena. Gilmore também é considerada uma das principais autoras que contribuíram para uma abordagem sobre o revigoramento prisional intitulada *Complexo industrial carcerário*, bem como membro-fundador de um coletivo antiprisão chamado *Critical resistance*. Este artigo procura realizar uma leitura atenta de *Golden Gulag*, de modo a extrair as principais formulações teórico-empíricas do livro, para, em seguida, ensaiar possíveis contribuições deste material para se compreender aspectos recentes da expansão prisional no estado de São Paulo.

Palavras-chave: expansão prisional, economia política da pena, políticas penitenciárias, reparo prisional, movimentos antiprisão.

Introdução

Lançada em 2007, a obra *Golden Gulag: prison, surplus, crisis, and opposition in globalizing California* constitui importante referência para a compreensão e o esclarecimento da virada punitiva ocorrida nas três últimas décadas nos Estados Unidos. A autora, Ruth Wilson Gilmore, professora associada de geografia e diretora do Programa em Estudos Americanos e Etnicidade na University of Southern California, é também membro-fundador do coletivo *Critical resistance*, organização antiprisão¹.

Para o leitor brasileiro, vale lembrar o que sugere o título: o *golden* faz alusão ao epíteto do estado da Califórnia – *Golden State* – em decorrência da grande corrida do ouro em meados do século XIX e que também simbolizava a importância econômica e política crescente do estado durante o período entre guerras. Mas o contraste se dá por conta da referência ao Gulag, como se a expansão prisional californiana atualizasse a experiência dos campos de concentração soviéticos. A temática do revigora-

1. *Critical resistance* (Resistência crítica) é um movimento social de ativismo político antiprisão formado em 1997, que congrega ativistas, acadêmicos, ex-prisioneiros, representantes de gênero e trabalhadores que contestam a ideia de que a prisão e o policiamento são soluções para os problemas sociais, políticos e econômicos. Sua primeira grande conferência ocorreu em Berkeley, Califórnia, em 1998, reunindo aproximadamente 3.500 integrantes. Atualmente, o coletivo se organiza em três cidades:

Los Angeles, New Orleans e Oakland, mas sua proposta descentralizada visa reproduzir o ativismo antiprisão por meio das ações coletivas autogeridas. O coletivo situa-se politicamente como adversário declarado do *Prison industrial complex* (PIC) (complexo industrial carcerário), que é o termo usado para se referir aos interesses políticos e econômicos relacionados à indústria da vigilância, que fornece equipamentos às forças policiais e prisionais, incorporando todo tipo de estratégia política que favoreça este controle social. O movimento reconhece como duas grandes formuladoras das teses adversas ao PIC Angela Davis (acadêmica, ex-membro do Partido Comunista USA, ex-prisioneira política, autora de *Are prisons obsolete?*) e Ruth Wilson Gilmore. Por obediência aos objetivos e às limitações deste artigo, não iremos discutir as formulações e implicações da noção do PIC. Para maiores detalhes, ver <www.criticalresistance.org>.

mento penal, que se dissemina como tendência das políticas criminais em diferentes países, com realidades sociais distintas – como Estados Unidos, Inglaterra, França, Brasil e Argentina (dentre outros) – ficou conhecida no debate internacional sobre prisões pela notoriedade de trabalhos como os de Loïc Wacquant e David Garland, assim como uma série de investigações que retomaram o legado crítico de Michel Foucault para se pensar as transformações contemporâneas da instituição prisão.

Certamente, boa parte do público brasileiro interessado na questão penitenciária já se familiarizou com as temáticas da criminalização da miséria (Wacquant, 2000; 2001), ou as análises de uma cultura do controle (Garland, 2001), que compõem o referencial teórico de muitas abordagens desenvolvidas sobre o sistema prisional local. Mas talvez o trabalho em análise demande uma introdução mais detalhada sobre seu encaixe e sua contribuição ao debate sobre a expansão prisional nos Estados Unidos, bem como acerca das possíveis utilizações para se observar o caso prisional local. Para apresentar estas contribuições presentes na obra, faremos um caminho, inicialmente panorâmico, no sentido de contextualizá-las, e, em seguida, apresentaremos alguns detalhamentos sobre as informações e análises desenvolvidas pela autora.

Um dos primeiros elementos a chamar a atenção em *Golden Gulag* é a inclusão da questão espacial na análise do fenômeno da prisão, que se relaciona diretamente com o fato de sua autora ter formação em geografia. Assim, comparecem um conjunto de referências comuns e autores das ciências sociais e penais que tradicionalmente são utilizados para debater os sistemas prisionais; mas, no caso de Gilmore, podemos considerar que a obra encerra uma contribuição original neste debate. Autores consagrados na assim chamada sociologia da punição – como Michel Foucault, David Garland e Loïc Wacquant – aparecem de forma diluída ao longo das discussões empreendidas. Em oposição às referências tradicionais, um conjunto diferente aparece nas discussões sobre Justiça Criminal, a partir do diálogo e da utilização de categorias elaboradas por Mike Davis, David Harvey e Angela Davis, como os suportes que acompanham a discussão empreendida por Gilmore (2007).

Com estas considerações em mente, podemos situar *Golden Gulag* como uma descrição detalhada e amplamente documentada sobre o processo de expansão prisional ocorrido na Califórnia, que abrange desde o início dos anos 1980 até 2000. Este crescimento, como muitos presumem, ocorreu de forma rápida e foi ocupar as regiões rurais do interior do estado, que recepcionaram as novas unidades penitenciárias.

A obra trata diversos problemas relacionados a este fenômeno prisional, mas uma das perguntas centrais é entender quais foram os processos – sociais, políticos e econômicos – por trás desta expansão e descrever em detalhes como esta ocorrência se articulou.

Por que se investiu tanto em prisão? Como a construção encontrou apoio e, sobretudo, recursos financeiros de forma ampla no cenário político? Quais motivos levaram estas novas unidades penais para pequenos municípios específicos do interior da Califórnia?

A virada punitiva norte-americana: explicações tradicionais, contraexplicações e explicações alternativas

Para responder estas questões, a autora retoma o debate mais amplo da questão prisional norte-americana. Gilmore (2007) considera que a maioria dos autores partia da constatação do crescimento da população encarcerada e do endurecimento penal do período, posteriormente ensaiando respostas simplistas a estes desenvolvimentos. Neste primeiro momento, visando mostrar como estas problematizações partiam de concepções equivocadas ou ideológicas sobre a prisão de modo geral, Gilmore (2007) constata que a principal pergunta colocada no debate americano sobre prisões era responder de que modo poderia ser explicada essa expansão prisional (também chamada de *punitive turn*, “virada punitiva”). Assim, pesquisadores e analistas buscavam identificar e articular as causas, os processos, as lógicas sociopolíticas que funcionavam na base deste processo de revigoramento prisional. A autora expõe, em primeiro lugar, as formulações tradicionais e depois as contraexplicações. As primeiras são rapidamente descartadas; as segundas são vistas de forma crítica: elas contribuem para o debate, mas devem ser utilizadas com cautela e requalificadas para auxiliar na compreensão da expansão prisional. Como veremos adiante, esta análise prepara o terreno para sua tese original sobre a prosperidade da construção prisional no período em análise.

A primeira tese apresentada por Gilmore (2007) – e que não apresenta nenhuma novidade em relação ao debate brasileiro sobre sistema prisional – é o modelo tradicional de explicar a expansão prisional, que atribui ao aumento dos crimes o crescimento substantivo do sistema prisional. Conforme Gilmore, tal lógica pode ser expressa na seguinte frase: “os crimes aumentam, aumenta a repressão, logo aumentam as prisões e os presos”.

Segundo a autora, no debate acadêmico, esta compreensão desfruta de pouca credibilidade, pois estatísticas oficiais revelam que os crimes não cresceram durante períodos de expansão prisional, mostrando que a correlação entre maior criminalidade e maior número de presos era bastante frágil e falaciosa.

A segunda tese se apoia numa suposta ocorrência de uma epidemia das drogas na sociedade norte-americana, iniciada nos anos 1980, e seus desdobramentos como

formas organizadas de criminalidade (*gangs*) e disputas territoriais pelos mercados de entorpecentes. Segundo esta formulação, estas ocorrências da economia das drogas aumentaram o número de crimes e, conseqüentemente, inflaram os números da Justiça Criminal, sobretudo, os números da população encarcerada.

Na terceira tese, sempre de acordo com Gilmore (2007), a responsabilidade incide sobre as transformações estruturais da economia norte-americana. Esta abordagem considera que o crescimento do desemprego lançou um número significativo de cidadãos em situação adversa, sendo que muitos se engajaram em atividades informais e ilícitas para contornar a escassez de recursos. Tal consideração estaria fundamentada no aumento verificado no início da década de 1980 dos crimes patrimoniais.

Embora estas três teses apresentem diferenças entre si, segundo Gilmore, no fundo, guardam semelhanças estruturais, tais como a naturalização da relação entre crime e punição e um posicionamento conservador perante o funcionamento da Justiça Criminal. Desta maneira, elas podem ser agrupadas como uma visão tradicional de se compreender o funcionamento da instituição da prisão na sociedade, muitas vezes restrita às formulações jurídicas e sem considerar elementos sociais exteriores que influenciam as dinâmicas punitivas. Ainda que estes aspectos tradicionais participem de uma compreensão sobre o que ocorreu no período da expansão prisional na Califórnia, eles são bastante rasos para oferecer uma visão mais ampla do revigoramento penal em questão. Neste momento, entra em cena o que Gilmore chama de contraexplicações (*counterexplanations*), que são externadas no debate americano sobre a expansão prisional.

A primeira contraexplicação postula o elemento racial do sistema prisional. Segundo esta abordagem, devemos compreender a disseminação das prisões como uma espécie de limpeza racial (*racial cleaning*), de modo que o crescimento de prisões captura os jovens negros por meio dos dispositivos penais atualizando formas históricas de desigualdade e segregação social. Esta abordagem demonstra como as leis são instrumentalizadas de modo a criminalizar e intensificar a vigilância sobre os jovens negros (historicamente desfavorecidos pelo arranjo de classe racista) e o resultado desta conduta política é superdimensionar o sistema prisional. Porém, Gilmore (2007) questiona a tese do racismo na compreensão da expansão prisional na medida em que ela não oferece meios de explicar a incidência recente do revigoramento penal, mesmo numa continuidade do racismo entranhado na sociedade norte-americana.

A segunda contraexplicação analisa a interferência dos *lobbies* das empresas privadas no processo de expansão prisional. Embora o número de celas privadas tenha aumentado significativamente, Gilmore aponta que esta tese não se sustenta, pois

as unidades penais privadas não representam nem 5% da estrutura prisional dos Estados Unidos (as quais continuam, em sua maioria, públicas), portanto, não contam com poder político suficiente para interferir nas políticas da Justiça Criminal. Além disto, as análises que apostam nesta influência dos *lobbies* privados, muitas vezes desconsideram os movimentos de oposição aos interesses privados no setor punitivo, buscando defender os empregos estáveis dos servidores públicos. Outro ponto em oposição ao papel exercido pela indústria privada no crescimento prisional é demonstrar que o setor não é tão promissor ou isento de riscos como é representado de forma superficial em algumas abordagens. Não faltam situações em que a valorização/desvalorização das ações de empresas de segurança privada também oscilam. Esta abordagem não conseguiu explicar os motivos pelos quais, num contexto de economia capitalista de mais de um século e meio, somente na época atual se verificou o crescimento substantivo das unidades prisionais.

A terceira contraexplicação se aproxima da crise econômica dos municípios do interior que promoveram a construção e recepção de unidades prisionais em seus terrenos como forma de contornar a estagnação econômica. Esta abordagem fornecia elementos interessantes para se pensar as ações de grupos e das políticas locais que poderiam interferir e favorecer o aumento das unidades, mas era incapaz de responder quais eram os arranjos preexistentes que sustentavam a expansão prisional.

Já a quarta contraexplicação se aproxima das sensibilidades políticas que se vincularam ou promoveram reformas nos institutos punitivos, transformando as leis penais e as estruturas de sentenciamento. Ao abranger um longo período de aproximadamente dois séculos, esta abordagem correlaciona mudanças nas leis, nas identidades políticas e nos ambientes prisionais, pensando as metodologias punitivas como artefatos sociais e culturais. Esta perspectiva é importante por mostrar como as sensibilidades culturais dão suporte aos dispositivos punitivos. Porém, segundo Gilmore, essa abordagem coloca questões muito amplas, como, por exemplo: quais são os fatores que motivam a mudança do Estado e da estrutura da Justiça Criminal? Como evoluíram historicamente os dispositivos punitivos? Embora contribuam para contextualizar os problemas prisionais, acabam não oferecendo instrumentos para uma análise mais detalhada de fenômenos específicos.

A economia política da Califórnia e a “noção de crise”

Colocadas essas abordagens em foco, Gilmore passa a desenvolver o plano de sua análise e sua interpretação para a expansão prisional na Califórnia.

Desde já, é importante considerar, sobretudo a respeito das contraexplicações, que Gilmore (2007) não exclui completamente, fazendo com que referências e linhas

2. O adjetivo “alternativo” se justifica aqui por contraste com a obra *Punição e estrutura social*, de Georg Rusche e Otto Kirchheimer. Publicada em 1939, retomada em *Vigiar e punir* de Michel Foucault e utilizada como referência por David Garland (1990) como modelo de economia política da pena, *Punição e estrutura social* é considerada uma das principais obras que aplica o legado da teoria marxista para a apreensão da evolução dos institutos punitivos numa sociedade capitalista. A pesquisa dos autores, vinculados ao Instituto para Pesquisa Social de Frankfurt, relaciona as mudanças no mercado de trabalho com os as instituições penais e seus respectivos modelos disciplinares. Embora a investigação de Gilmore (2007) apresente pontos em comum, como a proximidade dos dispositivos punitivos com as estruturas econômicas, em contrapartida, o percurso da análise é significativamente diferente, pois, ao contrário de correlacionar mercado de trabalho e métodos punitivos, a economia política de *Golden Gulag* apoia-se na noção dos excedentes e do “reparo prisional” (*the prison fix*).

de análise tributárias destas *counterexplanations* permaneçam em sua reflexão. Porém, é importante frisar que *Golden Gulag* desenvolve o que podemos chamar de uma economia política da pena alternativa², que se coloca para compreender a rápida expansão do sistema prisional californiano. Desta forma, sua análise apoia-se nos contornos e deslocamentos econômicos surgidos no início dos anos 1970 e nas consequentes reestruturações políticas que se sucederam. Assim, somos ambientados diretamente no contexto keynesiano da economia californiana e, posteriormente, confrontados com as transformações políticas que desestruturaram esse arranjo.

O primeiro passo da autora é retomar o contexto norte-americano da contrarrevolução de 1968. Neste período, já era possível identificar, no plano político e econômico, um arranjo keynesiano-militar, o qual havia desarticulado as forças políticas em favor de uma sociedade hierarquizada e com as desigualdades sociais contidas por meio de políticas reparatórias. Neste contexto, as prisões externavam claramente a ideologia reabilitativa, que não era questionada, nem estava ameaçada do ponto de vista estrutural.

A discussão segue com uma retomada histórica da constituição política e econômica do estado da Califórnia, delineando suas características constitutivas. Atualmente, figurando como o estado mais rico da federação, Gilmore aponta como em seu desenvolvimento a Califórnia conciliou alta concentração de terra, diversidade populacional e étnica, crescimento da produção agrícola e base das indústrias militares que posteriormente alavancaram o setor tecnológico e educacional do Estado.

As instituições do *Welfare State* funcionavam intrinsecamente ligadas ao arranjo classista e às hierarquias sociais existentes na sociedade californiana, e assim cumpriam seu papel de políticas sociais compensatórias, ao mesmo tempo em que permitiam a manutenção dos interesses e a reprodução do capital em proporções cada vez maiores.

Gilmore (2007) mostra que os conflitos não haviam desaparecido, mas o arranjo era funcional até o final dos anos 1960, quando transformações macro na política econômica e cortes de investimento nos setores militares deflagraram um processo de crise na composição socioeconômica do estado. Com o declínio da indústria militar, milhares de empregos foram descartados e o aumento da desigualdade social e racial foi vivenciado de modo mais dramático no final dos anos 1960, período que coincide com os levantes de lutas dos direitos civis.

A partir deste ponto, a autora faz uma pausa na narrativa histórica para retomar brevemente o conceito de crise no entendimento de uma economia capitalista. Ao recolocar autores como David Harvey, Mike Davis, Antônio Negri e Stuart Hall, essa

noção de crise será central para se compreender o modo pelo qual se desenvolveu a expansão prisional na Califórnia. Na referência destes autores citados, a crise basicamente se constitui como momento de impasse em que o sistema político e produtivo não encontra condições de se reproduzir. Numa economia capitalista, o processo produtivo tende a concentrar os meios de produção, de modo a aumentar a produtividade, e também a reduzir os salários, na busca da otimização dos lucros. Porém, este processo dificulta a circulação das mercadorias, uma vez que os salários baixos não sustentam o padrão de consumo capaz de pôr em funcionamento o sistema produtivo. Em geral, o campo da política dispõe de várias medidas que equilibram ou regulamentam essas relações de modo a canalizar investimentos ou permitir uma redistribuição mínima que possibilite a acumulação de riqueza, sem que este modelo redunde numa dificuldade de fazer as mercadorias circularem. Quando a economia capitalista, por algum motivo, não consegue contornar essas pressões e, segundo Gilmore, encontramos-nos diante de uma crise de excedentes. Ou seja, a crise não tem sentido negativo nem positivo, ela se refere a uma situação em que o capital não encontrou condições para se reproduzir, ou porque o seu processo de concentração levou ao esgotamento do poder aquisitivo da força de trabalho, ou porque os investimentos atingiram o seu topo de lucratividade e então se deslocaram para outros setores, deixando uma série de estruturas produtivas ociosas.

A partir do conceito de crise e da noção de excedente na economia capitalista podemos compreender a interpretação de Gilmore (2007) a respeito do sentido da expansão prisional na Califórnia. Para a autora de *Golden Gulag*, a construção de prisões foi a solução política e econômica para contornar a crise de excedentes que assolou a Califórnia a partir do final dos anos 1960. Especificamente, versa sobre quatro excedentes:

1. excedente de capital financeiro;
2. excedente de terras cultiváveis;
3. excedente populacional e de mão de obra; e, por fim,
4. excedente de capacidade estatal.

A expansão prisional e os quatro tipos de excedentes

Para explicar o significado de cada um destes excedentes e articulá-los com as questões prisionais, Gilmore (2007) dedica o primeiro capítulo do livro à contextualização da história econômica do estado da Califórnia, no tópico intitulado “A economia política da Califórnia”. O alcance da explicação da história econômica se expande, mostrando que desde a fundação do estado, sua economia se caracteri-

zava pela alta concentração de terras, ocupação populacional diversificada, mineração, extração de madeira e alta capacidade agrícola. No período pós-depressão (1929), com o estabelecimento da indústria militar na região, ocorre grandes incentivos para investimentos econômicos, e a prosperidade das estruturas estatais de seguridade social (*welfare*) e importantes investimentos no setor educacional. Com o florescimento do complexo industrial-militar, a Califórnia conseguiu se inserir nos principais canais da política federal, de modo a captar recursos para o estado. As vantagens competitivas garantiam certa estabilidade político-social em coexistência com as hierarquias sociais de classe e as diferenças raciais. Conforme Gilmore (2007), a crise político-econômica no *estado dourado* começa ao final da Segunda Guerra, quando a centralidade e a prosperidade do complexo industrial militar perdem sua força.

Com a perda destes incentivos políticos, a indústria militar e sua tecnologia são reconvertidas para a produção de bens de consumo geral e a produção agrícola passa por um processo de automação que concentra terras e elimina os pequenos produtores, criando as bases do *agrobusiness*.

Todavia, estas ações não são suficientes para minimizar as crises sociais e as tensões sociais decorrentes do desemprego crescente, gerando o acirramento das desigualdades sociais e raciais. Juntamente com a desindustrialização e o achatamento dos salários, há um enfraquecimento na política (como na representatividade dos trabalhadores) e um enxugamento das redes de assistência social, características do *Welfare State*. São estas mudanças que iniciam o processo de produção do excedente, ou de estruturas produtivas ociosas, seja de capital financeiro, de terras cultiváveis, de mão de obra e da capacidade estatal.

O crescimento da produtividade da terra teve o efeito de aumentar a taxa de juros. Com a crescente lucratividade da produção associada à terra, as formas de rendimentos relacionados à propriedade – como os aluguéis, os dividendos e os juros dos empréstimos – cresceram também em grande proporção, até se tornarem mais atrativos, desviando esses capitais do processo produtivo local. Ao contrário de assumir riscos no mercado produtivo, estes capitais optavam por lucros garantidos no mercado financeiro, ou buscavam outras áreas com maior potencial de lucratividade, uma vez que a região californiana já havia alcançado o seu pico de lucros no setor produtivo. No caso específico da Califórnia, de acordo com Gilmore (2007), este processo se evidenciou na questão dos títulos municipais da dívida pública.

Gilmore (2007) aponta que o estado desempenhava um importante papel como agente financeiro, contraindo empréstimos, e desenvolvendo políticas sociais por meio da construção de escolas, infraestrutura, serviços públicos e melhorias no sis-

tema produtivo. Estes empréstimos eram regulados por leis federais, mas os contratos deveriam ser realizados entre grupos financeiros e representantes políticos estaduais ou municipais. Com o advento da crise econômica dos anos 1960-1970, estes empréstimos diminuíram substantivamente, por meio de ações políticas e pressões sociais. Este capital financeiro ficou ocioso, pois as dificuldades políticas para colocá-lo em circulação aumentaram e as restrições ao endividamento público deveriam passar por aprovação e referendados pelo povo.

A respeito do excedente de terras na Califórnia, Gilmore (2007) adianta que, a partir de meados dos anos 1970, o estado passava por mudanças marcantes no padrão de uso de suas terras cultiváveis. Uma parte grande das terras irrigáveis foram retiradas do processo produtivo e convertidas em áreas urbanas, enquanto outras ficaram ociosas. As terras incorporadas ao agronegócio continuavam com altas taxas de produtividade, mas aquelas que não entravam neste setor mantinham-se com elevadas taxas de manutenção e impostos atrelados. A globalização também acirrava a competição internacional no sistema produtivo agrícola, não favorecendo a utilização destas terras para o cultivo. Parte destes terrenos não se localizava na área de expansão e interesse urbano, de modo que se tornavam terras excedentes.

Processo semelhante ocorreu com a força de trabalho na Califórnia. Em primeiro lugar, a reestruturação produtiva destruiu as formas de organização do trabalho, deixando os trabalhadores mais vulneráveis. A crise econômica e a baixa taxa de investimento achataram os salários e eliminaram postos de trabalho. A situação se agravava por conta do crescimento populacional, que avançava numa proporção maior que a taxa de absorção do mercado de trabalho. Neste cenário, crescia a percepção de que o setor público enxugado e a iniciativa privada retirando investimentos, em conjunto, não seriam suficientes para dar suporte à população. Criou-se, desta maneira, o que Gilmore chama de excedente de força de trabalho.

O cenário político também estimulava uma forte pressão sobre a estrutura remanescente do Estado keynesiano do período dourado. Ilustravam esta tendência as fortes críticas aos programas sociais tributários do período anterior, que eram disparados tanto por parte dos interesses econômicos relacionados aos processos de globalização, quanto às forças políticas conservadoras, que buscavam erradicar as heranças assistencialistas.

Gilmore (2007) lembra que este conflito se deu na esfera da luta política acerca da incidência dos impostos, e retoma Marx para mostrar que a luta pela definição dos impostos é uma das formas mais antigas e tradicionais de luta de classes. Com a crise econômica que abalou arranjos sociais, classistas e raciais, estes conflitos se deslocaram para uma redução da capacidade da intervenção estatal.

A busca por redução de impostos também restringia as bases da política keynesiana de reinvestimento nas instituições de serviço social. Deste modo, a estrutura estatal via-se limitada em razão de uma capacidade cada vez mais reduzida de intervir no mercado e nas políticas sociais. Este ponto é importante para mostrar como os eleitores não estavam dispostos a apoiarem construções da máquina estatal que onerasses ainda mais a dívida pública. Como resultado destas reestruturações políticas e econômicas, as estruturas do estado keynesiano permaneceram na forma de leis, burocracias e regulamentações fiscais, mas não dispunham mais de recursos para se reproduzir e manter sua zona de influência. Segundo Gilmore (2007), esta situação gerava um excedente da capacidade estatal, que se empenhava para reconquistar seu poder nas dinâmicas político-econômicas.

O reparo prisional (*the prison fix*)

Uma vez detalhadas as quatro formas de excedentes que estão configuradas desde o início da expansão prisional da Califórnia, torna-se possível anunciar a tese de Gilmore. Para a autora:

Como e por que, então, a Califórnia se lançou no maior projeto de construção de prisões do mundo? Sob o meu ponto de vista, prisões são soluções parcialmente geográficas para crises da economia política, organizada pelo Estado, o qual se encontra em crise também. Crise significa que a instabilidade só pode ser consertada por meio de medidas radicais, as quais incluem desenvolver novas relações e atualizar ou renovar instituições para além daquelas existentes (Gilmore, 2007: 26).

Essa solução é chamada de “o reparo prisional” – ou, no original, “*the prison fix*”. Assim, o Estado reorganiza-se por meio da construção de prisões, configuradas a partir dos excedentes que emergiram da economia política da era dourada, os quais, de outra maneira, não seriam absorvidos.

Dessa forma, temos que a solução da prisão foi a alternativa encontrada, justamente porque dava conta de contornar satisfatoriamente as restrições gestadas pelos excedentes acima apresentados.

Em primeiro lugar, a construção das prisões na Califórnia criava uma oportunidade para que agentes públicos locais contratassem empréstimos públicos, via emissão de títulos públicos – General Obligation Bonds (GOB) ou Lease Revenue Bonds (LRB) –, num momento político em que havia largas restrições aos governantes de realizarem investimentos na máquina pública. Por conta do cenário favorável no qual as

formulações de “guerra contra o crime” ganhavam espaço e a tendência do endurecimento das leis penais se intensificava com a política da “*law and order*”, enquanto diferentes instituições sociais eram barradas (universidades e serviços sociais, por exemplo), as prisões encontravam cenários favoráveis à aprovação dos recursos. Isto contribuía para que o capital financeiro ocioso voltasse a irrigar as estruturas públicas. Diante de um sistema prisional superlotado e visto como falido pela opinião pública, diversos grupos se organizaram em torno de projetos de reforma, construção e expansão do sistema prisional, que ganharam força política e ares de legitimidade no debate público.

Como observa Gilmore (2007) de forma crítica, ao contrário de direcionarem o debate sobre as condições precárias do sistema prisional para uma discussão sobre políticas de sentenciamento mais adequadas, intensificação da *parole*³, implementação de penas alternativas, dentre outros modelos, em contrário senso, os projetos de construção de prisão foram vendidos de forma fácil, como o melhor antídoto para crimes e demais problemas de ordem pública.

De modo semelhante, no que diz respeito ao excedente de terras, diversos proprietários viram a oportunidade de venderem suas glebas ociosas e valorizarem suas áreas contíguas, fornecendo terrenos para a construção das novas unidades prisionais. A venda destes terrenos e os poderes políticos envolvidos nestas negociações tiveram papel central na escolha das localidades que receberiam as novas prisões.

Além disto, as prisões poderiam se constituir como formas de absorção do excedente da força de trabalho, na medida em que o seu funcionamento e a sua administração criavam postos de trabalho e demandavam serviços múltiplos (como alimentação, transporte, segurança etc.) que, supostamente, trariam investimentos e oportunidades econômicas para a região.

Neste contexto, a capacidade estatal ociosa encontrava formas de reinventar sua inserção política e econômica na medida em que a construção das prisões colocava em funcionamento um conjunto amplo de serviços e investimentos necessários para a permanência das instituições. A estratégia possibilitava o aumento de arrecadação com mais funcionários contribuintes e maior atividade comercial na região, e também a busca por repasses federais/estaduais, em face das mudanças demográficas e econômicas ocorridas nas regiões das novas unidades. Desta forma, estas estruturas estatais reelaboravam sua legitimidade enquanto davam respostas aos clamores morais e punitivos, ao mesmo tempo em que eram atores políticos inevitáveis no arranjo da expansão prisional.

Com esta tese anunciada, Gilmore (2007) volta-se então para uma análise mais acurada da história política desta expansão prisional ocorrida na Califórnia no período

3. No direito penal norte-americano, *parole* é a figura jurídica destinada a colocar em liberdade o preso, sob o cumprimento de determinadas condições, antes do cumprimento integral da sentença. No direito penal brasileiro, é equivalente ao livramento condicional.

4. Atualmente nomeado California Department of Corrections and Rehabilitation (CDCR) (Departamento Correcional e de Reabilitação da Califórnia), trata-se da agência estatal encarregada de administrar as prisões estaduais da Califórnia, assim como o sistema de *parole* (livramento condicional) e outros programas correcionais no estado. É a segunda maior agência governamental dos Estados Unidos, ficando atrás apenas do New York City Police Department (Departamento de Polícia da Cidade de Nova York), empregando aproximadamente 66 mil funcionários, com orçamento de US\$ 10 bilhões anuais. Atua em múltiplos segmentos, como o sistema correcional juvenil, no acompanhamento da *parole*, na administração e construção das unidades, abarcando todos os níveis de segurança (desde sistema aberto até prisões de segurança máxima) no âmbito administrativo das prisões.

5. Neste sentido, Gilmore (2007) cita a *Proposition 13*, de 1978, que impôs restrições no sistema de endividamento do estado da Califórnia. A *Proposição 13* foi uma emenda na Constituição do

compreendido entre 1982 a 2000. É interessante notar que a autora faz isso identificando agentes políticos e mostrando como esse desdobramento histórico do revigoramento penal não era uma decorrência necessária nesta conjuntura.

Num primeiro momento, para que a expansão ocorresse, era necessário um capital considerável, que não estava assim disponível do ponto de vista político institucional na Califórnia.

Assim, Gilmore (2007) analisa como o California Department of Corrections (CDC)⁴ foi hábil politicamente para capitanear o processo de expansão prisional. Em sua pesquisa, a autora mostra que mesmo num contexto favorável ao endurecimento penal, como a política de lei e ordem (*law and order*), havia tendências políticas em diferentes direções, que também pressionavam no sentido de uma redução de gastos nas esferas públicas e no endividamento dos estados⁵. As novas prisões na Califórnia foram construídas com dinheiro público num contexto de contenção de gastos e redução da máquina estatal. Pergunta-se: de onde veio o dinheiro para a construção das unidades, cada uma ao custo variando entre 280 e 350 milhões de dólares? Para responder a este questionamento, Gilmore (2007) lança o foco para a trama complexa que conecta agentes públicos, instituições públicas, sistema de financiamento público e agentes do mercado financeiro. É interessante frisar que o livro cita os atores sociais envolvidos no processo e quais foram os protagonistas deste processo que possibilitaram o *boom* prisional.

De acordo com Gilmore (2007), o início da expansão se dá de forma tímida, como medida pontual e reação à pressão política imposta pelas condições degradadas do sistema prisional estadual. Ao final do mandato do governador Jerry Brown (1982), visando desocupar prisões antigas e superlotadas como as de San Quentin e Folsom, foi elaborado um plano de reforma prisional que visava construir duas unidades, com 500 celas cada e que reforçariam os princípios da reabilitação, combinados com métodos de supervisão penal mais abertos. O antigo governador iniciou o projeto com a aprovação de US\$ 25 milhões, mas com a eleição do republicano Deukmejian, rapidamente os projetos foram ampliados e o orçamento para a reforma prisional foi então aumentado para US\$ 495 milhões (Gilmore, 2007: 93). Mudanças importantes foram realizadas neste período, como a reestruturação do estatuto do CDC, que retirava o departamento da supervisão de contas do Office of General Services (OGS), e a criação da Joint Legislative Committee on Prison Construction and Operations (JLPCPO). Essa reestruturação política, conforme Gilmore (2007) pondera, dava muito mais abertura financeira e orçamentária para o CDC no processo de construção das unidades, nas decisões sobre o tamanho e a localização das prisões, bem como nos processos de licitação, contratos e prestação de contas.

O aporte de US\$ 495 milhões que inaugurou a expansão prisional foi obtido por meio de General Obligation Bonds⁶ (GOB). Porém, em decorrência da necessidade de aprovação popular via referendo, logo esse mecanismo financeiro fora deslocado. Basicamente, a estratégia consistia em fugir do escrutínio público e usar outra figura de financiamento, os Lease Revenue Bonds (LRB), que aplicavam taxas de juros mais elevadas, mas não dependiam da aprovação popular. Especialistas em finanças públicas, como Fred Prager (ex-manager na Rosthchild & CO) e Tom Dumphy (ex-funcionário de planejamento do prefeito de Los Angeles, Tom Bradley) foram chamados para criar as condições necessárias de um mercado financeiro público capaz de movimentar os recursos para a construção prisional. Ao lado disto, o CDC publicava recorrentemente relatórios enfatizando o diagnóstico de crise das condições prisionais, reforçando a necessidade de novas unidades. A classificação de presos perigosos também aumentou drasticamente, por ação do CDC, elementos que legitimavam as construções e o aparelhamento tecnológico das unidades.

Em menos de uma década, o resultado destas transformações foi um crescimento vertiginoso nas contas públicas. Neste período, a dívida das construções prisionais saiu de US\$ 763 milhões, para US\$ 4,9 bilhões, o que representa um aumento no débito total do estado, referente às prisões, que era de 3,8% do total da dívida, para 16,6 %, isso em menos de dez anos (Gilmore, 2007: 101).

Por meio desta abordagem, Gilmore (2007) abre o caminho para se investigar as articulações políticas que definiram os locais que receberam as novas unidades, tanto do ponto de vista dos interesses que interferiram no processo, quanto dos menos conhecidos atores sociais que opuseram resistência a esta expansão. Enquanto, de um lado, era possível encontrar proprietários de terra interessados em vender seus lotes e representantes políticos articulados em atrair prisões para os pequenos municípios, também tiveram importância na definição deste processo conselhos municipais e movimentos de resistência política antiprisão como o Mothers Reclaiming our Children⁷ (MoROC). Ao longo de sua discussão, a autora aponta como a articulação política nos pequenos municípios era fundamental para desconstruir as ilusórias “benesses” dos projetos de expansão prisional, conscientizando os moradores locais para os efeitos nocivos das prisões em médio e longo prazo. Acima de tudo, Gilmore mostrava como o ativismo antiprisão requalificava o debate sobre os sentidos mais amplos da instalação das prisões, agora não mais em termos técnicos e tradicionais de uma equação “danos sociais *versus* benefícios financeiros” (*fears x finance*), mas em uma visão ampliada que questionava a prisão em perspectiva classista, racial, política e econômica, tendo o abolicionismo penal como horizonte.

estado da Califórnia que impôs limites à tributação predial (imposto territorial) e restrições à emissão de títulos da dívida pública, tais como os GOBs, que só podem ser aprovados mediante referendos populares.

6 General Obligation Bond (GOB) são títulos da dívida pública municipais, garantidos pelo governo estadual, que visam alavancar recursos para construções de benfeitorias e serviços públicos.

7. MoROC é um movimento social popular, surgido em 1992, pela ação de mães que questionavam a incidência da Justiça Criminal sobre seus filhos. Com a expansão prisional, os jovens tornaram-se o público alvo preferencial das medidas de encarceramento. As mães denunciaram que as prisões incorporavam discriminações raciais, classistas e de gênero, de modo que o encarceramento atualizava e aprofundava estes mecanismos de segregação social. A luta pelo resgate de seus filhos se tornava-se uma luta social pela dissolução do encarceramento, em outras palavras, pela abolição da prisão. A

A expansão prisional no estado de São Paulo: uma breve aproximação e algumas questões

experiência política do movimento antiprisão do MoROC é um elemento importante para compreender as dinâmicas da expansão prisional na obra de Gilmore (2007), por seu papel decisivo em conscientizar os municípios a respeito dos efeitos da expansão prisional.

O paralelo entre o sistema prisional paulista e o californiano é proposto neste artigo de forma preliminar, considerando que há uma série de aspectos importantes que diferenciam as duas realidades, nos diversos aspectos (econômicos, culturais e políticos), os quais não podem ser ignorados num exercício de aproximação entre esses dois contextos. Sem entrar nestas peculiaridades e respeitando as diferenças, julgamos possível encontrar pontos de aproximação, como a questão da expansão prisional, da interiorização do sistema e das articulações políticas nos projetos de construção das novas unidades. Em parte, essa atitude se justifica em vista das contribuições que a abordagem de Gilmore pode oferecer às pesquisas sobre a expansão prisional no estado de São Paulo. Além disto, iremos contrastar, de forma introdutória, as tendências de pesquisa sobre prisões em São Paulo, com o percurso oferecido por Gilmore na investigação das prisões na Califórnia. Este contraste mostrará que boa parte dos pesquisadores nacionais problematizaram as políticas penitenciárias em vista da tradição autoritária e dedicaram atenção especial, mais recentemente, aos elementos das transformações do cotidiano prisional, como a influência recente dos coletivos prisionais e nas mudanças da economia criminal. Mas, segundo nossa perspectiva, está tendência de problematização das políticas penitenciárias locais muitas vezes não incluiu uma dimensão econômica e estrutural no debate mais amplo sobre as prisões.

Esta afirmação ganha relevância quando consideramos que o sistema prisional paulista passou por uma expansão prisional num ritmo acelerado muito parecido com o da Califórnia, e como o direcionamento de recursos também acompanhou este crescimento.

No contexto nacional, as análises neste campo ainda são introdutórias, pois citam a expansão prisional como consequência do revigoramento penal, mais do que um processo próprio, que poderia ser caracterizado como um projeto de expansão prisional com racionalidade própria. Ao pensar a expansão prisional como fenômeno específico, podemos considerar que sua formulação se inicia com os projetos de construção de unidades propostos pelo governo estadual, após os desgastes políticos oriundos do Massacre do Carandiru (1992), e se intensifica a partir de meados dos anos 1990, com a política do governador Mário Covas de acelerar a construção de 39 mil vagas no sistema. Estas atitudes governamentais proativas se intensificaram, na medida em que o sistema crescia e se diversificava. Em termos absolutos, a população encarcerada no estado mais do que triplicou, saindo de aproximadamente 55 mil internos, em 1993, para mais de 200 mil, no final de 2014, conforme apontam dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), do Ministério da Justiça.

No plano das políticas penitenciárias, as duas últimas décadas foram marcadas por intensas transformações e turbulências no funcionamento do sistema prisional paulista. Ao lado de déficits históricos nas condições do encarceramento do estado, os presídios paulistas foram palco de fenômenos dramáticos da segurança pública, tais como rebeliões, fugas e mortes no interior das unidades. Destas ocorrências, resalta-se o advento de coletivos organizados no interior da população prisional, que passaram a gerir quinhão cada vez maior do cotidiano prisional, de modo a produzir mudanças substantivas nas dinâmicas institucionais e a influenciar de modo marcante as políticas penitenciárias do período.

Como aponta a literatura recente, o período da expansão prisional foi marcado por um agravamento das tensões e uma deterioração das condições da execução penal nas unidades de modo geral. Estas mudanças estimularam reações punitivas por parte dos agentes públicos, de modo a alimentar políticas repressivas e militarizadas na gestão das unidades penitenciárias.

Este contexto turbulento e instável na condução do sistema prisional se evidencia a partir de um conjunto de eventos interligados, como as rebeliões de 2001 (me-garrebelião) e de 2006 (a onda de ataques do Dia das Mães), as transformações nos ambientes prisionais por conta da emergência dos coletivos organizados e o desenvolvimento de regimes mais duros, como o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) (Dias, 2012).

Pesquisas importantes desenvolvidas sobre as prisões paulistas oferecem um panorama dos problemas do sistema punitivo paulista.

Fernando Salla (2006) aponta como o padrão das recentes rebeliões indicava mudanças no modo como eram negociados e administrados o cotidiano das unidades prisionais. Para o pesquisador, a história das rebeliões poderia ser dividida em três grandes períodos: o primeiro, que toma toda a história das prisões brasileiras até o começo dos anos 1980; o segundo período se desdobra do início dos anos 1980 e culmina no massacre do Carandiru; e o terceiro se refere às rebeliões posteriores ao massacre de 1992 até os dias atuais.

No primeiro período, os sentidos das rebeliões eclodiam a partir da revolta contra as condições precárias do encarceramento, sem uma demanda mais organizada politicamente. No segundo momento, havia um contexto político de tentativa de humanização dos presídios, e a maior característica deste período, segundo Fernando Salla (2006), fora a repressão violenta aos diversos motins e rebeliões e que culminam no evento dramático do massacre de 1992. Sempre acompanhando a divisão de Salla (2006), no terceiro período, as rebeliões já apontam para mudanças significativas no

modo de organização da população encarcerada, em sua forma de atuação e articulação perante presos e administração prisional. Nesta fase, Salla (2006) chama a atenção para elementos novos que emergem do contexto. Ainda que persistam revoltas motivadas pelas condições precárias do encarceramento e abusos institucionais, neste período as rebeliões tornam-se disputas para o controle da massa carcerária e das atividades ilegais nos ambientes prisionais. A violência se concentra nas ações entre os próprios presos (acerto de contas) e ocorre com a conivência do Estado, evidenciando o abandono das expectativas em relação ao controle disciplinar das unidades e inaugurando um perfil marcante na gestão das unidades prisionais.

Nesta perspectiva, Camila Dias (2011) também contribuiu significativamente para a compreensão dos problemas ao investigar o processo e a forma em que se deu a consolidação dos grupos organizados no interior do sistema prisional paulista, neste caso específico, a gênese do Primeiro Comando da Capital (PCC). Mostra em sua investigação, mudanças significativas introduzidas a partir da emergência da facção no interior do sistema prisional paulista e como a facção se expandiu nas unidades no interior do estado, juntamente com o processo de interiorização e expansão prisional, monopolizando o uso da violência como forma de gestão das relações sociais no cotidiano carcerário, com ocupação das lacunas deixadas pela administração prisional. A discussão proposta por Camila Dias (2011) aponta para a necessidade de compreensão dos arranjos internos entre os coletivos organizados na população encarcerada e o corpo de funcionários da administração prisional, mostrando os equilíbrios frágeis entre os dois atores sociais responsáveis pela manutenção da ordem interna. Segundo Dias (2011) era possível até mesmo entender os acontecimentos dramáticos deste período, fazendo referência às oscilações dos acordos entre os dois grupos. A partir de sua abordagem, fica claro que as pesquisas que desejam realizar um balanço das políticas penitenciárias do período devem incluir uma investigação não só dos dispositivos normativos e das políticas públicas propostas ao sistema, mas, sobretudo, colocar em evidência as negociações, os dispositivos disciplinares e os acordos que funcionam à margem da lei e das formulações da política criminal.

Ao lado de Camila Dias (2011), Alessandra Teixeira (2012) também ampliou o debate por meio da inclusão de referenciais teórico-metodológicos, tais como a gestão das ilegalidades operada pelos agentes da Justiça Criminal e a noção de um contínuo carcerário (polícia → Judiciário → prisão). A partir destas duas noções (fortemente inspiradas pela abordagem foucaultiana), foi possível compreender os dispositivos carcerários em conexão mais ampla com um processo de gestão da lei e distribuição diferenciada da aplicação da norma. Esta abordagem favorece a análise do dispositivo carcerário como forma de controle de grupos vulneráveis da sociedade, que opera uma articulação da economia criminal, assim como possibilita conectar as práticas prisionais à ação das agências policiais e judiciais.

De modo geral, esses trabalhos contribuíram para a constituição de um campo de pesquisas sobre o sistema prisional no estado de São Paulo no período recente, oferecendo não só referenciais teórico-metodológicos, mas também problemáticas e pontos privilegiados de abordagem sobre as questões mais contundentes dos debates sobre os desdobramentos da política criminal.

A permanência deste quadro cruel e degradado do encarceramento no estado de São Paulo, ao mesmo tempo em que aponta para a permanência de um cenário de crise endêmica e o aprofundamento destas condições deterioradas, muitas vezes também esconde ou ofusca um movimento de revigoração e de investimento maciço nos dispositivos prisionais. Segundo nosso ponto de vista, esta ambiguidade já foi bastante tratada na literatura estrangeira recente⁸, e mostrou como, ao contrário de uma contradição nas políticas penitenciárias, o que tem se evidenciado é muito mais uma rearticulação do poder punitivo simbolizado pelo recente papel desempenhado pela prisão na época contemporânea. Embora não exista consenso sobre qual seja a natureza deste novo sentido da prisão, os autores concordam que a prisão continua uma peça central na engenharia das políticas contemporâneas, a despeito da crise dos mecanismos disciplinares no interior das unidades. Mais do que contradição entre o esvaziamento dos dispositivos disciplinares e a intensificação de investimentos com a expansão prisional, talvez seja interessante investigar o caráter desta política penitenciária recente que concilia estas características no sentido de consolidar um modelo próprio de gestão.

Visualizamos com isso um paralelo possível entre a ação do Departamento Correccional da Califórnia (CDC) e a trajetória desenvolvida pela Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo (SAP), como agência política que não só desempenha institucionalmente um papel semelhante, mas apresenta uma trajetória parecida no decorrer da expansão prisional.

No conjunto amplo de ocorrências e de agentes que marcaram o panorama punitivo, a SAP vem assumindo um crescente protagonismo político no papel de gestão dos dispositivos carcerários. Desde sua fundação, em 1993, passando por sua atuação mais marcante a partir de 1999 (com a nomeação do secretário Nagashi Furukawa) e a redução/extinção dos gabinetes anteriormente responsáveis pela administração das unidades prisionais – Departamento dos Institutos Penais do Estado (Dipe) e Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado (Coespe) – a SAP tem concentrado poder e aumentado sua área de controle por meio de ações administrativas que se inscrevem no processo de expansão prisional. Podemos considerar que, desde sua fundação, já transitavam diferentes projetos de descentralização das unidades, pulverização da execução penal por meio da interiorização e, em conjunto com este projeto, temos uma centralização burocrática

8. Neste caso, fazemos alusão a David Garland (2001) e Loïc Wacquant (2005), que se referem a este contexto como o “paradoxo da prisão”. Garland (2001) foi um dos pesquisadores que investiu nesta abordagem, levando em consideração as análises que retratavam as instituições prisionais como ambientes disciplinares fundamentados nas ideologias da reabilitação. Segundo o autor britânico, com a crise dos dispositivos disciplinares e o esvaziamento das ideologias reabilitadoras, muitos analistas apostaram na diminuição da prisão na época contemporânea. Paradoxalmente, a história mostrou que essa crise favoreceu um revigoração da instituição. Para nossa discussão importa considerar que a coexistência destas condições degradadas dos dispositivos carcerários, juntamente com a intensificação dos investimentos e diversificação dos regimes, aponta para estes novos sentidos da prisão que se pretende compreender.

9. A possibilidade de prestar serviços na área de alimentação para o sistema prisional tem sido apontada como uma forma de exploração política da expansão do encarceramento com vantagens econômicas. A revista *Carta Capital*, na matéria “Os mercados das cadeias: os interesses que mantêm o fornecimento de comida aos presos como uma fonte de corrupção e sangria dos cofres públicos”, tem apontado que empresas privadas monopolizaram o ramo da alimentação dos presídios no Brasil, tornando este aspecto da execução penal altamente lucrativo e politicamente corrupto. A alimentação oferecida pelas empresas é constantemente denunciada pela péssima qualidade (muitas vezes são oferecidos alimentos estragados) e o valor pago pelo Estado por este produto é superior ao praticado no setor fora dos muros prisionais. Em contrapartida, estes empresários financiam campanhas eleitorais que sustentam estes interesses.

10. Ao lado destes destaques, outro fator que merece atenção nesta investigação são os projetos de parcerias público-privadas (também chamadas de PPPs), que têm

na própria secretaria, que passaria a ampliar o seu gabinete e diversificar suas coordenadorias.

Ao se contrastar o início de suas atividades em relação ao panorama recente, é possível notar uma diversificação de regimes disciplinares (centros de reabilitação, ala de progressão penitenciária, centro de progressão penitenciária, penitenciárias femininas), assim como a inclusão das Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMAs), e das Centrais de Atenção ao Egresso e Família (Caef's), incorporadas à secretaria por meio da criação de um novo gerenciamento, a Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania. Outro exemplo neste sentido são os Centros de Reabilitação, que ficaram sob a tutela da secretaria e que se inspiraram na experiência de gestão compartilhada com a sociedade civil por meio da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac).

Estes novos campos evidenciam uma centralidade política crescente de sua atuação na gestão de aspectos importantes do encarceramento, tais como a questão da alimentação⁹, trabalho prisional, educação e saúde no interior das unidades. Há indícios de que estes campos constitutivos da execução penal estão em constante estado de negociação e transformação, de modo que a ação da SAP sobre elas, como um representante do governo estadual, é extremamente relevante¹⁰.

Considerações finais

Grande parte das pesquisas (Adorno & Salla, 2007; Dias, 2011; Teixeira, 2012) tem focado a permanência da política repressiva-autoritária ao lado de transformações substantivas no perfil da população encarcerada, juntamente com o fracasso das políticas penitenciárias do período. Neste sentido, numerosos trabalhos têm salientado a permanência de graves problemas na execução penal e o esgotamento das políticas criminais repressivas, as quais, segundo analistas, têm agravado ainda mais o panorama do encarceramento no país.

Entretanto, poucos trabalhos tomaram como centro da investigação uma perspectiva centrada na ação dos agentes institucionais, destacando, por exemplo, o teor de suas decisões, as negociações políticas e econômicas, os interesses envolvidos no campo, as racionalidades políticas orientadoras destes comportamentos, dentre outros fatores; e como estas representações e articulações estruturaram e influenciaram os rumos do encarceramento massivo.

O trabalho de Gilmore desenvolvido em *Golden Gulag* oferece uma narrativa que exemplifica especificamente estes pontos. Como vimos, ao longo de sua pesquisa, esta narrativa política ganha relevância por conta de uma retomada do cenário po-

lítico-econômico da Califórnia e por sua posterior reformulação da economia política da pena, sumarizada pela ideia do reparo prisional (*prison fix*). São escassos os trabalhos sobre prisão no estado de São Paulo que adotaram esta perspectiva, daí a dificuldade de desenvolver uma análise semelhante (pautada pela reformulação de economia política da pena), capaz de contextualizar estes *insights* para as características locais.

Ao traçar um paralelo com o contexto estadunidense, no Brasil também encontramos políticas de segurança pública que criaram condições favoráveis para o endurecimento penal, entendido como ação mais repressiva da polícia, práticas de sentenciamento mais rigorosas e mudanças na economia criminal, juntamente com o apoio popular para as medidas de encarceramento, e esta é uma parcela importante da compreensão do cenário atual do encarceramento. Mas, seguindo as sugestões de Gilmore (2007), talvez seja possível ampliar esse entendimento e lançar foco sobre os grupos e agentes institucionais que participaram deste processo de expansão prisional, para o qual determinados atores políticos tiveram participação e influência decisiva. Quais os interesses políticos e econômicos que estavam em jogo nestas decisões que alavancaram a expansão prisional? Quais as articulações políticas e econômicas, e quais interesses foram contemplados neste processo?

Dadas as limitações deste artigo, não será possível avaliar a pertinência de uma aproximação direta da abordagem de Gilmore (2007) no contexto paulista, ou mesmo de se avaliar quais seriam as mediações necessárias capazes de colocar este referencial como contribuição efetiva neste debate sobre a expansão prisional no estado paulista. De qualquer maneira, consideramos que estas formulações abrem campo promissor para futuras investigações sobre o fenômeno do encarceramento no Brasil e no estado de São Paulo.

Abstract: The book was published in 2007 and remains without translation into Portuguese. The author remains little known, due to this gap. However, the book Golden Gulag is an important framework for understanding the prison expansion in the State of California, which occurred between 1982 and 2000. In this book, Gilmore offers an interesting interpretation about the motivations and articulations that have driven the construction of prisons within the state, and provides an analytical framework that discussed again the political economy of punishment. Gilmore is also known for being one of the main authors who formulated a contemporary interpretation of prison expansion prison, called Prison Industrial Complex (PIC). She is also a founding member of a prison abolition movement named Critical Resistance. This article conducts a careful reading of the Golden Gulag in order to extract the main theoretical and empirical formulations of the book. With this reading done, we intend to test possible contributions of this material for understanding the recent prison expansion in São Paulo.

Keywords: prison expansion, political economy of punishment, prison policies, prison fix, prison abolition movement.

se intensificado recentemente nas ações e articulações políticas desenvolvidas pela secretaria. Estes projetos são retratados na retórica institucional como mecanismos de modernização e reforma do sistema prisional, sobretudo por sua capacidade de criar e expandir vagas no sistema. Porém, de forma preliminar, consideramos que estes mecanismos estão inscritos na mesma lógica política dos mecanismos de gestão compartilhada que reorganizam os dispositivos punitivos, mas que no caso específico das PPPs se desdobram numa esfera de atuação mais macropolítica, abrindo campo para processos de privatização do poder punitivo que são recentes e pouco explorados nas investigações atuais sobre o sistema prisional paulista.

Referências

- ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61, São Paulo, 2007.
- BARROS, Rodolfo Arruda Leite de. *A reinvenção da prisão: a expansão prisional no estado de São Paulo e as consequências do encarceramento massivo*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2012.
- DIAS, Camila Caldeira Nunes. *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GARLAND, David. *The culture of control: crime and social order in contemporary society*. Chicago (IL): The University of Chicago Press, 2001.
- (Org.). *Mass imprisonment: social causes and consequences*. London: Sage Publication, 2001.
- GILMORE, Ruth Wilson. *Golden gulag: prison, surplus, crisis, and opposition in globalizing*. Los Angeles (CA): University of California Press, 2007.
- . Globalisation and US prison growth: from military keynesianism to post-keynesian militarism. *Race & Class*, v. 40; n. 2-3. p. 171-188, 1999.
- GOTTSCALK, Marie. The long reach of the carceral state: the politics of crime, mass imprisonment, and penal reform in the United States and abroad. *Law & Social Inquiry*, v. 34, n. 2, p. 439-472, 2009.
- HULING, T. Building a prison economy in rural America. In: MAUER, Marc (Org.). *Invisible punishment*. New York: The New Press, 2003.
- MINHOTO, Laurindo Dias. *Privatização de presídios e criminalidade: a gestão da violência no capitalismo global*. São Paulo: Max Limonad, 2000.
- SALLA, Fernando. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, n. 1, São Paulo, 2007.
- . A pesquisa sobre as prisões: um balanço preliminar. In: KOERNER, Andrei (Org.). *História da justiça penal no Brasil: pesquisas e análises*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), 2006.
- . As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. *Sociologias*, n. 8, Porto Alegre, 2006.

———. . Novos e velhos desafios para as políticas de segurança pública no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, Ano XI, n. 43, 2003.

———. . Os impasses da democracia brasileira: o balanço de uma década de políticas para as prisões no Brasil. *Lusotopie*, p. 419-435. 2003

SINHORETTO, Jacqueline; SILVESTRE, Giane; MELO, Felipe Athayde Lins de. O encarceramento em massa em São Paulo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 25, n. 1, Jun. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702013000100005>>. Acesso em: 13. Mar. 2014.

TEIXEIRA, Alessandra. *Construir a delinquência, articular a criminalidade: um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, 2012.

———. . Dispositivos de exceção e novas racionalidades do sistema punitivo: o surgimento do PCC e o modelo RDD. *Revista Perspectivas*, v. 36, Jul.-Dez. 2009.

WACQUANT, Loïc. Forjando el Estado neoliberal: workfare, prisonfare e insegurança social. *Prohistoria*, v.16, Rosário, Jul.-Dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-95042011000200006&lng=pt&nrm=i-so>. Acesso em: 13 Mar. 2014.

———. . *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

———. . *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000.

WESTERN, Bruce. Mass imprisonment and the life course: race and class inequality in U.S. incarceration. *American Sociological Review*, v. 69, 2004.

Mecanismos de homogeneização da atividade científica: o caso da ciência das mudanças climáticas*

Recebido: 12.03.15

Aprovado: 11.09.15

Tiago Ribeiro Duarte**

Resumo: Neste artigo, analiso alguns mecanismos que viabilizam a existência da ciência das mudanças climáticas, um campo de pesquisa extremamente heterogêneo uma vez que é formado por membros de todas – ou quase todas – as disciplinas científicas. Examinando, especificamente, o papel desempenhado pelos dois principais mecanismos de homogeneização da atividade científica encontrados na literatura dos estudos sociais da ciência e tecnologia: a translação (Callon, 1986; Latour, 1987) e a padronização (Latour, 1987; Jasanoff & Wynne, 1998; Star & Lampland, 2009; Edwards, 2010). A translação consiste no processo através do qual um determinado grupo de atores faz com que os interesses de outros membros de uma determinada rede sociotécnica passem a convergir com os seus. Já a padronização se refere ao desenvolvimento de conceitos, medidas, instrumentos, práticas, técnicas e métodos de pesquisa padronizados, reduzindo, assim, a heterogeneidade dentro de um determinado campo de investigação científica. Argumento que estes dois mecanismos são fundamentais para se compreender os padrões colaborativos e de fluxo de informação que se formaram dentro da ciência das mudanças climáticas. Processos de translação ajudaram a diminuir a heterogeneidade de interesses nessa área de pesquisa fazendo com que os interesses de uma diversidade de atores passassem a convergir com aqueles das modeladoras computacionais que utilizam Modelos de Circulação Geral (MCGs). Processos de padronização, por sua vez, fizeram com que dados de pesquisa coletados ao redor do mundo mediante as mais diversas técnicas, instrumentos e métodos de pesquisa pudessem ser inseridos, mesmo que às vezes de modo fragmentário e imperfeito, nos MCGs.

Palavras-chave: homogeneização da atividade científica, translação, padronização, ciência das mudanças climáticas, estudos sociais da ciência e tecnologia.

Introdução

No final da década de 1980, o debate científico e político a respeito das mudanças climáticas ganhou força internacionalmente envolvendo um grande número de atores: cientistas, governos, ativistas, ONGs e membros da sociedade civil (Ungar, 1992; Weart, 2003). As discussões e as pesquisas em torno das mudanças climáticas intensificaram-se a partir dos anos de 1990, tornando-se um dos principais temas nos debates internacionais vinculados ao meio ambiente¹. O clima passou a suscitar preocupações relacionadas à possibilidade de o planeta estar passando por um processo de aquecimento acelerado de origem antropogênica. O principal mecanismo de aquecimento da temperatura na contemporaneidade é o efeito estufa. Este efeito, apesar de ser uma parte constituinte do sistema climático

* Gostaria de agradecer a Rafael Antunes Almeida e a dois pareceristas anônimos da *Sociedade e Estado* pelos comentários a versões anteriores deste trabalho, que me ajudaram a aprimorá-lo. Agradeço também à Capes pelo financiamento para a pesquisa que resultou neste artigo (Bolsa de doutorado BEX 0672092).

** Professor adjunto do Departamento de Sociologia da UnB, é doutor em sociologia pela Universidade de Cardiff. Sua principal área de pesquisa são os estudos sociais da ciência e tecnologia com ênfase na interface entre ciência e políticas públicas, participação pública em políticas de ciência e tecnologia, colaboração interdisciplinar e ciências do clima. <ribeiro-duartetiago@gmail.com>.

1. O estatuto de problema global e urgente atribuído às mudanças climáticas não pode ser tomado como simples fato natural. Conforme argumentou Steven Yearley (2005: 41-54), alguns fenômenos ambientais que

transcendem barreiras nacionais são socialmente construídos como globais, ao passo que outros não. No caso específico das mudanças climáticas, Yearley apontou dois fatores que foram centrais para a “globalização” deste fenômeno: o interesse de países desenvolvidos em questões ambientais associado à possibilidade de interferirem em políticas de países em desenvolvimento – por exemplo, no Brasil e no gerenciamento da Amazônia; e a atuação de ONGs ambientalistas de países desenvolvidos na propagação do discurso sobre a globalidade das mudanças climáticas. Similarmente, a centralidade adquirida pelas mudanças climáticas na agenda científica internacional também deve ser compreendida como fruto da construção social da relevância ambiental do tema. O consenso na comunidade científica a respeito da realidade e dos riscos do aquecimento global foi formado principalmente pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) encarregado de revisar o estado da arte da literatura sobre o clima para informar sobre

terrestre, está sendo intensificado devido às emissões de dióxido de carbono na atmosfera, advindas, principalmente, da queima de combustíveis fósseis. Este cenário traz consigo a possibilidade de impactos sérios ao meio ambiente e às sociedades humanas, tais como a perda de biodiversidade, o derretimento das calotas polares, a elevação do nível do mar, o aumento da incidência de doenças tropicais, a maior ocorrência de eventos climáticos extremos, tais como furacões, enchentes e ondas de calor, dentre outros.

Na medida em que o clima foi se tornando um tema central na agenda ambiental, a ciência das mudanças climáticas² ganhou maior importância e passou a agregar pesquisadores de todas – ou quase todas – as áreas de investigação científica. Com isso, ela transformou-se em um enorme aglomerado de disciplinas girando em torno do mesmo tema. Ademais, a ciência das mudanças climáticas depende de dados coletados ao redor do globo, os quais precisam ser reunidos de modo que haja informações sobre mudanças climáticas em escala global. Assim, esse ramo de pesquisa científica tornou-se extremamente heterogêneo, o que cria dificuldades relativas à produção de conhecimento. Conforme pesquisa nos estudos sociais da ciência e tecnologia (ESCT) demonstrou, a produção de conhecimento científico em áreas interdisciplinares implica dificuldades de comunicação e de criação de convergência de interesses entre os diferentes grupos de cientistas (ver Star & Griesemer, 1989; Galison, 1997; Sundberg, 2006; 2007; Monteiro & Keating, 2009). Na literatura dos ESCT, pode-se encontrar duas formas pelas quais cientistas buscam viabilizar a produção de conhecimento frente a tais dificuldades. A primeira consiste na homogeneização de campos científicos, isto é, na redução das diferenças visando facilitar processos colaborativos³. Os dois principais mecanismos de homogeneização da ciência que podem ser encontrados na literatura dos ESCT são a translação (Callon, 1986; Latour, 1987) e a padronização (Latour, 1987; Jasanoff & Wynne, 1998; Star & Lampland, 2009; Edwards, 2010). A primeira consiste em processos através dos quais grupos de cientistas conseguem fazer com que os interesses de outros atores passem a convergir com os seus, reduzindo assim dificuldades relacionadas à heterogeneidade de interesses. A segunda consiste em toda sorte de esforços no sentido de padronizar práticas, métodos e técnicas de pesquisa de modo a criar dados que sejam comparáveis e comensuráveis.

A segunda forma de se lidar com a heterogeneidade na ciência consiste na construção de pontes entre comunidades heterogêneas. Essas pontes podem ser linguísticas (Galison, 1997; Collins & Evans, 2007; Ribeiro, 2007; Reyes-Galindo, 2011; Duarte, 2013), baseadas na confiança (Shapin, 1994; Shackley e Wynne, 1995; Duarte, 2013; Reyes-Galindo, 2014) ou girar em torno dos chamados objetos fronteiros (Star & Griesemer, 1989), isto é, objetos concretos ou abstratos que habitam as interseções entre diversos mundos sociais⁴. Nesse caso, são atribuídos diferentes

significados pelos grupos sociais envolvidos; ainda assim, são flexíveis o suficiente para que interações sociais ocorram.

Este artigo consiste em uma ampla revisão da literatura dos ESCT sobre a ciência das mudanças climáticas e busca compreender como uma área tão interdisciplinar é viabilizada por meio dos mecanismos expostos acima. A análise de todos esses mecanismos demandaria um trabalho de escopo muito maior; vou me restringir aos mecanismos de homogeneização, tratando de processos de translação e padronização. Procuo sistematizar elementos teóricos e dados empíricos que se encontram dispersos na literatura de modo a apresentar uma visão mais integrada dos mecanismos de homogeneização que moldam a produção de conhecimento na ciência das mudanças climáticas⁵.

Começarei este artigo apresentando as diferentes dimensões da heterogeneidade na ciência e como a ciência das mudanças climáticas é particularmente heterogênea. Na sequência, analisarei a translação e a padronização, de modo a evidenciar como elas reduzem a diversidade de interesses e de práticas nesta área da ciência, fazendo com que, em grande medida, o estudo das mudanças climáticas circule em torno da modelagem computacional. Por fim, na seção final do artigo, procurarei sintetizar os principais pontos discutidos ao longo do texto.

A heterogeneidade da ciência das mudanças climáticas

A heterogeneidade das ciências pode ser relacionada a cinco aspectos encontrados na literatura dos ESCT: linguagens técnicas, *expertises*, culturas epistêmicas, instrumentos de pesquisa e interesses. A heterogeneidade linguística se refere à diversidade de linguagens técnicas dominadas apenas pelos membros de comunidades específicas (Collins & Evans 2002; 2007; Galison, 1997). Já a heterogeneidade de *expertises* consiste na ampla gama de *expertises*, ou habilidades tácitas, nas quais a pesquisa nas diferentes áreas de especialização estão alicerçadas (Collins 1974; Collins & Evans, 2002; 2007; Reyes-Galindo & Duarte, 2015). Além disso, a ciência é também heterogênea no que tange a culturas epistêmicas, isto é, há diferentes culturas de produção de conhecimento vinculadas a regras e a práticas de pesquisa distintas (Knorr-Cetina, 1999). A heterogeneidade instrumental consiste na variedade de máquinas e de instrumentos utilizada nos diferentes campos de pesquisa, os quais produzem resultados com diferentes níveis de precisão, acurácia e resolução e, além disso, com diferentes limitações e potencialidades (Hacking, 1992; Pickering, 1995; Edwards, 2010). Por fim, a heterogeneidade de interesses refere-se aos interesses comumente divergentes de diferentes grupos de cientistas, o que dificulta o estabelecimento de metas comuns entre elas (Sundberg, 2006; 2007).

a formulação de políticas climáticas (O’Riordan & Jäger, 1996; Weart, 2003; Miller, 2004). Do ponto de vista da atenção pública dada ao aquecimento global, Allan Mazur (1998) chamou a atenção para a influência da mídia, no final dos anos 1980, no sentido de inserir esse fenômeno na agenda de riscos a serem enfrentados com urgência pela humanidade.

2. Neste trabalho, diferencio ciência das mudanças climáticas e ciências climáticas. Em geral, o termo ciências climáticas é utilizado para se referir às ciências básicas, tais como física, meteorologia, biologia etc., envolvidas na compreensão da dinâmica e dos processos de mudança do clima. Quando uso o termo ciência das mudanças climáticas, refiro-me ao complexo aglomerado de disciplinas que se formou ao redor do tema das mudanças climáticas, indo, portanto, para além das ciências básicas e incluindo também estudos de impactos, de técnicas adaptativas e de mitigação.

3. É importante ressaltar que o tema da homogeneização da vida social não é privilégio dos ESCT. Ele está presente na literatura sociológica

há algumas décadas e foi relacionado a diferentes esferas da vida. Theodor Adorno e Max Horkheimer (1985) examinaram e criticaram duramente a indústria cultural surgida na primeira metade do século XX como forma de homogeneização de bens culturais, a qual estaria relacionada ao controle das classes populares dentro do sistema capitalista. Em um contexto mais contemporâneo, alguns teóricos da globalização atribuíram a este fenômeno a característica de homogeneizar diversos aspectos da vida social ao redor do mundo. Anthony Giddens (1990) explora aspectos institucionais da globalização, chamando a atenção para a proliferação em escala mundial do capitalismo, do Estado-nação, da industrialização – mesmo que vinculada a uma divisão internacional do trabalho – e, por fim, de uma ordem mundial militarizada, na medida em que praticamente todos os Estados-nação possuem seus próprios exércitos e, além disto, houve o surgimento de alianças militares internacionais. Na emergente literatura pós-colonial há também diversos pensadores que analisam a

Na ciência das mudanças climáticas, todos esses tipos de heterogeneidade podem ser encontrados, uma vez que este campo de investigação abrange todas – ou quase todas – as disciplinas científicas. Há basicamente duas razões para isto. Primeira-mente, o sistema climático é formado por cinco subsistemas: atmosfera, biosfera, criosfera, oceanos e solos (Ruddiman, 2008: 8-12). Cada um é investigado por um conjunto de disciplinas científicas e por combinações interdisciplinares, tais como a meteorologia, a física atmosférica, a oceanografia, a biologia, a glaciologia, a hidrologia, a geologia, dentre outras (Jasanoff & Wynne, 1998; Edwards, 2001). Investiga-se o clima no passado, no presente e no futuro. Por causa disto, ramos da ciência como a paleoclimatologia, que faz a reconstrução climática em períodos para além dos registros instrumentais contínuos, e a modelagem climática, responsável pela previsão das mudanças climáticas no futuro, também se integraram aos estudos sobre o clima.

Ademais, grande parte das estudiosas das mudanças climáticas acreditam que essas vão gerar uma série de impactos negativos para a humanidade e para o meio ambiente. Por causa disto, diferentes áreas da ciência passaram a estudar os impactos das mudanças climáticas, assim como meios de adaptação e de mitigação. Isto fez com que campos de pesquisa tais como a economia, as ciências sociais, as engenharias, a arquitetura, a ecologia, a demografia etc., também passassem a pesquisar fenômenos relacionados às mudanças climáticas. O resultado é um complexo mosaico de cientistas estudando questões como:

- Quais os principais mecanismos de mudança climática?
- Quais mudanças climáticas ocorrerão no futuro?
- Quais impactos as mudanças climáticas gerarão?
- Como as sociedades humanas e os diferentes ecossistemas poderão adaptar-se a esses impactos?
- Como podemos mitigar as mudanças climáticas de modo a minimizar os seus efeitos?

A ciência das mudanças climáticas não consiste, portanto, em um campo transdisciplinar homogêneo, mas em um enorme campo de diferentes áreas da ciência que estudam questões climáticas a partir de abordagens, metodologias e instrumentos de pesquisa distintos. Cada uma dessas áreas foca aspectos diferentes das mudanças climáticas, a partir de suas respectivas perspectivas disciplinares, pesquisando uma variedade de interações entre os subsistemas que compõem o clima e as sociedades humanas.

Esse conglomerado de disciplinas girando ao redor do tema das mudanças climáticas é extremamente heterogêneo em todos os aspectos acima listados: as linguagens técnicas, as *expertises*, as culturas epistêmicas, os instrumentos de pesquisa e os interesses das diferentes comunidades de *experts*. Um exemplo basta para ilustrar este ponto. Comparemos meteorologistas que estudam fenômenos atmosféricos com cientistas sociais que estudam o impacto das mudanças climáticas em populações vulneráveis. A linguagem técnica destas comunidades são inegavelmente diferentes e o grau de entendimento mútuo entre cientistas destas duas áreas é extremamente restrito. As *expertises*, as culturas epistêmicas e os instrumentos de pesquisa são também absolutamente distintos. Por fim, o interesse central das meteorologistas consiste em fazer ciência básica, focando em fenômenos atmosféricos (Sundberg, 2006). Por outro lado, as cientistas sociais buscam compreender os impactos das mudanças climáticas em comunidades específicas e como estas se adaptam a esses impactos (ver Galvin, 2009; Lazrus, 2012; Yeh *et alii*, 2014; Zheng *et alii*, 2013). Por causa disto, em princípio não há razões que levem estas comunidades a se comunicarem ou a colaborarem entre si.

Dito de outro modo, na ciência das mudanças climáticas, nem todos os subcampos de pesquisa se comunicam e colaboram com os demais. Na verdade, a maioria não se comunica – ou se comunica muito pouco. Mesmo em campos relativamente próximos, como a modelagem climática da atmosfera e a meteorologia, muitas vezes há grandes dificuldades de comunicação e pouco esforço efetivo de integração devido a interesses de pesquisa divergentes (Sundberg, 2007). Quando se trata de campos ainda mais heterogêneos, como no caso das ciências humanas e das chamadas “ciências duras”, as dificuldades são ainda maiores. Sintoma disto são as diversas críticas que têm sido feitas ao Painel Intergovernamental sobre Ciências Climáticas, o mais prestigioso painel científico a produzir documentos sintetizando o estado da arte da literatura científica sobre as mudanças climáticas, por não incluir as ciências humanas em seus relatórios (Demeritt, 2001; Yearley, 2009; Hulme & Mahony, 2010; Victor, 2015; Carraro *et alii*, 2015).

Há uma estrutura específica de fluxos de informação na ciência das mudanças climáticas que relaciona algumas áreas a outras, ao passo que também afasta certas comunidades de outras. Esta estrutura pode ser compreendida como o reflexo de processos de homogeneização dos estudos sobre o clima, particularmente do processo de translação realizado por modeladoras computacionais, de modo a adquirirem uma centralidade nessa área de pesquisa. Examinarei este processo nas próximas três seções.

mundialização de características culturais, econômicas, políticas, intelectuais etc., dos países do Norte, contudo sob uma ótica mais combativa. Boaventura de Souza Santos (2002) examina a disseminação do modelo econômico neoliberal ao redor do mundo e suas consequência tanto no que se refere à globalização de um modelo econômico como em suas consequências para outras esferas da vida. O cientista social português argumenta que o neoliberalismo estaria globalizando a pobreza e a circulação de bens culturais do Norte. Todavia, este processo não seria unilateral, pois existem movimentos contra-hegemônicos resistindo a esses processos globalizantes. Na literatura pós-colonial, há também estudos sobre a homogeneização da ciência, mas com outro foco, mais relacionado à geopolítica do conhecimento, isto é, sobre como agendas de pesquisa, métodos, instrumentos, marcos teóricos etc., provenientes de países do Norte, tendem a dominar a pesquisa em países

Mecanismos de homogeneização: translação

periféricos (ver Hountondji, 1997; Connel, 2007).

4. No texto original de Susan Leigh Star e James Griesemer (1989), no qual o conceito de objetos fronteirações é introduzido, os autores argumentam que esses objetos muitas vezes atuam conjuntamente com padronizações. Nesse sentido, mecanismos de homogeneização podem e frequentemente atuam junto a mecanismos de construção de pontes. A diferenciação entre esses dois tipos de mecanismo apresentada neste artigo é puramente analítica.

5. É importante ressaltar que também realizei pesquisa sobre a ciência das mudanças climáticas entre os anos de 2010 e 2011. Neste período, frequentei palestras e seminários de cientistas estudiosas das mudanças climáticas, participei de um curso de verão na Brown University (RI) sobre o tema e entrevistei cientistas de diversas subáreas desse campo de pesquisa. A pesquisa de campo ajudou-me a compreender a estrutura da ciência das mudanças climática e os

O conceito de translação (Callon, 1986; Latour, 1987) foi desenvolvido dentro da teoria ator-rede. Foi inicialmente elaborado para a análise de relações de poder em redes formadas entre grupos de atores heterogêneos, tratando frequentemente de atores situados dentro e fora comunidade científica. Assim, não foi inicialmente concebido para o exame dos processos que viabilizam pesquisa em contextos interdisciplinares. Todavia, o conceito pode ser útil neste contexto, particularmente no que tange à compreensão de como grupos de cientistas com interesses divergentes passam a manifestar metas similares, o que leva à formação de uma determinada estrutura dentro de campos científicos específicos, envolvendo padrões de interações e de fluxo de informação.

A translação está relacionada à heterogeneidade de interesses dentro da ciência, a qual pode impedir que comunidades de *experts* venham a estabelecer vínculos e projetos colaborativos devido à falta de convergência em seus interesses de pesquisa⁷ (ver Sundberg, 2006, 2007). No caso da ciência das mudanças climáticas, uma vez que há um entendimento compartilhado por seus membros sobre a necessidade de integração dos dados produzidos por membros de diferentes grupos de *experts* para que se produza conhecimento sobre o sistema climático como um todo integrado, é crucial que haja algum grau de convergência de interesses entre esses grupos. Nesse sentido, a translação é um mecanismo essencial para se compreender como a ciência das mudanças climáticas adquiriu a estrutura que apresenta atualmente.

De acordo com a teoria ator-rede (Callon, 1986; Law, 1986; Latour, 1987, 1991, 2005), cientistas são parte de redes sociotécnicas compostas por seus pares assim como por uma amplo leque de outros atores⁷ envolvidos na produção e estabilização de fatos científicos, tais como técnicas de laboratório, agências de financiamento de pesquisa, formulação de políticas públicas etc. Não humanos são também parte dessas redes, incluindo outros seres vivos e objetos. Este é um ponto central na teoria ator-rede, isto é, a tese segundo a qual a capacidade de agência deve ser atribuída tanto a humanos como a não humanos. Isto não quer dizer que não haja diferenças entre seres humanos, animais, objetos e fenômenos. Na verdade, trata-se de reconhecer que as ações de não humanos também são capazes de afetar nossa sociedade como outros tipos de atores. Por exemplo, as moléculas de dióxido de carbono possuem agência, uma vez que têm impacto na retenção de calor na atmosfera, o que leva ao aquecimento do planeta. Além disso, eventos climáticos extremos, tais como tempestades, enchentes, secas, também possuem agência, na medida em que podem ter efeitos destrutivos para a sociedade humana e para determinados ecossistemas.

De acordo com os proponentes da teoria ator-rede, as cientistas, ao desenvolverem teorias, instrumentos etc., procuram construir o maior número possível de alianças, ou, em outras palavras, mobilizar atoras para darem suporte a seus programas de pesquisa. Deste modo, procuram adquirir uma posição mais dominante dentro da rede em que estão inseridas. Uma parte crucial desse processo é a translação, a qual consiste no processo por meio do qual um grupo de cientistas (ou qualquer outro grupo de atoras) faz com que os interesses de outros membros da rede convirjam com os seus. Um processo de translação bem sucedido resulta em uma cientista – ou um grupo de cientistas – transformando em pontos de passagem obrigatórios seus trabalhos, técnicas, instrumentos, métodos etc. Isto significa que outros membros da rede passam a acreditar que, para que atinjam suas próprias metas, precisam usar essas técnicas, instrumentos, métodos etc.

Na ciência das mudanças climáticas, o mais importante processo de translação foi realizado por modeladoras climáticas. De modo a explicar este processo de translação é preciso, primeiro, apresentar a modelagem do clima.

A modelagem climática

A modelagem climática é um campo da ciência das mudanças climáticas que simula em computadores o sistema climático com o intuito de compreender melhor processos climáticos e fazer previsões sobre as mudanças climáticas no futuro. Os modelos climáticos apresentam diferentes níveis de complexidade, o que é conhecido entre as modeladoras como hierarquia ou espectro de modelos (ver Shackley & Wynne, 1995; Shackley *et alii*, 1998: 163-165; Edwards, 2001: 37): variam desde modelos muito simples – tais como os de balanço de energia zero-dimensionais – até os altamente complexos modelos de circulação geral (MCGs). Os MCGs, como explicarei abaixo, são amplamente considerados como os modelos mais importantes da ciência das mudanças climáticas, e, por causa disto, serão utilizados na discussão sobre mecanismos de homogeneização; vou descrevê-los com nível maior de detalhamento baseado na literatura dos ESCT (Shackley *et alii*, 1998; Edwards, 2001; Lahsen, 2005; Sundberg, 2006).

Os mais modernos MCGs modelam os sistema climático em supercomputadores. Dividem a atmosfera e os oceanos em grades tridimensionais nas quais interações físicas entre seus vários componentes são matematicamente⁸ simuladas. Por exemplos, as interações físicas na atmosfera são representadas da seguinte maneira⁹:

Equações de estado computam o efeito de várias forças (radiação, aquecimento convectivo e daí por diante) nas massas de ar e na umidade (nuvens e vapor d'água) dentro de cada grade. Equações

principais fluxos de informação entre suas subáreas.

Todavia, este artigo não é baseado nos dados coletados na pesquisa de campo, os quais foram obtidos com um propósito diferente. Ainda assim, a imersão na ciência das mudanças climáticas foi útil para a escrita deste trabalho, na medida em que ajudou a conferir maior sentido aos textos aqui revisados.

6. É importante notar que dentro da teoria ator-rede, a noção de interesse foi definida de um modo particular, isto é, como interposição (Callon, 1986). Dentro deste quadro conceitual, interessar consiste em um ator ou grupo de atores (A) interpor-se entre outro grupo de atores (B) e outras possíveis conexões com outros membros da rede (C, D, E, ...) em questão. Assim sendo, A se conectaria a B e impediria diversas outras possibilidades de formação de vínculos dentro da rede. Este processo, dentro da ciência, consolidaria determinados padrões de colaboração e de fluxos de informação.

7. Na teoria ator-rede, utiliza-se o termo "actante", derivado da semiótica, ao invés de atores/atoras. Neste trabalho, como não faço menção

direta à agência de não humanos em meu argumento principal, vou me limitar ao termo atoras.

8. A resolução dos MCGs evoluiu ao longo do tempo. Por exemplo, os lados das grades dos modelos utilizados pelo IPCC no relatório de 1990 exibiam 500 quilômetros. Já no relatório de 2007, os lados das grades haviam sido reduzidos para aproximadamente 110 quilômetros (IPCC, 2007: 113).

9. Todas as citações em inglês foram traduzidas pelo autor em estilo livre.

10. *Closure assumption* no original.

de movimento computam a direção e a velocidade do movimento do ar para dentro das outras grades (Edwards, 2001: 37).

A atmosfera e os oceanos, em geral, são simulados em sua totalidade em modelos diferentes e depois acoplados (Lahsen, 2005: 903). Os demais subsistemas do sistema climático (vegetação, criosfera e solos) não são plenamente representados. Versões mais ou menos simplificadas são incluídas nos MCGs (Shackley *et alii*, 1998; Edwards, 2001; Lahsen, 2005), todavia nem todos os componentes do sistema climático podem ser representados pelas equações dos modelos. Alguns fenômenos ocorrem em escala menor do que aquele representado nas grades. Estes processos são parametrizados, ou seja, não têm sua física totalmente representada (Edwards, 2001: 56-57; Lahsen, 2005: 900; Sundberg, 2007: 477). Exemplos de fenômenos que são parametrizados são as nuvens e os aerossóis. Paul Edwards, por exemplo, descreveu a parametrização da formação de nuvens do seguinte modo:

Por exemplo, ao invés de representar a formação de nuvens em termos de colunas de convecção, núcleos de condensação e outras causas diretas, um MCG em geral calcula a extensão da cobertura de nuvens dentro de uma grade como função da temperatura e da umidade. Esta abordagem incorpora o que é conhecido como suposição de fechamento¹⁰, isto é, a partir do postulado segundo o qual processos em pequena escala podem ser representados acuradamente, em última instância, *em termos das variáveis de grande escala disponíveis para os modelos* (Edwards, 2001: 56, grifos no original).

Os MCGs são utilizados com diversas finalidades. Uma das mais populares é estimar a sensibilidade climática, isto é, aferir como o sistema climático reagirá se a concentração de dióxido de carbono na atmosfera dobrar (van der Sluijs *et alii*, 1998: 291-293). Eles são também utilizados para gerar cenários climáticos para o futuro, seguindo diversas suposições diferentes e para realizar “experimentos” com o intuito de avaliar a influência de diferentes variáveis no sistema climático (IPCC, 2013).

A homogeneização da ciência das mudanças climáticas: o caso dos MCGs

O mais importante processo de translação ocorrido na ciência das mudanças climáticas foi realizado por modeladoras climáticas, o que fez com que os modelos — particularmente os MCGs — adquirissem um papel central nessa área da ciência (Jasanoff & Wynne, 1998; Shackley *et alii*, 1998; Demeritt, 2001; Edwards, 2010). Eles se tornaram a principal ferramenta utilizada para se reunir dados coletados nos diferentes subsistemas e regiões do sistema climático:

Para a pesquisa sobre as mudanças climáticas, abordagens comuns são desenvolvidas interdisciplinarmente, tomando como objeto de estudo a atmosfera, a troposfera, a estratosfera, a criosfera (gelo), a biosfera, a geosfera, a litosfera e a hidrosfera. Outras abordagens focam uma variedade de ecossistemas marinhos e terrestres e o uso da terra. Dados sobre estes sistemas são reunidos em uma variedade de modelos computacionais, com os modelos de circulação geral (MCGs) no topo da hierarquia de complexidade (Jasanoff & Wynne, 1998: 49).

Os MCGs não apenas reúnem dados, eles também produzem simulações globais que são utilizadas por outros cientistas, particularmente aquelas que estudam os impactos das mudanças climáticas (Shackley & Wynne 1995; Shackley *et alii*, 1998). Isto as coloca em posição central na ciência das mudanças climáticas, uma vez que reúnem dados empíricos e intermediam o fluxo de informação de cientistas observacionais para *experts* em impactos.

Apesar de ter se tornado senso comum na ciência das mudanças climáticas a ideia de que experimentos não podem ser realizados em escala planetária e, conseqüentemente, modelos computacionais são essenciais para se estudar as mudanças climáticas, pesquisadoras dos ESCT têm de questionar as duas razões pelas quais os MCGs adquiriram tamanha centralidade nesse campo. Primeiramente, uma tese importante dos ESCT é que a natureza não é capaz de impor abordagens de pesquisa específicas para as cientistas (Yearley, 1990), há sempre uma variedade de abordagens por meio das quais um fenômeno pode ser investigado cientificamente. Além disso, todos os métodos e as técnicas de pesquisa apresentam qualidades e deficiências. Se comparados, por exemplo, a outros modelos climáticos, os MCGs revelam vantagens e desvantagens:

É simplesmente nosso objetivo apontar que eles [MCGs] pontuam bem em relação a alguns critérios, mas não em relação a outros. Por exemplo, se o objetivo for definido como prover previsões climáticas a longo prazo, as quais são baseadas na percepção científica atual dos mecanismos físicos envolvidos, os MCGs são certamente fortes candidatos. Mas, enquanto os MCGs são capazes de explorar algumas características chave das mudanças climáticas, incluindo horizontes temporais variáveis e, potencialmente, escalas e variabilidade regionais, eles são muito menos adequados para a integração com outros modelos físicos e socioeconômicos, ou para realizar análises de incerteza e as predições estocásticas associadas. Além disso, empregam de modo intensivo recursos e são bastante intratáveis. Há uma ampla experiência com eles, apesar de, tal como discutimos, a confirmação de sua confiabilidade, especialmente com o propósito de fazer projeções, permanecer um tema difícil. Por fim, não são muito acessíveis ou transparen-

tes, de modo que *feedbacks* advindos de outras comunidades científicas com relação à validade deles não são facilmente obtidos (Shackley *et alii*, 1998: 183).

A centralidade dos MCGs na ciência das mudanças climáticas foi explicada por algumas pesquisadoras dos ESCT partindo do argumento de que eles se tornaram pontos de passagem obrigatórios (Edwards, 2001; Sundberg, 2007). Isto significa que modeladoras climáticas lograram torná-los indispensáveis dentro da rede da ciência das mudanças climáticas. Por meio de um processo de translação, elas fizeram com que interesses de outros grupos de cientistas convergissem com os delas. Outras cientistas das mudanças climáticas e outras atoras, tais como formuladoras de políticas públicas e de agências de financiamento de pesquisa, começaram a acreditar que os modelos climáticos são as ferramentas mais importantes para se investigar as mudanças climáticas e vincularam suas práticas a eles. Simon Shackley e suas colegas de pesquisa (1998), apesar de não usarem os conceitos de ponto obrigatório de passagem e de translação, ofereceram a melhor descrição disponível na literatura dos ESCT dos MCGs, mobilizando uma plêiade de diferentes atoras envolvidas com as mudanças climáticas:

11. É importante ressaltar que (ver Oreskes *et alii*, 1994: 642), de um ponto de vista epistemológico, a validação não significa que um modelo pode representar fenômenos naturais confiavelmente: “Os resultados dos modelos podem ou não ser válidos, dependendo da qualidade e da quantidade dos parâmetros inseridos e da acurácia das hipóteses auxiliares”. A compatibilidade entre um modelo e um conjunto de dados, portanto, não significa que o modelo confiavelmente representa a realidade, mas que há consistência entre uma específica rodada do modelo e um determinado conjunto de dados.

Outro modo de dizer isto é que os MCGs (em oposição a outros modelos ou métodos) agem como uma espécie de moeda comum entre grupos de cientistas e formuladoras de políticas públicas – cada uma delas considera que tem algo a ganhar em termos intelectuais, científicos, sociais e de financiamento – por estar envolvida em seu desenvolvimento e uso – e que esta convergência serve como meio de vincular tais grupos em coalizões fracamente integradas (Shackley *et alii*, 1998).

De acordo com Simon Shackley e suas colegas de pesquisa (Shackley *et alii*, 1998: 186), o conjunto de relações mais importante entre modeladoras que utilizam MCGs e outras atoras na rede da ciência das mudanças climáticas são: modeladoras e formuladoras de políticas públicas, modeladoras e comunidade que estuda os impactos das mudanças climáticas e modeladoras e outras áreas da ciência envolvidas com pesquisa básica sobre o clima. Examinemos, então, como a equipe de Shackley descreve cada um destes conjuntos de relações para melhor compreendê-los.

Para este grupo de trabalho, modeladoras que usam MCGs são conectadas a cientistas de outras áreas que fazem ciência básica das mudanças climática porque os MCGs fornecem para estas outras cientistas oportunidades de colaboração relacionadas ao desenvolvimento e à validação dos modelos, o que depende de dados detalhados de diversos campos da ciência¹¹. Como resultado, modeladoras que utilizam MCGs tendem a ter redes muito mais extensas do que, por exemplo, as de outras modeladoras climáticas:

Uma modeladora utilizando um modelo simples que quer incluir o *feedback* da fertilização de carbono ou o efeito de aerossóis no modelo, por exemplo, não precisa de uma extensa colaboração com biólogas ou químicas da atmosfera. O que é preciso são umas poucas “melhores estimativas” das *experts* mundialmente reconhecidas nesses temas, provavelmente acessíveis na literatura publicada.

Em contraste, no “trabalho de extensão” dos MCGs, ecologistas e hidrólogas são necessárias para modelar, por exemplo, toda a complexidade do movimento da água saindo do solo, passando pela vegetação até a camada limite, para estender modelos de micronível de bacias hidrográficas de modo que eles possam ser aplicados à resolução das grades dos MCGs; e daí por diante em uma miríade de outras possibilidades (Shackley *et alii*, 1998: 188).

O outro grupo que é parte da rede das modeladoras que usam MCGs refere-se a cientistas que utilizam os *outputs* produzidos por estes modelos. Dentre elas, podemos destacar modeladoras de impactos e economistas que estudam os custos das mudanças climáticas (Shackley *et alii*, 1998: 190-191). Um exemplo disto são modeladoras de safras:

A comunidade das estudiosas dos impactos do clima explora os efeitos das mudanças climáticas na agricultura derivando dados de grades específicas dos MCGs e inserindo-os em modelos que estimam a produtividade de safras (Shackley *et alii*, 1998: 190).

Por fim, os MCGs desfrutam de grande prestígio entre formuladoras de políticas públicas, o que é refletido nos generosos financiamentos para pesquisa que modeladoras a utilizarem esses modelos recebem de agências financiadoras. Shackley *et alii* (1998: 192) forneceram algumas razões para isto. As principais são as seguintes: primeiramente, MCGs são fornecedores de dados para estudos de impactos econômicos cujos esforços de pesquisa são fortemente conectados às políticas climáticas, conseqüentemente, MCGs são de grande importância para qualquer esforço de elaboração de políticas públicas baseadas em conhecimento científico; além disso, formuladoras de políticas públicas tendem a preferir MCGs a modelos mais simples, baseadas na suposição de que sua credibilidade pode ajudar a construir um consenso no que tange às políticas climáticas:

O argumento segundo o qual a credibilidade científica – e, preferivelmente, a certeza – é necessária para se alcançar consenso político parece apresentar enorme poder persuasivo em muitas culturas políticas e de formuladoras de políticas públicas e, se MCGs são considerados os mais confiáveis e robustos modelos climáticos, segue-se que irão gozar de um elevado *status* em círculos de formuladoras de políticas climáticas (Shackley *et alii*, 1998: 192).

Por fim, entre modelos climáticos, apenas MCGs trazem a promessa de serem capazes de oferecer simulações do futuro com detalhamento regional, o que é central para o desenvolvimento de políticas climáticas locais.

Em suma, os MCGs se tornaram pontos obrigatórios de passagem na rede da ciência das mudanças climáticas, uma vez que as modeladoras que os utilizam mobilizaram diferentes grupos de atoras e fez com que seus interesses convergissem com o desenvolvimento desses modelos. Cientistas observacionais adotaram o papel de prover dados empíricos para os MCGs; a comunidade estudiosa dos impactos do aquecimento global consome o *output* dos MCGs; e formuladoras de políticas públicas baseiam suas negociações políticas em dados produzidos por MCGs ou em dados sobre os impactos das mudanças climáticas, os quais dependem de *output* dos MCGs para serem produzidos. Dito de outro modo, esforços científicos e de formulação de políticas públicas relacionadas ao clima em grande medida giram em torno desses modelos. Nesse sentido, houve uma homogeneização dos interesses de diferentes grupos envolvidos com a ciência das mudanças climáticas, a qual resultou na formação de determinados padrões colaborativos e de fluxos de informação entre modeladoras que usam MCGs e outros grupos de atoras que são parte dessa mesma rede.

Mecanismos de homogeneização: padronização

Padronizar uma ação, processo ou coisa significa, em algum nível, evitar a diversidade ilimitada. Às vezes, pode significar até mesmo evitar a diversidade limitada (Star & Lampland, 2009: 8).

O segundo mecanismo de homogeneização da ciência a ser aqui discutido é a padronização. Na ciência e na tecnologia, a padronização refere-se a processos de produção de conhecimento e tecnologias que são padronizados de modo que dados, técnicas de pesquisa, métodos etc. possam ser transferidos entre diferentes localidades, países, projetos de pesquisa e áreas científicas. Uma implicação disto particularmente importante para os fins deste trabalho é que a padronização é capaz de reduzir a incompatibilidade entre conjuntos de dados, o que Paul Edwards (2010) denominou de “atrito entre dados”. De todo modo, a padronização pode ser útil para reduzir a heterogeneidade de instrumentos, culturas de pesquisa, *expertise* e até mesmo de linguagens.

O debate sobre padronização nos ESCT está fortemente relacionado à abordagem interacionista simbólica, em especial ao trabalho de Susan Leigh Star. Em seu clássico artigo escrito em colaboração com James Griesemer (1989), ela propôs que pa-

drões seriam uma das manifestações de objetos fronteirios, isto é, objetos, sejam eles concretos ou abstratos, que habitariam simultaneamente diversos “mundos sociais”, mas seriam interpretados de modo diferente em cada um deles. Desse modo, haveria a formação de redes entre grupos heterogêneos de atores sem, contudo, haver a formação de centros nestas redes que concentrariam mais poder do que outros grupos. Se comparado com o modelo de translação da teoria ator-rede, os objetos fronteirios propiciariam diferentes modos de agenciamento em redes, nos quais diferentes grupos/indivíduos poderiam colaborar sem passar necessariamente por um único ponto de passagem obrigatório, mas por vários. Em outras palavras, a colaboração seria mediada por diversos objetos fronteirios. Estes, portanto, não são mecanismos de homogeneização, mas de construção de pontes entre comunidades heterogêneas.

No caso da ciência das mudanças climáticas, todavia, a padronização funciona em grande parte como mecanismo de homogeneização e não de construção de pontes. Ela é um mecanismo essencial para a geração de conjuntos de dados que as modeladoras poderão utilizar. Estes dados precisam ser produzidos de forma “correta” e viajar para além das fronteiras nacionais e das disciplinas até chegarem a centros de pesquisa em modelagem. Neste ponto, é importante retornar à teoria ator-rede, uma vez que Latour teorizou este ponto de um modo influente, o qual é útil para compreender a relevância dos mecanismos de padronização e como, no caso da ciência das mudanças climáticas, eles atuam como homogeneizadores e não como objetos fronteirios. De acordo com Bruno Latour (1987), a existência de pontos obrigatórios de passagem não é uma condição suficiente para que atores mantenham o controle de uma rede. É também necessário que objetos, pessoas, eventos, fenômenos etc. sejam capazes de viajar através da rede e alcançar seu centro na forma apropriada. Dito de outro modo, eles devem ser transformados no que Latour denominou de móveis imutáveis e combináveis. Isto significa que devem ser transformados em objetos que podem ser transportados, mas estáveis, de modo que não sejam distorcidos quando transportados; e combináveis, de forma que possam ser combinados com outros móveis imutáveis (Latour, 1987: 223). Em outras palavras, devem ser padronizados.

No caso da modelagem climática, dados heterogêneos coletados em todas as partes do mundo sobre vasta cadeia de fenômenos climáticos devem ser transformados em figuras, tabelas, gráficos – *inscrições*, utilizando o vocabulário latouriano (Latour & Woolgar, 1979) –, os quais são capazes de viajar e alcançar centros de modelagem, centros da rede e pontos de passagem obrigatórios, na forma adequada para serem inseridos nos modelos ou para a validação destes. Esta é uma tarefa bastante desafiadora por diversas razões. Primeiramente, dados são coletados em fontes extremamente heterogêneas, tais como estações meteorológicas na superfi-

cie, balões meteorológicos, navios, satélites, rochas, *proxies* paleoclimáticos, dentre outros (Jasanoff & Wynne, 1998: 34-35; Edwards, 2001: 60-61). Além disso, eles são colhidos por meio de diferentes instrumentos, técnicas e níveis de habilidade, o que resulta em dados com níveis de precisão e acurácia distintos. Ademais, apresentam resolução espacial variável e cobrem diferentes intervalos temporais. Por fim, dados são coletados em diferentes regiões do globo e nem sempre se pode extrapolá-los de modo a obter informações sobre outras localidades. Sheila Jasanoff e Brian Wynne forneceram alguns exemplos da heterogeneidade dos conjuntos de dados sobre o clima:

As fontes de dados usados para medir o passado da Terra são amplas: registros de temperatura feitos por agências governamentais; descrições feitas séculos atrás; livros de registros de navios; pinturas das geleiras alpinas e de cenas ao ar livre (utilizadas como observações, apesar de frequentemente não terem sido feitas com este propósito); registros históricos de mudanças climáticas encontrados em testemunhos de gelo e em anéis de árvore (Broeker, 1992); medições de temperaturas em cidades, as quais agora devem ser ajustadas para compensar o viés produzido por essas ilhas de calor; produções eminentemente sociais, tais como registros de paróquias de séculos passados, podem ser relacionadas a observações da natureza, tais como análises químicas de pólen fossilizado. Muitos problemas de incompatibilidade, dissimilaridade e falta de padronização são associados com esse conjunto de registros climáticos. Frequentemente se tenta encontrar meios de interligação, de identidade comum, entre entidades tão diversas – às vezes com sucesso (Jasanoff & Wynne, 1998: 34-35).

Paul Edwards forneceu mais exemplos desse fenômeno:

A maioria dos termômetros estão localizados em áreas terrestres e concentrados em áreas urbanas, onde os efeitos das “ilhas de calor” aumentam as temperaturas locais acima da média regional. Registros meteorológicos feitos no mar tendem a ser realizados em rotas marítimas, ignorando as áreas do globo por onde se viaja menos. Nas últimas décadas, registros da atmosfera acima da superfície vêm sendo feitos em rotas de aviões comerciais cada vez mais extensivas, radiossondas (balões atmosféricos) e redes de *rawinsonde* (radiossondas rastreadas por radar), mas estes também estão concentrados em áreas específicas. A cobertura dos trópicos e do hemisfério sul é particularmente restrita (Edwards, 2001: 60).

Para que esses conjuntos de dados heterogêneos possam ser inseridos em modelos, é necessário que sejam processados e padronizados. Edwards (2010) descreveu dois processos fundamentais relacionados à geração de conjuntos de dados com cober-

tura global: a *produção de dados globais*, a qual consiste em esforços coordenados internacionalmente para registrar o tempo e o clima¹² em escala global; e a transformação de dados locais em globais¹³, a qual consiste em esforços para ajustar, interpolar e extrapolar dados heterogêneos entre si de modo a produzir registros globais que possam ser inseridos em modelos climáticos. O primeiro processo refere-se a tentativas de padronizar a coleta de dados de modo a reduzir a diversidade de métodos e técnicas:

Padrões funcionam como lubrificantes. Eles reduzem o atrito por meio da redução das variações e, conseqüentemente, da complexidade, em processos sociotécnicos e transformam decisões em caixas pretas que, de outro modo, teriam de ser tomadas repetidamente (Edwards, 2010: 251).

O processo de transformação de dados locais em globais, por outro lado, consiste em tentativas de processar conjuntos de dados heterogêneos. Esses processos têm como objetivo reduzir a heterogeneidade após a produção dos dados. Nos dois casos, a meta é transformar conjuntos de dados heterogêneos em conjuntos de dados padronizados que podem ser prontamente inseridos em modelos computacionais ou comparados com seus *outputs*. Nesse sentido, são mecanismos de homogeneização.

No que tange ao processo de produção de dados globais, vários programas internacionais foram desenvolvidos, particularmente na segunda metade do século XX, para coletar dados sobre o tempo e o clima em todo o planeta. Um programa particularmente importante foi o World Weather Watch (Observatório Mundial do Tempo), o qual coordenou o compartilhamento internacional de dados meteorológicos produzidos por satélites e radiossondas. Paul Edwards (2010) apontou que apesar desses esforços, os padrões foram aplicados de modo diferente em lugares distintos, de modo que conjuntos de dados globais totalmente padronizados nunca foram gerados. Conforme Susan Leigh Star e Martha Lampland (2009: 6-7) argumentaram, padrões são distribuídos de forma desigual, o que significa que seus impactos e sua transformação em práticas obrigatórias variam em diferentes grupos. Além disso, apesar de eles serem implementados com o intuito de padronizar práticas em localidades distintas, diferentes comunidades os abordam, interpretam e usam de formas diferentes:

Não devemos perder de vista, contudo, o simples fato de os padrões serem profundamente locais, na medida em que, apesar de seu alcance global, tocarem comunidades muito específicas em contextos muito específicos (Star & Lampland, 2009: 16).

No caso de conjuntos de dados climáticos globais, Paul Edwards (2010: 251-252) apontou sete elementos que impuseram resistência para a adoção e implemen-

12. É importante distinguir tempo e clima. Tempo é a experiência que seres humanos têm de variáveis tais como temperatura, precipitação e vento em determinado momento. Clima é a média destas variáveis em uma dada região durante um certo período temporal, o qual pode variar de alguns meses a milhões de anos (IPCC, 2007: 104-105).

13. No original, estes dois conceitos são: *making global data* e *making data global*. Infelizmente, na tradução para o português não foi possível manter o jogo de palavras.

14. Mais exemplos de dificuldades na padronização da pesquisa sobre o clima podem ser encontrados no artigo sobre metadados publicado por Paul Edwards *et alii* (2011).

tação efetiva de padrões em diferentes ambientes de pesquisa: inércia institucional; limitações de financiamento; dificuldades técnicas de aplicação; problemas de integração com outros instrumentos, sistemas e padrões; déficits no treinamento das operadoras levando à implementação incorreta; diferenças nas interpretações locais dos padrões; e resistência passiva e/ou ativa de organizações e indivíduos. Consequentemente, o resultado desses esforços de padronização foram dados heterogêneos, incompletos e descontínuos¹⁴.

No entanto, as modeladoras climáticas precisavam de conjuntos de dados globais abrangentes para seus modelos e tiveram de encontrar meios de utilizar os dados disponíveis. Para que dados heterogêneos entre si fossem úteis para a modelagem, alguns procedimentos foram desenvolvidos. É neste ponto que entra o processo denominado de transformação de dados locais em globais (Edwards, 2010: 251-285). Dados tiveram de ser processados e transformados em conjuntos de dados compatíveis com os pontos de dados nas grades tridimensionais dos modelos. Uma série de modelos de análise foram desenvolvidos com este propósito:

O que eu chamo de modelos de análise de dados (ou modelos de dados, de modo abreviado) são uma vasta família de técnicas matemáticas, algoritmos e ajustes empiricamente derivados, aplicados às leituras dos instrumentos (Edwards, 2010: xv).

O desenvolvimento de técnicas e modelos para a produção de dados adequados para as grades tridimensionais dos MCGs levou, nos anos de 1980, ao surgimento de conjuntos de dados contínuos com cobertura global. Todavia, os modelos responsáveis por gerar estes dados progrediram rapidamente, tornando muito difícil para as modeladoras que utilizavam MCGs utilizá-los. A razão é que cada nova geração de conjuntos de dados era incomensurável tanto com a anterior como com a seguinte. Isto fez com que estudiosas do clima comessem a se interessar por modelos de reanálise, os quais surgiram nos anos de 1990. Estes modelos reanalisam dados meteorológicos e produzem conjuntos de dados climáticos extremamente abrangentes:

Na reanálise, registros meteorológicos do passado (ou seja, não se trata de dados climáticos) são processados em modelos complexos de assimilação de dados – originalmente desenvolvidos para a previsão do tempo – para produzir um conjunto de dados único e uniforme para 50 anos ou mais. Dados climáticos tradicionais consistem, em sua maioria, em médias para variáveis únicas (temperatura, precipitação etc.) em períodos de um mês ou mais. A reanálise produz um tipo de dados muito diferente: conjuntos de dados fisicamente consistentes incluindo toda sorte de variáveis e contendo informações para milhões de pontos de dados para as grades de modelos a cada seis horas. Apesar de erros nos mode-

los de reanálise impedirem dados climáticos tradicionais de serem abandonados, estatísticas climáticas calculadas a partir de dados reanalisados podem revelar marcas das mudanças climáticas não detectáveis em dados tradicionais (Edwards, 2010: 16).

Embora a reanálise forneça conjuntos de dados climáticos contínuos, incluindo um amplo repertório de variáveis, diversas complicações estão relacionadas tanto aos dados inseridos aos modelos como aos modelos utilizados para processá-los (Edwards, 2010: 326-335). Os dados advêm de fontes extremamente heterogêneas e os modelos erram, gerando, muitas vezes, dados enviesados. Por esta razão, dados produzidos por meio da reanálise têm sido usado primariamente como dados complementares.

Apesar do grande número de problemas relacionados a estas técnicas de padronização, elas são cruciais na ciência das mudanças climáticas atuais, uma vez que são peças-chave para a geração de dados climáticos globais. Esses processos mediam a produção de dados empíricos e a integração de conjuntos de dados para serem inseridos em modelos climáticos, os quais, por sua vez, produzem *outputs* que são repassados para a comunidade das estudiosas dos impactos do aquecimento global e para formuladoras de políticas públicas. São, portanto, mecanismos centrais para a manutenção da estrutura atual da ciência das mudanças climáticas, na qual cientistas observacionais coletam dados, repassam-nos para modeladoras, as quais processam-nos e redistribuem-nos para outros membros da rede.

Considerações finais

Neste artigo, argumentei que os dois mecanismos de homogeneização analisados – a saber, a translação e a padronização – são úteis para se compreender como o conhecimento é produzido na ciência das mudanças climáticas e como viabilizam a produção de conhecimento em um campo de estudos amplamente interdisciplinar. A translação afunila os interesses de diferentes grupos de cientistas observacionais, no sentido de produzir dados que possam ser inseridos em modelos climáticos, em particular em MCGs e, por outro lado, faz com que o *output* deste modelos seja utilizado na comunidade das estudiosas dos impactos do aquecimento global e por formuladoras de políticas climáticas. Dito de outro modo, a translação cria um certo grau de convergência de interesses que faz com que haja certos fluxos de informação e padrões comunicativos e colaborativos nesse campo de investigações. A padronização, por sua vez, reduz o atrito entre diferentes métodos e técnicas de coleta de dados e entre conjuntos de dados heterogêneos entre si. Ela torna viável a troca de dados entre diferentes grupos de *experts* e entre cientistas localizados em áreas afastadas do globo até que se tornem parte de conjuntos de dados globais, os quais são particularmente úteis para as modeladoras que utilizam MCGs.

Nesse sentido, a translação e a padronização aparecem na ciência das mudanças climáticas como fenômenos interligados e interdependentes. As modeladoras apenas podem manter sua centralidade na rede se dados padronizados chegarem até elas provenientes das mais diferentes disciplinas e distintas regiões do mundo. Por outro lado, os processos de padronização só fazem sentido devido à necessidade de as modeladoras contarem com dados que possam ser inseridos em seus modelos e depois redistribuídos na rede da qual são o centro. É fundamental, portanto, analisar esses processos conjuntamente para se compreender o modo como se produz conhecimento sobre o clima.

Todavia, é importante enfatizar que esses dois mecanismos de homogeneização contam apenas parte da história, na medida em que a ciência das mudanças climáticas não vem se transformando em campo de pesquisa transdisciplinar homogêneo. Embora a padronização facilite intercâmbios de dados entre comunidades e a translação crie um certo grau de convergência nos interesses dos diferentes grupos de *experts*, há ainda bastante diversidade nas mudanças climáticas relacionadas à *expertise*, aos instrumentos e às culturas epistêmicas. Por causa disso, para se compreender como o conhecimento é produzido na ciência das mudanças climáticas, é necessário compreender também como comunidades heterogêneas criam pontes entre si (Duarte, 2013).

Por fim, apesar de este artigo não ter até agora apresentado ambições prescritivas, pode-se levantar questões sobre até que ponto os mecanismos de homogeneização descritos acima são desejáveis para a ciência das mudanças climáticas. Embora se reconheça que a maioria das áreas da vida social – senão todas – sofra algum processo de homogeneização, pode-se questionar se a centralidade dos modelos na ciência das mudanças climáticas não seria excessiva. Simon Shackley e seus colegas (1998), por exemplo, argumentaram em favor de um maior pluralismo na forma de se produzir conhecimento sobre o clima, particularmente no que tange aos impactos da centralidade dos MCGs sobre o conhecimento que é utilizado como base para a formulação de políticas públicas. Há duas razões para a busca de uma maior pluralidade de métodos e abordagens. Primeiramente, a ciência das mudanças climáticas se depara com uma série de incertezas vinculadas ao comportamento do clima no presente e a como ele se comportará no futuro. Além disso, os MCGs apresentam pontos positivos e negativos, assim como qualquer instrumento de pesquisa. Uma diversidade maior de abordagens aumentaria a possibilidade de que ao menos algumas delas produzissem conhecimento útil para a formulação de políticas públicas. Nesse sentido, uma estratégia de diversificação das abordagens de pesquisa sobre as mudanças climáticas poderia ser benéfica para a tomada de decisões políticas relacionadas ao aquecimento global.

Abstract: In this paper, I examine some mechanisms that make the existence of climate-change science possible, as this is an extremely heterogeneous field of science virtually composed of members of all scientific disciplines. I examine the role played by the two main mechanisms of homogenisation described in the Science and Technology Studies (STS) literature: translation (Callon, 1986; Latour, 1987) and standardisation (Latour, 1987; Jasanoff & Wynne, 1998; Star & Lampland, 2009; Edwards, 2010). Translation consists of the process through which a group of actors make the interests of other members of a sociotechnical network converge with theirs. Standardization consists of the development of standardised concepts, practices, measurements, instruments, methods, and techniques of research, so that heterogeneity is reduced in a given field of science. I argue that these mechanisms are central for understanding the connections developed between different groups of experts and the flow of information in climate-change science. A process of translation has made the interests of a number of actors converge with those of general circulation modellers. Standardisation techniques, on the other hand, have made feeding - although not without problems - data collected across the globe using a wide range of techniques, instruments, and methods of research, into GCMs possible.

Keywords: homogenisation of scientific life, translation, standardisation, climate-change science, social studies of science and technology.

Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *A dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985 [1947].

BROECKER, Wallace. Global warming on trial. *Natural History*, v. 101, p. 6-14, Abr., 1992.

CALLON, Michel. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay. In: LAW, John (Org.). *Power, action and belief: a new sociology of knowledge*, p. 196-233. London: Routledge, 1986.

CARRARO, Carlo; KOLSTAD, Charles; STAVINS, Robert. *Assessment and communication of the social science of climate change: bridging research and policy*. Memorandum from Workshop conducted 18-20 February 2015 in Berlin. Disponível em: <http://www.mcc-berlin.net/fileadmin/data/pdf/climate_assessment_memorandum-1.pdf>.

COLLINS, Harry M. The TEA set: Tacit knowledge and scientific networks. *Science Studies*, v. 4, n. 2, p. 165-185, 1974.

COLLINS, Harry M.; EVANS, Robert. *Rethinking expertise*. Chicago; London: University of Chicago Press, 2007.

———. The third wave of science studies: studies of expertise and experience. *Social Studies of Science*, v. 32, n. 2, p. 235-296, 2002.

CONNEL, Raewyn. *Southern theory: the global dynamics of knowledge in social science*. Cambridge (UK), Polity Press, 2007.

DEMERITT, David. The construction of global warming and the politics of science. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 91, n. 2, p. 307-337, 2001.

DUARTE, Tiago Ribeiro. *Expertise and the fractal model: communication and collaboration between climate-change scientists*. Tese (Doutorado) – Cardiff University, Cardiff (UK), 2013. Disponível em: <<http://orca.cf.ac.uk/49632/1/Final%20PhD%20Thesis%2C%20August%202013.pdf>>.

EDWARDS, Paul N. *A vast machine: computer models, climate data, and the politics of global warming*. Cambridge (MA): The MIT Press, 2010.

———. Representing the global atmosphere: computer models, data, and knowledge about climate change. in: MILLER, Clark A.; EDWARDS, Paul N. (Orgs.). *Changing the atmosphere: expert knowledge and environmental governance*, p. 31-65. Cambridge (MA): The MIT Press, 2001.

EDWARDS, Paul N. *et alii*. Science friction: Data, metadata, and collaboration. *Social Studies of Science*, v. 41, n. 5, p. 667-690, 2011.

GALISON, Peter. *Image and logic: a material culture of microphysics*. Chicago: University of Chicago Press, 1997.

GALVIN, Kathleen. Transitions: pastoralists living with change. *Annual Review of Anthropology*, v. 38, p. 185-198, 2009.

GIDDENS, Anthony. *The consequences of modernity*. Cambridge (MA): Polity Press, 1990.

HACKING, Ian. The self-vindication of the laboratory sciences. In: PICKERING, Andrew (Org.). *Science as practice and culture*, p. 29-64. Chicago; London: *The University of Chicago Press*, 1992.

HOUNTONDJI, Paulin. Introduction. In: HOUNTONDJI, Paulin (Org.). *Endogenous knowledge: research trails*, p. 1-39. Dakar: Codesria, 1997.

HULME, Mike; MAHONY, Martin. Climate change: what do we know about the IPCC? *Progress in Physical Geography*, v. 34, p. 705-718, 2010.

IPCC. Climate change 2013: the physical science basis. contribution of Working Group I to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. In: STOCKER, T. F. *et alii* (Orgs.). *IPCC fifth assessment report: climate change 2013*. Cambridge (UK); New York: Cambridge University Press, 2013.

———. . Climate change 2007: the physical science basis: contribution of Working Group I to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. In: SOLOMON, S. *et alii* (Orgs.). *IPCC fourth assessment report: climate change 2007*. Cambridge (UK); New York (NY): Cambridge University Press, 2007.

JASANOFF, Sheila; WYNNE, Brian. Science and decisionmaking. In: RAYNER, Steve; MALONE, Elizabeth. L. (Orgs.). *Human choice & climate change*. v. I – “The societal framework”, p. 1-87. Columbus (OH): Battelle Press, 1998.

KNORR-CETINA, Karin. *Epistemic cultures: how the sciences make knowledge*. Cambridge (MA): Massachusetts Harvard University Press, 1999.

LAHSEN, Myanna. Seductive simulations? Uncertainty distribution around climate models. *Social Studies of Science*, v. 35, n. 6, p. 895-922, 2005.

LATOUR, Bruno. *Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2005.

———. . *We’ve never been modern*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1991.

———. . *Science in action: how to follow scientists and engineers through society*. Milton Keynes (UK): Open University Press, 1987.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *Laboratory life: the construction of scientific facts*. Princeton (NJ): Princeton University Press, 1979.

LAW, John. On the methods of long distance control: vessels, navigation, and the portuguese route to India. In: LAW, John (Org.). *Power, action and belief: a new sociology of knowledge? Sociological Review Monograph*, 32, p. 234-263. Henley (UK): Routledge, 1986.

LAZRUS, Heather. Sea change: island communities and climate change. *Annual Review of Anthropology*, v. 41, p. 285-301, 2012.

MAZUR, Allan. Global environmental change in the news: 1987-90 vs 1992-6. *International Sociology*, v. 13, n. 4, p. 457-472, 1998.

MILLER, Clark A. Climate science and the making of a global political order. In: JASANOFF, Sheila (Org.). *States of knowledge: the co-production of science and the social order*, p. 46-66. London: Routledge, 2004.

MONTEIRO, Marko; KEATING, Elizabeth. Managing misunderstandings: the role of language in interdisciplinary scientific collaboration. *Science Communication*, v. 31, n. 1, p. 6-28, 2009.

ORESQUES, Naomi *et alii*. Verification, validation, and confirmation of numerical models in the earth sciences. *Science*, v. 263, n. 5147, p. 641-646, 1994.

O'RIORDAN, Timothy; JÄGER, Jill. The history of climate change science and politics. In: JÄGER, Jill; O'RIORDAN, Timothy (Orgs.). *The politics of climate change. A european perspective*, p. 1-31. London (UK); New York (NY): Routledge, 1996.

PICKERING, Andrew. *The mangle of practice: time, agency, and science*. Chicago (IL); London (UK): University of Chicago Press, 1995.

REYES-GALINDO, Luis. Linking the subcultures of physics: virtual empiricism and the bonding role of trust. *Social Studies of Science*, v. 44, n. 5, p. 736-757, 2014.

———. *The sociology of theoretical physics*. Tese (Doutorado) – Cardiff University, Cardiff, 2011. Disponível em: <<http://orca.cf.ac.uk/15106/4/2011ReyesGalindoLIPhd.pdf>>.

REYES-GALINDO, Luis; DUARTE, Tiago Ribeiro. Bringing tacit knowledge back to contributory and interactional expertise: a reply to Goddixsen. *Studies in History and Philosophy of Science*, v. 49, p. 99-102, 2015.

RIBEIRO, Rodrigo. The role of interactional expertise in interpreting: the case of technology transfer in the steel industry. *Studies in History and Philosophy of Science Part A*, v. 38, n. 4, p. 713-721, 2007.

RUDDIMAN, William. *Earth's climate, past and future*. New York: W. H. Freeman and Co., 2008.

SANTOS, Bouaventura de Souza. Os processos da globalização. In: SANTOS, Bouaventura Souza. *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

SHACKLEY, Simon; WYNNE, Brian. Integrating knowledges for climate change: pyramids, nets and uncertainties. *Global Environmental Change*, v. 5, n. 2, p. 113-126, 1995.

SHACKLEY, Simon *et alii*. Uncertainty, complexity and concepts of good science in climate change modelling: are GCMs the best tools? *Climatic Change*, v. 38, n. 2, p. 159-205, 1998.

SHAPIN, Steven. *A social history of truth: civility and science in seventeenth-century England*. Chicago (IL): University of Chicago Press, 1994.

STAR, Susan Leigh; GRIESEMER, James R. Institutional ecology, translations' and boundary objects: amateurs and professionals in Berkeley's Museum of Vertebrate Zoology, 1907-39. *Social Studies of Science*, v. 19, n. 3, p. 387-420, 1989.

STAR, Susan Leigh; LAMPLAND, Martha. Reckoning with standards. In: LAMPLAND, Martha; STAR, Susan Leigh (Orgs.). *Standards and their stories: how quantifying, classifying, and formalizing practices shape everyday life*, p. 3-34. Ithaca (NY); Londres: Cornell University Press, 2009.

SUNDBERG, Mikaela. Parameterizations as boundary objects on the climate arena. *Social Studies of Science*, v. 37, n. 3, p. 473-488, 2007.

———. Credulous modellers and suspicious experimentalists: comparison of model output and data in meteorological simulation modelling. *Science Studies*, v. 19, n. 1, p. 52-68, 2006.

UNGAR, Sheldon. The rise and (relative) decline of global warming as a social problem. *The Sociological Quarterly*, v. 33, n. 4, p. 483-501, 1992.

van der SLUIJS, Jeroen *et alii*. Anchoring devices in science for policy: the case of consensus around climate sensitivity. *Social Studies of Science*, v. 28, n. 2, p. 291-323, 1998.

VICTOR, David G. Embed the social sciences in climate policy. *Nature*, v. 520, p. 27-29, 2015.

WEART, Spencer R. *The discovery of global warming*. Cambridge (MA); London: Harvard University Press, 2003.

YEARLEY, Steven. Sociology and climate change after Kyoto. *Current Sociology*, v. 57, n. 3, p. 389-405, 2009.

———. *Cultures of environmentalism empirical studies in environmental sociology*. New York (NY): Palgrave MacMillan, 2005.

———. Researching the precambrian biosphere: constructing knowledge and shaping the organization of scientific work. *Social Studies of Science*, v. 20, n. 2, p. 313-332, 1990.

YEH, Emily T.; NYIMA, Yonten, HOPPING, Kelly A.; KLEIN, Julia A. Tibetan Pastoralists' vulnerability to climate change: a political ecology analysis of snowstorm coping capacity. *Human Ecology*, v. 42, p. 61-74, 2014.

ZHENG, Yuan; BYG, Anja; THORSEN, B. Jellesmark; STRANGE, Niels. A temporal dimension of household vulnerability in three rural communities in Lijiang, China. *Human Ecology*, v. 42, p. 283-295, 2014.

Judicialização e estratégias de controle da violência doméstica: a suspensão condicional do processo no Distrito Federal entre 2010 e 2011

Recebido: 17.11.15
Aprovado: 02.05.16

Daniel Schroeter Simião
& Luís Roberto Cardoso de Oliveira*

Resumo: A pesquisa analisou o tratamento judicial de casos de violência doméstica em cinco juizados especiais do Distrito Federal que apresentam procedimentos e práticas distintas, buscando as consequências de tais tratamentos para a percepção de justiça por parte dos diferentes atores envolvidos. A partir da análise dos autos e das audiências, a pesquisa aponta os condicionantes que interferem nas práticas de atendimento aos casos de violência doméstica para além do que está prescrito pela Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), especialmente no que se refere à prática da suspensão condicional do processo. Os dados apontam para diferenças e semelhanças na interpretação da natureza do conflito bem como para os limites da lei na transformação do tratamento judicial de tais casos.

Palavras-chave: violência doméstica, Lei Maria da Penha, gênero, justiça, direitos humanos.

Introdução

A busca por soluções judiciais para o combate à violência doméstica no Brasil tem configurado, na última década, um universo tensionado entre discursos e práticas provenientes de diferentes campos sociais – os movimentos feministas, o campo acadêmico e o campo estatal de administração de conflitos, em especial o Judiciário (Rifiotis, 2008; Castro, 2013). Nessa arena caracterizada pelo debate entre atores diferentemente posicionados e provenientes de distintos universos de interlocução, destaca-se o debate acerca da eficácia das formas de resolução de conflitos instituídas pelo Estado brasileiro. De um lado, observam-se iniciativas do poder público que enfatizam a importância da utilização e do aprimoramento de formas alternativas de resolução de conflitos como caminho para a justiça (Ministério da Justiça, 2005); de outro, verificam-se críticas à sua aplicação em casos de violência doméstica, tomando tais iniciativas como forma de ignorar – e, com isso, agravar – desigualdades estruturais de gênero.

Apontado como recomendação internacional das Nações Unidas, o desenvolvimento de procedimentos alternativos ao processo judicial tradicional e a formu-

* Daniel Schroeter Simião é professor associado do Departamento de Antropologia da UnB e pesquisador do CNPq e do INCT/InEAC. Pesquisa temas relacionados à antropologia, justiça e gênero no Brasil e em Timor-Leste, tendo um livro e diversos artigos publicados na área. <daniel.schroeter.simiao@gmail.com>.
Luís Roberto Cardoso de Oliveira é professor titular nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia e em Direito da UnB, pesquisador 1A do CNPq e vice-coordenador do INCT/InEAC. <lrcs.3000@gmail.com>.

lação de políticas de mediação e de justiça restaurativa expressam valores e conceitos favoráveis a uma leitura alargada da justiça, posta em termos de princípios mais do que de forma. Iniciativas nesse sentido encontram, contudo, resistência não apenas por parte dos operadores do sistema de justiça, mas por setores da sociedade civil que veem com reserva a aplicação de tais princípios em certas áreas (Pasinato, 2004; Campos, 2003). O chamado “pensamento penal crítico”, base para muitas das medidas alternativas ao encarceramento no direito penal, tem recebido críticas de autoras atentas à aplicação desses princípios em casos de violência doméstica (Machado, 2003; Debert & Beraldo de Oliveira, 2007; Debert & Gregori, 2008). Para essas autoras, ao criticar a dimensão tutelar do direito penal, defendem práticas de justiça que favorecem as decisões autônomas das partes, incorrendo, por vezes, em uma “exaltação ingênua da liberdade de escolha” que, orientada, em práticas judiciais, por uma valorização da família como unidade de valor, acabam por reforçar hierarquias estruturais a partir das quais representações de gênero são acionadas. Na linha de tais críticas, apostar em formas mediadas de negociação entre as partes em conflito contribuiria para ocultar assimetrias de poder – uma perspectiva qualificada por Laura Nader (1994) como a ideologia da “harmonia coercitiva”.

Este debate encerra uma disputa entre diferentes sentidos para o que seja a resolução equânime de um conflito. Enquanto o discurso favorável à mediação e à justiça restaurativa vê no restabelecimento dos vínculos entre as partes um objetivo desejável e vantajoso, outros atores veem nisso o atropelar de direitos individuais – ou do reconhecimento legal adequado do sofrimento – de uma das partes. Essa tensão vem se acentuando desde a promulgação, em 2006, da Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006), que vetou a aplicação da Lei dos Juizados Especiais (Lei n.º 9.099/1995) para processar casos envolvendo violência doméstica e familiar contra mulheres e instituiu, ao lado de todo um aparelho de apoio psicossocial às vítimas, um agravamento do tratamento dado ao agressor, bem como previu a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher como espaço adequado para o julgamento de casos desta natureza.

A promulgação da Lei Maria da Penha expressou um passo importante para um conjunto de atores sociais mobilizados em torno da proteção especial do Estado para as mulheres. Não há dúvidas de que, da perspectiva desta mobilização, a lei teve e tem o efeito desejado, contribuindo para o reconhecimento no espaço público de um novo sujeito de direito, a “mulher em situação de violência”. Contudo, uma avaliação sobre a efetividade da judicialização como estratégia para o combate à violência doméstica resta ainda a ser feita e, para tanto, é fundamental o acúmulo de estudos etnográficos das práticas judiciais decorrentes da nova lei. Procuramos, neste artigo, contribuir para tal empreendimento, analisando experiências judiciais

no Distrito Federal, observadas à luz das estruturas de ação previamente existentes e que marcam práticas judiciais de resolução de conflitos no Brasil.

A discussão sobre os limites da judicialização de conflitos relacionais permite-nos ir além da oposição entre uma perspectiva de direito penal mínimo (que poderia reificar a ideia de livre escolha das partes em conflito para negociar suas diferenças, obliterando desigualdades estruturais marcadas por gênero ou outros marcadores sociais de diferença) e aquela de defesa dos direitos de um ou outro sujeito coletivo específico. Como já indicado por Guita Debert e Maria Filomena Gregori,

é preciso indagar sobre os limites da esfera judiciária [...] no sentido de atenuar, ressarcir, dar justiça àqueles que sofrem abusos em nome da preservação de normatividades relacionadas às configurações de gênero (Debert & Gregori, 2008: 176).

Tais limites se relacionam à dificuldade de se incorporar, na lógica e na linguagem próprias do campo judicial, o caráter relacional característico de dinâmicas conflituosas nas quais se vivenciam violências de gênero. Diversos autores têm apontado para as limitações que o recurso ao sistema judicial traz para se lidar adequadamente com conflitos em relações de proximidade, como os casos de violência doméstica e familiar (Rifiotis, 2008; Azevedo 2001; Amorim 2003). Para esta literatura, a tradução do conflito em uma lide judicial, por uma série de mecanismos de filtragem – a começar pela redução a termos, como já indicado por Luís Cardoso de Oliveira (2008 e 2010) – faz com que a natureza do conflito e seus elementos simbólicos sejam retirados das mãos dos protagonistas, ganhando um significado totalmente distinto quando apropriados pelos chamados “operadores do direito”. Nesse contexto, práticas de justiça mais atentas à escuta das partes e a uma solução negociada tenderiam a ser mais bem compreendidas como justas por parte daqueles envolvidos no processo¹.

O caráter relacional e complexo no qual se dão atos categorizados como “violência doméstica” é bem formulado por Guita Debert e Maria Filomena Gregori ao afirmarem:

para pensar os paradoxos que envolvem as relações violentas, em uma abordagem que não abandona as dinâmicas concretas e experiências de que elas são revestidas, adotamos a perspectiva que acredita na coexistência de vários núcleos de significado que se sobrepõem, se misturam e estão permanentemente em conflito. Na situação das relações familiares, por exemplo, cruzam-se concepções sobre sexualidade, educação, convivência e sobre dignidade de cada um (Debert & Gregori, 2008: 178).

1. Nesse sentido, os trabalhos de Luís Cardoso de Oliveira (1989; 2002: 31-46), sobre as pequenas causas nos Estados Unidos, e de Daniel Schroeter Simião (2013), sobre formas locais de justiça em Timor-Leste, já apontam, há algum tempo, para direitos que só podem ser reparados por meio de procedimentos não judiciais, como a mediação e a justiça restaurativa.

Nesse sentido, pensamos que o debate deve avançar tomando como referência práticas judiciais concretas, buscando entender os dispositivos nelas acionados para a interpretação dos atos judicializados (traduzidos em uma linguagem própria) e sua classificação ou não como “crime”. Colocamo-nos, assim, ao lado de iniciativas que recentemente buscam aferir os desafios concretos da aplicação de Lei Maria da Penha (Pasinato *et alii*, 2013). Ao observarmos as práticas usuais nos juizados do Distrito Federal, entre 2011 e 2012, notamos que não se tratava de apostar em um modelo que favorecesse a liberdade de escolha e negociação entre as partes. O encaminhamento dos casos, mesmo quando se recorria a mecanismos próximos da lógica de conciliação, continuava nas mãos de uma autoridade (juiz e ministério público) que, à luz de sua compreensão sobre a normatividade do gênero – em grande medida marcada por concepções prévias de família – definia e encaminhava modos sancionados de agir para mulheres e homens. Boa parte desse encaminhamento se dava, ao menos até 2012, por meio da chamada “suspensão condicional do processo”, um dispositivo pelo qual o processo legal era suspenso desde que o marido, companheiro ou ex-companheiro se comprometesse a mudar seu comportamento em relação à mulher.

Para levar a cabo a análise dessas práticas, iniciamos apresentando um panorama do processo legal nos casos analisados, assinalando o que revelam acerca da lógica judicial brasileira. Em seguida, apresentamos uma etnografia das audiências estudadas, identificando a dinâmica de construção e acionamento do dispositivo de “suspensão”, prática que lembra a construção de um acordo de mediação ou conciliação, mas que guarda características próprias da lógica judicial brasileira. Nas conclusões, desenvolvemos a ideia de que, em um sistema judicial marcado pela lógica inquisitorial e pelas mediações de autoridade de delegados, promotores, defensores e juízes, dificilmente há condições para uma interpretação dos fatos que se aproxime dos sentidos atribuídos pelos sujeitos envolvidos no processo (homens e mulheres). Sugerimos, contudo, que as práticas de suspensão do processo poderiam ser entendidas como estratégia de controle e coerção sobre a conduta de homens agressores bastante gramatical para uma sociedade em que a igualdade não é vivida como valor fundamental.

A suspensão condicional do processo e seu contexto

Até recentemente, observava-se nos juizados especiais do Distrito Federal alguma preocupação em ampliar espaços de escuta das partes por meio de audiências que terminavam não com a oferta de denúncia contra o agressor, mas com um compromisso deste em mudança de atitudes e padrões de comportamento. Isso era feito por meio do recurso de suspensão condicional do processo (Miranda, 2014). Com isso, o juiz mantinha o processo suspenso, desde que o agressor cumprisse as condições acordadas em audiência.

Em julho de 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) reiterou que a Lei Maria da Penha afasta os benefícios legais previstos pela lei n.º 9.099/95, dentre eles o recurso à suspensão condicional de processo, em casos de violência doméstica. Esse entendimento foi reiterado em decisão posterior do STF, em janeiro de 2014. Contudo, pouco se sabe ainda sobre a dinâmica por meio da qual a suspensão condicional era acionada, nem quais seus efeitos para o controle das relações violentas. Para a compreensão adequada desta dimensão no atual debate, falta-nos uma análise mais detalhada de casos concretos. Este artigo procura contribuir para o esboço de um retrato das práticas judiciais que recorriam, antes de 2013, à suspensão condicional do processo no Distrito Federal (DF). Para tanto, baseamo-nos nos dados da primeira etapa de uma pesquisa que buscou analisar o tratamento judicial de casos de violência doméstica em perspectiva comparada em cinco juizados especiais do Distrito Federal (nomeadamente as três Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Brasília, o 1º Juizado Especial de Competência Geral de Samambaia e o 1º Juizado Especial Criminal de Ceilândia)², entre 2010 e 2011, juizados que apresentavam procedimentos e práticas distintas, tanto por sua natureza como por inclinações distintas de seus titulares.

A análise dos dados indicou forte presença do recurso à suspensão condicional do processo, construída nos termos de um “acordo” entre juiz e agressor. Ainda que possam ser questionáveis, tais práticas pareciam, diante do quadro de então, preferíveis ao simples arquivamento do processo. A pesquisa qualitativa indicou que muitos dos “arquivamentos” são, na verdade, o desfecho de um acordo de suspensão condicional. Contudo, o simples arquivamento sem os rituais envolvidos na construção de um compromisso por parte do requerido tende a resultar em grande insatisfação por parte da requerente, sendo tomado por esta, em última instância, como recusa do Estado em intervir no conflito ou em reconhecer a legitimidade de seu sofrimento.

As dinâmicas para suspensão condicional do processo se dão dentro de uma lógica mais geral que marca procedimentos judiciais no Brasil em que a autoridade do juiz e do Ministério Público é intensa e sempre presente. Assim, ao contrário de outros contextos nacionais, em que procedimentos de mediação tendem a retirar de cena a figura de uma autoridade decisória, dando sentido à interpretação de que tais práticas evocariam um “império da escolha” (Debert & Gregori, 2008) feita pelas partes em litígio, aqui a lógica judicial brasileira assegura que a decisão sobre o caso seja produto, não de uma livre negociação entre as partes, mas de uma autoridade que, findo o contraditório, decide o caso ao seu modo. É nesse registro que buscamos compreender a dinâmica de aparente “conciliação” produzida pelo mecanismo de suspensão do processo.

2. A pesquisa se desenvolveu em três fases: (1) análise documental dos processos abertos em 2009 em três dos juizados pesquisados (Samambaia e 2º e 3º de Brasília); (2) observação de audiências em curso; (3) entrevistas com os atores envolvidos (atores jurídicos e partes). Na primeira etapa, a pesquisa analisou 469 autos de processos em tramitação e arquivados nos cartórios dos juizados selecionados. Destes, 383 casos eram de violência doméstica, submetidos, portanto, ao ordenamento da Lei n.º 11.340/2006.

Antes de analisar esse mecanismo, é preciso situar o contexto no qual se dá o tratamento judicial a casos de violência doméstica no Distrito Federal. Para isso, apresentamos a seguir alguns dados gerais levantados durante a pesquisa.

A construção e a tramitação dos processos

É curioso notar como pesa sobre a Lei Maria da Penha, no senso comum, o estigma de ter transformado a violência doméstica em crime. De fato, a lei não instituiu um novo tipo penal, mas definiu um rito judicial próprio para crimes já previstos, nos quais a vítima seja mulher. Nos juizados pesquisados no DF, por exemplo, a quase totalidade dos casos (93%) dizia respeito a lesão corporal, injúria, ameaça e vias de fato, sendo que os três primeiros tipos formavam quase 80% dos casos que entraram em juízo (ver Tabela 1).

TABELA 1
TIPIFICAÇÃO PRINCIPAL NA ENTRADA DO PROCESSO

Tipificação	2º Juizado de Violência Doméstica de Brasília		3º Juizado de Violência Doméstica de Brasília		1º Juizado Especial de Comp. Geral de Samambaia		Total	
	CP	%	CP	%	CP	%	CP	%
CP 129 Lesão Corporal	35	24%	55	32%	23	35%	113	30%
CP 140 Injúria	46	32%	43	25%	13	20%	102	27%
CP 147 Ameaça	32	22%	36	21%	18	27%	86	22%
LCP 21 Vias de Fato	19	13%	25	14%	7	11%	52	14%
CP 136 Maus Tratos	2	1%	0	0%	0	0%	2	1%
CP 138 Calúnia	1	1%	0	0%	1	2%	2	1%
CP 139 Difamação	1	1%	1	1%	0	0%	2	1%
CP 213 Estupro	0	0%	1	1%	1	2%	2	1%
Outros	7	5%	12	7%	3	5%	22	6%
Total	143	100%	174	100%	66	100%	383	100%

Fonte: UnB / InEAC

A qualificação de um ato em um tipo penal é elemento central do processo, nada trivial, e que tem início ainda na delegacia de polícia. É comum, por exemplo, que um processo exiba mais de um tipo penal em sua capa. Dos processos estudados, 51% traziam dois ou mais tipos na capa (Tabela 2) – produzidos ainda pelo inquérito policial, mas nem sempre mantidos no momento da sentença. Muitos dos crimes indicados inicialmente são desqualificados pelo juiz na sentença, fazendo com que, ao final, se verifique um aumento no percentual de casos com apenas uma tipificação (Tabela 3).

A tipificação é o primeiro momento em que um conjunto multidimensional de conflitos é reduzido a uma lógica e a uma linguagem propriamente jurídica, que, não

TABELA 2
NÚMERO DE TIPOS POR PROCESSO NA ENTRADA

Tipificações na entrada	2º Juizado de Violência Doméstica de Brasília		3º Juizado de Violência Doméstica de Brasília		1º Juizado Especial de Comp. Geral de Samambaia		Total	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
1 tipo	75	52%	82	47%	29	44%	186	49%
2 tipos	53	37%	57	33%	27	41%	137	36%
3 ou mais tipos	15	10%	35	20%	10	15%	60	16%
Total	143	100%	174	100%	66	100%	383	100%

Fonte: UnB / InEAC

TABELA 3
NÚMERO DE TIPOS POR PROCESSO NA SENTENÇA

Tipificações na sentença	2º Juizado de Violência Doméstica de Brasília		3º Juizado de Violência Doméstica de Brasília		1º Juizado Especial de Comp. Geral de Samambaia		Total	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
1 tipo	82	63%	25	48%	19	45%	126	56%
2 tipos	40	31%	20	38%	16	38%	76	34%
3 ou mais tipos	9	7%	7	13%	7	17%	23	10%
Total	131	100%	52	100%	42	100%	225	100%

Fonte: UnB / InEAC

necessariamente, guarda conexão com os significados dados pelos sujeitos em relação. O fato de a tipificação passar por sucessivas transformações (iniciando-se com o delegado, passando pelo promotor e terminando com o juiz) indica, desde já, o conjunto de mediações que se deve levar em conta quando se busca analisar o alcance da judicialização como estratégia para promoção de mudanças de significados e atitudes de gênero.

Uma inovação importante da Lei Maria da Penha, no sentido de reforçar a proteção a mulheres em situação de risco, foi a instituição de “medidas protetivas de urgência”, que podem ser solicitadas ainda na Delegacia de Polícia, a juízo da mulher ou dos agentes policiais. No Distrito Federal, elas costumam ser acionadas com frequência. No conjunto, dos quase 400 processos analisados, registramos um total de 1.187 medidas requeridas nas delegacias, uma média de três por processo. Contudo, apenas um quarto delas foram efetivamente deferidas pelos magistrados quando o processo entrou nos juizados.

Em geral, as medidas são indeferidas, especialmente aquelas consideradas graves, como a de afastamento do lar, sob a alegação de insuficiência de provas para caracterizar risco iminente, o que, em muitos casos, se relaciona com o modo pelo

3. A Tabela 4 lista os tipos de medida mais requeridos pelas vítimas nas delegacias de polícia. A que tem maior possibilidade de ser concedida (41% dos casos analisados) é a proibição de aproximação da ofendida que, junto com a de proibição de contato com familiares ou testemunhas, perfazem 73% das medidas concedidas por juízes e juízas. As solicitações de afastamento do lar têm pouca probabilidade de concessão (28%), ainda assim são mais frequentemente concedidas do que várias outras medidas.

qual o processo é instruído desde a Delegacia de Polícia³. A forma como delegados e juízes interpretam, diferentemente, o que seja “urgência” e “proteção” parece, pois, um segundo nível de mediação a se levar em conta na análise dos limites da judicialização.

TABELA 4
MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA CITADAS NOS PROCESSOS

Protetivas	Requeridas		Concedidas		Razão
III. proibição de aproximação da ofendida	298	25%	123	43%	41%
IV. proibição de contato com a ofendida, familiares ou testemunhas	273	23%	86	30%	32%
II. afastamento do lar, domicílio ou local de convivência	152	13%	43	15%	28%
VII. suspensão de visitas aos dependentes menores	36	3%	5	2%	14%
X. determinação de recondução da ofendida ao domicílio	20	2%	2	1%	10%
XI. determinação do afastamento da ofendida do lar	10	1%	1	0%	10%
V. proibição de frequentar determinados lugares	129	11%	12	4%	9%
VI. restrição de visitas aos dependentes menores	47	4%	4	1%	9%
IX. encaminhamento da ofendida a programa de proteção	12	1%	1	0%	8%
XII. determinação de separação de corpos	79	7%	6	2%	8%
VIII. prestação de alimentos provisionais ou provisórios	75	6%	3	1%	4%
I. suspensão da posse ou restrição do porte de armas	8	1%	0	0%	0%
Outras	48	4%	1	0%	2%
Total	1 187	100%	287	100%	24%

Fonte: UnB / InEAC

Embora boa parte das medidas protetivas seja indeferida, chama a atenção a preocupação dos magistrados com uma resposta rápida para os processos, o que não necessariamente indica uma solução definitiva. A maior parte dos processos analisados (63%) chegaram a um encaminhamento logo na primeira audiência – a de instrução. Nela, como veremos adiante, o juiz determina, em geral, a suspensão condicional do processo ou, mediante pedido da vítima, seu arquivamento. É interessante notar que, embora em todos os juizados predomine a sentença logo em primeira audiência, há grande variabilidade entre os juízos (Tabela 5). Os processos com audiência única vão de 48% em um juizado a 84% em outro, indicando o forte caráter idiossincrático característico da atuação de juízes no sistema judicial brasileiro.

TABELA 5
NÚMERO DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS NO PROCESSO ATÉ A SENTENÇA

Número de audiências	2º Juizado de Violência Doméstica de Brasília		3º Juizado de Violência Doméstica de Brasília		1º Juizado Especial de Comp. Geral de Samambaia		Total	
1	57	48%	66	75%	31	84%	154	63%
2	40	34%	16	18%	5	14%	61	25%
3	13	11%	4	5%	0	0%	17	7%
4	8	7%	2	2%	1	3%	11	5%
Total	118	100%	88	100%	37	100%	243	100%

Fonte: UnB / InEAC

Ainda assim, o tempo médio de duração de um processo, nos casos analisados, foi de cinco meses. O dado interessante aqui é que nos processos em que há participação de advogado particular para representação de uma ou mais partes, o tempo de tramitação tende a ser maior. Quando o acusado é representado por advogado particular, o processo leva em média quase seis meses, contra três no caso de representação pela Defensoria Pública ou Núcleo de Prática Jurídica (Tabela 6)⁴.

TABELA 6
MÉDIA DE DIAS TRANSCORRIDOS
ENTRE ENTRADA EM JUÍZO E SENTENÇA

	Representação da vítima	Representação do acusado
Advogado dativo/ <i>ad hoc</i>	109	98
Advogado particular	193	176
Parte não compareceu	209	184
Não disponível	151	206
Média geral (mediana)	150	150

Fonte: UnB / InEAC

Em relação ao maior tempo de tramitação com advogados particulares, isso pode ser analisado como sinal de que nestes casos as partes não tendem a aceitar de pronto as propostas de acordo para extinção ou suspensão do processo que costumam ser apresentada por juízes e promotores. Isso parece estar associado a outra característica da lógica judicial brasileira nomeada por Kant de Lima (2010) como a “lógica do contraditório”. Ao contrário de uma lógica beligerante, em que argumentos são contrastados em busca de uma solução consensual ou com base em fatos consensuados no processo, em nosso sistema judicial predomina a oposição de teses sem compromisso com a negociação de sentidos compartilhados ou com a demonstração dos fatos alegados, que acabam, em muitos casos, por fazer com que um processo se arraste por anos até que a autoridade do juiz ponha fim à discussão.

4. É preciso observar que são poucos os casos em que há interferência de advogados particulares, predominando a atuação de advogados *ad hoc* (Defensoria Pública ou núcleos universitários). No geral, apenas 24% das requerentes e 23% dos requeridos têm advogado contratado, sendo este número maior nos juizados de Brasília, como se vê nas Tabelas 7 e 8. Nessas tabelas, “Não disponível” significa que não há menção, na ata de audiência, à representação. Normalmente, significa tratar-se de advogado dativo de núcleo de prática jurídica ou Defensoria Pública, mas não há como confirmar apenas pela leitura da ata. Embora haja obrigatoriedade de representação da vítima, conforme a Lei Maria da Penha, em muitos processos não há tal representação e, em algumas oportunidades, o mesmo advogado *ad hoc* que defende o acusado atua na representação da vítima.

De todo modo, estamos aqui diante de um terceiro nível de mediação a ser levado em conta: a atuação de representantes legais das partes, capazes de mobilizar recursos jurídicos para protelação de um resultado.

TABELA 7
REPRESENTAÇÃO DA REQUERENTE

	2º Juizado de Violência Doméstica de Brasília		3º Juizado de Violência Doméstica de Brasília		1º Juizado Especial de Competência Geral de Samambaia		Total	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Advogado dativo/ <i>ad hoc</i>	57	41%	125	74%	30	56%	212	59%
Advogado particular	45	33%	36	21%	7	13%	88	24%
Parte não compareceu	2	1%	4	2%	2	4%	8	2%
Não disponível	34	25%	4	2%	15	28%	53	15%
Total	138	100%	169	100%	54	100%	361	100%

Fonte: UnB / InEAC

TABELA 8
REPRESENTAÇÃO DO REQUERIDO

	2º Juizado de Violência Doméstica de Brasília		3º Juizado de Violência Doméstica de Brasília		1º Juizado Especial de Competência Geral de Samambaia		Total	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Advogado dativo/ <i>ad hoc</i>	30	22%	105	63%	34	65%	169	47%
Advogado particular	37	27%	36	21%	8	15%	81	23%
Parte não compareceu	8	6%	13	8%	4	8%	25	7%
Não disponível	63	46%	14	8%	6	12%	83	23%
Total	138	100%	168	100%	52	100%	358	100%

Fonte: UnB / InEAC

Encaminhamentos: retratação, suspensão e serviço psicossocial

A maior parte dos processos é arquivada ou suspensa logo de início. Ao se analisar a situação dos processos no momento da pesquisa, observa-se que 80% dos mesmos se encontram nessas duas situações. É muito pequeno o número de casos que chegam a gerar um processo criminal: apenas 11% do total, entre arquivados e em curso (Tabela 9).

O recurso à suspensão condicional do processo é a forma pela qual são encaminhados os “acordos” feitos em juízo, a despeito do que diz o texto da lei n.º 11.340, que veda expressamente essa medida. Embora a maior parte dos casos seja arquivada por desistência de representação, decadência de prazos ou insuficiência de provas,

TABELA 9
SITUAÇÃO DOS PROCESSOS NO MOMENTO DA PESQUISA

Situação Atual	2º Juizado de Violência Doméstica de Brasília		3º Juizado de Violência Doméstica de Brasília		1º Juizado Especial de Comp. Geral de Samambaia		Total	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Arquivado em fase de inquérito	89	64%	124	77%	30	55%	243	68%
Processo suspenso	29	21%	8	5%	6	11%	43	12%
Medida protetiva	13	9%	12	7%	9	16%	34	10%
Processo criminal em curso	6	4%	18	11%	6	11%	30	8%
Processo criminal arquivado	2	1%	6	4%	1	2%	9	3%
Outra	1	1%	0	0%	4	7%	5	1%
Total	138	100%	162	100%	55	100%	355	100%

Fonte: UnB / InEAC

uma parcela dos casos resulta em acordo entre as partes; um acordo, contudo, que não extingue imediatamente o processo. Constatou-se que 12% dos processos estão nesta situação, em que o acusado se compromete a cumprir determinadas condições, afastar-se da requerente, evitar determinados lugares etc., por um período entre um e dois anos, ao fim do qual o processo é extinto sem representação criminal.

A análise das sentenças dadas nos processos espelha essa situação. Como há instauração de poucos processos criminais, quase não há registro de sentença condenatória. A maior parte das sentenças (60%) é pelo arquivamento por desistência de representação da vítima, a chamada “retratação”, e 15% extinguem o processo por outros motivos (em geral, prazos vencidos ou insuficiência de provas).

Isso significa que três quartos dos processos sentenciados são extintos sem qualquer consequência jurídica para a vida das partes. Na quarta parte restante de casos sentenciados, predomina, amplamente, a transação penal sobre a simples condenação ou absolvição do acusado, como indicam os dados da Tabela 10.

O recurso à transação penal causa surpresa em se tratando de casos de violência doméstica, uma vez que a Lei n.º 11.340 veda a aplicação deste recurso. Nas atas de audiência, contudo, encontra-se uma fórmula padrão de manifestação do Ministério Público em que se justifica a solicitação de transação penal, a despeito do que diz a lei Maria da Penha:

MMª. Juíza, é verdade que artigo 41 da LMP [Lei Maria da Penha] diz ser inaplicável a lei n.º 9.099/95 aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Todavia, o artigo 89 da lei dos JEC [Lei dos Juizados Especiais Cíveis] aplica-se tanto aos delitos de pequeno

TABELA 10
NATUREZA DA SENTENÇA PROFERIDA NOS PROCESSOS

Sentença	2º Juizado de Violência Doméstica de Brasília		3º Juizado de Violência Doméstica de Brasília		1º Juizado Especial de Comp. Geral de Samambaia		Total	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Arquivado por desistência de representação	63	47%	105	78%	27	49%	195	60%
Extinção do processo por outros motivos	27	20%	14	10%	8	15%	49	15%
Transação penal	25	19%	4	3%	4	7%	33	10%
Absolutória	5	4%	5	4%	1	2%	11	3%
Condenatória	1	1%	1	1%	0	0%	2	1%
Outra	13	10%	5	4%	15	27%	33	10%
Total	134	100%	134	100%	55	100%	323	100%

Fonte: UnB / InEAC

potencial ofensivo (como ameaça) quanto aos de médio potencial (como lesões). Assim é que poderia este instituto ter sido previsto em outra lei qualquer ou até mesmo no CPP, de modo que sua colocação na lei n.º 9099/95 foi por uma conveniência legislativa. Demais disso, parece que uma suspensão, desde que cumuladas com condições judiciais de prestação de serviços, é de muito maior teor educativo do que eventual condenação a três, quatro ou cinco meses de detenção que fatalmente serão substituídos por restritiva de direitos. Se não forem substituídos, aí sim passarão uma mensagem de impunidade, haja vista que o cumprimento será em regime aberto. Ou seja, nada. Por um lado, pode parecer mais pesado para o denunciado aceitar a suspensão do que arcar com eventual condenação. Por outro, ele escapa de abandonar sua primariedade. Assim, oferece o Ministério Público ao acusado a proposta de suspensão processual tendo em vista que o réu preenche os requisitos exigidos para tanto, o MP propõe ao acusado e seu defensor, a suspensão do processo por dois anos, período em que o denunciado deverá, sob pena de revogação, cumprir as seguintes condições...

É interessante salientar que o Ministério Público aciona o padrão de transação penal com o objetivo de “punir melhor” e garantir a efetividade da lei. Nota-se, em todos os juizados pesquisados, uma preferência por penas alternativas, com raras condenações. Isso é justificado nas atas de audiência nos termos de que a transação penal pode representar um sucesso maior no processo da resolução do conflito, levando o magistrado a optar por tratamentos acompanhados por psicólogos ou a designação de prestação de serviços gerais à comunidade durante certo período de tempo. Como sugere o trabalho de Alessandra Miranda (2014), em todos os juizados pesquisados por ela, os juízes demonstravam dificuldade de aplicar a lei n.º 11.340 por acharem que, em muitos casos, ela não faria jus à natureza do conflito, percebi-

TABELA 11
ENCAMINHAMENTOS CONSTANTES DOS PROCESSOS

	2º Juizado de Violência Doméstica de Brasília		3º Juizado de Violência Doméstica de Brasília		1º Juizado Especial de Comp. Geral de Samambaia		Total	
	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem
Encaminhamento do réu para tratamento	18	38%	3	14%	4	57%	25	33%
Encaminhamento das partes ao Serav*	0	0%	15	68%	0	0%	15	20%
Encaminhamento para processo civil	0	0%	2	9%	0	0%	2	3%
Outros	29	62%	2	9%	3	43%	34	45%
Total	47	100%	22	100%	7	100%	76	100%

*Serviço de Atendimento a Famílias em Situação de Violência.
Fonte: UnB / InEAC

do como um “problema social”, motivado por consumo de bebida alcoólica, falta de melhor compreensão entre as partes etc.

É no registro do “problema social” que muitos casos (cerca de 26% dos processos analisados) incorporam nas sentenças algum tipo de encaminhamento formal para tratamento psicossocial ou de encaminhamento formal para processo civil (pensão de alimentos). O mais comum (33%) é o encaminhamento do acusado para tratamento, como internação em clínicas, em geral de alcoolismo, ou obrigação de atendimento a grupos de apoio, seguido do encaminhamento de ambas as partes ao serviço de atendimento psicossocial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) (Tabela 11).

A dinâmica das audiências: uma abordagem etnográfica

Os dados apresentados acima indicam que, em que pese a lei n.º 11.340 ter reforçado o tratamento penal da violência doméstica, os casos levados a juízo raramente terminam em denúncia e condenação do agressor. A observação das audiências confirmou que, em todos os juizados pesquisados, predomina a suposição de que um acordo entre as partes é preferível à persecução penal do agressor. A forma, contudo, como esta disposição se traduz em atos jurídicos varia consideravelmente. Nesta seção apresentaremos os resultados da observação de dezenas de audiências nos cinco juizados pesquisados, bem como de entrevistas e conversas informais com magistrados, advogados e promotores.

A característica mais marcante das audiências observadas é justamente a tendência da busca de um acordo que evite a persecução criminal. Tal disposição pode estar

relacionada a inúmeros fatores: desde uma leitura acerca da natureza dos juizados especiais (vistos, por alguns magistrados e promotores, como espaço de negociação célere e informal entre partes em conflitos das mais diversas naturezas) até representações de gênero e modelos de família que embasam a visão de mundo de alguns desses operadores jurídicos, marcadas, muitas vezes, pela ideologia da harmonia familiar como valor a ser exaustivamente buscado.

Essas razões latentes não são objeto de análise deste artigo. Nossa preocupação, aqui, é a de compreender como ocorre o tipo de negociação que resulta em baixos índices de denúncia e persecução penal nesses juizados, bem como os efeitos que esse tipo de prática tem tido sobre o cotidiano de mulheres e homens que recorrem ou são recorridos pela aplicação da lei n.º 11.340. Assim, optamos por estruturar esta seção em torno dos mecanismos acionados na construção do acordo, explorando a dinâmica comum aos juizados e suas peculiaridades, para, ao final, relatar a percepção das partes sobre estes procedimentos. Em primeiro lugar, apresentamos as evidências da disposição ao acordo, por parte de juízes e promotores, tal como ela é externada nos diferentes juizados. Para isso, exploramos, a seguir, a dinâmica de construção do acordo em suas três fases estruturantes: a oitiva das narrativas de requerente e requerido; a construção das bases para um acordo; e a consagração do acordo.

A disposição para o acordo

Na totalidade das audiências observadas, o juiz ou o promotor inicia a audiência pela oitiva da vítima e, quase sempre, perguntando por sua vontade. Neste momento, são comuns fórmulas como “o que nós podemos fazer pela senhora?” ou “o que a senhora deseja que a Justiça faça, no seu caso?”. Em alguns casos, a disposição para um acordo é estimulada já nesse primeiro momento. Em um caso de Brasília, por exemplo, a juíza começou a audiência perguntando: “a senhora deseja as medidas protetivas, ou a senhora acha que só o boletim de ocorrência já é o suficiente?” Diante da postura reticente da requerente, a juíza novamente perguntou se ela ficaria satisfeita com um compromisso da parte do requerido de não mais ofender ou agredir a requerente. A juíza deixou claro que essa prática não está na lei, mas constaria dos autos.

Quando a requerente se exaspera ou se mostra irritada em seu relato, por vezes o magistrado procura acalmá-la, lembrando a importância de um bom acordo. Em um dos casos, a requerida, exaltada, era repetidas vezes interrompida pela juíza. A juíza, no sentido de apaziguar o caso, disse: “quando a gente está com a cabeça quente, a gente não pensa direito”, propondo à vítima apenas o comprometimento do requerido de não mais ofendê-la ou agredi-la. A juíza comentou que a lei é muito dura para esse tipo de caso, reforçando posição que já manifestara para nós de que

a Lei Maria da Penha é excessivamente “criminalizadora”. Esta perspectiva é particularmente acentuada se o casal tem filhos. Aqui, como em outras oportunidades, é recorrente a dificuldade de os operadores ouvirem as partes, caracterizando uma instância importante de exclusão discursiva (Cardoso de Oliveira, 2011: 10).

A valorização de um acordo é constantemente mencionada durante as audiências. Em um dos juizados, por exemplo, a promotora de justiça mencionou, em mais de uma ocasião, que em um acordo ambos sairiam perdendo em algum ponto e ganhando em outro, mas que provavelmente seria melhor do que deixar a cargo de um terceiro (o juiz) a decisão. É a fórmula observada em práticas de conciliação acionada em audiência criminal. O magistrado, por sua vez, em diferentes ocasiões, se referia a duas opções que se abriam para o requerido: a “letra fria da lei” ou um “compromisso” que o livraria da prisão. Nesse sentido, costumava utilizar metáforas e alegorias para deixar claro o quão preferível seria um acordo:

O senhor tem duas portas pela frente, como naquele programa de televisão. Que porta o senhor vai escolher? Uma, que eu posso lhe oferecer, é um acordo para que o senhor não tenha mais problema com a dona A. [requerente]. Nela, o senhor se compromete a não se aproximar mais dela. A outra porta é o que a Justiça tem de pior: a letra fria da lei [referindo-se, neste caso, à prisão]. A escolha é sua.

O ritual para a suspensão costuma passar por três fases. Em um primeiro momento, ocorre a enunciação das histórias por parte da requerente e do requerido. Em alguns juizados, a história da requerente é narrada primeiramente ao promotor ou à promotora, enquanto o juiz ainda conclui a revisão da ata de audiência anterior. Em seguida, faz-se a oitiva do requerido, em geral na presença da requerente.

Na segunda fase, constroem-se as bases do acordo. Esta é a fase em que o sentido do acordo mais varia entre os juizados. Como veremos, em alguns casos, essas bases são construídas em negociação entre os operadores judiciais (advogado, juiz e promotor), enquanto em outros é feita diretamente entre juiz, arguido e requerente. Nestes casos, ela pode tomar diversas formas, mais ou menos intimidadoras, mas sempre fundada na ideia da autoridade do juiz. Em alguns casos, ainda, há uma preocupação explícita do magistrado em não acenar com ameaça de prisão ou de uso da Lei Maria da Penha. Esses são os casos em que a audiência mais se aproxima da realidade de uma vara de família que de uma criminal. De todo modo, em todos os casos, parece estar presente a mesma perspectiva, que implica a exclusão discursiva das partes.

A etapa final é a de consagração do acordo, em que se firmam os compromissos assumidos. Nesta etapa, as práticas dos juizados variam muito, indo desde a simples

lavatura da ata até o uso de variadas estratégias de comunicação para assegurar que as partes tenham compreendido e aceito os termos do acordo.

A enunciação das histórias

Os espaços que as partes têm para enunciar suas histórias durante as audiências costumam ser semelhantes em todos os juizados. No início das audiências, solicita-se à requerente seu depoimento e sua versão sobre os acontecimentos para que os operadores judiciais possam comparar com os relatos do termo circunstanciado, anteriormente dados na delegacia, e então prosseguir com os depoimentos.

Normalmente, a requerente é ouvida antes que se chame o requerido à sala de audiências. Em geral, pergunta-se ainda se a requerente se importaria de falar na presença do ofensor e, caso ela não se incomode, ele pode aguardar dentro da sala de audiências o momento de sua fala.

Em seguida, é dado ao requerido oportunidade para se pronunciar. Se à requerente é quase sempre perguntado “o que deseja”, ao requerido pergunta-se sempre se ele sabe por que está ali. Nesta fase, a requerida não deve interromper o depoente, visto que já teve oportunidade de contar sua versão sobre os fatos. Em umas das audiências observadas, a ofendida tentou interromper o depoimento do ofensor por não concordar com o que estava sendo relatado, mas foi imediatamente lembrada pela promotoria que já havia tido seu momento para falar e que não deveria interrompê-lo. Durante seus depoimentos, as partes podem ter liberdade para contar suas histórias e falar sobre suas intenções em dar prosseguimento ou não ao processo e o que esperam efetivamente resolver na Justiça.

Em geral, os atores legais demonstram claramente o interesse em ouvir somente o que diz respeito a situações que aconteceram no ambiente doméstico e familiar alusivas aos acontecimentos que constam dos autos. Qualquer outro tipo de enunciação referente a outros assuntos tende a levar os atores legais a interromper o depoimento com o pedido de que a parte se atenha apenas aos assuntos que são pertinentes ao entendimento dos conflitos e que constem dos autos. Nesse sentido, reforça-se o papel da redução a termos na filtragem que transforma o conflito (e sua multidimensionalidade) em uma lide judicial, distanciando o processo das expectativas de escuta das partes.

Em Ceilândia, embora as partes também tenham tempo considerável para narrar suas versões, o volume de audiências por dia é incrivelmente maior do que em Brasília, o que obriga o juiz a restringir as falas quando começam a se exceder. Nesse sentido, faz diferença o fato de se ter um juizado específico para violência doméstica, com audiências três ou quatro vezes por semana (como em Brasília), ou um

juizado criminal, em que apenas um dia da semana é destinado às audiências de violência doméstica. Enquanto nos juizados de Brasília tem-se em média quatro ou cinco audiências em um dia, em Ceilândia nunca se atende a menos de 25 casos.

A livre enunciação das narrativas é uma faca de dois gumes, especialmente por se dar sem prévia conversa com os advogados, uma vez que a maior parte dos casos processados transcorre sem a presença de advogados particulares e as partes costumam ter seu primeiro contato com o advogado *ad hoc* (em geral da Defensoria Pública ou de algum núcleo universitário) no momento da audiência. O espírito de informalidade e celeridade dos juizados especiais faz com que a atuação da defensoria seja bastante reduzida, colocando muitas vezes os requeridos em posição delicada, especialmente quando instados a relatar fatos que acabam por comprometê-los.

Sem a orientação de advogados, as partes não têm ideia de como as causas são filtradas pela linguagem jurídica, provocando frequentemente enorme dissintonia entre o que dizem e o que gostariam de estar dizendo. Como os requeridos não têm nenhum contato prévio com os advogados dativos, tendem a falar livremente sobre os acontecimentos, o que cria situações que podem facilmente levar a sua incriminação – não apenas no caso em apreciação, mas por envolvimento com outros ilícitos. Como, contudo, predomina uma disposição para o acordo, os juízes tendem a ser seletivos no que escutam e a desprezar relatos incriminadores.

Um caso do Juizado de Ceilândia é exemplar. O feito envolvia uma queixa por agressão, na qual os autos, segundo o entendimento do juiz, não continham testemunhos ou instrução capaz de manter o processo. Nesse sentido, o juiz já encaminhava pelo arquivamento do processo, por falta de elementos probatórios, quando, depois de já ter deposto, o requerido voltou a falar, iniciando sua fala nestes termos: “Excelência, eu quero dizer o seguinte: quando eu bati nela, eu bati porquê...”. Imediatamente o juiz o interrompeu, dizendo:

Senhor A., não diga mais nada. Não diga, porque o senhor pode se complicar. Converse aí com o seu advogado (advogado do núcleo universitário) que ele pode lhe explicar bem o risco que o senhor está correndo. Agora, está muito barulho aqui, eu não ouvi direito o que o senhor falou, viu. Converse aí com seu advogado.

Depois de trocar palavras com a promotora, o juiz resolveu encaminhar o processo para suspensão condicional, mediante um acordo com o requerido. Em casos como esse, magistrados e Ministério Público tendem a selecionar o que lhes chega aos ouvidos, no sentido de não haver menção a fatos narrados nas atas. Assim, pode-se dizer que há situações em que a exclusão discursiva atua em benefício das partes, apesar das implicações negativas para o *status* das mesmas como interlocutores no processo.

As bases do acordo

Após ouvir as partes e ler os autos, juízes e Ministério Público procedem a uma identificação e categorização do caso. Os juízes ouvidos pela pesquisa em geral concordam que há diferentes graus de violência doméstica, e mesmo casos em que não há violência alguma, mas para os quais a lei é acionada com outros propósitos. Nesse sentido, todos apontam para a necessidade de diferenciar as naturezas distintas dos casos. Para tanto, contam com uma habilidade já referida por vários autores considerada como inerente ao magistrado: a de “sentir” a verdade dos fatos⁵.

5. A referência à capacidade de “sentir” a verdade é apontada em outros trabalhos como forma comum dos juízes se referirem ao modo como chegam a uma sentença. Para isso, ver Teixeira Mendes, 2012.

Não se trata exatamente do processo de formação da convicção do magistrado, mas é parte dele, e vale igualmente para os promotores.

Ao decifrarem os diferentes elementos que operam na construção da credibilidade das narrativas apresentadas na audiência – elementos que vão desde atos performativos (a postura corporal e gestual dos depoentes, seu tom de voz, a forma como expressam sentimentos etc.) até elementos de composição da persona moral do depoente (situação familiar, histórico de registros policiais, relatos de testemunhas, envolvimento com drogas e álcool, situação profissional etc.) –, juízes e promotores “sentem” a gravidade da situação e identificam as alternativas que podem ser acionadas para a solução do caso.

Vários casos são expressivos deste tipo de movimento. Em Samambaia, por exemplo, a requerente acusava o ex-marido de ameaça. Ao residirem já em casas separadas, os dois eram parte de um processo de divórcio que envolvia a venda de uma casa na qual a mulher ainda habitava. Após ouvirem as partes, juiz e promotor logo se convenceram de que a requerente havia feito a queixa no sentido de evitar que o ex-marido continuasse pressionando pela venda da casa, embora formalmente ela concordasse com a venda e mesmo dissesse que estava agindo para tal. Juiz e promotor “sentiram” que se tratava de uma denúncia “falsa”, motivada por razões alheias à lei n.º 11.340. Assim, o Ministério Público pediu o arquivamento do processo por atipicidade, no que foi prontamente acolhido pelo magistrado.

No extremo oposto, em Ceilândia, o juizado atendeu a uma mulher que estava se separando do cônjuge que, excessivamente ciumento, não aceitava a separação. O rapaz já não morava com a requerente, que expressava o desejo de não dar outra oportunidade a ele (“Já dei todas as chances”, dizia ela), mas continuava procurando a mulher e insistindo na reaproximação. Após ouvir as partes e tentar propor um acordo ao agressor, o juiz “sentiu” tratar-se de um caso grave. “Esse é um caso gravíssimo” disse para a requerente em um dos momentos em que pediu ao agressor para aguardar fora da sala de audiências. Ainda se dirigindo à requerente disse o juiz:

Esse é o tipo de caso em que homem mata a mulher. Ele diz: se ela não pode ser minha, não será de mais ninguém. A senhora está correndo seriíssimo risco.

A requerente, contudo, não desejava que o agressor fosse preso, pois tinham uma filha que, segundo ela, sofreria muito com a prisão do pai. O juiz então lhe perguntou: “quer ser encaminhada para a casa abrigo?” Diante da afirmativa da mulher, o juiz providenciou o encaminhamento e ordenou ao requerido que mantivesse distância mínima da ex-companheira. Ao fazer uso das alegorias e parábolas comuns em sua prática, deixou claro que qualquer descumprimento da resolução implicaria na prisão imediata do requerido e ainda contou uma história assustadora sobre um requerido em igual situação que, depois de preso por uma semana, teve de fazer uma cirurgia para reconstituição anal em função dos sucessivos abusos sexuais de que foi vítima na prisão.

Na economia interpretativa dos magistrados, casos identificados como de natureza ou gravidade diversas, têm encaminhamentos diversos. Àqueles avaliados como menos graves, em especial quando envolvem casais com filhos, sugeriam imediatamente uma solução acordada. Tal observação é fundamental para se problematizar o sentido de “criminalização”, profundamente dependente da interpretação dos magistrados.

Os casos que parecem aos magistrados sem o devido grau de criminalização são imediatamente objeto de uma proposta de suspensão condicional do processo, nos termos do que parece ser um “acordo”. Em geral, o que se apresenta como “acordo” é, antes de tudo, um compromisso assumido pelo requerido com uma indicação de conduta expressa pelo juiz. É, neste sentido, um compromisso do requerido diante da autoridade judicial, e não uma negociação entre as partes mediada pela Justiça. A agência das partes e dos atores jurídicos varia no processo de construção deste compromisso.

Em Samambaia, por exemplo, juiz, promotor e defensor conheciam-se de longa data e partilhavam integralmente uma mesma visão acerca da vocação de um juizado especial, entendendo-o como espaço que recebia conflitos compostos por múltiplas camadas. Nos termos do magistrado, todos os casos que ali chegavam (lembrando tratar-se de um juizado de competência geral) tinham um “pano de fundo”, ou seja, eram a expressão judicializada de conflitos de várias ordens em uma relação persistente. Neste sentido, a aplicação não mediatizada da lei com a criminalização de uma ou outra parte, não resolveria, a seu ver, o problema de fundo. Daí porque um juizado como aquele, na visão compartilhada por juiz, promotor e defensor, não poderia ater-se apenas à lei, mas devia tratar, da maneira mais informal possível, as questões de fundo do processo.

Como os três atores jurídicos tinham uma relação de recíproca confiança e compartilhavam um mesmo entendimento acerca do *modus operandi* preferencial do juizado, não demoravam em compartilhar uma interpretação acerca do que estava por trás de cada caso (o seu “pano de fundo”). Uma vez compartilhada esta interpretação (por exemplo, a de que a mulher do caso relatado anteriormente estava acusando o ex-marido apenas com o intuito de postergar a venda da casa), rapidamente negociavam, entre si e em linguagem jurídica, a solução que lhes pareceria mais eficaz para o caso. A negociação do acordo, ou do compromisso a ser assumido pelo requerente, era assim um processo feito entre juiz, promotor e defensor, orientado por suas convicções acerca do fato e sem muito espaço para participação das partes. Assim, embora reconhecessem que o caso envolvia problemas que transcendiam as questões legais, paradoxalmente o encaminhamento dado por eles assumia uma certa tutela das partes, deixando pouco espaço para que elas mesmas elaborassem seus conflitos⁶.

6. Essa prática é classificada por Alessandra de La Vega Miranda (2014), como processo de “triangulação” entre juiz, defensor e promotor; atua como um dos mecanismos possíveis para produção do que Luís Cardoso de Oliveira (2011) chama de “exclusão discursiva”.

A relação de convívio entre juiz, promotor e defensor torna mais rápido o processo de construção do acordo. Isso pode explicar, em boa medida, o dado levantado na seção anterior, segundo o qual casos que envolvem advogados particulares tendem a demandar um número maior de audiências e maior tempo entre a entrada em juízo e a sentença. Atentos aos meandros do processo legal, advogados, tanto de vítimas como de agressores, tendem a contrapor-se aos consensos construídos, de outra forma muito rapidamente, entre atores legais que compartilham um mesmo *modus operandi*.

Já em Ceilândia, o processo de negociação de compromisso se desenrola de modo diferente, bem mais centralizado na figura do juiz. Em geral, o juiz utiliza-se de algumas fórmulas prévias para encaminhar a suspensão condicional do processo, determinando que o requerido mantenha afastamento mínimo de 20 metros da requerida e reforçando, por meio de mecanismos de comunicação que serão descritos mais abaixo, o caráter coercitivo da solução proposta. Resta, contudo, a questão de “sentir” em quais casos este mecanismo pode ser disparado. Para isso, o juiz conta, em todas as audiências de violência doméstica (marcadas para um mesmo dia da semana), com a presença, durante as audiências, de pessoal do serviço de apoio psicossocial do tribunal. Este profissional, contudo, só é consultado quando o magistrado fica em dúvida acerca do grau de risco envolvido no relacionamento entre requerente e requerido, ou quando o juiz pensa em encaminhar o casal para acompanhamento do serviço psicossocial.

Em comum, o “acordo” é apresentado nos dois juizados ao requerido como opção de sentença, mas já pronto. Não se trata aqui de costurar os termos de uma conciliação. Em Samambaia os “acordos” são feitos pelo promotor e pelo juiz – o que

as partes têm a dizer ou suas expectativas em relação ao processo não são levadas em conta. O advogado dativo não interferia ou questionava qualquer decisão do promotor e do juiz, e muitas vezes tem-se a impressão de que as partes não compreenderam ou não foram informadas do encaminhamento dado ao processo. Em Ceilândia, há maior preocupação em se ouvir o desejo da requerente, mas a proposta de acordo é igualmente apresentada com caráter de sentença. Nesse sentido, essa escuta parece ser marcadamente seletiva e orientada para o enquadramento nos termos previamente definidos pelo juiz. O “acordo” é posto, neste caso, como compromisso que o requerido deve assumir diante do juiz, um trato “entre homens” ou, como dito algumas vezes pelo magistrado, “de homem para homem, olhando nos olhos”.

Em Brasília, contudo, nota-se outra forma de “acordo”, em especial no 1º Juizado. Ali, a magistrada tende a conduzir a audiência como se o caso a ser analisado fosse próprio de uma vara de família. O ato da violência em si e suas consequências jurídicas cedem lugar a uma discussão acerca da melhor forma de equacionar os interesses das partes em questões como pensão de alimentos, divisão de bens e visitas aos filhos. Qualquer decisão unilateral do magistrado é descrita pela juíza como “arbitrariedade”, coisa que a mesma se recusa a fazer.

Após escutar as partes, a juíza conduz a discussão de modo a que a violência não esteja em primeiro plano. Há pouca discussão acerca do fato ocorrido pelo qual houve a queixa. A discussão costuma girar em torno de como está a relação pós-violência, ou então a audiência é usada como mais um meio judicial para influenciar processos que correm na vara de família, como divisão de bens e guarda de crianças, enquanto em outros juizados o juiz evita que esse tipo de discussão entre em pauta, ou que o juizado de violência doméstica seja usado como meio para fins que são de competência do juizado de família.

Assim, enquanto o titular de Ceilândia reforça a todo o momento que “a Lei Maria da Penha é severa com os homens” e que todos os que desobedeceram suas ordens de afastamento foram presos imediatamente, a juíza de Brasília diz: “Aqui ninguém vai preso não. Aqui não tem arbitrariedade”⁷.

Nesse sentido, Brasília e Ceilândia apresentam situações antagônicas. Enquanto a juíza de um Juizado de Brasília praticamente transforma a audiência em sessão da Vara de Família, fazendo o acordo girar em torno de valores de pensão e guarda dos filhos, o juiz de Ceilândia separa claramente as competências de família e criminal, e regozija-se por não ter de se preocupar, também, com essas questões.

7. Em Ceilândia é veiculado o discurso do quão efetiva é a Lei Maria da Penha e do quanto ela pode ser severa com os homens, sendo que muitos deles já estão presos e pagando pela agressão. Já em Brasília, o discurso dos agentes converge para a resolução do conflito familiar com os menores danos possíveis para o desenvolvimento psicológico e emocional dos filhos do casal.

A consagração do acordo

A fase final das audiências – quando se faz uso da suspensão condicional – é marcada pela enunciação ritual dos termos do acordo, comportando enfáticas recomendações do juiz e claras indicações das consequências de seu não cumprimento. Essa fase – de consagração do acordo – ocorre também em várias das audiências que acabam com arquivamento do processo. Nesses casos, mesmo decidindo pelo arquivamento (em geral por renúncia da requerente), o juiz não deixa de admoestar o requerido com fórmulas do tipo

o senhor sabe que o arquivamento não significa que isso não ficará registrado aqui. Se houver um novo problema, ela tem todo o direito de prestar nova queixa, e isso aqui vai pesar contra o senhor.

As fórmulas utilizadas para dar efetividade aos termos do compromisso assumido pelo requerido variam bastante entre os juizados, e espelham as diferenças na forma pela qual o acordo é concebido, como descritas acima.

O juiz de Ceilândia faz uso de estratégias retóricas bastante convincentes, tanto para testar e assegurar que o requerido compreendera os termos do compromisso como para atemorizá-lo das reais possibilidades de prisão no caso de descumprimento. Entre essas fórmulas, destacam-se parábolas, metáforas e reiteradas indagações.

Nos demais juizados, não se vê o mesmo nível de preocupação com a comunicação entre o juiz e as partes, o que, como veremos na próxima seção, resulta em diferentes graus de compreensão do que se passa durante a audiência. Contudo, o momento de consagração do acordo não deixa de ser a ocasião para que os magistrados exercitem o que consideram ser uma função civilizadora do direito de educar e disciplinar condutas em direção a um modelo de relacionamento amistoso.

Um caso observado no Juizado de Samambaia é particularmente exemplar desta expectativa de juizes e promotores. As partes já se encontravam separadas e em processo de divórcio. No sentido de evitar confrontos, o ex-marido enviava o seu pai para buscar a filha nos seus dias de visita. A audiência caminhou para o arquivamento do processo, por retratação da vítima, quando, ao final, o ex-marido comentou:

Excelência, eu queria contar uma coisa. Na última vez que meu pai foi buscar a menina, ela disse que não podia ir porque a A. [requerente] mandou que ela ficasse em casa cuidando da irmã [meia-irmã, na verdade]. Eu acho que não está certo uma menina de sete anos ficar cuidando de outra de três

Nisso, a requerente o contestou: “é mentira, juiz!” O juiz interveio:

Calma, dona A. Não é assim. Ele está reportando algo que ouviu. A senhora tem que entender que não se deve reagir assim. Não deve sair retrucando. A mesma coisa poderia acontecer com a senhora. Vai que um dia sua filha volta da visita e diz: mãe, o pai me bateu. O que a senhora tem que fazer? Não vai logo sair brigando. Tem que ligar para ele e, calmamente, perguntar: “Olha J. [o requerido], a menina disse isso e isso. O que está acontecendo? É isso mesmo?” E o senhor, seu J. não vai dizer logo um palavrão, vai explicar calmamente o que se passou.

Em conversa posterior, juiz e promotor reconheceram que buscaram educar de algum modo o comportamento das partes e sugerir uma outra ética relacional entre eles. Contudo, frisaram que sabem das limitações que uma interação curta e pontual, como uma audiência, pode ter.

Em Brasília, tanto juízes como promotores recorrem a intervenções semelhantes. Por vezes, referem-se à lei n.º 11.340 com o caráter de ameaça para a mudança de um padrão relacional, dizendo que “com a Lei Maria da Penha, podem até mandar prender”. Um dos promotores, em caso observado, também fez um pequeno discurso dizendo que não existe uma hierarquia em um casal e que o casal se entende no diálogo.

Em alguns casos, a preocupação com um modelo de relacionamento amistoso inclui ainda representações mais gerais sobre organização e até mesmo planejamento familiar. Em um juizado de Brasília, no caso de um casal de baixa renda que já tinha sete filhos e histórico de envolvimento com drogas, o promotor reforçou várias vezes que era importante o acusado continuar sem beber, e também insistiu junto à juíza para que o casal tomasse alguma medida para não ter mais filhos.

Parte dos elementos acionados para sopesar a credibilidade do depoimento (uso de drogas e álcool, testemunhos sobre caráter e conduta, atuação profissional e situação familiar) parece reemergir, neste momento, orientados por um modelo de relação amistosa e de formação familiar, na forma das admoestações de juízes e promotores. O modelo de vínculo familiar, aqui, surge com força⁸.

Em uma audiência em Ceilândia, por exemplo, uma mulher com uma filha pedia o afastamento do homem da residência familiar. O juiz, depois de ouvidas as partes, disse à mulher que “ele tem o direito de ver a filha”. Só então, depois do protesto da mulher e de uma observação da promotora, o juiz se deu conta de que a filha em questão não era daquele homem. “Ah, desculpe, desculpe. Então muda tudo”. E passou a ser muito mais duro com o requerido.

O juiz de Ceilândia aplica seu modelo de ética familiar também ao recomendar, para casos julgados como menos graves e nos quais as partes demonstrem interesse em

8. A fórmula parece se assemelhar aos “termos de bem-viver” da legislação imperial, como lembrado por Wânia Pasinato em comunicação pessoal. De fato, em alguns casos nos quais é difícil o ordenamento de uma distância física entre as partes, o juiz procura extrair do requerido o compromisso em seguir certas regras de convívio (não beber, limpar o que sujar, dormir em quarto separado etc.) até que o mesmo encontre outra casa. Nesses casos, estipula-se um prazo para a mudança e, caso a situação persista após o vencimento do prazo, a requerente é solicitada a fazer queixa por telefone, para que seja ordenada a prisão do requerido.

continuar junto, que as mesmas frequentem o curso “amor e respeito”, um curso de casais oferecido por um pastor evangélico das redondezas. Ao enfatizar a importância de o casal frequentar o curso, o juiz costuma apresentar sua leitura acerca da ética de um relacionamento conjugal nos seguintes termos:

Homens e mulheres falam linguagens diferentes. Muita briga começa porque eles não se entendem. Então, é preciso ver que o que a mulher mais precisa em um relacionamento é de amor, e o que o homem mais precisa é de respeito. Assim, a mulher, quando não se sente amada, reage com desrespeito, e o homem, quando não se sente respeitado, reage com desamor. E é preciso mudar esse círculo vicioso.

O papel dos serviços de apoio psicossocial

O Juizado de Ceilândia é espaço privilegiado para se compreender os possíveis recursos ao serviço de apoio psicossocial na construção de soluções mediadas para os casos de violência doméstica. O titular do juízo pede que haja sempre um profissional do setor nas audiências e costuma recorrer ao mesmo tanto para identificar a gravidade do caso como para negociar soluções que possam passar por acompanhamento do casal ou do requerido.

As psicólogas ou assistentes sociais que trabalham no núcleo de apoio psicossocial têm como objetivo, quando são chamadas para a audiência, auxiliar o juiz na percepção da gravidade do caso. Os operadores da Justiça, quando falam de casos de violência doméstica, muitas vezes dizem que é preciso “entender” o caso, é preciso ver o “pano de fundo” da situação, e as assistentes sociais e psicólogas são profissionais que podem auxiliar o juiz na hora de entender essas dimensões.

A sala de audiência pode ser um ambiente desconfortável tanto para a requerente como para o requerido, e isso pode interferir no que é relatado pelas partes. O serviço de apoio psicossocial tem por objetivo alcançar uma percepção sobre a gravidade do caso por meio de uma conversa durante a audiência, muitas vezes esses profissionais auxiliam as partes a compreenderem o que está acontecendo na audiência. Em alguns casos, o profissional do serviço de apoio psicossocial pode ser chamado para avaliar se a requerente está efetivamente sendo coagida quando solicita a retirada da queixa.

O Juizado de Ceilândia foi o único no qual o profissional do serviço de apoio esteve presente em todas as audiências. Nos demais juizados observados, os juízes fazem uso do apoio psicossocial, mas não durante a audiência – as partes são encaminhadas ao Serviço de Atendimento a Famílias em Situação de Violência (Serav) dependendo da decisão do juiz. O encaminhamento psicossocial também é defendido, por

alguns juízes, como mecanismo de reconhecimento da natureza do conflito, bem como do empenho do requerido em transformar sua conduta.

O recurso aos profissionais do setor de apoio psicossocial em audiência, apresentado como forma de valorizar seu papel no processo, reforça a dimensão não criminal da sessão. Contudo, não é sempre que os profissionais são acionados. Quando o são, por vezes ficam em uma posição delicada, uma vez que devem decidir rapidamente, sem ter uma base sólida para fazer uma avaliação do ocorrido – posição, aliás, não muito diferente daquela dos juízes, em geral. A avaliação que os atores jurídicos naquela vara fazem, contudo, é de que o apoio prestado pelo setor é fundamental, pois permite identificar e encaminhar uma dimensão do conflito que não pode ser apreendida exclusivamente pelos mecanismos legais.

Expectativas de justiça

Por fim, registramos aqui alguns elementos de percepção dos atores acerca da efetividade das audiências que terminam com suspensão condicional do processo. A efetividade do “acordo” é indeterminada e depende em grande medida da maneira como a audiência é conduzida e de como o acordo é construído e comunicado para as partes. Pesam, nesse sentido, elementos como a capacidade de comunicação e convencimento do juiz, a incorporação ativa das partes nas etapas de construção de um acordo e a clara apresentação do acordo como um compromisso construído, não entre a requerente e o requerido, mas deste com a Justiça.

Em geral os casos que acabam arquivados – ou em “acordo” – refletem um tipo de expectativa por parte das mulheres que não buscam a prisão do agressor. Muitas fazem questão de dizer que “não querem mal para ele” e, mesmo nos casos em que a prisão é inevitável, afirmam estarem bastante preocupadas com as consequências do encaminhamento do processo. São comuns frases do tipo:

Eu só quero que ele fique longe de mim e se tivesse como retirar a queixa eu até retiraria, mas, no fundo, eu tenho medo dele.

Eu não quero fazer nenhum mal a ele, mas eu quero que ele se afaste de mim de uma vez por todas.

Há situações em que a desistência da persecução penal tem outro sentido para as mulheres. Algumas sentem-se moralmente ofendidas pelo que consideram um desgaste muito grande. As idas constantes ao juizado, especialmente em casos com mais de uma audiência, são estressantes para algumas mulheres e podem ser tomadas como insultantes.

Da parte do requerido, as expectativas variam, mas não costumam ser muito positivas. Em geral, os requeridos demonstram grande incômodo por serem objeto de

suspeição. Isso se traduz em uma postura que oscila entre a submissão humilhada e o protesto indignado. Muitos dos requeridos adotam, em audiência, uma postura cabisbaixa, até com receio de falar, já que alguns consideram que só o fato de estar na “Justiça” e perante um juiz já é humilhante, mostrando-se dispostos a acatar a decisão que ali for tomada para evitar passar por futuros novos constrangimentos. Outros requeridos expressam indignação com o fato de estarem intimados a depor, mas temperam essa demonstração em função da reação do juiz.

Vale ressaltar que muitos requeridos tinham dificuldade em compreender o acordo como solução justa, especialmente quando envolvia transação penal. É comum ouvir dos homens expressões irritadas de indignação com o que consideram um tratamento absolutamente injusto por parte da lei n.º 11.340.

Conclusões

O debate acerca da dimensão jurídica da Lei Maria da Penha passa por uma melhor compreensão dos processos de criminalização dos atos envolvidos em situações que podem ser caracterizadas como de “violência doméstica”. Muito oportunamente, Guita Debert e Maria Filomena Gregori (2008) propuseram, há alguns anos, que se distinguíssem, para fins de análise, os processos por meio dos quais se constroem socialmente o sentido de “violência” e o sentido de “crime”. A categorização de “violência”, como já indicado por Daniel Simião (2006) e Luís Cardoso de Oliveira (2008), dependeria de um enquadramento moral específico e cambiável no tempo e no espaço, ao passo que o “crime” estaria regulado por outras lógicas (práticas legais e jurídicas). Os dados que trazemos aqui indicam que essa distinção merece ser melhor explorada, em busca dos mecanismos por meio dos quais se constroem, no âmbito judicial, os sentidos do “crime” em casos de “violência doméstica”.

A análise dos processos e audiências a que aludimos nesse artigo evidencia que a criminalização do ato não resulta simplesmente da aplicação de uma lei, mas é resultado de uma complexa dinâmica de interpretação realizada por diversos atores e igualmente sujeita às moralidades que operam na categorização da “violência”. O sentido do crime, portanto, está igualmente marcado por representações e valores morais presentes na visão de mundo de delegados, promotores e juizes. Ocorre que, para além disso, a construção do sentido do ato (o que está sendo “criminado”) no ambiente judicial se faz a partir de “fatos” retratados em linguagem jurídica, reduzidos a termos e bastante distantes dos sentidos originais dos “fatos” vividos pelas partes de um processo.

É nesse contexto que a maior parte dos casos analisados teve sua dimensão propriamente penal reduzida, dando origem à suspensão condicional em lugar de uma

persecução criminal. Isso, contudo, não significa necessariamente impunidade e agravamento do conflito. As narrativas e posturas dos juízes e promotores parecem indicar que, mesmo não considerando um caso qualificado para uma sentença condenatória, o agressor deve ser punido e controlado. Nas audiências em que se monta a suspensão condicional do processo, vemos uma dinâmica que ganha ares de conciliação, mas que não deixa de ser, em momento algum, uma ação inquisitiva de uma autoridade estatal sobre um sujeito a ter sua conduta corrigida e constantemente observada pelo Estado.

A ideia de que, durante a suspensão, o sujeito está sob constante coerção do Estado (podendo ser preso a qualquer momento) é um elemento destacado por aqueles que apoiavam essa prática em lugar do simples arquivamento de um processo. O simples arquivamento, sem os rituais envolvidos na construção de um compromisso por parte do requerido, tendia a resultar em grande insatisfação por parte da requerente, sendo tomado por esta como uma recusa do Estado em intervir no conflito ou em reconhecer a legitimidade de seu sofrimento.

A pesquisa revelou que, embora compartilhem alguns princípios comuns, as práticas adotadas em cada juizado variam bastante. Nesse sentido, os dados sugerem que, mais do que a norma legal ou a natureza do juizado em que os casos são processados, importa a conduta do magistrado na condução da audiência para que se atinja efetividade na resolução do conflito. Aqui, a capacidade de comunicação do juiz é de fundamental importância no sentido de fazer as partes (em especial o requerido) compreenderem os termos da sentença e as consequências de seu descumprimento. Nesse contexto, o potencial limitado da capacidade comunicacional do juiz torna-se um sério problema, em especial em um quadro em que a estrutura das audiências dá pouco espaço para uma audição efetiva da perspectiva das partes sobre suas demandas, impondo um processo de exclusão discursiva que acaba inviabilizando a produção de um sentido palpável na relação entre as demandas e o respectivo desfecho, assim como a percepção de justiça do ponto de vista das partes.

Em um sistema judicial marcado pela lógica inquisitorial e pela figura de uma autoridade cuja leitura dos fatos é bastante distante dos sentidos a eles dados, seja pelas partes, seja por atores políticos do campo de defesa dos direitos das mulheres, a judicialização parece ser uma estratégia bastante arriscada para a efetiva transformação de representações de gênero. Efetivamente, a atuação dos juízes nas audiências de suspensão condicional do processo pode ter um efeito de coerção sobre os agressores, no sentido de funcionar como estratégia de controle gramatical para uma sociabilidade hierárquica e acostumada à ação vertical de uma autoridade judicial. Contudo, tal estratégia está totalmente nas mãos da autoridade judicial

e parece-nos pouco alinhada a um projeto de questionamento de representações hierárquicas de gênero.

O conjunto de sucessivas mediações que resulta nas práticas judiciais aqui analisadas parece-nos, assim, trazer grandes desafios a quem pretenda tomar a judicialização como estratégia para o combate à violência doméstica. Mais do que uma simples oposição entre uma perspectiva criminalizadora e outra negocial ou conciliatória, o que se vê nessas práticas é a submissão de um projeto de transformação de representações de gênero a um sistema judicial cuja lógica de funcionamento parece trazer mais embaraços do que soluções à efetiva incorporação, em modos de ser e estar no mundo, da ideia de um sujeito autônomo e cidadão.

Nesse sentido, parece-nos que seja nossa obrigação, como cientistas sociais, manter um acompanhamento constante de iniciativas de escuta e elaboração simbólica de conflitos marcados por gênero no Judiciário, em especial aquelas que permitam aproximar a garantia de direitos previstos em lei das expectativas de justiça dos sujeitos envolvidos em tais processos. Ao tempo em que se concluía a pesquisa aqui apresentada, iniciativas com este propósito eram ainda incipientes no Distrito Federal. Atualmente este quadro parece estar em transformação, e novas etnografias tem registrado experiências pré-processuais de atendimento das partes por equipes multidisciplinares (Matias, 2015; Simião, 2015). Resta-nos acompanhá-las, de modo a levar a discussão adiante.

Abstract: This research analyses practices of justice regarding domestic violence in 5 special courts in Brasilia, DF. Focusing on perceptions of justice held by the parties, we look at differences of procedure followed by the respective courts when applying the law. Analyzing judicial processes and court hearings, the research points out key elements that interfere in the procedures for handling cases, far beyond what is prescribed by law (Lei Maria da Penha). Special attention is given to the so called "conditional suspension" of the process. The results indicate, on the one hand, differences and similarities in the legal interpretation of the nature of conflicts and, on the other hand, they also show the limitations of legislative initiative for changing legal practices on this issue.

Keywords: domestic violence, Lei Maria da Penha, gender, justice, human rights.

Referências

AMORIM, Maria Stella *et alii* (Orgs.). *Juizados especiais criminais, sistema judicial e sociedade no Brasil*. Niterói: Intertexto, 2003.

AZEVEDO, Rodrigo. Juizados especiais criminais: uma abordagem sociológica sobre a informalização da Justiça Penal no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 47, 2001.

CAMPOS, Carmem Hein. Juizados especiais criminais e seu déficit teórico. *Revista Estudos Feministas*, v. 11, n. 1, 2003.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. A dimensão simbólica dos direitos e a análise de conflitos. *Revista de Antropologia*, v. 53, n. 2, p. 451-473, 2010.

———. . Prefácio. In: MARTINS, Francisco; ARAÚJO, José Newton; SOUZA, Mériti (Orgs.). *Dimensões da violência: conhecimento, subjetividade e sofrimento psíquico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

———. . Existe violência sem agressão moral? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23 n. 67, p. 135-146, 2008.

———. . *Direito legal e insulto moral – dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

———. . *Fairness and communication in small claims courts*. (PhD dissertation, Harvard University), Ann Arbor: University Microfilms International, 1989.

CASTRO, Nicholas M. Borges. *Agentes estatais e o trabalho em rede: uma experiência institucional de atenção aos conflitos abarcados pela Lei Maria da Penha*. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<http://bdm.bce.unb.br/handle/10483/6208>>.

DEBERT, Guita; BERALDO DE OLIVEIRA, Marcella. Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a “violência doméstica”. *Cadernos Pagu*, v. 29, p. 305-337, 2007.

DEBERT, Guita; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, 2008.

KANT DE LIMA, Roberto. Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada. *Anuário Antropológico/2009*, 2, p. 25-51, 2010.

MACHADO, Lia Z. Atender vítimas e criminalizar violências: dilemas das delegacias de mulheres. In: AMORIM, Maria Stella *et alii* (Orgs.). *Juizados especiais criminais, sistema judicial e sociedade no Brasil*. Niterói: Intertexto, 2003.

MATIAS, Krislane de Andrade. *Lei, justiça e judicialização de conflitos a partir de relatos de mulheres no Distrito Federal*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Acesso à Justiça por sistemas alternativos de administração de conflitos: mapeamento nacional de programas públicos e não governamentais*. Brasília: MJ, 2005.

MIRANDA, Alessandra de La Vega. *Em briga de marido e mulher o Judiciário mete a colher... qual a medida? Uma etnografia sobre as práticas judiciais conciliatórias de conflitos em Juizados de Violência Doméstica do Distrito Federal*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

NADER, Laura. Harmonia coerciva: a economia política dos modelos jurídicos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 29, n. 9, p. 18-29, 1994.

PASINATO, Wânia. *Delegacias de defesa da mulher e juizados especiais criminais: mulheres, violência e acesso à Justiça*. Trabalho apresentado no XXIX Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2004.

PASINATO, Wânia et alii (Org.). *Violência contra a mulher e acesso à Justiça: estudo comparativo sobre a aplicação da Lei Maria da Penha em cinco capitais. Relatório Final*. Rio de Janeiro: Cepia, 2013.

RIFIOTIS, Theophilos. Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a “violência conjugal” e a “violência intrafamiliar”. *Revista Kátálysis*, v. 11, n. 2, 2008.

SIMIÃO, Daniel. Reparação, justiça e violência doméstica: perspectivas para reflexão e ação. *Revista Vivências*, 2015.

———. Igualdade jurídica e diversidade: dilemas brasileiros e timorenses em perspectiva comparada. In: MELLO, Katia; MOTA, Fábio; SINHORETTO, Jacqueline (Orgs.). *Sensibilidades Jurídicas e sentidos de justiça na contemporaneidade: interlocução entre antropologia e direito*. Niterói: Editora da UFF, 2013.

———. Representando corpo e violência: a invenção da “violência doméstica” em Timor-Leste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 61, p. 133-145, 2006.

TEIXEIRA MENDES, Regina Lúcia. *Do princípio do livre convencimento motivado*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

Resenhas

Palavras acerca de proteção e produção

Recebido: 10.03.15

Aprovado: 20.10.15

DRUMMOND, José Augusto Leitão. *Proteção e produção: biodiversidade e agricultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

Juliana Capra Maia*

* Doutoranda no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB), pós-graduanda em direitos sociais, ambiental e do consumidor no Centro Universitário de Brasília (Uniceub), mestrado em sociologia pela Universidade de Brasília, bacharelado em direito pelo Centro Universitário do Distrito Federal (Unidf), licenciatura e bacharelado em ciências sociais pela Universidade de Brasília. Socióloga do quadro permanente da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) e advogada. <capra.juliana@gmail.com>.

Desde a década de 1980, José Augusto Leitão Drummond, graduado em ciências sociais pela Universidade Federal Fluminense, tem direcionado a sua formação para as ciências ambientais. Nessa direção, cursou mestrado, doutorado e pós-doutorado em proeminentes universidades norte-americanas, nominadamente no The Evergreen State College (Tesc), nas universidades de Wisconsin e do Colorado. Professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB) e consultor da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Drummond é autor ou coautor de vasta produção nas ciências ambientais. Publicou ou organizou 25 livros, 65 artigos em periódicos e 31 capítulos de livros, sem que se mencionem resenhas, traduções, atuações como orientador, trabalhos publicados em congressos ou seminários. Dada a profícua produção, o autor tornou-se referência brasileira das ciências ambientais.

Neste ano, a Garamond publicou uma das mais recentes obras de Drummond, o livro *Proteção e produção: biodiversidade e agricultura no Brasil*, ora resenhado. O trabalho contém, nas palavras do autor, dois ensaios “longos demais e pesquisados de menos para serem publicados como artigos em revistas científicas” e que, por outro lado, “não caberiam bem em publicações destinadas a não acadêmicos” (p. 8 e 9). O primeiro ensaio, desenvolvido entre 2009 e 2013, intitula-se “Áreas protegidas versus áreas ocupadas por atividades produtivas e infraestrutura no Brasil – há espaço para todos?” O segundo, elaborado entre 2010 e 2013, intitula-se “A biodiversidade como patrimônio – uma discussão social e cultural”.

Em ambos os ensaios – cada um, um capítulo – Drummond apresenta alguns de seus posicionamentos políticos, teóricos e epistemológicos acerca de diversos temas afetos à sustentabilidade, o que auxilia o leitor na compreensão adequada de suas diversas publicações. Os textos trazem digressões acerca da justificativa e dos objetivos das terras destinadas a indígenas e a quilombolas; apresentam discussão sobre a relação entre natureza e cultura, ao tratar de temas como “biodiversidade”, “agrobiodiversidade” e “sociobiodiversidade”; elucidam as convicções do autor em

relação à finalidade das unidades de conservação, ao valor intrínseco da natureza e mesmo em relação aos saberes atualmente denominados “conhecimentos tradicionais”.

No primeiro ensaio, Drummond discute os usos do território brasileiro a partir de críticas ao relatório intitulado “Alcance territorial da legislação ambiental e indigenista”, de autoria dos pesquisadores da Embrapa Evaristo Eduardo Miranda (coordenador), Carlos Alberto de Carvalho, Cláudio Aparecido Spadotto, Marcos Cicarini Hott, Osvaldo Tadamoto Oshiro e Wilson Anderson Holler. O relatório discutido por Drummond – cujas conclusões vêm sendo invocadas por defensores do agronegócio – está disponível na internet desde 2008¹, e sinteticamente sustenta que aproximadamente 70% do território brasileiro está legalmente “fechado à agricultura”, dada a sua destinação a indígenas, quilombolas e à proteção ambiental (áreas de preservação permanente, unidades de conservação, reservas legais). Esse zoneamento do território, derivado da legislação vigente, seria, para os pesquisadores da Embrapa, desproporcional, incompatível com as atividades já consolidadas e limitaria sensivelmente o potencial de crescimento da agropecuária no Brasil, motivo pelo qual defendem sua pronta revisão.

Drummond desfere cinco grandes críticas a esse trabalho de Evaristo Miranda e colaboradores.

A primeira reside no fato de os pesquisadores da Embrapa terem se agarrado à defesa do crescimento da fronteira da agropecuária (crescimento horizontal), desconsiderando o potencial de aumento da produtividade ou a complexificação das cadeias produtivas agropecuárias, providências que agregariam valor aos produtos finais.

A segunda aponta a circunstância de que Miranda e seus colaboradores enfatizaram sobremaneira determinados conflitos no uso da terra e omitiram outros. É que o relatório chamaria atenção apenas para a incompatibilidade entre agropecuária e áreas ambientalmente protegidas, terras indígenas e terras de quilombolas. Por outro lado, ignoraria as evidentes incompatibilidades entre atividades agropecuárias e obras de infraestrutura (tais como portos, aeroportos, rodovias, linhas de transmissão de energia elétrica, gasodutos, oleodutos e respectivas faixas de domínio); entre atividades agropecuárias e áreas urbanas (tais como residências ou distritos industriais) ou entre atividades agropecuárias e áreas de mineração. Ora, obras de infraestrutura, atividades urbanas e minerárias seriam, conforme contabiliza Drummond neste artigo, atividades com representativa ocupação do território nacional. O fato de sequer terem sido mencionadas pelos pesquisadores da Embrapa seria sintomático da sua aversão, *ab initio*, às áreas ambientalmente protegidas, às terras indígenas às terras de quilombolas.

1. <<http://www.alcance.cnpm.embrapa.br>>.

Como terceira crítica, Drummond salienta que Miranda e colaboradores sequer mencionaram o fato de que as atividades agropecuárias, no Brasil, ainda são praticadas mediante uso de técnicas predatórias. Para confirmar esse argumento, recupera dados da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, que teria classificado cerca de 200 milhões de hectares das terras brasileiras (isto é, cerca de 23% do território nacional) como áreas abandonadas, sem uso ou subutilizadas. Com essa ordem de práticas produtivas – há quase cem anos qualificadas, por Sérgio Buarque de Holanda, como “mineração do solo” – a necessidade de expansão da fronteira agropecuária tenderia ao infinito. Em outros termos, o dado da Secretaria de Assuntos Estratégicos colocaria em xeque o pressuposto de as atividades agropecuárias consistirem na principal variável estratégica de desenvolvimento do Brasil.

O subdimensionamento da área disponível à atividade agropecuária, em decorrência da interpretação incorreta de conceitos legais, é a quarta crítica de Drummond ao relatório dos pesquisadores da Embrapa. Primeiramente, não teriam diferenciado as unidades de conservação de proteção integral (em que não são permitidas atividades agropecuárias) das unidades de conservação de uso sustentável (em que são admitidas atividades agropecuárias além de residência, caça, pesca, extrativismo). Desse modo, “as unidades de conservação fechadas para a agropecuária afetam apenas um terço da área alegada por Miranda e coautores” (p. 29). Ademais, as terras de indígenas e de quilombolas teriam sido equivocadamente classificadas como “áreas fechadas à agropecuária”, quando tais atividades são legalmente permitidas nessas áreas.

Por derradeiro, Drummond salienta que as reservas legais e as áreas de preservação permanente – largamente desrespeitadas em território nacional – foram concebidas como mecanismos de viabilização, não como obstáculos para as atividades agropecuárias. Mesmo assim, contabilizando reservas legais, áreas de preservação permanente e unidades de conservação de proteção integral, o autor chegou à cifra de 54,78% do território nacional abertos à agropecuária, não nos 22,98% alegados por Evaristo Miranda e seus colaboradores.

Por fim, Drummond argumenta que limitações administrativas às atividades agropecuárias são legítimas. Afinal, limitações equivalentes já existiriam, há décadas, para as cidades e indústrias: altura máxima de prédios, número máximo de andares, taxa máxima de impermeabilização do solo, recuo obrigatório, número mínimo de vagas de garagem, quantidade máxima de gases poluentes que podem ser emitidos e assim por diante. Desse modo, seriam impertinentes as queixas de Miranda e colaboradores contra as limitações à agropecuária, ligadas à defesa do interesse público.

Vale salientar, contudo, que Drummond atribui méritos ao relatório, entende que se trata de um trabalho de escopo original (macrozoneamento do território brasileiro), de metodologia inovadora, com inferências ousadas e rico em dados. Não obstante, a pesquisa estaria enviesada pelo pressuposto de que o Brasil ainda é um país eminentemente agrário e de que, portanto, a agropecuária consiste na variável estratégica mais relevante para a economia e a sociedade brasileiras. Sob essa ótica, unidades de conservação, terras indígenas, terras de quilombolas, áreas de preservação permanente, reservas legais, entre outras limitações administrativas garantidoras do interesse público, são retratadas como vilãs que criam obstáculos para o desenvolvimento da nação. Esse viés – argumenta Drummond – faria o relatório perder boa parte de seu potencial científico e o reduziria a um pronunciamento intransigente em favor da expansão perpétua da fronteira agropecuária no Brasil.

O segundo ensaio, intitulado “A biodiversidade como patrimônio – uma discussão social e cultural”, é construído ao redor da tese de que, em decorrência de fatores físicos, socioeconômicos e históricos, o Brasil herdou, em seu território, enorme fração da biodiversidade mundial. Essa biodiversidade (e no Brasil fala-se em “megabiodiversidade”) consiste em patrimônio natural, difuso e coletivo gerado pelo processo evolutivo e cujo maior valor é a existência em si mesma. Cabe, portanto, ao Estado e ao povo brasileiro atuarem como guardiães desses *commons*, mediante:

- i. usos moderados da biodiversidade e das águas submetidas a atividades produtivas;
- ii. investigações científicas intensivas acerca da biodiversidade existente em território nacional;
- iii. preservação integral de porções de ecossistemas e biomas; e
- iv. recuperação de áreas degradadas.

Drummond inicia a defesa desses argumentos por meio de distinções conceituais, de modo a evitar confusões que ainda perduram quando se discute meio ambiente ou sustentabilidade, por isso, contextualiza o conceito de biodiversidade. Conforme informa o autor, trata-se de um termo cunhado na década de 1980 na biologia, para denotar a variedade de espécies de determinado ecossistema.

Ao longo dos anos, “biodiversidade” teria se tornado um conceito mais complexo, que envolveria não apenas:

- a. o número de espécies de determinado ambiente (número que inclui vegetais, animais e micro-organismos), mas ainda:

- b. o estado de integridade dos ecossistemas nativos nos quais as espécies se movimentam (cuja medição depende da apreensão das relações entre fatores abióticos e bióticos, bem como das relações de competição, parasitismo, cooperação e predação entre as diversas espécies); e
- c. o estado genético das populações naturais (cuja medição depende de coleta de amostras pesquisáveis e representativas das populações de plantas, animais e micro-organismos presentes em determinado ecossistema).

Ao observar os elementos do conceito, fica clara a distinção entre a biodiversidade natural e o que vem sendo denominado “agrobiodiversidade”. Para o autor, a biodiversidade natural equivale aos sistemas que nos foram legados pelo longo processo de evolução. Trata-se de sistemas independentes, exteriores e anteriores ao *Homo sapiens*, que dispensam manejo ou cuidados. A “agrobiodiversidade”, por outro lado, é formada de sistemas desequilibrados, construídos, manejados e simplificados em número de espécies (seleção sistemática das espécies “úteis”) de interesse do *Homo sapiens*. Da mesma forma, ao passo que a variedade genética da biodiversidade natural remonta a dezenas de milhares de espécies, majoritariamente desconhecidas, a variedade genética da “agrobiodiversidade” envolve apenas cerca de uma centena: estudadas, aprimoradas, domesticadas e – não raro – patenteadas. Daí se justifica o argumento de Drummond, para quem a “agrobiodiversidade”, ou seja, os “conjuntos, formações e paisagens rurais fabricadas pelo engenho humano [...] são tão naturais quanto um I-pad” (p. 100).

A avaliação da biodiversidade de ecossistemas por meio de mera contagem de espécies existentes em determinada localidade – forma comumente praticada por cientistas e por leigos para quantificar a biodiversidade – é apontada pelo autor como causa de grandes distorções. A título de exemplo, Drummond critica os inventários faunísticos e florísticos que incluem, respectivamente, espécies exóticas de animais domésticos (porcos, galinhas, vacas, jumentos, carneiros, coelhos) e de plantas cultivadas (mangueira, jaqueira, macieira, cafezais, oliveiras, algodoeiros), acidental ou propositalmente introduzidas por humanos nas localidades estudadas, como parte da “biodiversidade” local. Esse tipo de tratamento conduz à equivocada conclusão de que a introdução de espécies exóticas por meio da agricultura ou da pecuária enriquece a biodiversidade.

Por derradeiro, Drummond alerta que a restauração dos ecossistemas – o que não deve ser confundido com a recuperação de áreas degradadas – é tarefa que ainda está fora do alcance do *Homo sapiens*. Descreve, como caso paradigmático, as tentativas de restauração de ecossistemas temperados e de biodiversidade pobre levadas a efeito ao longo de mais de 80 anos na Universidade de Wisconsin, onde

fez seu doutorado. Não obstante dispõem de condições praticamente ideais – longo lapso temporal, mão de obra abundante, conhecimento, dinheiro e um número relativamente pequeno de espécies a recuperar – os cientistas responsáveis pelo *arboretum* da universidade consideram que obtiveram sucesso tão somente moderado na tarefa de restaurar os ecossistemas originais.

Em suma, não haveria quaisquer motivos para acreditar que a eventual recuperação da biodiversidade natural brasileira, muito mais complexa e desconhecida do que aquela encontrada nas pradarias geladas de Wisconsin, seja de mais fácil, rápida ou barata operacionalização. Assim, Drummond aconselha cautela e humildade no trato com a biodiversidade natural, especialmente com a – riquíssima – biodiversidade tropical.

Resumos

Racismo e sexismo em instituições de saúde do Distrito Federal: pré-natal, parto e pós-parto de mulheres negras

Kauara Rodrigues Dias Ferreira

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Tânia Mara Campos de Almeida

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 05.10.2015

A presente dissertação traz como tema as experiências de mulheres negras durante o pré-natal, parto e pós-parto/puerpério na relação com serviços e profissionais de saúde do Distrito Federal. O objetivo central foi investigar e analisar como a cor/raça, em sua articulação com o gênero, participa das interações das mulheres negras com instituições e profissionais de saúde durante o pré-natal, parto e pós-parto/puerpério, gerando discriminações e violências. Entrevistas semiestruturadas foram realizadas com quinze mulheres, que fizeram pré-natal e pariram no Distrito Federal. A partir da articulação e do diálogo entre diferentes pesquisas teóricas e empíricas, dados oficiais do governo e os relatos das entrevistadas foi possível ampliar o entendimento sobre como as mulheres negras vivenciam e elaboram suas experiências acerca desses três importantes momentos relacionados à saúde reprodutiva, bem como obter elementos sobre o racismo e o sexismo institucional. Constatou-se que os tratamentos recebidos, somados aos entraves à garantia de seus direitos, se manifestam em uma dinâmica relacional que envolve discriminação racial interconectada com a reprodução das desigualdades de gênero, associadas a diferentes marcadores sociais, que reforçam ou amenizam os efeitos do racismo e do sexismo. Foram também encontradas aproximações com representações sociais racistas e sexistas acerca dos corpos e papéis sociais das mulheres negras por meio de sua interação com serviços e profissionais de saúde.

Palavras-chave: pré-natal, parto, pós-parto, mulheres negras, racismo institucional, sexismo institucional.

A seleção dos coordenadores da Capes: processos de escolha e critérios implícitos na coordenação de astronomia/física (2007-2013)

Mauro Callai da Silva

Orientador: Prof. Dr. Fabrício Monteiro Neves

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 16.09.2016

Esta dissertação investigou o processo de seleção dos coordenadores da área de astronomia/física da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes), com o objetivo geral de compreender os critérios de seleção evidenciando aqueles não explicitados e, assim, compreender as dinâmicas de hierarquizações e relações que fazem parte desta seleção. Esta pesquisa observou a coordenação como parte do “campo científico”, ideia que remete à relativa autonomia e à existência de regras próprias de funcionamento e de um tipo específico de *habitus* relacionado às suas dinâmicas, a partir da teoria de Pierre Bourdieu. Para tanto, foram realizadas análise de conteúdo de documentos (currículos Lattes dos coordenadores e ex-coordenadores e documentos produzidos pela coordenação) e análise de conteúdo de tipo temática do material produzido por entrevistas (realizadas com coordenadores e ex-coordenadores), com vistas a compreender as dinâmicas engendradas no campo a partir dos dados documentados e das percepções dos indivíduos. A pesquisa abrangeu as avaliações trienais da Capes de 2007, 2010 e 2013, os documentos produzidos neste período e os coordenadores que delas fizeram parte. A partir da análise temática, esta dissertação encontrou uma reafirmação constante de características necessárias aos coordenadores que não se restringem aos aspectos científicos, como “sensibilidade”, “ser afável”, “agregador”, ter “facilidade de relacionamento” etc. Este trabalho considerou que há características incorporadas – habilidades de relacionamento – que são critérios de seleção dos coordenadores, verificadas no âmbito das comissões de área.

Palavras-chave: sociologia da ciência, processo de avaliação da ciência, campo científico, análise temática, Capes.

Teologia inclusiva, fé e militância: a Igreja da Comunidade Metropolitana e algumas controvérsias na sociologia da religião

Raquel Moreira de Souza

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Carvalho Rosa

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 21.08.2015

O objetivo deste trabalho é descrever algumas das vivências, experiências e perspectivas das Igrejas da Comunidade Metropolitanas (ICM) de São Paulo e do Rio de Janeiro, sobretudo aquelas relacionadas à importância da vida em comunidade e sua relação com a teologia proposta. Por conseguinte, o intuito principal é refletir sobre como essa nova proposta teológica problematiza os estudos hegemônicos da sociologia da religião, especialmente as proposições sobre “mercado religioso” nas obras de Antônio Flávio Pierucci e Reginaldo Prandi. Em outras palavras, apontar algumas das problemáticas suscitadas quando há uma tentativa de entender o cenário religioso da ICM. Afinal, controvérsias e limites podem ser levantados ao estudar a denominação utilizando apenas essas produções sociológicas.

No trabalho, será apresentada a história de seu fundador Troy Perry que, por muitos anos, foi o grande porta-voz da denominação, contribuindo para a constituição de novas células, para a luta nos movimentos sociais e nos espaços religiosos, entre outras ações; bem como será apresentado o cenário político dos Estados Unidos, especialmente do estado da Califórnia, e os embates que marcaram a emergência do dito movimento gay. Ademais, serão apresentadas as histórias e as vivências das Igrejas da Comunidade Metropolitana de São Paulo e Betel do Rio de Janeiro. O intuito será descrever as atividades religiosas, os ritos, os espaços e o convívio da igreja, portanto, a vida em comunidade. É fato que essas denominações apresentam muitas características similares, afinal são afiliadas à mesma congregação. No entanto, considerando-as um grupo, ou seja, um processo constituído por laços incertos, frágeis, controversos e mutáveis que precisam ser constantemente reconsiderados e que envolvem diversas agências, cada ministério apresenta um entrelaçar de singulares associações.

Palavras-chave: sociologia da religião, gênero e sexualidade.

Envelhecer com HIV/Aids: um estudo sobre a proliferação do HIV/Aids em mulheres na cidade de Goiânia

Ana Júlia Rodrigues do Nascimento

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lourdes Maria Bandeira

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 31.01.2014

A partir de observações empíricas e dados estatísticos divulgados pelo Ministério da Saúde, pela mídia e trabalhos acadêmicos na área da saúde e das ciências sociais, sabe-se que o número de mulheres infectadas pelo vírus HIV e doentes de Aids aumentou consideravelmente no Brasil nos últimos anos. As causas do aumento são instigantes e motivaram o desenvolvimento dessa tese, que investiga o aumento dos índices de contaminação de mulheres na faixa etária a partir dos 35 anos, na cidade de Goiânia (Goiás). Esta tese sustenta a hipótese de que as mudanças na sexualidade feminina – a desvinculação do sexo do fator reprodutivo, as conquistas feministas, a liberdade sexual das mulheres – e, em contrapartida, a falta significativa de informação desse segmento sobre a necessidade do uso de métodos preservativos, principalmente porque mulher não era considerada população de risco e não fez parte de sua cultura. A utilização de métodos preservativos veio a ocorrer mais tarde, uma vez que a elas cabia apenas o sexo para reprodução, sobretudo com um parceiro fixo, o marido ou o companheiro. A invisibilidade das doenças sexualmente transmissíveis – situações causais paradoxais que culminaram no aumento da contaminação do grupo de mulheres na faixa etária a partir dos 35 anos – resultou em não as considerar como prioridade. Além desses fatores, evidenciaram-se outros, tais como o machismo, a ampliação do uso de medicamentos para manter a ereção masculina e a falta de negociação das mulheres com seus parceiros, cônjuges, maridos, namorados e companheiros sobre o uso de preservativos, visto que a mulher não tem pleno controle sobre seu corpo. Conseqüentemente, não parece caber a ela o poder de decidir ou de afirmar sua vontade de usar o preservativo, principalmente quando de relações mais longas e duradouras. Esses argumentos reforçam que o feminismo e a liberdade sexual conscientes não ocorreu de forma equivalente em todos os segmentos de mulheres. É nesse contexto que a pesquisa empírica se realiza.

Palavras-chave: envelhecimento, mulheres, HIV/Aids, sexualidade, saúde.

Para além do político: mulheres ativistas na Cidade do Cabo, África do Sul

Cabanillas Natalia

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Carvalho Rosa

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 06.09.2016

A presente tese versa sobre feminismos, prática e ideias dos ativismos de mulheres negras na Cidade do Cabo *post apartheid* com trabalho de campo realizado entre maio de 2014 e novembro de 2015. O texto tem por objetivo construir uma ponte de entendimento – uma tradução possível – de práticas e ideias políticas diversas sustentadas em condições de hiper-heterogeneidade humana, linguística, nacional, racial, de pertencas.

Para isso fiz um relevamento do campo acadêmico feminista e /ou que tematiza mulheres ativistas (cap.3), incluindo estratégias feministas no campo das metodologias de pesquisa desenvolvidas por acadêmicas sul-africanas (cap. 1 e 3); analisei de forma breve alguns elementos históricos do ativismo *capetownian* de hoje, tal como a interseccionalidade, o debate acerca da autorrepresentação e construção de redes (cap. 2, baseado principalmente no trabalho de campo com Righth to Know Campaign).

O trabalho de campo foca-se em três grupos divergentes entre si, e que nos seus caminhos trabalham nas principais brechas de desigualdade do *post-apartheid*: as desigualdades sócio-racial-econômicas e a recomposição das comunidades; a integração de grupos diversos; a violência contra as mulheres, a violência lesbofóbica e as desigualdades entre homens e mulheres. Em particular, descrevem-se e analisam-se as intervenções públicas da coletiva *free gender* (capítulos 4 e 5), as comunidades as quais reclamam pertencer e as formas nas quais imaginam e constroem tal pertença (cap. 6); sua aposta pela autorrepresentação nos projetos de (art)ivismo visual e a articulação com a fotógrafa Zanele Muholi (cap. 7); a pesquisa também evidencia o trabalho da Mustadafin Foundation para criar espaços de trabalho, exercício de direitos, participação política, crescimento intelectual e social de mulheres provenientes de comunidades relegadas (cap. 8); analisam-se os registros da política criados pela Mustadafin Foundation, assim como as dimensões de sua estrutura (cap. 9); por últi-

mo, retomando as experiências com a Mustadafin Foundation e com a Right to Know Campaign são analisadas as noções de comunidades e territórios na Cidade do Cabo e Cape Flats. A tese conclui com a retomada dos fios condutores entre os grupos que participaram da pesquisa, refletindo sobre as principais estratégias das atoras para a produção artesanal de espaço para existirem e exercerem seus direitos.

Palavras-chave: mulheres ativistas, feminismos africanos, África do Sul.

A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926-2013)

Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Medeiros Coelho de Souza

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 12.06.2016

Esta tese usa tabulações do imposto de renda para construir novas séries históricas para a concentração de renda no topo no Brasil. Entre 1926 e 2013, as frações recebidas pelos mais ricos combinaram estabilidade e mudança em um padrão distinto do observado nos países ricos no mesmo período. Ao contrário do previsto por teorias da industrialização e modernização, não houve nenhuma tendência secular clara. A fatia do centésimo mais rico da população adulta, em particular, oscilou frequentemente entre 20% e 25%, inclusive nos anos recentes.

A concentração no topo teve idas e vindas que, mesmo temporárias, foram significativas, coincidindo com os grandes ciclos políticos do país. A fração apropriada para o 1% mais rico aumentou durante o Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial e caiu no imediato pós-guerra e, mais ainda, na segunda metade da década de 1950, tendência revertida depois do golpe militar de 1964, com uma volta ao patamar de duas décadas antes. Os anos 1970 foram marcados por instabilidade, mas a desigualdade cresceu novamente na década seguinte. Em seguida, houve alguma desconcentração até o fim da década de 1990 ou, talvez, meados dos anos 2000, e estabilidade desde então.

Além disso, a análise empírica explora a repartição da renda entre os ricos, a comparação do Brasil com outros países e o contraste dos dados tributários com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e os Censos. Nesse último caso, as séries produzidas são usadas também para corrigir os coeficientes de Gini, levando em conta a subestimação dos rendimentos dos mais ricos nas pesquisas domiciliares.

A discussão é estruturada por três perguntas de cunho histórico-comparativo, e os resultados são interpretados do ponto de vista institucional. As origens, as implicações e as justificativas para isso são apresentadas nos capítulos teóricos que precedem a análise empírica. Esses capítulos oferecem uma reconstrução da história das ideias

sobre estratificação social no último século e colocam em destaque a longa e heterogênea tradição de estudos sobre os ricos. Seu argumento central é que o interesse acadêmico e político pela questão distributiva aflora quando ela é concebida em termos dicotômicos, com foco sobre os mais ricos.

Palavras-chave: desigualdade de renda, estratificação social, políticas públicas, altos rendimentos, ricos, imposto de renda.

Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; infraestrutura científica e tecnológica: estudo sobre as instituições de pesquisa do MCTI

Públio Vieira Valadares Ribeiro

Orientador: Prof. Dr. Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 02.08.2016

A discussão sobre a importância das atividades de ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento econômico e social tem dominado o debate intelectual e político contemporâneo dos mais diversos países. Trata-se do fortalecimento dos meios disponíveis para incentivar os processos de produção do conhecimento e de inovação como estratégia para promover o desenvolvimento sustentável de localidades, regiões e nações em um capitalismo cada vez mais competitivo e globalizado. O objetivo geral desta tese é, a partir de uma análise aprofundada da situação atual do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), investigar o papel das instituições públicas de pesquisa na consolidação desse sistema. A pesquisa fundamentou-se na abordagem teórica multidisciplinar sobre sistemas de inovação e desenvolvimento, a partir da qual foram estabelecidas três hipóteses centrais:

- i. o desenvolvimento das nações encontra-se atualmente fortemente correlacionado ao grau de amadurecimento de seus sistemas de inovação;
- ii. o Brasil é um país de industrialização tardia que ainda não conta com um sistema nacional de inovação totalmente consolidado; e
- iii. as instituições públicas de pesquisa tendem a desempenhar um papel cada vez mais relevante na estrutura institucional de suporte ao aprendizado científico e tecnológico dos países em desenvolvimento.

O diagnóstico sobre o SNCTI, elaborado na segunda parte da tese, revela a existência de sérios gargalos que inibem o seu desenvolvimento, com destaque o baixo nível educacional da população; as grandes desigualdades regionais; o pequeno investimento privado em P&D; o pequeno número de pesquisadores nas empresas; e, por

fim, os níveis reduzidos de inovação tecnológica. Apesar dessas limitações, nas últimas décadas ocorreram importantes avanços, destacando-se a consolidação de um sistema robusto de pesquisa e pós-graduação, o crescimento da produção científica nacional e a formação de um núcleo de empresas inovadoras no setor industrial. A terceira parte, referente ao papel das instituições públicas de pesquisa nesse contexto, teve origem em um projeto do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), voltado para o mapeamento da infraestrutura de pesquisa das instituições científicas e tecnológicas brasileiras. A metodologia empregada envolveu a elaboração de um questionário específico, enviado aos coordenadores de laboratórios e de outras infraestruturas das instituições de pesquisa do MCTI. A análise dos resultados foi realizada, principalmente, com base nas informações de 248 laboratórios/infraestruturas de 21 instituições que participaram do levantamento. A pesquisa contribuiu para ampliar o conhecimento disponível sobre essas instituições e revela que, dependendo das respectivas missões, características, gargalos e potencialidades, tais instituições podem desempenhar diferentes papéis no desenvolvimento sustentável do país.

Palavras-chave: desenvolvimento; infraestrutura científica e tecnológica; instituições de pesquisa; Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; sistemas de inovação.

Normas de publicação

Universidade de Brasília- UnB / Instituto de Ciências Sociais- ICS
Departamento de Sociologia- SOL
Revista Sociedade&Estado
novo prédio ICS
Campus Darcy Ribeiro
Universidade de Brasília
CEP 70910-900 — Brasília- DF
Tel.: 55 61 3107-1537
Homepage: <https://www.sol.unb.br>
E-mail: revistasol@unb.br
facebook.com/Sociedade e Estado

A Revista Sociedade & Estado busca incentivar a publicação de artigos originais, inovadores e que espelhem a grande diversidade e variedade teórica e metodológica no campo das ciências sociais.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

I. TIPO DE COLABORAÇÃO ACEITA PELA REVISTA

Trabalhos originais em sociologia e áreas conexas que digam respeito à relação sociedade/Estado em diferentes contextos sócio-históricos e que se enquadrem nas seguintes categorias:

1. Estudos teóricos: análises e discussões conceituais que contribuam para a compreensão dos modelos teóricos existentes e suscitem elaborações de hipóteses para futuras pesquisas;
2. Revisões críticas da bibliografia relativa a assuntos de interesse para o desenvolvimento das ciências sociais;
3. Relatos de pesquisa: investigações baseadas em dados empíricos, utilizando metodologia científica;
4. Estudos de natureza metodológica: investigações acerca de procedimentos de pesquisa e análise de dados;
5. Notas técnicas: relatos e descrições de instrumentos e técnicas originais de pesquisa;
6. Resenhas;

7. Homenagens;

8. Dossiês temáticos, organizados por, pelo menos, um(a) professor(a) do Departamento de Sociologia e/ou por pesquisador(a) associado(a) do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, ambos da UnB;

9. Notícias.

II. APRECIÇÃO DOS TRABALHOS

1. A revista publica artigos de doutores/as, bem como de doutores/as e doutorandos/as. Casos diversos serão excepcionais e avaliados individualmente.

2. Os trabalhos enviados serão apreciados pela direção da revista, que fará uso de, pelo menos, dois(duas) especialistas no tema para emitir pareceres sem conhecimento de sua autoria;

3. Os(as) autores(as) serão notificados(as) da aceitação ou recusa de seus artigos;

4. Eventuais sugestões de modificações de estrutura, forma e/ou conteúdo que se façam necessárias serão notificadas ao(à) autor(a), que se encarregará de fazê-las no prazo máximo de um mês;

5. Não serão permitidos acréscimos ou modificações depois que os textos tiverem sido encaminhados à gráfica.

III. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

1. A submissão de artigos e outros tipos de publicação deve ser realizada pelo link: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estado/about/submissions#onlinesubmissions>>, seguindo as orientações indicadas.

2. O artigo deverá ser digitado em Word (fonte TIMES NEW ROMAN, corpo 12) contendo no máximo 30 páginas, em espaço duplo, numeradas consecutivamente.

3. Na primeira página do original deverão ser indicados o título do artigo (e subtítulo, se houver) e o nome do(s)(a)(as) autor(es)(a)(as). Também deverão trazer os dados sobre o(s)(a)(as) autor(es)(a)(as) (instituição, cargo, e-mail e, se quiser(em), suas últimas publicações).

4. Os artigos deverão vir acompanhados de um resumo em português, com tradução em inglês (*abstract*), que sintetize o(s) objetivo(s), métodos e principais conclusões. Também deverão trazer cinco palavras-chave em português e inglês (*keywords*);

5. As resenhas deverão vir com no máximo oito laudas em espaçamento duplo.

6. As notas, que devem ser de natureza substantiva (não bibliográfica) e reduzidas ao mínimo necessário, deverão ser incluídas no final do documento. As menções a autores(as) no correr do texto devem subordinar-se à forma autor(a), data, página;]

7. As figuras e desenhos deverão ser confeccionados eletronicamente e enviados em arquivos separados com indicação do programa utilizado para a sua elaboração;

8. As tabelas e gráficos deverão ser numerados (acompanhando a sequência em que são citados no texto) e confeccionados em Excel ou no próprio Word. Eles deverão ser enviados separados do arquivo de texto.

9. A bibliografia será apresentada ao final do texto, em ordem alfabética pelo último sobrenome do autor, de acordo com as normas usuais. Exemplos:

▫ Em caso de livro: VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

▫ Em caso de artigo: ROUANET, Bárbara Freitag. Urbanização no Portugal de hoje: o caso de Lisboa. *Sociedade & Estado*, v. XIII, n. 1, p. 160-187, 1998.

▫ Em caso de coletânea: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A institucionalização do ensino de ciências sociais. In: BOMENY, H.; BIRMAN, P. (Orgs.). *As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil*. Rio de Janeiro: Uerj; Relume Dumará, 1990.

▫ Em caso de teses: SANTOS, Mariza Veloso Motta. *Patrimônio histórico e artístico nacional: o mapeamento de uma formação discursiva*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

10. A responsabilidade da matéria publicada pela revista é do(a) autor(a); e

11. Cada autor(a) receberá três exemplares do fascículo no qual seu artigo foi publicado.

